

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO  
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
INSTITUTO DE PSICOLOGIA**

**KARIMA OLIVA BELLO**

**Vulnerabilização e trajetórias de jovens em desvantagem socioeconômica: um estudo do impacto das transformações da sociedade cubana atual**

**Rio de Janeiro**

**2017**

Karima Oliva Bello

Título: Vulnerabilização e trajetórias de jovens em desvantagem socioeconômica: um estudo do impacto das transformações da sociedade cubana atual.

Dissertação de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia (Psicologia Clínica), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Psicologia (Psicologia Clínica).

Orientadora: Profa. Dra. Lucia Rabello de Castro.

Rio de Janeiro, 2017.

Karima Oliva Bello

Título: Vulnerabilização e trajetórias de jovens em desvantagem socioeconômica: um estudo do impacto das transformações da sociedade cubana atual.

Dissertação de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Psicologia (Psicologia Clínica), Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, como requisito parcial à obtenção do título de Doutora em Psicologia (Psicologia Clínica).

Aprovada em

---

Dra. Lucia Rabello de Castro. Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Dra. Jaileila de Araújo Menezes. Universidade Federal de Pernambuco

---

Dra. Maria Aparecida Tardin Cassab. Universidade Federal de Juiz de Fora

---

Dra. Maria Mello de Malta. Universidade Federal do Rio de Janeiro

---

Dra. Simone Ouvinha Peres. Universidade Federal do Rio de Janeiro

A Cuba, la tierra donde descansan “los muertos de mi felicidad”

A mis abuelas Hilda y Ana

A mis abuelos Tomás y Pablo

A Hilda y Juan Carlos, mis padres

A Vibani

A Laura y su generación, quienes están más cerca del futuro

## AGRADECIMENTOS

Porque toda obra científica é resultado de um processo coletivo, quero agradecer:

A Lucia, por seu franco acolhimento no Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Pelo esforço e o talento especial com que assumiu a orientação, misturando condução com respeito à liberdade. Pela leitura comprometida e aguda destas páginas. Por seu acompanhamento compreensivo e militante, sobretudo, na distância. Muito obrigada!

Ao CAPES, especialmente, ao Programa de Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG) pelo apoio financeiro para a realização desta pesquisa.

Ao pessoal do Instituto de Psicologia da UFRJ e da Coordenação da Pós-graduação do Instituto, em especial, à Ana, por sua diligência.

A Sabrina Savegnano, pelo apoio oferecido na revisão do português deste documento e a Lis Albuquerque, pela impressão e entrega da tese para sua qualificação. A vocês, por sua amizade e carinho, que fizeram com que eu me sentisse em família e no meio dos momentos de maiores incertezas pudesse contar com a companhia mais acertada.

A Juliana Siqueira, Adelaide Rezende de Souza, Juliana Moreira e João Helder, pelo carinho e pela enorme gentileza com que revisaram a metade deste longo documento. Muito obrigada!

À equipe do NIPIAC, companheiros (as) muito especiais, cujos sonhos, mal-estares e alegrias em relação à realidade brasileira iluminaram meu percurso de pesquisa, bem como seu carinho que sustentou minha estadia no Rio: Suzana Libardi, Marina Dantas, Alexandre Bárbara, Antonio Gonçalves Ferreira Junior, Luciana Mestre, Lais Prestes Carneiro, Polyana dos Santos, Yasmim Sampaio, Clara Marina Galliez, Priscila Gomes, Matheus Ferreira Apolinário, Yuri do Carmo Castro de Jesus, Tatiana Campos Fernandes, Arthur José Vianna Brito, Clara Cascão Lopes, Hannah Quaresma Magalhães, Cheyenne Monteiro Wolf Von Arcosy. Em especial, a Felipe

Salvador Grisolia, Paula Pimentel Tumolo, Isa Kaplan Vieira e Carina Borgatti, os que de uma forma ou outra sempre permaneceram perto.

À equipe de editoras da DESIDADES, especialmente a Sonia Borges, pelo tempo de trabalho compartilhado entre tantos artigos.

A Consue e Jesús, que me receberam na minha chegada no Rio, e fizeram com que os primeiros momentos no Brasil fossem seguros.

Às Dras. Elaine Morales e Rosa Maria Voghon, por compartilhar comigo os resultados de suas pesquisas em uma área de estudos tão difícil quanto necessária em Cuba.

A Arianne Medina, Annia Almeyda e Miryam Verde pelo apoio dado ao acesso aos participantes desta pesquisa. A Márgara, pela sua ajuda generosíssima na comunidade e a entrevista concedida no meio de tanto trabalho.

Ao Dr. Ernesto Treviño, do Instituto de Pesquisas Históricas e Sociais da Universidade Veracruzana (UV), em México, por sua contribuição para a avaliação desta tese e por facilitar minha estadia de pesquisa na UV.

À Dra. Maria Aparecida Cassab, cuja avaliação no momento da qualificação trouxe luz sobre questões importantes. Pela sensibilidade e respeito mostrados em relação à realidade cubana.

Aos jovens que, de forma gentil e desinteressada, participaram desta pesquisa, compartilhando comigo, com muita franqueza, seus critérios, medos e sonhos. Muito obrigada!

A minha família (meu pai Juan Carlos, minha irmã Laura, minha avó Ana, Aldo, minha tia Márgara), pelo afeto ao longo desta travessia, em especial, minha mãe Hilda, por seu amor e confiança incondicionais apesar da distância física causada por este projeto.

Ao sistema de Educação Pública de Cuba, sustentado por um esforço coletivo, cuja existência foi a condição básica para que meus investimentos e esforços pessoais no caminho da formação científica, chegassem de forma tranquila e bem-sucedida, até o dia de hoje.

A Vibani, por ser um interlocutor crítico deste trabalho e ter contribuído com seu ponto de vista. Pela generosidade, valentia e confiança com que me incitou a ir longe, apesar do distanciamento físico que isso representou. Por sua companhia leal. Pela humanidade militante com que seus olhos advertem o mundo, “desde abajo y a la izquierda”. Pelo profundo amor com que me elogia. Pela oportunidade de andar e de ser melhores juntos.

A QUIEN PUEDA INTERESAR

A lo largo de toda la isla, somos menos que los que diariamente deambulan por una  
gran ciudad.

Somos menos: un puñado de hombres sobre una cinta de tierra

Batida por el mar. Pero

Hemos construido una alegría olvidada.

Roberto Fernández Retamar (A quien pueda interesar).

La Habana, 1962.

## RESUMO

BELLO, Karima Oliva. **Vulnerabilização e trajetórias de jovens em desvantagem socioeconômica**: um estudo do impacto das transformações da sociedade cubana atual. Rio de Janeiro, 2017. Dissertação (Doutorado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

A presente pesquisa visa compreender como os processos de vulnerabilização relacionados à atualização do modelo econômico cubano afetam a jovens em desvantagem socioeconômica de Havana, sobretudo quanto ao seu impacto subjetivo nesses jovens enquanto sujeitos. Foi realizada uma imersão de 6 meses em uma comunidade de Havana, através de 48 jornadas de observações participantes, 6 entrevistas grupais abertas, 15 entrevistas individuais em profundidade e 1 sessão de trabalho grupal. Indagou-se a experiência de vida de 55 jovens entre 17 e 29 anos, aprofundando-se na experiência de vida de 15 deles. Também foram realizadas três entrevistas a especialistas e duas entrevistas a atores locais, participou-se de uma oficina com jovens pesquisadores sobre as novas formas de gestão econômica e seu impacto para a juventude cubana, bem como foram analisados discursos e documentos oficiais. Medidas tomadas como parte do processo de atualização do modelo econômico se sobrepõem às desvantagens socioeconômicas de partida fazendo com que emergjam ou se aprofundem dinâmicas sociais com um importante potencial de vulnerabilização que perpassam a condição de vida dos jovens entrevistados. Assim, novas possibilidades de empreendedorismo e consumo aprofundam e tornam mais perceptíveis as diferenças socioeconômicas vividas. O modo como se desenvolvem as novas formas de gestão econômica dentro do setor não estatal, favorece, nesse contexto particular, a emergência de dinâmicas típicas de um padrão de instabilidade e precarização laboral. Em determinados espaços a presença das organizações é mais formal do que efetiva, ao mesmo tempo em que, de modo geral, se percebe uma alta centralização das decisões políticas, o que faz com que se encolham as possibilidades de participação real dos jovens, enquanto ganham destaque práticas de cunho individualista e mercantilista. Por sua vez, as marcas simbólicas dos modos de subjetivação nesse contexto se caracterizam pela

tendência à individualização, à mercantilização das expectativas de vida, à não identificação com as organizações existentes em alguns casos e a uma postura de evasão ou rejeição das questões políticas. O reconhecimento dos jovens do direito a desfrutar serviços gratuitos de educação, saúde, bem como o direito ao trabalho e ao desfrute de um clima de segurança social, são também características da dinâmica da sociedade cubana que dizem respeito à motivação e sentimento de valor pessoal com que os jovens –que dizem não se sentir vulneráveis apesar das desvantagens-se representam a si mesmos, outra característica dos processos de subjetivação revelados. A busca de melhores condições materiais de vida talvez seja a marca mais importante desse processo de devir sujeitos que atravessam os jovens entrevistados. Se essa busca vai se esgotar no privado, no individual, no consumo, ou poderá se inscrever e se realizar, no curso de uma construção coletiva, é a grande questão levantada pela presente pesquisa.

Palavras-chave: Atualização do modelo econômico cubano, juventudes, desvantagens socioeconômicas, dinâmicas com potencial de vulnerabilização, modos de subjetivação.

## RESUMEN

BELLO, Karima Oliva. **Vulnerabilização e trajetórias de jovens em desvantagem socioeconômica**: um estudo do impacto das transformações da sociedade cubana atual. Rio de Janeiro, 2017. Dissertação (Doutorado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

La presente investigación tiene como objetivo comprender los procesos de vulnerabilización relacionados con la actualización del modelo económico cubano, que afectan a jóvenes de la Habana en desventaja socioeconómica, así como su impacto subjetivo en el devenir de esos jóvenes como sujetos. Se realizó una inmersión de 6 meses en una comunidad, a través de 48 jornadas de observaciones participantes, 6 entrevistas grupales abiertas, 15 entrevistas individuales semiestructuradas y una sesión de trabajo grupal. Se indagó así, la experiencia de vida de 55 jóvenes, profundizándose en el caso de 15 de ellos. También fueron realizadas tres entrevistas a expertas y dos entrevistas a informantes claves, se participó en un taller con jóvenes investigadores sobre las nuevas formas de gestión económica y su impacto para la juventud cubana y fueron analizados discursos y documentos oficiales. Medidas tomadas como parte del proceso de actualización del modelo económico se juxtaponen con las desventajas socioeconómicas de partida, condicionando la emergencia o profundización de dinámicas sociales con un importante potencial de vulnerabilización. Nuevas posibilidades de emprendimiento y consumo agudizan y tornan más visibles las diferencias socioeconómicas vividas. El modo como se desarrollan las nuevas formas de gestión económica dentro del sector no estatal, en ese contexto particular, apunta a la emergencia de un patrón de inestabilidad y precarización laboral. En determinados espacios la presencia de las organizaciones es más formal que efectiva, al mismo tiempo en que, de modo general, se percibe una alta verticalización y centralización de las decisiones políticas, lo que condiciona que las posibilidades que los jóvenes identifican para una participación real son limitadas, mientras gana fuerza la presencia de prácticas de cuño individualista y mercantilista. A su vez, las marcas simbólicas de los modos de subjetivación en ese contexto se caracterizan por la tendencia a la

individualización, la mercantilización de las expectativas de vida, y, en algunos casos, la no identificación con las organizaciones existentes, junto a una postura de evasión o rechazo por las cuestiones políticas. El reconocimiento que los jóvenes hacen del derecho a disfrutar de servicios gratuitos de educación y salud, así como el derecho al trabajo y disfrute de un clima de seguridad social, son también características de la dinámica de la sociedad cubana que explican la motivación y el sentimiento de valor personal con que los jóvenes –que dicen no sentirse vulnerables a pesar de las desventajas- se representan a sí mismos, otra característica de los procesos de subjetivación revelados. La búsqueda de mejores condiciones materiales de vida es la marca más importante de ese proceso de devenir sujeto en que se producen los jóvenes entrevistados. Si esa búsqueda se agotará en lo privado, lo individual, el consumo, o si podrá inscribirse, realizar, dar forma a un proceso de construcción colectiva, es la gran cuestión levantada por la presente investigación.

Palabras clave: Actualización del modelo económico cubano, juventudes, desventajas socioeconómicas, dinámicas con potencial de vulnerabilización, modos de subjetivación.

## ABSTRACT

BELLO, Karima Oliva. **Vulnerabilização e trajetórias de jovens em desvantagem socioeconômica**: um estudo do impacto das transformações da sociedade cubana atual. Rio de Janeiro, 2017. Dissertação (Doutorado em Psicologia Clínica) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

The object of this research is to understand vulnerabilization processes related to the updating of the Cuban economic model, which affect youngs from Havana with socioeconomic disadvantage, as well as their subjective impact on those young's constitution as subjects. A six-month immersion was carried out in a community, through 48 participating observation journeys, 6 open group interviews, 15 semistructured individual interviews and a group work session. This way, the life experience of 55 young people was investigated, deepening in the case of 15 out of them. Three interviews to specialists and two to key informants were also carried out. We took part in a workshop with young researchers on the new forms of economic management and their impact on Cuban youth, and speeches and official documents were analyzed. Measures taken as part of the updating of the economic model juxtapose to the starting economic disadvantages and they condition the emergency or deepening of social dynamics with an important vulnerabilization potential: the new possibilities of undertaking and consumption worsen and make more visible the experienced socioeconomic differences. The way in which the new economic management forms develop, especially within the non-state sector; self-employment, in this particular context, points at the emergency of a model of work instability and precariousness. In certain spaces the presence of organizations is more formal than effective, at the same time that, generally, a high verticality and centralization of political decisions is perceived, which determines that the possibilities the youth perceive for a real participation are limited, while the presence of individualistic and mercantilist practices get stronger. At the same time, the symbolic marks of the modes of subjectivation within this context are characterized by a tendency to individualization, mercantilization of life expectancies, and in some

cases, the non-identification with the existing organizations, together with the avoidance or rejection of political themes. The young's recognition of the right to have free education and health services, as well as the right to work and to enjoy a climate of social security are also features of the dynamics of the Cuban society. This explains the motivation and feeling of personal value with which the young people—that state not to feel vulnerable in spite of the disadvantages—, represent themselves, being this another characteristic of the revealed subjectivation processes. Searching for better living material conditions is the more important mark of this process to become a subject wherein the interviewed young people are developed. If that searching will be exhausted in the private, the individual sense, in the consumption, or if it will be able to fall within, or it will make, or give form to a process of collective construction, is the great question aroused by the present research.

Key words: Updating of the Cuban economic model, youths, socioeconomic disadvantages, dynamics with vulnerabilization potentials, modes of subjectivation.

## SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	16
1.	<b>ATUALIZAÇÃO DO MODELO ECONÔMICO CUBANO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A JUVENTUDE</b>	24
1.1	CONTEXTO SOCIOECONÔMICO CUBANO CONTEMPORÂNEO: TENSÃO ENTRE UM PROJETO DE EQUIDADE E A RE-ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL.	24
1.1.1	<b>Como entender a pobreza e a desigualdade dentro da experiência do socialismo cubano</b>	30
1.1.2	<b>A questão do político no contexto atual</b>	41
1.2	JUVENTUDE CUBANA EM CONDIÇÃO DE DESVANTAGEM SOCIOECONÔMICA	44
1.2.1	<b>Jovens e a problemática do emprego na América Latina: criando um contexto mais amplo para a análise do caso cubano</b>	44
1.2.2	<b>Apontamentos gerais sobre a condição juvenil em Cuba</b>	58
1.2.3	<b>Estado da arte dos estudos sobre juventude cubana em desvantagem socioeconômica</b>	64
2.	<b>DUAS PAUTAS TEÓRICAS PARA LER A ATUALIZAÇÃO DO MODELO CUBANO: PROCESSOS DE VULNERABILIZAÇÃO E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO.</b>	74
2.1	UMA ABORDAGEM NÃO COLONIAL DA POBREZA E CONDIÇÕES AFINS	74
2.2	A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DO PARADIGMA DA VULNERABILIDADE SOCIAL INSPIRADO NOS ESTUDOS DO BANCO MUNDIAL	78
2.3	VULNERABILIDADE SOCIAL E QUESTÕES SISTÊMICAS: O SUJEITO ENFRAQUECIDO PELA DESFILIAÇÃO	97
2.4	VULNERABILIZAÇÃO: UMA NARRATIVA CONTRÁRIA AO INDIVIDUALISMO E À RADICALIZAÇÃO DAS DETERMINAÇÕES ESTRUTURAIS	104
2.5	MODOS DE SUBJETIVAÇÃO: A AVENTURA COLETIVA DE DEVIR SUJEITO	106
3.	<b>MOMENTO EMPÍRICO: MAPEANDO A CONDIÇÃO JUVENIL EM DESVANTAGEM E SEU CORRELATO SUBJETIVO</b>	112

3.1	BREVE INTRODUÇÃO À ANÁLISE DO MOMENTO EMPÍRICO DA PESQUISA: QUESTÕES METODOLÓGICAS	112
3.1.1	<b>A entrada na comunidade</b>	117
3.2	DINÂMICAS COM POTENCIAL DE VULNERABILIZAÇÃO PERPASSANDO AS TRAJETÓRIAS DE VIDA DOS JOVENS	121
3.2.1	<b>A relação estudo-trabalho e a precarização do emprego no setor não estatal</b>	121
3.2.2	<b>No lugar da participação política, o “reguetón” e os padrinhos de religião</b>	133
3.2.3	<b>Aprofundamento e maior visibilidade das assimetrias</b>	143
3.3	MODOS DE SUBJETIVAÇÃO: CORRELATO DA VULNERABILIZAÇÃO SOCIAL	151
3.3.1	<b>Trajetórias de vida</b>	151
3.3.2	<b>Estudar: entre a expectativa de reconhecimento e mobilidade social e o desejo de começar a trabalhar</b>	178
3.3.3	<b>Crise do sentido do trabalho: expectativa frustrada de mobilidade social e mercantilização</b>	184
3.3.4	<b>Crise de identificação com as organizações existentes: entre a apatia, a queixa e a participação formal</b>	201
3.3.5	<b>A atualização do pacto coletivo se debate entre o êxodo migratório e a individualização dos sonhos</b>	215
4.	CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PORVIR ESTÁ ABERTO	228
	REFERÊNCIAS	243
	APÊNDICES	257

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1	Diretrizes da política econômica e social	28
Grafico 1	Logro educativo de jovens de famílias de renda mais alta (quartil 4) e de renda mais baixa (quartil 1)	53

Quadro 1	Composição social das juventudes cubanas	61
Figura 1	Relação entre diferentes momentos teóricos e empíricos do processo de investigação	113
Tabela 1	Jovens participantes das entrevistas grupais na comunidade	121
Imagem 2	Fotos da entrada a um 'solar' da comunidade. Diário de campo. Janeiro de 2016.	123
Figura 2	Dinâmica com potencial de vulnerabilização associada às características das famílias e da comunidade	125
Imagem 3	Fotos de 'bicitaxis' que pertencem a um mesmo 'dono', tomadas na comunidade	132
Imagem 4	Fotos de grupos de jovens moradores	135
Imagem 5	Fotos dos músicos referidos pelos jovens popularizadas nas redes sociais	139
Imagem 6	Foto tomada de um local de venda de objetos religiosos na comunidade	142
Imagem 7	Foto tomada de uma cafeteria da comunidade (setor não estatal)	144
Tabela 2	Jovens participantes das entrevistas semi-estruturadas	154
Imagem 8	Foto tomada de um cartaz na Oficina do <i>Congreso Internacional de Investigadores sobre Juventud</i> em Cuba	193
Imagem 9	Foto tomada no <i>Congreso Internacional de Investigadores sobre Juventud</i>	199
Imagem 10	Fotos tomadas de uma cafeteria (esquerda) e de um local de reparação de sapatos (direita) na comunidade	218
Imagem 11	Fotos com alguns dos jovens participantes da sessão de trabalho grupal	263

## INTRODUÇÃO

A presente pesquisa visa compreender o conjunto de processos de vulnerabilização que afetam os jovens<sup>1</sup> de Havana em desvantagem

---

<sup>1</sup> Sempre que usamos a palavra jovens de forma genérica estamos contemplando também sua dimensão de gênero, estamos considerando as jovens e os jovens.

socioeconômica, bem como seu impacto na produção desses jovens enquanto sujeitos. A vulnerabilização deriva-se da sobreposição de medidas tomadas no contexto da atualização do modelo econômico cubano e as desvantagens socioeconômicas já existentes dos jovens participantes da pesquisa. Assim, a pesquisa aproxima-se ao complexo contexto de mudanças, contradições e incertezas em que se debate o horizonte da sociedade cubana hoje, a partir do estudo da experiência de vida de jovens vivendo em condições potencialmente geradoras de vulnerabilidade. O objetivo assumido, segundo os especialistas consultados, aponta para uma das lacunas mais importantes na área de conhecimentos sobre juventude e pobreza ou temas afins na ilha. De fato, a relação entre juventude e pobreza tem sido pouco explorada e, ainda, a dimensão subjetiva que atravessa tais condições, escassamente foi focada como objeto da análise.

No início de 2011, em Cuba, discutíamos nas organizações políticas e de massas a primeira versão do documento *Diretrizes da política econômica e social* que pautava o processo de atualização do modelo econômico cubano. O documento foi modificado e aprovado em abril de 2011 no VI Congresso do Partido Comunista (PCC), a partir dessa discussão popular. A discussão sobre os documentos normativos se fazia no contexto de um chamado do presidente da república a uma mudança de mentalidades para poder acompanhar as propostas de transformações em curso.

Nos fóruns de debate na Universidade de Havana—sobretudo na área das Ciências Sociais—, os acadêmicos contestavam o caráter tecnocrático e economicista do documento, que enfatizava a relevância de alcançar o progresso econômico, mas não esclarecia uma estratégia alicerçada politicamente para enfrentar os impactos que as medidas teriam em uma dimensão social, em um cenário onde já se esboçavam indicadores de pobreza e desigualdade. Para os cientistas, justiça social e equidade deviam nortear as reformas, para o processo manter o seu cunho socialista, e elas não iriam decorrer automaticamente do progresso econômico esperado, a partir das medidas a serem desenvolvidas, ao invés disso, poderia acontecer o contrário.

A crítica sobre o caráter tecnocrático foi acolhida logo pela direção do país. Nas organizações de base, no Partido e na Assembleia Nacional do Poder Popular em 2016 foi discutida uma proposta de conceitualização do modelo econômico, documento focalizado em questões mais políticas do que técnicas. Um aspecto

fundamental para avaliar a abrangência dessa discussão em torno da conceitualização do modelo, será o modo como ela conseguirá contribuir para colocar na agenda de todos os espaços de discussão pública e de tomada de decisões, uma análise política profunda, da problemática da desigualdade social e dos processos de vulnerabilização que atingem a determinados grupos no contexto atual de transformações. Além disso, deverá dar conta de uma estratégia efetiva em matéria de políticas públicas e de mecanismos de organização e mobilização social para enfrentar tais problemas.

A discussão sobre a atualização do modelo me levou a pensar nos grupos em desvantagem, sujeitos a processos potencialmente vulnerabilizadores, no contexto das novas medidas econômicas, a partir de alguns questionamentos, tais como: como essas pautas estão sendo ou não, discutidas por esses grupos, nessas comunidades onde mora a população com baixas rendas. Isso, levando em conta que a participação dessa população nos espaços disponibilizados para a deliberação pública é muito precária, porque o pessoal desses locais muitas vezes não assiste às instituições educativas nem trabalha no setor estatal, nem se envolve com as organizações de base nos bairros. Circunstancialmente, ou por decisão própria, eles ficam por fora dos espaços institucionais em que se produzem as deliberações. Como esses grupos de jovens estão participando e/ ou acompanhando concretamente o debate coletivo sobre as políticas que direta ou indiretamente os afetam? Interessam-lhes participar? Interessam-lhes esse debate? Como vão se produzindo e reconhecendo como sujeitos das transformações em curso?

A presente pesquisa de doutorado se inscreve dentro do Programa de Pós-graduação do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em especial, dentro do projeto *Uma agenda não colonial para o estudo da infância e juventude: subjetividades públicas e ação no mundo comum*, do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Intercâmbio para a Infância e Adolescência Contemporâneas (NIPIAC), coordenado pela Dra. Lucia Rabello de Castro. Assim, o trabalho dentro do grupo e o intercâmbio com os colegas constituíram uma circunstância chave para entender o rumo da presente pesquisa. Em primeiro lugar, foi importante participar de sistemáticas discussões teóricas, transdisciplinares. A partir de “uma agenda não colonial” no grupo se analisam os problemas da infância e da juventude na contemporaneidade, em matéria de autonomia, subjetivação pública, participação política, afetos, ação e coletivização. Isso me permitiu o

encontro com autores –muitos deles dentro de correntes mais sociológicas e políticas do que psicológicas– que traziam pontos de vista interessantes em relação às questões da pesquisa, para além de um enfoque psicologizante e desenvolvimentista. A leitura deles contribuiu para criar as bases para uma compreensão mais complexa e abrangente dos jovens e dos processos de subjetivação em condições de desvantagem.

Em segundo lugar, viver no Rio de Janeiro –em distintos períodos ao longo de 2014, 2015 e 2016– possibilitou-me compreender de modo mais claro a fase atual do capitalismo na região latino-americana. A situação da América Latina, em um momento em que Cuba se está impulsionando um processo de reforma econômica e de tomada de decisões políticas sobre o rumo do país, diz respeito a uma necessária discussão em torno das possibilidades de existirem alternativas de modelos de sociedade sustentável perante o neoliberalismo. Como essa alternativa pode ser sustentada e atualizada?

Em Cuba, a luta por sustentar um sistema alternativo, tem significado, concretamente, a defesa de um modelo de sociedade que prioriza o gasto público para garantir um conjunto de direitos universais inalienáveis que dignificam a vida. Ao mesmo tempo, o país se opõe à intervenção do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco Mundial em matéria de política econômica, assim como, se opõe a qualquer ingerência exterior nos seus assuntos internos, questões todas associadas. Diante da crise econômica que vive e seu impacto social, as alternativas para um país pobre como Cuba, que deixou de ser colônia há somente meio século, sem grandes recursos naturais, não são muitas. Depois de décadas assistindo à imposição do neoliberalismo em escala global e levando em conta a atitude das elites econômicas mundiais a respeito da ilha, não é impossível supor que a abertura à liberalização do mercado e à corporativização do Estado –com tudo o custo social que isso traz– seja uma ameaça objetiva. Para tomar esse rumo não é preciso invenção nem imaginação. A fórmula já está escrita e vastamente ensaiada. Pelo contrário, sustentar uma via alternativa requer, sim, poder de imaginação e de ação. Cuba conta com forças neste sentido, mas também com muitas limitações e desafios pela frente se quiser radicalizar esse investimento. E essa urgência sobre a possibilidade de sustentar outro modelo de sociedade passou a constituir o pano de fundo da análise sobre a realidade cubana que aqui se apresenta, em que algumas

dessas limitações e desafios, são trazidos, nas falas dos próprios jovens entrevistados, com um sentido crítico.

O processo cubano tem sido objeto de uma grande violência simbólica na narrativa dos centros do poder midiático internacional. A tentativa de compreender o contexto cubano tinha que se distanciar dessa violência sem renunciar a um olhar crítico. O discurso descontextualizado e eufemístico da direita internacional sobre Cuba quanto a direitos humanos, democracia, liberdade de expressão, etc., se naturalizou, e hoje podemos encontra-lo em quem nunca visitou Cuba, mas que fala da realidade cubana com total convencimento, a partir dos mitos sobre a ilha difundidos e alimentados, durante anos, pela mídia internacional. A influência dessa campanha midiática de desinformação atinge às vezes, inclusive, a opinião de integrantes de movimentos sociais e intelectuais de esquerda.

Entre as crenças que se assumem como óbvias está, por exemplo, a equivalência automática entre o processo cubano e o socialismo da Europa Oriental. Assim, ao processo cubano lhe são atribuídas as mesmas qualidades ditatoriais, entre outros erros, que caracterizaram a União Soviética de Stalin, apesar de tratar-se, concretamente, de processos diferentes, emergentes e desenvolvidos em condições e conjunturas históricas, econômicas, geopolíticas, culturais, idiossincráticas e sociais distintas. A alta centralização do poder em mãos do governo que caracteriza o sistema político cubano – o que é, de fato, uma de suas principais limitações internas – tem que ser analisada de forma contextualizada e não por homologia com o caso soviético. Na verdade, avaliar a experiência cubana a partir da referência ao fracasso do socialismo na Europa Oriental, no lugar de levar em conta a singularidade histórica do processo cubano, suas próprias limitações e bondades, faz com que muitas vezes esse seja descartado, mas não discutido à luz dos problemas que a América Latina sofre, como, por exemplo, uma experiência de enfrentamento frontal aos processos contemporâneos de colonialismo que afetam a região.

Outra crença é aquela que hiperboliza a situação de pobreza que sofre a população em Cuba, como se fosse excepcionalmente ruim a pobreza cubana. A pobreza tem uma fase mais violenta para camadas inteiras da população nos países do Sul, onde não existe o colchão de segurança e proteções sociais próprias do modelo cubano. Os indicadores de desenvolvimento humano atingidos por Cuba nas últimas seis décadas, muito apesar da crise econômica e do assédio e

isolamento econômicos, são prova da face singular da pobreza cubana. No entanto, é importante, trazer um olhar crítico. A experiência dos jovens entrevistados será um analisador da realidade social cubana e da condição juvenil em particular para esse efeito.

A primeira etapa do processo investigativo foi o levantamento, estudo e sistematização da obra de autores que analisam a sociedade cubana nas últimas décadas do ponto de vista econômico, político e social. O primeiro capítulo teórico é resultado desse labor de sistematização teórica. Nele caracterizamos o contexto cubano contemporâneo, focalizando a conjuntura de transformações que vive o país, os processos de estratificação social e desigualdade que se consolidam. O levantamento bibliográfico mostrou que a existência da desigualdade, e ainda, o perigo do seu aprofundamento a partir do novo cenário de atualização do modelo econômico, é uns dos tópicos mais preocupantes para os cientistas sociais.

Neste primeiro capítulo também foi feita uma revisão bibliográfica sobre os temas juventude cubana e pobreza, marginalização, vulnerabilidade. Poucas pesquisas na área foram achadas. Sobressaíram os trabalhos da psicóloga cubana Elaine Morales sobre juventude e marginalização, que depois, em uma entrevista que amavelmente nos concedeu, confirmou que ainda não existe um corpo sistematizado de pesquisas sobre esta temática em Cuba. Os poucos trabalhos achados trazem uma caracterização dos jovens considerados marginalizados ou vulneráveis. Eles também trazem uma caracterização do sistema de condições sociais, econômicas, familiares, comunitárias e escolares que determinam o desenvolvimento dos jovens. Reconheço o grande valor das caracterizações consultadas, que, de fato, são um referencial importante. No entanto, o objetivo desta pesquisa será, mais do que caracterizar os jovens, tornar a condição juvenil um analisador das dinâmicas sociais e dos modos de subjetivação, considerando os jovens como protagonistas nesse empreendimento investigativo.

Por sua vez, enquanto a maioria das pesquisas consultadas, inclusive pesquisas em comunidades, se circunscrevem no contexto escolar, um contexto mais formal, disciplinarizado, nesta investigação foram entrevistados jovens nos seus contextos cotidianos de vida fora da escola, contextos comunitários mais informais e espontâneos. Era necessário escutar jovens desvinculados, vinculados a atividades informais, etc. que não seriam encontrados nas escolas.

O grupo jovem possui uma qualidade singular. O discurso oficial coloca a geração jovem como cerne no debate sobre a sustentabilidade e continuidade do sistema cubano, ao mesmo tempo que faz um chamado a seu protagonismo político. Assim, a discussão sobre a necessidade de atualizar o modelo econômico perante a crise ocorre em um contexto cujo pano de fundo é a preocupação pela sucessão da direção política do país e pelo papel dos jovens. O tema da substituição geracional ganha destaque, já que faltam poucos meses para as eleições presidenciais de 2018. É claro que o sistema de motivações, valores, interesses e a cosmovisão dos jovens de modo geral, difere daquela das gerações cubanas mais velhas, a geração de seus pais e avós. Então, como é que eles percebem esse chamado ao protagonismo? Como é que se representam o momento atual do processo e sua participação?

Acontecimentos recentes no país mostraram na mídia oficial uma juventude ciente da “missão” que lhe corresponde como defensora da continuidade do sistema cubano. O discurso do ex-presidente dos Estados Unidos Barack Obama na sua visita à Cuba foi fortemente atacado por jovens jornalistas da mídia oficial que o consideraram colonialista. Logo, o desaparecimento físico do Fidel Castro, foi seguido de uma ampla participação de grupos de jovens nas cerimônias de honra, que juraram defender o legado da atual direção política e, através de uma assinatura simbólica, mostraram sua identificação com o conceito de revolução defendido pelo líder da Revolução Cubana. Mas, não podemos falar dos jovens em Cuba como de um grupo homogêneo e unitário, existem juventudes diversas no país. Como mapear essa heterogeneidade nas periferias? A situação é muito contraditória e complexa. Não faz sentido assumir que todos estão pensando igual.

A terceira etapa da revisão bibliográfica abordada no segundo capítulo, focalizou-se no corpo de categorias usadas na região para se referir aos fenômenos de pobreza e desigualdade. O conceito de vulnerabilidade, no caso do contexto cubano, com o pano de fundo de um processo de mudanças em que vão se consolidando grupos em desvantagem, chamou nossa atenção como possível descritor da situação de vida dos jovens entrevistados. Queríamos dar margem a uma aproximação mais complexa das contradições que poderiam estar perpassando a experiência de vida deles. No entanto, foi necessário um deslocamento teórico para nos distanciar do significado da categoria de vulnerabilidade social presente no “*mainstream*” dos estudos sobre o tema na América Latina, em que foi usada sem

se abandonar totalmente o cunho liberal da perspectiva do Banco Mundial. Foi necessário superar a marcada tendência individualizante e de despolitização dos enfoques sobre vulnerabilidade que colocam ao sujeito em um papel isolado e assistido. Assim, propomos o uso da categoria de vulnerabilização a fim de focalizar o sistema de processos e dinâmicas sociais que condicionam uma circunstância de vida que não é inerente a um sujeito ou grupo social, mas resultado de um contexto, perpassado por decisões políticas, medidas econômicas, questões sociais, culturais, simbólicas.

Por enquanto, para compreender a posição do jovem no meio dessas dinâmicas, apelamos à categoria de modos de subjetivação. No segundo capítulo, então, também se apresenta uma noção da categoria de modos de subjetivação como instrumento para trazer inteligibilidade sobre os modos como os jovens percebem o presente cubano e se percebem e produzem a si mesmos como sujeitos desse presente, fazem escolhas, colocam em perspectiva seu futuro. As condições objetivas, tanto materiais como simbólicas, serão levadas em conta no referente à forma em que condicionam os modos de subjetivação dos jovens e se expressam através deles. A compreensão dos modos de subjetivação – e não sua caracterização – não visa construir um perfil dos jovens, mas desenvolver um olhar analítico focalizando a relação do jovem com a sua realidade.

O terceiro capítulo da tese já aborda a parte empírica da pesquisa e apresenta a análise dos resultados. Em um primeiro subcapítulo apresenta-se uma caracterização geral das principais etapas do processo de investigação, focalizando os aspectos metodológicos. Trata-se de um estudo qualitativo, desenvolvido através de várias entradas ao campo ao longo de um período de 6 meses, com métodos e recursos metodológicos diversos, entre os que se destacam observações participantes registradas no diário de campo, as entrevistas grupais e as entrevistas individuais semi-estruturadas. Também foram realizadas entrevistas a especialistas, a atores locais, realizou-se uma sessão de trabalho grupal com jovens, participamos de uma oficina sobre novas formas de gestão econômica e juventude cubana, oferecida por uma especialista cubana. Ademais, declarações e discursos oficiais em torno das problemáticas trazidas pelos jovens foram analisados.

Logo, em um segundo subcapítulo, a comunidade é caracterizada e são identificados os processos com potencial de vulnerabilização. A seguir, no terceiro subcapítulo, a partir de uma leitura mais transversal das experiências de vida

individuais, são trazidos os sentidos dos jovens em torno de quatro tópicos que sobressaíram nas suas falas: estudo, trabalho, participação e futuro. Áreas de vida muito significativas nas quais eles lidam com os desafios e contradições do contexto, ao mesmo tempo em que vão se produzindo através de desejos, valores, crenças, medos, escolhas e sonhos. São a forma como se revelam os modos de subjetivação.

Nas considerações finais tentamos endereçar à análise dos resultados para uma reflexão sobre as condições de possibilidade do político, do comum, do coletivo, questão medular.

Finalmente, o trabalho é acrescentado com anexos que contribuirão para ilustrar e/ou complementar o caminho andado.

# **1 ATUALIZAÇÃO DO MODELO ECONÔMICO CUBANO E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A JUVENTUDE.**

## **1.1 CONTEXTO SOCIOECONÔMICO CUBANO CONTEMPORÂNEO: TENSÃO ENTRE UM PROJETO DE EQUIDADE E A RE-ESTRATIFICAÇÃO SOCIAL.**

É importante começar caracterizando o contexto socioeconômico cubano contemporâneo que constitui o espaço concreto dentro do qual o problema da pesquisa adquire sentido. A sociedade cubana é hoje uma das poucas experiências alternativas ao neoliberalismo em escala global e isso constitui a sua singularidade essencial. Quais os custos e benefícios em matéria política, econômica e social dessa singularidade, e até que ponto se pode sustentar tal singularidade, em um período de crise e mudanças internas e em um mundo que exerce pressão, essencialmente regido pelas leis do mercado desregulado, é um tema relevante nestes momentos na ilha, em torno do qual se debate o futuro de um projeto de sociedade construído ao longo de mais de 50 anos, em condições de um constante assédio econômico.

Nesse sentido, coincidimos com Espina (2008) quando assevera que a proposta atual de mudanças para Cuba, intencionada a partir de dentro do país, poderia evocar uma reflexão inspiradora mais geral em torno da capacidade de uma experiência social, nas circunstâncias contemporâneas, para se apresentar como alternativa para a erradicação da pobreza e da desigualdade social, em oposição ao caminho traçado pelas fórmulas de ajustes estruturais neoliberais. A preocupação sobre as possibilidades reais de erigir-se uma alternativa contra-hegemônica viável ante o neoliberalismo, deveria ser texto e, em última instância, contexto, em qualquer análise ou estudo científico de ordem econômica, política ou social sobre a realidade cubana.

Trata-se de um tema relevante. No contexto internacional se bem que perderam crédito os sistemas totalitários, que sob a fachada do comunismo constituíram ditaduras no século passado, ao mesmo tempo, é bem conhecida e documentada a extrema perversidade das políticas neoliberais e a ineficiência do livre mercado para resolver, por sua conta, os prementes problemas sociais do contemporâneo, que o capitalismo criou e ocupa-se de intensificar.

Espina (2008) afirma que o contexto global atual está marcado por, ao menos, três elementos: primeiro, o desgaste, por ausência de efetividade comprovada, da “terceira via”, perspectiva a partir da qual o estado se retrai do seu papel de produtor e distribuidor direto de bens e serviços públicos, que passa a ser desenvolvido por agentes supostamente mais eficientes (mercado e sociedade civil); segundo, a crise financeira e econômica internacional, conjuntamente às falhas dos mercados desregulados, que desmente a ideia promovida de que a intervenção estatal era a máxima fonte de ineficiência econômica; e, por último, a crise econômica e de legitimidade criada pelo projeto neoliberal na América Latina.

Cuba, ancorada no Caribe, tem estado completamente à margem da onda neoliberal que varreu o mundo nas últimas décadas. Encontra-se atravessando um período altamente sensível de transformações socioeconômicas intencionadas a partir da direção política do país, em uma conjuntura inédita e incerta de restabelecimento das relações com os Estados Unidos, cujas corporações estão vislumbrando na ilha um paraíso quase virgem para o investimento. Persiste o antigo sonho de morder ‘a fruta amadurecida’<sup>2</sup>.

Hoje, a rota de restabelecimento das relações, iniciada por Raúl e Obama em 2014, corre o risco de ser revertida. Donald Trump asseverou oficialmente que revisará as medidas tomadas por Obama a respeito de Cuba e já fez comentários sobre sua intenção de retomar a política de mão dura. Em qualquer caso, o cenário atual mostra que o contexto internacional para Cuba segue sendo adverso e incerto, em especial, depois da mudança significativa do balanço das forças políticas na região latino-americana, onde governos de direita chegaram ao poder com agendas abertamente neoliberais.

Desde que se quebrou o distanciamento entre Cuba e os Estados Unidos, investidores e empresários, artistas aclamados internacionalmente, figuras públicas, chefes de estado de diversas partes do mundo, etc., visitam o país, que se tornou ainda mais exótico do que já era. Quando falta pouco para as eleições presidenciais de 2018, todos, o governo cubano, a cidadania cubana de dentro e fora da ilha, importantes grupos de poder econômico e político no congresso dos Estados Unidos

---

<sup>2</sup> Em abril de 1823 o presidente dos Estados Unidos John Quincy Adams estabeleceu para Cuba a *Política da fruta amadurecida* na qual declara que “há leis de gravitação política como leis de gravitação física, e Cuba, separada da Espanha, tem que cair nas mãos da União...Não há território estrangeiro igual à ilha de Cuba para os Estados Unidos. Cuba, visível desde nossas costas, tem uma transcendental importância para os interesses comerciais e políticos da União” (ECURED, 2017).

e grande parte da comunidade internacional, estão na expectativa de mudanças na dinâmica da sociedade cubana.

Não obstante, existe um conjunto muito diverso e nada homogêneo de interesses e intenções em torno da natureza das mudanças. O ex-presidente estadunidense, no discurso oficial de dezembro de 2014, afirmou abertamente que o giro que seu governo dava à política norte-americana em relação a Cuba respondia às mesmas velhas intenções de “democratizar” a ilha, que tiveram todos os governos anteriores, mas que fracassaram pelos seus métodos falidos de política de mão dura (OBAMA, 2014).

Será mais fácil para as pessoas que vivem nos Estados Unidos viajar para Cuba [...]. Ninguém representa **os valores dos Estados Unidos** melhor do que seu povo e, eu acredito que esse contato, em última instância, vai dar poder ao povo de Cuba [...] (OBAMA, 2014, grifo nosso).

Por sua vez, o presidente cubano reafirmou que Cuba assumia esse processo de normalização dos vínculos diplomáticos com os Estados Unidos, seguindo o mesmo eixo político ideológico assumido desde 1959, sem estar à disposição de “sacrificar” os valores e princípios centrais da Revolução no poder (CASTRO, 2015). Raúl reforça a ideia de que em Cuba somente poderá existir mais socialismo e que qualquer diálogo ou negociação deverão ser feitos sob o reconhecimento da plena soberania da ilha em matéria de política interna e exterior. De fato, o que está em jogo são, entre outras coisas, os princípios que têm sustentado a dinâmica da sociedade cubana até o momento. Não temos que ser especialistas na história do relacionamento entre ambos os países para perceber – só como um ato de constatação – que os valores referidos por um presidente e outro são diferentes, ainda, antagônicos. Trata-se de dois modelos diferentes de compreender a sociedade.

Assim, nesse cenário, o restabelecimento das relações constitui um fato altamente desafiador para Cuba, do ponto de vista ideológico. Mesmo que não seja facilmente previsível seu decurso, de ser possível continuar com a pauta de restabelecimento das relações, prevê-se um giro ainda mais significativo nas condições socioeconômicas da ilha e na subjetividade dos cubanos, que festejaram na rua a retomada das relações e a promessa de um intercâmbio maior com os vizinhos do Norte, onde moram muitos de seus familiares, amigos, colegas, aqueles que foram vizinhos ou conhecidos.

Em Cuba, a agenda das mudanças não começou nas mesas de diálogos com os Estados Unidos. O governo do país, em 2011, submeteu ao escrutínio popular uma proposta de transformações econômicas, que apresentou como “atualização do modelo econômico cubano”, frente ao beco sem saída em que se tinha convertido a situação de crise econômica. *Diretrizes da Política Econômica e Social do Partido e da Revolução*<sup>3</sup> (PCC, 2011) é o documento programático desse processo de mudanças, o qual foi aprovado em abril de 2011 no VI Congresso do PCC.



Imagem 1. Diretrizes da política econômica e social.

O processo, também nomeado como reforma em determinados círculos de cientistas e analistas, marca o início de um período considerado por alguns especialistas como de segunda revolução social – tomando como referência a de 1959 – e, mesmo que não nos arrisquemos a apurar uma afirmação como essa, o alcance das transformações ocorridas e esperadas é significativo.

Guanche (2014, p. 14) considera que a reforma está sendo enfocada como:

Uma busca de atualização, cuja referência não é tanto a política de conteúdo socialista mais contemporânea, mas a busca de uma prática

<sup>3</sup> Ver em: <http://www.cubadebate.cu/noticias/2011/05/09/descargue-en-cubadebate-los-lineamientos-de-la-politica-economica-y-social-pdf/#.WcxV9LLyjIU>

eficaz [...]. O foco desses problemas práticos está se situando na economia. A reforma/atualização cubana, de fato, apresenta-se como uma intervenção sobre a organização da economia, em relação à qual se afirma que avançará sem produzir mudanças do modelo político. Como declararam funcionários envolvidos na atualização do modelo econômico, no domínio político não se experimentarão reformas.

Pelo menos não estão previstas, mas poderiam ser desencadeadas. Assim, as mudanças estão encaminhando uma diversificação das atividades econômicas, através de uma maior abertura a formas de organização e propriedade alternativas, fora do setor estatal, como as pequenas empresas privadas ('cuentapropismo'<sup>4</sup>), as cooperativas agrícolas e também profissionais. A estratégia econômica reforça também a abertura ao mercado internacional com base em relações não-socialistas através de empresas de capital misto (cubano-estrangeiro) (PRIETO; DÍAZ, 2014). Em suma, estão sendo impulsionadas novas formas<sup>5</sup> de gestão econômica.

Por enquanto, continua existindo a propriedade social sobre os principais meios de produção (os principais ramos do setor industrial, energético, de comunicações etc.); a gratuidade e o caráter universal dos serviços de saúde e educação; o subsídio do governo de importantes recursos capitais com cobertura para toda a população, como a eletricidade, o transporte popular, a água, parte da alimentação básica; assim como um relativamente amplo sistema de segurança social. Em sentido geral, a atualização do modelo acontece junto à intenção explícita do governo de reforçar as coordenadas ideológicas do sistema.

Desse modo, abrem-se espaços estratégicos onde se “enfrentam lógicas de coletividade e privatização”, e “a questão chave da economia política e da revolução

<sup>4</sup>O 'cuentapropismo' é um termo usado dentro do contexto cubano para fazer referência àquela atividade de trabalho que não se encontra subordinada à administração do Estado e corresponde à iniciativa privada. As pessoas que trabalham nesse setor são chamadas 'trabajadores por cuenta propia' (trabalhadores por conta-própria). Trata-se de um leque muito diverso de trabalhadores, que inclui os donos dos negócios, como restaurantes, cafeterias etc., mas também os empregados contratados nesses negócios. Assim, os tamanhos, investimentos e rendimentos de cada negócio também variam muito. Podem ser pequenas cafeterias em lugares da periferia, mas também, caros e luxuosos restaurantes em lugares privilegiados da cidade. Ainda, regras e condições de trabalho são acordadas individualmente de modo informal entre empregadores e empregados. Aspectos como salários, horários de trabalho etc., – estabelecidos de acordo com leis e pactos coletivos no setor estatal –, são livremente determinados e estabelecidos pelos donos dos empreendimentos sem regulamentação. Mais informação em: *Trabajo por cuenta propia* [https://www.ecured.cu/Trabajador\\_por\\_cuenta\\_propia](https://www.ecured.cu/Trabajador_por_cuenta_propia)

<sup>5</sup> As novas formas de gestão econômica são: o trabalho por conta própria, o arrendamento, o cooperativismo não agropecuário e o setor vinculado ao capital estrangeiro. Mais informação em: *Novas formas de gestão econômica em Cuba e sua contribuição às políticas em escala local e à equidade*. Autora: Lilia Nuñez Moreno. [http://www.social-globalization.uni-kassel.de/wp-content/uploads/2013/06/Nunez\\_Moreno.doc](http://www.social-globalization.uni-kassel.de/wp-content/uploads/2013/06/Nunez_Moreno.doc).

<sup>6</sup> Consultar documento em: <http://www.cubadebate.cu/especiales/2017/07/13/lea-los-textos-definitivos-de-la-conceptualizacion-del-modelo-cubano-y-la-actualizacion-de-los-lineamientos/#.WcxWr7LylIU>

social mesma, sobre quais atores sociais se apropriam do poder/produção, está novamente vigente” para Cuba (PRIETO; DÍAZ, 2014). Poderíamos coincidir com os autores e afirmar isso categoricamente? Em última análise, vai se evidenciando que as mudanças, orquestradas no domínio da economia, aludem a questões políticas e sociais cruciais.

Assim, a crítica de alguns autores cubanos considerados de esquerda se centra precisamente no carácter tecnocrático da reforma. A questão do econômico tem mais importância no documento do que as políticas sociais e a atenção a setores desprotegidos que emergem cada vez com mais visibilidade no meio da atualização do modelo. Existe receio e suspeita em relação ao desenvolvimento de aspectos próprios de uma economia de mercado e, por conseguinte, ao empoderamento de empresários e segmentos importantes do setor privado (PRIETO; DÍAZ, 2014). Essa crítica sobre o carácter tecnocrático do processo foi recentemente acolhida pela direção política do país. Um novo documento focalizado na conceitualização<sup>6</sup> das mudanças foi criado e submetido ao escrutínio público nas organizações políticas e de massa das bases, na Assembleia Nacional do Poder Popular e no recente VII Congresso do PCC, em abril de 2016.

A preocupação em torno do carácter tecnocrático com que foi enfocada a atualização do modelo socioeconômico cubano, diz respeito a que no plano social o impacto mais significativo da crise econômica que vive o país há décadas e das medidas de ajuste tomadas, foi-se traduzindo no aprofundamento das antigas brechas de equidade social, aprofundando-se as desigualdades e aumentando de 6,3%, em 1988, para 20%, em 1999, a população da zona urbana em risco de pobreza e necessidades básicas insatisfeitas – segundo a *Encuesta sobre la situación Económica de los hogares* – (ÁLVAREZ et al, 2004), a partir de um processo de re-estratificação socioclassista sem precedentes desde janeiro de 1959 (ESPINA, 2008b, 2008c).

---

<sup>6</sup>Consultar documento em: <http://www.cubadebate.cu/especiales/2017/07/13/lea-los-textos-definitivos-de-la-conceptualizacion-del-modelo-cubano-y-la-actualizacion-de-los-lineamientos/#.WcxWr7LylU>

### **1.1.1. Como entender a pobreza e a desigualdade dentro da experiência do socialismo cubano**

Espina (2012) identifica as décadas de 60, 70 e 80 do século XX cubano como de um importante processo de desestratificação da sociedade, ligado à substituição de um esquema de estruturação centrado no mercado –marcado por distâncias socioeconômicas relativamente grandes e a presença de altas taxas de exclusão no acesso ao bem-estar básico –, por um esquema centrado na regulação estatal. Virou nulo o papel do mercado na distribuição de bens materiais e imateriais, a fim de promover altos graus de integração e equidade e permitir o acesso gratuito de toda a população aos sistemas de saúde, educação e segurança social, como sustento para sua progressiva dignificação.

Entre os aspectos que constituem as desvantagens desse projeto, Espina (2008b) destaca: a radicalização do Estado como eixo quase exclusivo de constituição socioestrutural, o que trouxe como consequência a pouca sensibilidade para captar a diversidade e colocá-la na agenda de transformações sociais; a excessiva homogeneização na distribuição, com seu efeito de desmobilização ante o rendimento produtivo; a fraca sustentabilidade econômica; o centralismo e, portanto, o pouco aproveitamento das potencialidades da população em matéria de participação. Na década dos anos 90, esses fatos perfilavam a partir de dentro do país uma crise socioeconômica que foi apressada e intensificada pelo desmoronamento do bloco socialista europeu. Um dos resultados mais claros da crise foi o processo de re-estratificação, que trouxe ao presente “antigas desigualdades” consideradas já superadas (ESPINA, 2008b, 2008c).

Espina (2008a, 2008b, 2008c) define a re-estratificação como qualidade estrutural do modelo atual da economia e de sua reforma em curso. Para a autora, as qualidades que concedem à estratificação atual um caráter estrutural e não circunstancial são: a recomposição da pequena burguesia urbana, a segmentação interior dos grandes grupos socioclassistas, a diferenciação das rendas e a segmentação do acesso ao consumo, a re-emergência de situações de pobreza e vulnerabilidade social, o aprofundamento das brechas de equidade relacionadas ao gênero e à cor da pele<sup>7</sup>, o fortalecimento dos vínculos entre espacialidade territorial

---

<sup>7</sup> Usamos a categoria de cor da pele no lugar de raça. Consideramos que diferenças em relação à cor da pele não determinam a existência de raças diferentes. É uma questão que poderia ser debatida,

e desigualdade social, a diversificação dos perfis subjetivos e das percepções sobre a desigualdade social, entre outras.

Não pode ser diminuída a crueza do custo da re-estratificação em matéria de equidade. Quando as *Diretrizes da Política Econômica e Social* para a reforma foram emitidas, a Vice-Ministra de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente na data declarava que a tarefa principal dos centros de pesquisa em Cuba seria analisar o impacto que teriam sobre a sociedade as mudanças que iriam ser desenvolvidas. Imediatamente esse Ministério emitiu uma resolução na qual se priorizavam como linhas de pesquisas para o decênio (2010-2020) aquelas relativas à estrutura de classes, a cor da pele, as relações de gênero, entre gerações e a caracterização da juventude de modo geral. O governo estava ficando ciente de que a atualização do modelo econômico, numa sociedade em que já vinham conformando-se importantes desigualdades, desde a crise dos 90, tinha consequências no plano social, que não podiam ser ignoradas. Segundo Espina (2005), já em 2005 tornava-se cada vez mais forte a necessidade de estudar e perspectivar o impacto social do ajuste, como um assunto privilegiado a partir do qual se elucidava a conservação ou a perda de sua real condição de via alternativa diante dos ajustes estruturais de cunho liberal.

Abordar os temas pobreza e desigualdade social em Cuba exige um cuidado extremo, pela singularidade que esses fenômenos adquirem no contexto cubano. Para Guanche (2014), é um fato inegável a existência de uma falta de sincronia entre Cuba e os outros países da região, embora não possamos falar da América Latina como um bloco homogêneo. Existem diferenças na forma em que o capitalismo tem se desenvolvido em umas e outras nações latino-americanas. Mesmo que, segundo Guanche (2014), a singularidade de Cuba se evidencie, entre outros aspectos, na lógica dos problemas sociais debatidos hoje como assuntos cruciais no interior da ilha, assim como, na lógica das respostas levadas em conta, o autor destaca que foi escassamente considerado pelo debate social cubano contemporâneo, como, sob vários aspectos, Cuba também compartilha com as outras nações da região certo espectro de semelhantes problemáticas.

Se bem que nas ciências sociais cubanas, nas últimas décadas, prevaleceu uma visão de Cuba como 'caso único', no presente é um imperativo óbvio considerar as referências externas, sem as quais não pode ser entendida adequadamente a realidade cubana (ESPINA, 2008d, p.12).

---

mas por razões de tempo e espaço não podemos desenvolver esse debate neste documento. Usamos a categoria raça nos casos em que estamos citando a obra de outros autores que sim usam com a categoria.

Nos países capitalistas da região a "seletividade estrutural" (seleção e articulação à economia globalizada de grupos econômicos escolhidos por seu potencial competitivo) e a "estruturação centrífuga" (exclusão dos setores não competitivos), reflete-se de forma dramática na emergência de importantes distâncias sociais entre as elites e as camadas vulneráveis. Neste sentido, Espina (2008) assinala que o processo de re-estratificação e reforma que vivemos hoje em Cuba coloca-nos diante da pergunta: O país pode fugir dessas dinâmicas que geram uma profunda desigualdade social? Cuba conta com dois fatores que em qualquer caso poderiam atenuar as consequências de estar assistindo a processos geradores de desigualdade: o caráter gradual da reforma em curso, que dá margem para ir ponderando o impacto social e fazendo reajustes, assim como a capacidade redistributiva de suas políticas sociais.

Na política social que pautou a transição ao socialismo cubano, a equidade se concretizou a partir da integração de três princípios básicos mantidos até hoje: o princípio de igualdade absoluta (expressa a exigência ético-jurídica de garantir um espectro de direitos universais básicos inalienáveis e oportunidades reais para que todos os cidadãos possam desenvolver suas capacidades sem exclusão alguma); o princípio de solidariedade (inclui a atenção dirigida diferenciada a desvantagens e necessidades especiais de indivíduos e grupos sociais particulares, por motivo de deficiência, velhice ou desvantagens de natureza socioeconômica ou históricas); e, por último, o princípio de igualdade relativa ou proporcional (aceita-se a presença de desigualdades associadas à quantidade, qualidade e utilidade dos aportes do trabalho ou serviços de outro tipo, individuais e coletivos) (ESPINA, 2008a). Em Cuba, falar de pobreza e desigualdade social emergente significa, então, contextualizar esse cenário de importantes proteções sociais garantidas, para compreender sua singularidade.

Considerada já praticamente erradicada a pobreza na década dos 80, pelas medidas de forte caráter social que foram promovidas pelo governo, hoje se estima de forma conservadora que, no país, em torno de 20% da população está vivendo em condições de pobreza (ÁLVAREZ et al, 2004; ESPINA, 2008b, 2008d) e ainda é um número que vem aumentando (ÁLVAREZ et al, 2004).

Zabala (1999, 2008) assevera que se trata de uma total ausência da pobreza crítica ou extrema – bem como ausência de desnutrição, insalubridade e

insegurança –, devido essencialmente, como já descrevemos, a que não existem camadas sociais totalmente desprotegidas ou desamparadas pelo Estado dentro da sociedade cubana. Os mais empobrecidos têm acesso a serviços básicos como saúde, educação, alimentação e segurança social (ZABALA, 1999; ÁLVAREZ et al, 2004), dentro dos mesmos circuitos que o resto da população. Ou seja, não existe uma paridade entre sistemas públicos e privados, o que garanta a preservação de um nível considerável de integração social. Então, de que tipo de pobreza estamos falando?

Os estudos sobre pobreza em Cuba tiveram uma trajetória distinta dos da região. Até a década dos 80, foram escassas as pesquisas que abordavam o tema do ponto de vista teórico ou empírico. Assim, a preocupação acadêmica por essa problemática vai ganhar vigor só nos inícios dos anos 90 (ÁLVAREZ et al, 2004), quando se intensifica a crise econômica e se aplicam as primeiras medidas de ajuste estrutural. A crueza desses processos e seus profundos efeitos chamaram a atenção de acadêmicos e políticos de Cuba (AÑE, 2005), quando os estudos sobre pobreza, marginalização, desigualdade e exclusão social já contavam com uma longa data no debate social na América Latina. Assim, para Voghon (2013), ainda hoje, apesar de constatar-se um leve aumento dos estudos sobre estes temas em Cuba, existem importantes “vazios”, sobretudo em relação aos estudos culturais e de mapeamento das dinâmicas e perfis subjetivos associados aos novos padrões de estratificação social.

Para Añe (2005), depois de duas décadas aproximadamente de estudos, entre as perguntas mais instigantes que atravessam a reflexão estão as seguintes: por um lado, é a pobreza compatível com o socialismo? No socialismo é possível que determinados segmentos sociais fiquem presos nas redes da desigualdade social? Em último caso, o que significa que isso aconteça? Por outro lado, a pobreza em Cuba se expressa como nos outros países da região?

Nesse contexto, definir uma terminologia para falar de pobreza tem sido uma tarefa delicada. As definições propostas, grupos em desvantagem social (DIAZ et al, 1990 apud ZABALA, 2008); grupos vulneráveis (TORRES, 1993 apud ZABALA, 2008); população em risco de pobreza (FERRIOL et al. 1997 apud ÁLVAREZ et al, 2004); pobreza de renda (TOGORES, 2001 apud ZABALA, 2008); pobreza com proteção e garantias (FERRIOL; CASTIÑEIRAS THERBORN, 2005 apud ZABALA, 2008), e pobreza sem desamparo (ALONSO, 2006 apud VOGHON, 2013), falam

desse caminho emaranhado na definição do problema. Cada um desses termos cristaliza debates de implicações éticas e políticas dentro do pensamento cubano em torno do que implicaria falar de pobreza dentro de um projeto socialista.

Añe (2005) informa que o debate sobre como trazer à realidade cubana conceitos como pobreza ou desigualdade – construídos enquanto outras realidades sociais eram pensadas e enunciadas –, busca distinguir a forma como se dá o problema no caso específico de Cuba. Uma das diferenças mais importantes está dada pelo acesso gratuito de toda a população em Cuba a serviços que garantem um bem-estar básico, sem importar suas rendas. Enquanto em outros contextos tais serviços estão regulados pelas lógicas da privatização e da mercantilização, organizados através de relações comerciais, ou em sistemas paralelos, públicos e privados, com uma marcada diferença na qualidade entre uns e outros. As limitações e carências em torno desses serviços são traços típicos da condição de pobreza de camadas inteiras da população na América Latina. Álvarez et al (2004) informa que na região latino-americana, por exemplo, em nenhum caso são consideradas como necessidades básicas o ensino superior, os tratamentos médicos complexos, nem a posse de moradia.

Por outro lado, segundo dados da CEPAL de 2000, a população cubana continuava a ser, nesta data, a de menor desigualdade na América Latina e no Caribe segundo cálculos do coeficiente de Gini (ÁLVAREZ et al, 2004, p. 83). No entanto, pesquisas mais atuais sobre o coeficiente de Gini não foram feitas e o estado da arte das pesquisas sobre desigualdade e pobreza segue mostrando importantes lacunas, assim como falta de sistematização. Na atualidade não contamos com dados estatísticos para ilustrar e argumentar uma discussão científica sobre a problemática da desigualdade na sociedade cubana.

Voghon (2013) resume os centros de pesquisa e os autores cubanos contemporâneos cujos trabalhos destacam-se dentro do corpo de conhecimentos produzidos sobre pobreza e desigualdade até a data em Cuba:

- ✓ O Centro de Antropologia do Ministério de Ciência Tecnologia e Meio Ambiente, no qual destaca-se especialmente a pesquisa *¿Pobreza, marginalidade ou exclusão? Um estudo sobre o bairro Alturas del Mirador* (RODRÍGUEZ et al., 2004 apud VOGHON, 2013). Rodríguez (2004) apud Voghon (2013) salienta a relação entre os fenômenos da pobreza, marginalização e exclusão social em áreas da periferia da cidade,

assentamentos marginais associados ao déficit de moradias e às fortes migrações do campo à cidade. Essas áreas da periferia caracterizam-se por uma deterioração do ambiente, infraestrutura urbana inexistente ou em péssimas condições, junto a fenômenos de exclusão parcial – ou dificuldades de acesso – das coberturas universais de alguns serviços públicos e das estruturas de participação social local-comunitária estabelecidas. Ressaltam-se as pesquisas que indagam a dimensão racial do fenômeno da pobreza (VOGHON, 2013).

✓ O Departamento de Estrutura Social do Centro de Pesquisas Psicológicas e Sociológicas (CIPS), focado nos estudos sobre os processos de desigualdade e re-estratificação social, assim como políticas sociais, no qual destaca-se a obra de Espina (2004, 2008a, 2008b, 2008c, 2008d, 2008e, 2009, 2011, 2012, 2013).

✓ O Instituto Nacional de Investigações Econômicas (INIE) sobre populações em risco de pobreza, política social e reformas estruturais, com destaque para os estudos de Ferriol (2001, 2003, 2005) e Álvarez et al (2004).

✓ As pesquisas de Carranza (2006) e Togores (2006) apud Voghon (2013), vinculadas ao Centro de Estudos da Economia Cubana, focadas nas limitações do modelo econômico cubano para sustentar os programas de desenvolvimento social e a necessidade de reajustá-lo nesse sentido. Esses estudos contrastam a realidade cubana com o contexto latino-americano, marcado por dinâmicas sujeitas à mundialização do capitalismo. Analisam o fenômeno da pobreza e das desigualdades através de métodos comparativos entre grupos sociais, levando em conta os níveis de rendas e consumo das famílias.

✓ As pesquisas de Zabala (1996, 1999, 2008), da Faculdade Latino-americana de Ciências Sociais (FLACSO-Cuba) sobre família e pobreza, pobreza e raça em Cuba.

Qual é o panorama que descrevem os autores acima?

No estudo *Reforma Econômica e População em risco de pobreza em Havana no período 2001-2003* (AÑE, 2005; ÁLVAREZ et al, 2004), única pesquisa com dados estatísticos à qual tivemos acesso, desenvolvida pelo INIE em parceria com o Centro de Estudos de População e Desenvolvimento (CEPDE), se estuda uma

amostra representativa de lares de Havana com o objetivo de caracterizar a situação das famílias em risco de pobreza.

A pesquisa distingue fatores de risco, tanto internos como externos, próprios das famílias estudadas, que constituem traços de vulnerabilidade social. De fato, Añé (2005, p. 4) declara que “o estudo introduz o conceito de vulnerabilidade na análise da sociedade cubana”. Aqui a pobreza se operacionaliza como “insuficiência de renda que limita o consumo de alimentos e outros bens e serviços essenciais, manifestando-se também na privação de moradia ou na deterioração da mesma ou de seu equipamento” (AÑE, 2005, p. 5).

Segundo a pesquisa, são características essenciais dos lares em risco de pobreza em Havana, a presença de crianças, adolescentes, idosos sozinhos, incapacitados para o trabalho, pessoas dedicadas às tarefas domésticas, pessoas com salários baixos, desempregados e jovens que não estudam, nem trabalham.

Existe uma relação direta entre ocupação e rendas. Os lares com o nível de renda mais baixo de toda a amostra, aproximadamente 40% dos consultados, não têm nenhum membro economicamente ativo vinculado a empregos, subempregos, nem empregos informais. Nesse nível é mais elevada a porcentagem de pessoas dedicadas ao trabalho doméstico e de pessoas incapacitadas para trabalhar.

De modo geral, em lares de baixas rendas, aproximadamente 94,3% dos que têm emprego são assalariados do setor estatal e aproximadamente 10% restantes realiza atividades por conta própria, cujas rendas somente alcançam para sobreviver. Esses grupos têm uma mínima participação em empresas com investimento do capital estrangeiro, por exemplo, setor da economia que se encontra entre as melhores remunerações. Essa precariedade do emprego provoca sentimentos de insatisfação com o trabalho e também se vincula com a existência de redes de apoio e inserção social muito limitadas.

“Foi observado que a situação laboral e a atividade econômica que se realiza determinam, junto à composição etária da família, sua condição de desvantagem” (ÁLVAREZ et al, 2004, p. 82). Embora a escolaridade média dos adultos desses lares seja relativamente elevada –10anos aproximadamente, em média – é menor do que a escolaridade média da população de Havana em geral, para o ano da pesquisa. Predominam também os lares com mulheres e famílias de integrantes com cor da pele negra ou mestiça. Outras características de vulnerabilidade estão

associadas à presença de pessoas com problemas de alcoolismo, doenças crônicas e pessoas em conflito com a lei.

As famílias consideram que os três principais problemas que afetam sua vida cotidiana são a insuficiência das rendas, os problemas de alimentação e, em terceiro lugar, a deterioração das condições das moradias, assim como a escassez de transporte público. No estudo também se constata que as famílias em desvantagem têm acesso a serviços de saúde e educação e, devido a isso, destaca-se que os sentimentos de vulnerabilidade nesse sentido são minoritários em comparação com as outras preocupações, já que fazem uso desses serviços, em geral sem grandes dificuldades, na sua vida cotidiana.

As noções de pobreza que se expressam no imaginário social das famílias do estudo foram muito heterogêneas. Divergiam principalmente em função da situação que elas tinham antes das medidas de ajuste dos anos 90 e a situação socioeconômica a partir da crise, reformas e seus efeitos, segundo seu estrato. Esses efeitos consistem, de modo geral, na dificuldade para satisfazer necessidades básicas como a alimentação e a percepção do aumento das desigualdades sociais.

É relevante como os entrevistados distinguem a pobreza em Cuba da pobreza do resto dos países subdesenvolvidos. Várias décadas, em que prevaleceu uma concepção ampla da política social com garantias universais independentes do nível das rendas pessoais, deixaram uma profunda marca no imaginário social. Somente entre 30% e 35% da população dos estratos mais desfavorecidos percebe a si mesma como pobre, aspecto que resulta muito interessante. Por outro lado, em todos os estratos existem grupos com rendimentos médios que se auto classificam como quase pobres, já que sentem que sua situação se aproxima à pobreza, o que mostra um sentimento generalizado de insatisfação com as rendas que se recebem a título do trabalho e as possibilidades reais de consumo garantidas por essas rendas.

Morales (2011a) faz referência à insatisfação de uma parte da população cubana com seus níveis de acesso aos bens e serviços, assim como a falta de efetividade das vias e mecanismos tradicionais de inserção social, para reverter a situação. A autora informa sobre diversos aspectos subjetivos: a percepção de estar nessas situações gera menos-valia e frustração, assim como atitudes de automarginalização. Essas vivências reduzem as possibilidades de cada sujeito ou grupo para elaborar um enfrentamento construtivo. Segundo Morales (2011a), se

renovaram a mendicidade, a prostituição, a dependência às drogas, comportamentos que apesar de não serem aceitos abertamente, têm encontrado uma débil oposição em alguns setores sociais. Assim, incrementou-se a discriminação sobre determinados indivíduos ou grupos, devido a suas características sociodemográficas, econômicas, culturais ou religiosas não serem representativas dos padrões de sucesso e poder que tratam de se impor. Aceitação ou rejeição têm despertado, segundo o caso que for, o fortalecimento de algumas identidades individuais e coletivas ou seu enfraquecimento.

Para Álvarez et al (2004), um dos principais fatores associados ao aumento da desigualdade de renda é a existência da “dupla moeda”<sup>8</sup>, o que produz uma segmentação importante do acesso dos lares e indivíduos ao consumo. Bens de consumo básicos somente são ofertados no mercado em moeda nacional em quantidades insuficientes ou no mercado em divisas, pelo qual as famílias sem rendimentos financeiros nessa última moeda encontram-se numa situação de marcada desvantagem.

As condições associadas à desigualdade social mais importantes que se aprofundam em Cuba hoje são o gênero, a cor da pele, a territorialidade e a posição na estrutura sócio-ocupacional (ZABALA, 1999, 2008; ESPINA, 2008; MORALES, 2011, 2011a, 2013). Em sentido geral, o "aumento da vulnerabilidade" trouxe como consequência a sobre-representação dos jovens, das mulheres e dos negros nos territórios mais pobres e nos grupos mais marginalizados; a escassa representação deles nas atividades econômicas vantajosas – turismo, negócios conjuntos associados ao capital estrangeiro, etc. – nos grupos profissionais melhor qualificados, no trabalho intelectual, no setor privado emergente, assim como nos cargos de gestão administrativa (MORALES, E., 2012; ESPINA, R.; RODRÍGUEZ, 2006; ESPINA, 2008). Nota-se também a escassa representação de jovens com cor da pele negra e das camadas mais humildes nas universidades (ALMEYDA; BUENO, 2015; ESTEVEZ, 2015), entre outros.

Vários autores informam que, juntamente coma vulnerabilidade de determinados grupos, está presente a reprodução e o sustento de estereótipos negativos no imaginário social: estereótipos de gênero (ESPINA, 2008b),

---

<sup>8</sup> Existem duas moedas legalmente na economia cumprindo as funções do dinheiro, devido à dificuldade da moeda nacional, o “peso cubano”, de cumprir tais funções, depois da crise dos 90 que afetou fortemente o sistema produtivo. A posse de uma moeda ou outra determina o tipo de consumo ao qual os lares têm acesso, o que traz consigo diferenças entre uns lares e outros.

preconceitos e discriminação racial (MORALES, E., 2012; ZABALA, 2008; MORALES, 2013; ESPINA, R.; RODRÍGUEZ, 2006), estigmas sobre a pobreza e sobre determinados territórios urbanos e rurais (ZABALA, 1999, 2008; MORALES, 2009, 2011a).Álvarez et al (2004, p.83) afirma:

A vulnerabilidade constitui um aspecto a considerar na sociedade cubana atual, que assiste à modificação da sua estrutura de oportunidades<sup>9</sup> e à emergência de uma heterogeneidade nas condições de vida da população.

Para Álvarez et al (2004), a vulnerabilidade, de fato, constitui “uma característica de uma faixa importante da população, não exclusiva das famílias de baixasrendas, já que as famílias identificadas como de maiores salários<sup>10</sup> mostram também características muito próximas às de pior situação. Ainda, todas essas famílias, em geral, compartilhavam algumas das características típicas dos lares vulneráveis na região, quanto às condições materiais de vida e o acesso a determinados bens.

Nesse contexto, Espina (2008b) considera que se trata, ainda, de subjetividades cruzadas, contraditória e potencialmente conflituosa: por um lado, estão os grupos sociais mais favorecidos, que exibem uma alta capacidade de inovação, sustentada numa alta qualificação e flexibilidade para avaliar os contextos e aproveitar as oportunidades. Por outro, estão as camadas de escassas rendas, com uma visão pessimista do futuro e uma projeção clientelista. Para a autora, o panorama socioeconômico de Cuba mostra que o modelo socialista não pode ser reduzido à homogeneização social radical, já que os processos que lhe são inerentes têm um alto nível de complexidade. Representa um modelo de relações sociais alternativo ao das sociedades capitalistas, complexo demais, com base na busca de um equilíbrio na tensão entre heterogeneidade e igualdade.

A partir desta perspectiva, a heterogeneidade e a diferenciação econômica que caracterizam a estrutura social não são resíduos não superados do capitalismo, mas constituem um traço inerente do próprio sistema socialista. Elas existem, de forma explícita ou latente, através de relações sociais contraditórias – com

---

<sup>9</sup> O uso do termo ‘estrutura de oportunidades’ corresponde, como veremos no próximo subcapítulo, com o modelo teórico dos autores latino-americanos que, em vínculo com a CEPAL, impulsionaram os estudos sobre vulnerabilidade social na região desde meados dos anos 90.

<sup>10</sup> Segundo dados da ONEI (Secretaria Nacional de Estatísticas e Informação), em 2015, o salário médio em Cuba ascendeu a 687 pesos mensais que, segundo a taxa de câmbio vigente no país, equivale a 27, 48 CUC, o que resulta um salário real com um poder aquisitivo muito baixo. As causas pelas quais a problemática do salário é tão difícil de resolver têm a ver com uma complexa relação de fatores econômicos, macroeconômicos, que por questões de foco não podemos tratar aqui, mas existem trabalhos a respeito que podem ser consultados.

diferenças e conflitos de interesses que nem sempre podem ser harmonizados – entre diversos setores sociais. Desigualdades em matéria de cor da pele, gênero, posição ocupacional e territorialidade, se reproduzem de geração em geração e socavam o princípio da justiça social ao fortalecerem padrão de diferenças socioeconômicas que não é resultado do trabalho. Trata-se, assim, da desvalorização do trabalho como meio de satisfazer necessidades e como mecanismo de mobilidade social ascendente, devido ao baixo poder aquisitivo dos salários. Compreender o significado profundo da re-estratificação, analisar sua capacidade para gerar novas relações sociais e, por último, um novo tipo de sociedade, requer um esforço teórico e de pesquisa que apenas está começando a desenvolver-se. Este tema permanecerá estendendo-se a um ritmo considerável na agenda das ciências sociais cubanas e no debate político na ilha (Espina, 2008b).

Por último, Espina (2008b), convoca a diálogos interdisciplinares para compreender o processo de re-estratificação social que vive Cuba. A socióloga aponta que o mais importante é enfatizar o problema das diferenças e desvantagens sociais de qualquer tipo, assim como suas consequências para a formulação de políticas sociais. Seguidamente, a autora destaca como essencial a importância da subjetividade no sentido de resgatar as possibilidades de autotransformação dos grupos e indivíduos, em termos de ações sociais.

### **1.1.2 A questão do político no contexto atual.**

Privilegiar o tópico da subjetividade, assim como as possibilidades de transformação e ação dos indivíduos, leva-nos a pensar no lugar que a política está tendo dentro da dinâmica social que acompanha a atual reforma. A pesquisa *Atores econômicos e sujeitos da política? A reforma cubana e os trabalhadores autônomos*, estudo singular e com poucos antecedentes, foi o único estudo encontrado sobre o processo de atualização do modelo econômico cubano que aborda o tema das subjetividades políticas. Torres e Ortega (2014) exploram a cultura política de importantes atores econômicos dentro da sociedade cubana atual, especificamente, os trabalhadores por conta-própria, cuja atividade laboral está totalmente desvinculada do setor estatal. Embora a pesquisa centre sua análise nesse grupo particular, a partir dos resultados encontrados, as autoras colocam dados e reflexões visando problematizar os impactos da atual reforma, para além do seu

conteúdo econômico, privilegiando-se um olhar sobre os complexos processos de constituição das subjetividades políticas.

Embora os traços das subjetividades políticas dos trabalhadores autônomos, revelados no citado estudo, não possam ser generalizados a outros grupos e camadas da população cubana, queremos compartilhar alguns dos resultados apresentados por Torres e Ortega (2014), já que, ao nosso ver, permitem refletir sobre o contexto cubano, levando em conta a dimensão política no atual período de mudanças.

Torres e Ortega (2014) assinalam que entre os entrevistados existe a crença de que são limitados os espaços reais de participação cidadã. Para eles os depoimentos da população nesses espaços não são levados em conta, nem determinam o curso das transformações. Por outra parte, os depoimentos dos participantes da pesquisa consultada informam que o sistema eleitoral e os processos de representação não permitem a intervenção política real da cidadania. De modo geral, as culturas políticas exploradas se caracterizam por débeis conhecimentos sobre o sistema político e os mecanismos institucionais de participação. Também prevalecem as soluções individuais ante os problemas vividos. Existe uma ausência de mecanismos efetivos de participação, de espaços de opinião pública e deliberação e pouca credibilidade nos mecanismos de participação existentes. Segundo as autoras, o anterior diz respeito à existência de “uma crise de representatividade no nível das culturas políticas” (TORRES; ORTEGA, 2014, p. 70). Comparar com períodos anteriores não foi possível, pois não encontramos pesquisas com objetivos semelhantes em datas anteriores.

Assim, evidenciou-se a crítica sobre a falta de legitimidade dos representantes políticos da base que não chegam a desempenhar papéis relevantes nos processos de tomadas de decisões políticas, enquanto existe a noção de que o poder político se concentra nos níveis mais elevados de representação. Segundo Torres e Ortega (2014, p.71), isso determina que, nos seus depoimentos, “os trabalhadores entrevistados não percebiam a si mesmos como atores nem sujeitos políticos”. A política é considerada só como aquilo que os (líderes) políticos fazem no contexto específico do Estado, da administração, da lei.

Afastada da vida cotidiana e do comum, a política é entendida como um âmbito reservado de poder vertical e liderança nos altos níveis. Nos espaços aos quais pertencem os “cidadãos comuns”, como a comunidade, os conselhos

populares e as organizações políticas da base, não existem possibilidades de uma gestão efetiva. O cotidiano não é reconhecido como campo de luta e negociação de poderes na busca de soluções aos problemas comuns. A imaginação política se afasta dos espaços institucionais que a limitam (TORRES; ORTEGA, 2014).

No imaginário social dos entrevistados se evidencia um processo de diferenciação social: por um lado, estão os políticos que tomam decisões, “os de lá em cima” –esses políticos não são reconhecidos por seu poder econômico, ou seja, não são considerados “ricos” –, e, por outro, os cidadãos comuns, os de “aqui embaixo”. A desigualdade se apresenta como um dos conteúdos das subjetividades políticas emergentes na pesquisa. Ela se expressa, de modo geral, no reconhecimento da existência de melhores oportunidades e condições de vida para os que representam a “classe política”, assim como para os novos empresários e estrangeiros com negócios em Cuba, os “ricos”.

Nesse cenário, a noção do coletivo e valores como o compromisso social e a responsabilidade com o comum, são vivenciados através de intensos conflitos subjetivos. Fica evidenciada “uma tensão importante entre o individual e o coletivo” (TORRES; ORTEGA, 2014, p. 79). Assoluções ensaiadas ante a situação de crise econômica privilegiam os benefícios individuais e familiares e, muitas vezes, supõem o prejuízo de interesses coletivos. A partir da crise da década de 1990, a família e o indivíduo tornaram-se os espaços de referênciaprivilegiados, ao contrário de períodos anteriores, em que prevalecia o compromisso coletivo. A família se torna centro da “preocupação e satisfação dos sujeitos e âncora social fundamental” (TORRES; ORTEGA, 2014, p. 64).

A descrença nos sistemas de representação, nos espaços formais para a participação e a tendência à individualização das metas pessoais, presentes no grupo de trabalhadores autônomos, será um traço característico de outros grupos na sociedade cubana? Como se expressarão esses aspectos das subjetividades nos jovens, particularmente, aqueles em desvantagem social? Os resultados da pesquisa vão trazer luz sobre estes aspectos.

Na conjuntura atual, o maior desafio para as Ciências Sociais é, sem dúvida, que a virada subjetiva no curso de múltiplas mudanças está se tornando imprevisível. Isto acontece num contexto onde imperou por décadas o caráter teleológico dos processos sociais, com base num modelo de sociedade e de ser humano fortemente esquematizado, fundado em preceitos assumidos massivamente

e associados à ideologia do socialismo e do homem novo que, no começo da década de 60, Ernesto Guevara descreveu em seu emblemático ensaio *El socialismo y el hombre en Cuba (O Socialismo e o homem em Cuba)* (GUEVARA, 1965). Mesmo quando este ideal de homem novo seja apresentado no texto citado como inacabado, em constante construção, e com um importante foco no sujeito individual, faz referência o tempo todo a uma vanguarda política mais avançada ideologicamente que marca o trajeto e guia as massas.

Resumindo, a culpabilidade de muitos de nossos intelectuais e artistas reside no seu pecado original: não são autenticamente revolucionários. As novas gerações virão livres do pecado original (GUEVARA, 1965).

Mas, apesar deste agouro, hoje os jovens são precisamente os que desafiam com mais força a teleologia do sistema, através de seus valores, ideais, pontos de vista, metas e interesses pessoais, pautas de comportamento, formas de participação e expressão, vivências individuais e coletivas. Enquanto o governo do país está chamando com urgência para uma mudança de mentalidades para superar a crise e assumir o novo modelo econômico, a juventude cubana está marcando o rumo dessa mudança que escapa, sem dúvidas, às intenções desse chamado. Ele discorre pela via de eixos simbólicos ainda inexplorados pelas ciências sociais.

## 1.2 JUVENTUDE CUBANA EM CONDIÇÃO DE DESVANTAGEM SOCIOECONÔMICA.

### **1.2.1 Jovens e a problemática do emprego na América Latina: criando um contexto mais amplo para a análise do caso cubano.**

Não são poucas as pesquisas sobre juventude na América Latina, de enfoques diferentes, nas últimas décadas. Ao trazer alguns traços gerais que poderiam estar caracterizando a condição juvenil na região latino-americana estamos ciente de que a América Latina não é um bloco homogêneo. No entanto, queremos salientar um fato importante em relação a muitas das problemáticas que aqui serão discutidas. O modelo neoliberal é uma condição compartilhada por muitos países latino-americanos – como o foram a colonização e a escravidão em séculos passados – que atravessam processos de desregulação econômica, privatização, flexibilização e precarização do trabalho e redução do gasto público. Como consequência desse padrão de “desenvolvimento” os países da região afetados por ele também afrontam problemáticas sociais muito semelhantes, ainda que em cada contexto se expressam de modo singular, de acordo com particularidades históricas e sociopolíticas, que não podem ser obviadas. Salientar a partilha de certas condições sistêmicas ajuda a pôr de relevo o que América Latina tem de comum – para além das questões culturais –, em matéria de riscos sociais e desafios políticos –o que no imaginário dos latino-americanos ajudaria a viabilizar diálogos e articular experiências.

Este subcapítulo tem o intuito de apresentar um levantamento de questões que complementam a análise das problemáticas vividas pelos jovens nesta pesquisa. O diálogo entre a realidade cubana e outras realidades não visa homologar nem equiparar contextos, cujas condições econômicas, políticas, históricas, culturais e sociais são diferentes. Trata-se, em primeiro lugar, de ter à mão referenciais mais amplos na hora de compreender como se dão determinadas problemáticas no contexto cubano. Trata-se também de conectar o pensamento social cubano de forma mais aberta com o campo de debate e discussão científica sobre os grandes problemas sociais que tocam o sul. Isso, porque a influência da globalização como processo de dominação capitalista em escala global, no seu desdobramento como dominação econômica e cultural, também atinge a sociedade

cubana. Cuba está inserida no que Wallerstein (1997) denomina sistema-mundo capitalista, que funciona sob a lógica do mercado e da expansão do capital. É claro que a análise demandará, definitivamente, realizar um deslocamento que permita compreender como as problemáticas globais dão-se nas condições específicas do socialismo cubano. Essa compreensão somente pode decorrer, em última instância, de uma contextualização e um olhar de dentro de Cuba, mas precisa também de colocarmos em perspectiva o contexto cubano em relação ao mundo. Sobretudo num momento em que a abertura ao setor não estatal – inclusive, quando ele é um setor com um papel reduzido e limitado dentro da organização da sociedade cubana, tanto nos planos econômicos, como políticos e sociais – facilita a emergência de dinâmicas e processos próprios do capitalismo. A emergência do setor não estatal gera uma mistura de elementos contraditórios e /ou antagônicos coexistindo no curso das transformações. A diferença entre o socialismo cubano e o padrão de “desenvolvimento” neoliberal de outras sociedades não justifica que em Cuba sigamos analisando o social sem olhar para o que acontece em outros contextos vizinhos. Semelhanças e diferenças podem ser colocadas em perspectiva com o objetivo de trazer inteligibilidades sobre processos que estamos vivendo em Cuba e vice-versa.

As Ciências Sociais em Cuba chegam com certa demora a tratar e estudar questões que, como pobreza ou desigualdade, são temas de longa data na América Latina. Tem sido difícil a assimilação dessas categorias e referenciais dentro do pensamento e da narrativa cubana que tenta dar conta da realidade social. Sobretudo, é difícil porque se precisa de um referencial teórico próprio, a saber, baseado em pesquisas e produções teóricas sobre o contexto cubano. Mas, em temas como juventude-pobreza-subjetivação, por exemplo, os estudos são escassos, mais descritivos do que analíticos, e não existe uma sistematização. De modo que, olhar para a América Latina, região determinada por muitos condicionamentos comuns – históricos, geopolíticos, econômicos, culturais –, mas também muito heterogênea e complexa, supõe um desafio importante. Então, será apresentada uma análise emergente, tecida aos poucos, muito “jovem” ainda.

O primeiro aspecto que resulta relevante nos estudos sobre juventude na região latino-americana é o destaque da condição de vulnerabilidade associada à pobreza e à desigualdade que condiciona, de modo crítico, a existência de uma parte importante dos jovens (RODRÍGUEZ, 2007). Os jovens dos grupos sociais

mais vulneráveis estão sujeitos a uma dupla violência, a saber, sofrem a condição de pobreza e enfrentam o estigma e a criminalização pela cor de sua pele, origem étnica, local de moradia, critérios políticos, entre outros.

Rivera-González (2013) salienta algumas das principais problemáticas reconhecidas pela CEPAL que afetam principalmente os jovens pobres, contribuindo para delinear um panorama mais geral:

- ✓ Diante a ausência de oportunidades, a violência e o delito tornam-se alternativas de vida em idades precoces.
- ✓ Apesar do maior acesso à informação são poucas as oportunidades de participar da tomada de decisões políticas sobre questões que lhes afetam.
- ✓ São uma população propensa a morrer por causas como o consumo de drogas, violência física, participação do crime organizado, doenças sexualmente transmissíveis, suicídios, feminicídios, gravidezes indesejadas.
- ✓ Participam de trajetórias migratórias cada vez mais perigosas, arriscadas e regularmente são marginalizados nos locais de destino, onde enfrentam severos problemas para integrar-se culturalmente e regularizar sua condição migratória em um contexto de ausência de direitos.

O tema da violência mostra talvez uma das faces mais delicadas e complexas da problemática da pobreza. Segundo os dados da Organização Pan-Americana da Saúde (OPS) os homicídios, em particular, afetam a países como Colômbia, Brasil, El Salvador e Venezuela, representando entre 40 % e 65 % do total das causas de mortes entre homens jovens. Nestes países morrem por homicídios entre cem e duzentos jovens em cada mil, cifras assustadoras (RODRÍGUEZ, 2007).

Atrás destes números há rostos concretos de jovens de toda a região [...]. Em países como a Colômbia, estes rostos mostram de forma expressiva o drama dos chamados "*niños soldados*" (crianças soldados) (adolescentes recrutados pelas forças paramilitares) ou dos "*sicários*" (adolescentes contratados para matar). Enquanto, em Buenos Aires encontramos os rostos dos chamados "*pibeschorros*" vinculados a toda classe de delitos (ALARCÓN, 2003). Paralelamente, em grande parte da América Central estes rostos nos mostram a situação de jovens vinculados ao fenômeno das quadrilhas em várias cidades do Brasil ("ganguês"), do México e de quase todos os países latino-americanos [...]. Estamos falando de jovens profundamente afetados por uma violência que é estrutural em contextos de violação reiterada de direitos humanos (WIELANDT, 2005). (RODRÍGUEZ, 2007, p.543).

Relacionado ao tema da violência, a problemática das **migrações** ganha destaque no contexto atual:

Segundo estimativas das Nações Unidas para o ano de 2013, aproximadamente 232 milhões de migrantes internacionais percorriam o mundo fugindo da pobreza, das violências, dos conflitos sociais e armados e das precárias condições de seus países de origem. Segundo esses dados, os/as jovens entre 15 e 24 anos de idade constituíam 10% do total de pessoas migrantes (Global Migration Group, 2014 apud ECHEVERRI, 2017).

Echeverri (2017) chama a atenção sobre a heterogeneidade dos projetos migratórios dos jovens na América Latina e os sistemas de opressão heterárquicos, variáveis e complexos que determinam suas migrações.

Trazemos o conceito de “jovens em migração” ou “jovens migrantes”, que permite levar em conta de uma forma ampla, mas rigorosa, um conjunto de dinâmicas muito diversas: jovens que viajam por si mesmos de forma autônoma ou como parte de uma migração familiar, aqueles que ficam encarregados dos familiares no local de origem, os que vão para estudar (qualificados), os que fogem forçadamente, os que não migram. Dinâmicas migratórias que, em todo caso, estão determinadas pelo que acontece e segue acontecendo em seus locais de origem (ECHEVERRI, 2017).

A autora salienta como para o caso particular dos jovens colombianos migrantes na Espanha, o contexto de origem – um conflito armado e múltiplas violências que operam há mais de cinco décadas na Colômbia – apresenta-se como um fator particularmente relevante na hora de tomar as decisões de migrar e não voltar (ECHEVERRI, 2010, 2017).

As violências e o conflito armado que a Colômbia ainda vive há mais de cinco décadas têm permeado a vida cotidiana dos/das jovens, que fogem e cruzam as fronteiras internacionais em busca de abrigo e proteção para suas vidas. Filhos e filhas do exílio e da migração internacional forçada migram para salvar suas vidas. Suas migrações estão marcadas pela dor e a incerteza. Migram sem tempo, sem sonhos, e apenas se alimentam de precárias expectativas feitas com pressa, durante tediosas viagens que rompem suas vidas (ECHEVERRI, 2010, 2012 apud ECHEVERRI, 2017).

De modo geral, o quadro descrito pela autora, se bem que focaliza na situação dos jovens colombianos, traz aspectos comuns que caracterizam o quadro de vulnerabilidade dos jovens migrantes na América Latina: a heterogeneidade e incerteza dos processos migratórios, sua ligação com processos de violência e pobreza no local de origem e com processos de marginalização no local de destino.

Outro ponto de encontro das pesquisas sobre juventudes na América Latina é a consideração da juventude como construção social, que significa uma

desconstrução da noção essencialista das perspectivas desenvolvimentistas que fixam um conjunto de atributos universais à noção de idade. Essa se apresenta como uma ideia bastante aceita, ainda, recorrente nas narrativas sobre juventude.

Assim, o uso do termo “juventudes” no lugar de “juventude” diz respeito às múltiplas formas de expressão da condição juvenil no contemporâneo, dependendo de determinações próprias da situação social de vida e o contexto sociohistórico de cada jovem ou grupo de jovens (ABRAMO, 1997; SPOSITO, 2003; DAYRELL, 2003; VOMMARO, 2013; RIVERA-GONZÁLEZ, 2013). Fazer referência aos jovens hoje supõe a enunciação de múltiplas articulações (REGUILLO, 2012).

Construir uma noção de juventude na perspectiva da diversidade implica, em primeiro lugar, considerá-la não mais presa a critérios rígidos, mas sim como parte de um processo de crescimento mais totalizante, que ganha contornos específicos no conjunto das experiências vivenciadas pelos indivíduos no seu contexto social. Significa não entender a juventude como uma etapa com um fim predeterminado, muito menos como um momento de preparação que será superado com o chegar da vida adulta (DAYRELL, 2003, p. 42).

A diversidade da condição juvenil no contemporâneo, está alertando da importância de deslocar os estudos sobre juventude dos contextos institucionais e escolares para trazer a experiência e condições de vida de outros jovens em Cuba – os que não estudam nem trabalham, o fazem de forma acidentada ou interrompida ou trabalham e estudam ao mesmo tempo –, isto é, quebrar a ligação “jovem=estudante”. Esta ligação expressa certa idealização da condição juvenil em Cuba, de cunho normativo, a saber, o lugar dos jovens sempre foi e seguirá sendo a escola, as problemáticas que atingem aos jovens são da ordem da vocação, da formação, das motivações, da sexualidade, da participação nos contextos e dos modos estabelecidos. A existência de um patamar de temas privilegiados nos estudos sobre jovens, enquanto outros temas são menos visibilizados, parece ser uma qualidade mais global do que própria do contexto cubano. Castro (2009, p. 479) salienta que, de modo geral, “sexualidade, identidade, relações com pares e questões ligadas à vocação profissional, têm sido frequentes na produção de trabalhos sobre a juventude”, o que coincide com o estado da arte das pesquisas sobre jovens em Cuba.

O quebre dessa ligação que fixa a categoria de jovem à de estudante – no lugar da categoria de sujeito – pode abrir uma brecha para a emergência de um conjunto de temáticas que antes não foram associadas ao suficiente ao universo das

questões tratadas em torno da juventude cubana, tais como pobreza, marginalização, desigualdade, ação, política, participação, subjetivação, autonomia, consumo. Já existem autoras pioneiras nesse sentido, como será visto a seguir nos próximos subcapítulos, porém fica um longocaminho de produção e sistematização de conhecimentos por recorrer.

O reconhecimento das “juventudes” como categoria heterogênea não está a parte da existência de um conjunto de aspectos que podem chegar a ser comuns nesse período da vida, pelo contrário. O modo como se dão esses aspectos vai determinar a condição juvenil como construção / produção de cada sociedade particular. Entretanto aspectos sobressai a saída da casa dos pais.

Para o jovem, “sair de casa”, no sentido de assumir-se como integrante da *polis* ou da nação, significa entender-se como “tendo a ver” com o estado de coisas ao seu redor e interpelado a responsabilizar-se por elas (CASTRO, 2008, 253).

A saída de casa desdobra-sena busca da autonomia econômica, na transição da escola aomundo do trabalho; numa imersão mais ampla nos espaços públicos para além da escola; na consolidação de critérios próprios que passam ter mais peso nas escolhas; na presença de interesses por questões que, como a política ou a arte, dizem respeito a um universo de sentidos muito mais imbricados na vida coletiva. Não se pode falar de um padrão único, pois tais processos se relacionam em grande medida à situação social de vida do jovem, não somente atual, mas também histórica, a partir da qual ele vai fazendo escolhas que sempre se relacionarão a determinado escopo de liberdade e de condições de possibilidade.

Nesse contexto queremos salientar a **inserção no mercado do trabalho**. Ela tem importância fundamental e vai ser um dos eixos que vai conduzir a leitura sobre a condição de vida dos jovens nesta pesquisa. De modo geral, a problemática do emprego se coloca como uma das questões amplamente estudadas em relação à condição juvenil pelo papel tão importante que ocupa nessa etapa da vida. É na juventude onde se estabelece a conexão decisiva entre educação e trabalho, aspecto chave em relação às possibilidades de integração social e desenvolvimento dos jovens. O trabalho continua a ser a base fundamental para os jovens atingirem uma autonomia mais plena, questão altamente valorizada por eles. O passo da escola ao trabalho representa a transição da dependência à autonomia. Esforços

para continuar se formando muitas vezes coincidem com a necessidade e o desejo de trabalhar e sustentar-se (CEPAL, 2014).

Segundo dados da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), na América Latina e o Caribe, um a cada cinco jovens –21 % do total de jovens da região (quase 30 milhões) –, declararam não estar estudando nem trabalhando, sendo as jovens mulheres o grupo mais afetado. Enquanto hoje os níveis de formação e capacitação dos jovens são mais altos do que em épocas anteriores, com melhor domínio das novas tecnologias e mais adaptabilidade aos novos contextos, a taxa de desemprego de jovens, em média, é três vezes maior do que a de adultos. Os jovens desempregados são mais de 40% do total de desempregados da região latino-americana (OCDE/CEPAL/CAF, 2016). Além disso, mais da metade dos jovens (55,6%) tem um emprego informal, o que representa baixos salários, instabilidade laboral, desproteção e violação de direitos laborais (OIT, 2013).

As taxas de desemprego são muito mais elevadas no caso de jovens com idade mais baixa com menor nível educacional e que provêm de famílias pobres ou vulneráveis. Aproximadamente dois terços dos jovens da América Latina provêm de lares pobres e vulneráveis. Para eles, o risco de permanecer na pobreza é alto demais, já que as possibilidades de estarem desempregados são notadamente maiores. Enquanto a taxa de desemprego para jovens de classe média é de 7%, para jovens de lares extremamente pobres é de 24, 6% e para os de lares moderadamente pobres é de 20 %. A falta de boas oportunidades de emprego é um dos fatores chave que faz com que os jovens fiquem desempregados (OCDE/CEPAL/CAF, 2016).

As transformações no mercado do trabalho impulsionadas pelo neoliberalismo, causantes da grande precarização do emprego, afetam de forma especial os jovens que estão se inserindo, de um modo ou de outro, pela primeira vez, no mercado laboral. Filgueiras (2001) destaca, entre as transformações importantes no mundo do trabalho, as seguintes: a perda da relevância do trabalho assalariado estável, protegido e formal em relação a outras formas organizativas e contratuais; o crescimento de empregos precários; a mão de obra se tornou mais heterogênea e segmentada e, por fim, o enfraquecimento das condições que sustentavam “a carreira profissional”, desenvolvida com base na sucessão de posições e ascensões. A incerteza se impõe como a maior ameaça para o jovem. O

caráter casual, informal e precário do emprego faz com que se enfraqueçam os mecanismos tradicionais que associavam o emprego formal à segurança social e à atenção médica.

No caso do Brasil, Alves (2014) faz referência a uma situação crítica de precariedade laboral. Para Antunes e Praun (2015) trata-se da intensificação de uma crise estrutural, que os autores definem como a persistente tendência à “precarização estrutural do trabalho em escala global”. Alves (2014, p. 91) salienta que no contexto brasileiro, “o crescimento da flexibilização trabalhista e a precarização das relações do trabalho que se inicia na década de 1990 – a “década neoliberal” – prosseguiu com vigor, na década de 2000”, em que, “apesar da queda do desemprego aberto, ampliou-se a mancha de precariedade laboral”. Entre os aspectos associados à precariedade o autor cita:

O adiamento da entrada dos jovens no mercado de trabalho; o desemprego no início das trajetórias de vida; e o conseqüente aumento da competição pelas posições de mercado. Ou seja, a escola adquiriu cada vez maior centralidade nas chances de inserção dos jovens, mas *essas chances tornaram-se muito mais restritas e de acesso mais lento* em comparação com os jovens de gerações anteriores (itálica do autor)(ALVES, 2014, p. 91).

**Relação estudo-trabalho** é uma questão de peso e faremos um parêntese para fazer referência à problemática educacional que antecede a inserção no mundo do trabalho.

Em 2000, a taxa de analfabetismo funcional no Brasil era de 16,3% na faixa entre 20 e 24 anos e de 15,1% na faixa de 15 a 19 anos. [...] Apesar das oportunidades escolares, se considerarmos o total da população jovem (entre 15 e 24 anos), verificamos que mais da metade continuava fora da escola no ano 2000 (cerca de 18 milhões). Destes, a maioria (cerca de 57%) não tinha completado o ensino fundamental obrigatório (SPOSITO, 2003, p. 15).

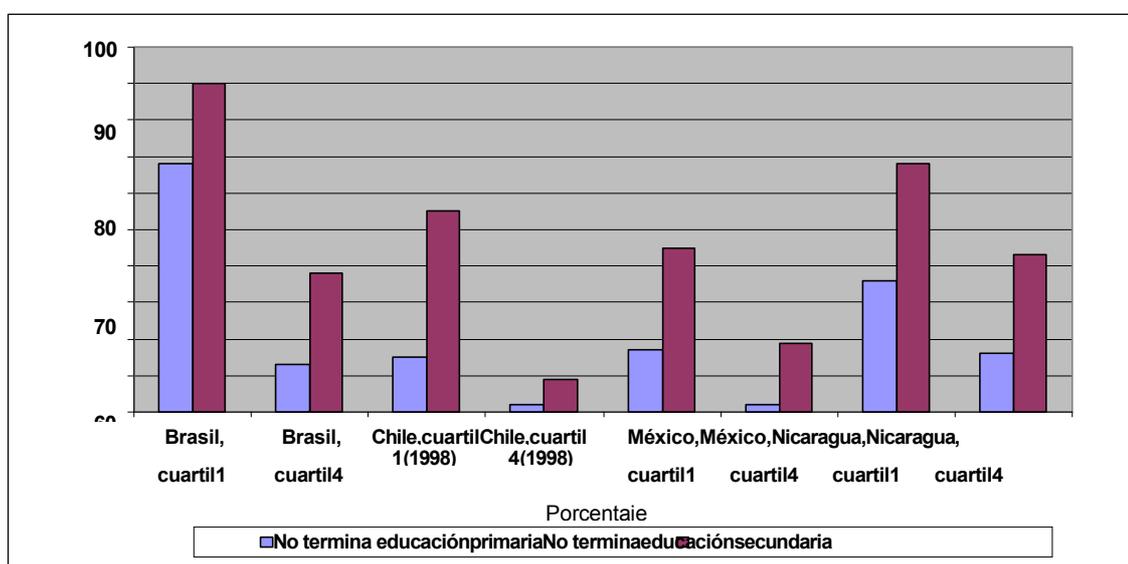
Estes indicadores concretos trazidos pela autora indicam a situação de crise da educação que afeta setores importantes das juventudes brasileiras. Mas, é uma situação que não se limita ao Brasil. Por exemplo, o GRÁFICO 1. mostra a condição específica de quatro países da região (Brasil, Chile, México e Nicaragua) em 2001, em relação ao abandono escolar.

O abandono escolar é resultado de escolhas dos jovens atravessadas e limitadas por múltiplos fatores, entre os que Vignoli (2001) salienta: a falta de recursos mínimos das famílias para sustentar que os filhos sigam assistindo à escola; a frustração dos jovens quanto às expectativas de mobilidade social

ascendente com base nos estudos devido à precariedade das condições de trabalho e dos salários; a existência de mecanismos alternativos para começar a ganhar dinheiro de modo imediato, às vezes por vias, inclusive, ilegais.

Do ponto de vista sistémico, tanto os dados de analfabetismo funcional, quanto de abandono escolar, refletem uma expressiva deterioração dos sistemas de educação pública como resultado da negligencia do Estado, da redução do gasto público e da privatização do setor educativo.

GRÁFICO 1: Logro educativo de jovens de famílias de renda mais alta (quartil 4) e de renda mais baixa (quartil 1)



Fonte: CEPAL, 2001.

Amplios setores da juventude ficam desprovidos da possibilidade de se formar ou, quando se formar, o fazem em condições muito precárias, o que vai ao encontro com a situação de pobreza que vivem em um contexto de expressiva desigualdade. O analfabetismo funcional e o abandono escolar correspondem claramente com um padrão de desigualdade, a saber, são mais acentuados para os pobres.

Vignoli (2011) destaca que a diferenciação socioeconômica entre instituições educativas públicas e privadas se acrescenta, consolidando-se a vulnerabilidade dos jovens pobres que assistem a escolas com grandes deficiências, tanto em matéria de infraestrutura como docente.

Os sistemas de educação pública perderam claramente sua capacidade de integrar a diversidade socioeconômica das sociedades e, em lugar disso, hoje assistimos ao estabelecimento de uma fronteira bem delineada entre

sistema público e privado, [...] o que contribui para intensificar as vantagens e desvantagens que existem entre uns estratos e outros da sociedade (VIGNOLI, 2001, p. 45)

Nesse contexto, a transição da escola ao trabalho hoje é uma experiência cada vez mais crítica que, no lugar de garantir uma maior segurança para os jovens, os coloca frente a circunstâncias de maior incerteza e vulnerabilidade (RIVERA-GONZÁLEZ, 2011, 2013). Existe uma diferença quanto ao modo como se produz a entrada no mundo do trabalho. Pode ser uma entrada precoce – ligada a uma formação precária, interrompida ou muito limitada – ou pode ser uma entrada mais tardia, quando é alcançada uma melhor qualificação. No caso brasileiro Mandelli, Soares e Lisboa (2011, p. 50) salientam o seguinte:

Enquanto os jovens de classes menos favorecidas estão preparando-se para a inserção no mercado de trabalho depois da conclusão do ensino médio ou até mesmo sem essa formação básica, os jovens de classes mais favorecidas preparam-se para um curso universitário, realizando uma escolha que favorece a continuação de seu processo educativo formal em longo prazo, visando a sua inserção no mundo do trabalho com maior chance de desenvolver uma carreira. Conciliar trabalho e estudos é uma dificuldade e, por isso, o abandono dos estudos para trabalhar é uma prática comum entre os jovens de baixa renda.

O jovem que não teve a possibilidade de preparação e escolarização necessária para o desempenho profissional especializado, vê dificultada a conquista de emprego além de estar exposto à exploração de seu trabalho e a baixos salários (CASSAB, 2001). Estes são alguns dos fatores que fazem com que para jovens pobres seja difícil superar a dinâmica estrutural de reprodução da pobreza (MANDELLI; SOARES; LISBOA, 2011).

Trinta e seis por cento (36,6%) dos jovens brasileiros ingressam no mercado de trabalho entre 10 e 14 anos, e 24,2% o fazem entre 15 e 17 anos, demonstrando que parte dos 60,8% de jovens que ingressam no mercado está em idade escolar. Ainda, consideram que 82% dos jovens entre 14 e 29 anos com renda familiar per capita inferior a 40% do salário mínimo trabalham ao mesmo tempo em que completam sua escolaridade (ensinos fundamental e médio). Esses dados nos levam a inferir que o estudante de baixa renda está defasado em relação à escolaridade, seja por sua inserção precoce no mercado, seja pela evasão escolar (LISBOA; WELTER, 2009 apud HELMER; GENTILLI, 2017, p. 52).

Os dados acima ilustram a realidade educacional e de inserção laboral dos jovens brasileiros, e informam o ingresso precoce deles no mercado do trabalho, o que contribui para um alto índice de evasão escolar, principalmente no ensino médio.

Outro elemento a destacar – porque também ressoa com a situação cubana – é a frustração experimentada por um setor da juventude brasileira, em relação à

expectativa de mobilidade social com base na formação e no trabalho. Contar com uma boa formação não é garantia de conseguir a desejada mobilidade social que muitos jovens aspiram depois de ter investido numa carreira profissional. Alves (2013) traz a categoria de “precariado” para nomear à “camada média do proletariado urbano constituída por jovens-adultos altamente escolarizados com inserção precária nas relações de trabalho e vida social”.

O autor inclui nesta categoria a:

Jovens empregados do novo (e precário) mundo do trabalho no Brasil, jovens empregados ou operários altamente escolarizados, principalmente no setor de serviços e comércio, precarizados nas suas condições de vida e trabalho, frustrados em suas expectativas profissionais; ou ainda os jovens-adultos recém-graduados desempregados ou inseridos em relações de emprego precário; ou mesmo estudantes de nível superior (estudantes universitários são trabalhadores assalariados *em formação* e muitos deles, estudam e trabalham em condições de precariedade salarial) (ALVES, 2013).

Assim, trata-se de jovens altamente escolarizados, com empregos que não os satisfazem quanto às suas possibilidades de consumo e inserção social, frustrados em suas expectativas, que tendem a cultivar um *ethos* de ‘classe média’ baseado nos anseios de ascensão social por meio da carreira profissional (ALVES, 2013).

Alves (2013) faz referência a “uma cultura e psicologia social própria” destas camadas de jovens.

Por um lado, são movidos pela profunda insatisfação social. O que significa que **a rebeldia** do precariado é expressão das novas dimensões da precarização do trabalho que ocorre no Brasil. Não se trata apenas da precarização salarial tendo em vista o desemprego, baixos salários, rotatividade do trabalho, contratos salariais precários e frustração de expectativas de carreira profissional; mas trata-se também da precarização existencial que ocorre com a precariedade dos serviços públicos nas cidades brasileiras – transporte público, saúde, educação, espaços públicos – e o modo de vida *just-in-time* (ALVES, 2013, grifo nosso).

Assim, a rebeldia emerge num contexto cujo pano de fundo é a precarização existencial que coaduna com a deterioração dos serviços públicos.

Por outro lado, Filgueiras (2001, p. 20) destaca que “a redução dos âmbitos laborais que possibilitavam o estabelecimento de contatos mais estáveis e prolongados entre os indivíduos [...], tende a gerar uma segmentação na esfera laboral e afeta de forma negativa a qualidade das redes de interação”. Para Bordieu (1998), a individualização crescente dos percursos profissionais e a destruição metódica dos coletivos é uma das questões que mais notadas em matéria de

trabalho nas sociedades contemporâneas. Desvalorizam-se práticas coletivistas e os ideais de solidarismo nos que se baseavam os sindicatos e coletivos de trabalho.

Alves (2006) chama a atenção sobre o correlato subjetivo da precarização do trabalho ao afirmar que uma de suas dimensões mais perversa é a intensificação dos mecanismos sistêmicos voltados para a subsunção da subjetividade do trabalho à lógica do capital, sua captura complexa e contraditória pelos dispositivos organizacionais. Esse processo de “captura” das subjetividades é complexo e sinuoso, articulando mecanismos de coerção/consentimento, de manipulação em suas múltiplas dimensões, não apenas no local de trabalho, mas na esfera do cotidiano social. O autor faz referência ao processo de dessubjetivação de classe por meio do qual se enfraquecem os valores do solidarismo e se impõem valores individualistas.

Assim, a dominação econômica se complementa com a dominação cultural. Os ideais de bem-estar individual, os valores individualistas do sucesso pessoal e o interesse pelo corpo e pelo dinheiro, disseminam-se na cultura cotidiana sob a influência da mídia, da publicidade e do consumo (ALVES, 2010). No cotidiano social, em uma conjuntura em que, a partir das novas tecnologias, os jovens navegam por redes simbólicas de pedagogização e subordinação cultural (CASTRO, 2002), a **hegemonia da cultura do consumo** condiciona novos modos de subjetivação.

A cultura de consumo é um sistema de valores que cumpre uma função de controle social de acordo com as exigências das novas forças produtivas e a reestruturação monopolista do sistema econômico. Produção e consumo fazem parte de um único e grande processo lógico de reprodução extensiva das forças produtivas (BAUDRILLARD, 2009), de expansão do capital, de reprodução do capitalismo. Baudrillard (2009) informa que, se bem que consumir funciona como um imperativo do sistema apresenta-se na mentalidade e na ideologia cotidiana de forma inversa, a saber, como a possibilidade de crescimento e liberação do indivíduo no gozo e na abundância. O consumidor vive o ato de consumir como uma expressão de liberdade e não como uma imposição, mas essa é uma ilusão. O consumo faz parte da lógica das forças produtivas e nesse sentido é obrigatório e racional. O consumo não é uma função do gozo, mas da produção.

Assim, Baudrillard (2009) vai destacar a lógica fetichista da ideologia do consumo. Os objetos são desligados do seu valor de uso para adquirir o valor

simbólico de status, eles têm uma função estrutural de classificação e diferenciação social. Sua posse significa ocupar um certo lugar na estrutura hierarquizada da sociedade capitalista. Assim, o consumo é uma moral (um sistema de valores, uma ideologia, uma cosmovisão) e, ao mesmo tempo, é uma estrutura de intercâmbio de significados, de comunicação; ambas são funções sociais fundamentais para reproduzir a lógica do sistema e manter sua ordem. O sujeito que pensa que consume por uma vontade individual só está fazendo parte de um sistema generalizado de intercâmbio e produção em que todos os demais sujeitos estão reciprocamente envolvidos. Ele responde inconscientemente a um mandato social e é difícil não seguir esse mandato de gozo e felicidade. O homem nas sociedades de consumo está angustiado pelo temor de se perder alguma coisa, de não poder desfrutar de algo, qualquer coisa que esta seja: um auto, uma viagem, um aparelho eletrônico.

O discurso ideológico do consumo está focalizado em criar duas ilusões, primeiro, que o bem-estar equivale a ter objetos e, segundo, que consumir é o ápice da liberdade. Assim, a globalização como mecanismo de dominação cultural, faz com que, no contexto das relações de trabalho, as subjetividades sejam capturadas pela lógica das organizações do capital, e, no cotidiano, fiquem sujeitas à ilusão de liberdade e status que cria consumir.

Não obstante, o panorama, apesar de ser sinistro, não é de total dominação. Alves (2013) informa que uma parte importante dos participantes das mobilizações sociais que ocorreram no Brasil em 2013 eram jovens nesta condição de precariedade existencial. Se bem que muitos estudos caracterizam as sociedades contemporâneas salientando a perda do sentido do público, o recuo para os espaços privados, o aumento do consumo (MAURO, 2010) e a busca do desfrute e do êxito individual, Mauro (2010) coloca uma questão com a qual nos identificamos, a saber, o que ativa politicamente aos jovens hoje?

Assim, em contraposição à noção do jovem apático, desinteressado da política e das questões coletivas, estudos testemunham como muitos jovens exploram e reinventam formas de participar e se engajar em processos e movimentos de resistência ou reivindicação de direitos. O tema da participação, especialmente, a **participação política**, é outro dos eixos relevantes nesta pesquisa.

O quadro geral que caracteriza as condições de possibilidade da participação política juvenil no contemporâneo está muito relacionado à noção de “socialização política”, que Castro (2009, p.479) define como “o processo de preparação do jovem para assumir seu lugar ulterior de cidadão, consciente de seus direitos e deveres políticos”, o que coaduna com a noção da existência de uma “moratória política”. O caráter normativo com que se tenta disciplinar o modo como os jovens podem e/ou “devem” participar opera através de mecanismos nem sempre tão implícitos dentro de determinados contextos institucionais.

Nessa perspectiva, pretendemos questionar a noção de “participação política”, entendida apenas como ação engajada por meio dos mecanismos instituídos de pressão e reivindicação. Esses mecanismos, estabelecidos nas formas de representação política de partidos e agremiações parapolíticas (organizações estudantis, sindicatos etc.), reiteram a maneira conhecida e legitimada de “fazer-se política”, interpelando os jovens a tomarem uma posição de luta tendo em vista ideias de transformação do país (CASTRO, 2008, p. 254)

Para Castro (2008, p.254) a participação política pode dar-se para além da militância nas organizações partidárias e parapartidárias, “ainda que essa militância seja imbuída de uma perspectiva totalizante da sociedade e permita ao jovem aprender a lidar com a pluralidade de interesses que compõem a vida em comum”.

As próprias condições da ação coletiva nas sociedades contemporâneas transformaram-se e hoje chegamos ao fim das “identidades fortes”, gerando-se uma dinâmica de solidariedades políticas e sociais precárias, fragmentárias e efêmeras (ROSSI, 2010 apud MAURO, 2010, p. 665). Através de ações que às vezes demonstram uma estética muito singular, evidencia-se a força da imaginação e da criatividade com que os jovens manifestam seu compromisso com determinadas causas sociais.

Vommaro (2013, p.2) salienta os que considera são os traços que caracterizam a relação entre juventudes e política na América Latina atual:

- ✓ A emergência de outras formas do público que não estão centradas no Estado, [...] ligadas a outras formas de estar juntos sem mediação estatal.
- ✓ A produção de formas de organização mais horizontais, em oposição às formas clássicas de estruturas partidárias hierarquizadas.
- ✓ A criação de estéticas singulares [...] a produção política juvenil é cada vez mais estetizada e cultural, ao mesmo tempo em que as estéticas

se constituem politicamente e as expressões culturais se politizam. Esta dimensão estética – e ética – se vincula com a crescente importância que ganha o corpo como território da ação política juvenil.

- ✓ A apropriação criativa e produtiva das novas tecnologias [...]. As redes sociais tornaram-se territórios de disputas e produção política.

De modo geral, algumas das problemáticas aqui referidas não afetam à juventude cubana, como a crise relativa à violência que atinge camadas importantes de jovens na região ou as limitações referidas à precariedade dos sistemas educativos. Outras, dão-se de modo muito singular, como os movimentos migratórios. Enquanto outras começam a aparecer, colocando dilemas muito similares aos que podem estar presentes na América Latina, como: a propagação da cultura de consumo e seu impacto nos processos de subjetivação, os problemas referidos às mudanças no mundo do trabalho, que surgem à tona com as novas formas de gestão econômica e o desenvolvimento do setor não estatal com novos atores e relações laborais. Estes serão tópicos que guiarão a análise das trajetórias de vida dos jovens nesta pesquisa.

### **1.2.2 Apontamentos gerais sobre a condição juvenil em Cuba.**

O último Censo da população – estudo de maior alcance em termos sociodemográficos realizado pelo Estado de Cuba – de 2012, registrava que a população compreendida entre 15 e 29 anos – identificada como jovem segundo o *Código de Infância e Juventude* vigente no país –, era de 2 708 386. Este valor representava a quinta parte da população do país (20,5%), sendo 52% deles homens e 48 % mulheres (DOMÍNGUEZ; REGO; CASTILLA, 2015). Alfonso, Rodríguez e González (2011) afirmam que no cenário de envelhecimento que vive a ilha, o grupo jovem vem diminuindo em termos relativos e absolutos. Ou seja, do ano 1995, em que os jovens representavam 26,4% da população, ao ano 2009, teve um decréscimo de 6 pontos percentuais. Para Domínguez, Rego e Castilla (2015), essa tendência decrescente é resultado da segunda transição demográfica que tem lugar na sociedade cubana, que traz como consequência um agudo processo de envelhecimento populacional.

A maior parte da população jovem mora na área urbana (76%), como é característico do resto da população do país. Não obstante, os jovens representam 21% da população urbana e 20% da população rural, portanto, eles têm um nível de presença similar em ambos territórios (ALFONSO; RODRÍGUEZ; GONZÁLEZ, 2011). Assim, a cidade de Havana concentra 18,7% do total de pessoas jovens (ONEI, 2014 apud DOMÍNGUEZ; REGO; CASTILLA, 2015).

Em termos educativos, a taxa absoluta de escolaridade básica é de 99,2% e 99,4% para crianças do sexo feminino e masculino respectivamente; por enquanto, no ensino secundário, trata-se de 90,9% e 90,4%, o que marca um índice de paridade de gênero de 1,0, segundo dados da ONEI (2012 apud DOMINGUEZ; REGO; CASTILLA, 2015). De acordo com o mesmo estudo, a reprovação escolar no ensino básico e secundário é quase absoluta – maior de 97% em ambos os casos – e as garantias de continuidade de estudo de um nível a outro são quase totais. A reprovação no nível de ensino pré-universitário é de 73,7% e no ensino técnico-profissional, 88,8%. Com esse cenário educacional, o gasto em educação representou, em 2011, 19,2 % do total dos gastos do Estado (DOMINGUEZ; REGO; CASTILLA, 2015).

Lamentavelmente, as estatísticas não fazem uma distinção com respeito à categoria de cor da pele, o que contribuiria para uma visão mais completa e interessante, já que outros estudos falam de uma sub-representação de jovens de pele negra ou mestiça nas universidades, como expressão de um padrão de desigualdade social existente, neste caso, nos níveis superiores do sistema educativo. São os estudantes brancos os que mais ingressam na Educação Superior evidenciando um processo de branqueamento das universidades (ESTEVEZ, 2015).

Assim, estamos falando de um modelo de sociedade que conduz a um elevado Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Segundo dados do Programa de Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em Domínguez, Rego e Castilla (2015), o IDH de Cuba a situa no 51º lugar a nível mundial e no 5º lugar dentre os 32 países da região. Em relação às políticas em torno da infância e juventude, particularmente, elas têm garantido o cumprimento dos *Objetivos do Desenvolvimento do Milênio*, declarados pelas Nações Unidas, e ainda, em alguns indicadores, muito antes inclusive deles serem pautados por essa organização.

O QUADRO 1, de Dominguez, Rego e Castilla (2015), ilustra o grau de inclusão da juventude cubana nas atividades de estudo e trabalho entre as idades de 15 e 29 anos. Oitenta e dois por cento (82%) da população jovem em Cuba estuda ou trabalha. O dado evidencia um alto grau de integração social das juventudes. Trinta e nove e meio por cento (39, 5%) dos jovens de ambos os sexos trabalham vinculados ao setor estatal, que continua a ser um provedor importante do emprego juvenil.

Também se evidencia um nível significativo de qualificação em geral e uma presença relevante das mulheres nos processos de superação. Os jovens desocupados – que nem estudam nem trabalham –, ou seja, 18% da população juvenil, não representam uma cifra elevada contrastando com o total da população jovem, mas não é uma quantidade depreciável.

QUADRO 1: Composição social das juventudes cubanas

**Cuadro 1**  
Composición social de las juventudes. Año 2012

Grupos sociales	Ambos sexos		Mujeres		Hombres	
	No.	%	No.	%	No.	%
<i>Total de jóvenes</i>	2 708 386	100,0	1 315 306	100,0	1 393 070	100,0
<i>Estudiantes</i>	1 156 709	42,7	607 690	46,2	549 019	39,4
<i>Secundaria Básica</i>	410 958	15,2	201 288	15,3	209 670	15,0
<i>Pre-universitario</i>	163237	6,0	100770	7,6	62467	4,5
<i>Enseñanza técnico- profesional</i>	231398	8,5	91511	7,0	139887	10,4
<i>Técnico medio</i>	136794		56906		79888	
<i>Obrero calificado</i>	73695		16556		57139	
<i>Formación de personal pedagógico</i>	20909		18049		57139	
<i>Universitarios</i>	351116	13,0	214121	16,3	136995	9,8
<i>Trabajadores en Entidades estatales</i>	1 070800	39,5	437500	33,3	633500	45,5
<i>Obreros</i>	300600	11,1	34200	2,6	266400	19,1
<i>Trabajadores de servicios</i>	243100	9,0	76700	5,0	166400	11,9
<i>Administrativos</i>	57600	2,1	42200	3,2	15400	1,1
<i>Técnicos</i>	449600	16,6	275400	20,9	174200	12,5
<i>Dirigentes</i>	19900	0,7	9 000	0,6	10900	0,8
<i>Otros grupos</i>	480877	17,8	270316	20,5	210561	15,1
- <i>Campe sinos y cooperativistas</i>						
- <i>agropecuarios</i>						
- <i>Trabajadores por cuenta propia</i>						
- <i>Amas de casa</i>						
- <i>Desvinculados del estudio y el trabajo</i>						
- <i>Otra situación</i>						

Fuente: Domínguez, 2013; elaborado a partir de ONEI, 2012. Anuario Estadístico de Cuba 2011, Tablas 7.8, 18.9 y 18.10

Fonte: Domínguez, Rego e Castilla (2015), elaborado a partir de dados da ONEI, 2012.

Em matéria de participação social e política, existe uma rede importante de organizações de massas, nas quais crianças, adolescentes e jovens podem participar como únicos membros e líderes. A Organização de Pioneiros José Martí (OPJM) (nível de ensino básico e secundário), a Federação de Estudantes do Ensino Médio (FEEM) e a Federação Estudantil Universitária (FEU), são organizações presentes em todas as instituições de ensino do país nas quais se inscrevem crianças, adolescentes e jovens respectivamente. Domínguez e Castilla (2011) informam que em uma pesquisa com 441 jovens cubanos, entre 14 e 30 anos, 55% deles reconheceu sua pertença a esses coletivos. Trata-se de organizações com uma estrutura representativa, onde se elegem por votação os dirigentes nas bases que representam os coletivos, nas estruturas de direção central e nas assembleias nacionais. Os coletivos das bases, de forma geral, contam com

uma agenda de trabalho e realizam reuniões mensais que culminam em congressos nacionais.

Os jovens também participam em outras organizações de massas a nível comunitário, desvinculadas do contexto educativo, que integram pessoas de distintos grupos etários, como os Comitês de Defesa da Revolução (CDR<sup>11</sup>) e a Federação de Mulheres Cubanas (FMC). São todas organizações criadas décadas atrás, institucionalizadas com estatutos e objetivos traçados pelas gerações antecedentes. O mesmo acontece, ainda, com as organizações exclusivas para crianças e jovens.

A União de Jovens Comunistas (UJC) é a organização política que integra a militância juvenil em Cuba. A organização, que pauta um ingresso de caráter voluntário e seletivo, conta com a participação de 17% dos jovens cubanos entre 15 e 30 anos, ou seja, 405 830 membros ativos no país (DOMINGUEZ; REGO; CASTILLA, 2015). Em contraste com a realidade de outras sociedades latino-americanas, como apontam Dominguez e Castilla (2011), no contexto cubano existe uma densa rede de organizações formais nas quais participa uma elevada proporção de jovens, o que certamente favorece sua inclusão na sociedade. De fato, muitas dessas organizações, no cotidiano, adquirem um valor que ultrapassa aquele estabelecido formalmente e tornam-se grupos onde os vínculos afetivos e o planejamento de atividades informais vão além dos objetivos oficiais constituintes. Convertem-se em redes de intercâmbio, inserção e participação, ainda que o conteúdo das relações e atividades sofra sérios processos de despolitização.

Além desses dados estatísticos, a partir dos quais podemos comprovar um alto grau de participação juvenil, existem questionamentos, em torno do cotidiano das organizações, sua direção, metas e funcionamento. Dados quanto à participação, em relação a determinados segmentos juvenis, estão expressando uma participação mais formal do que militante. De fato, Gomez (2011, p. 181) destaca:

O formalismo (dos jovens que participam) é a tendência que prevalece nos espaços (onde se participa) e nos processos de participação (como se participa). O que significa que grande parte dos assuntos debatidos (para

---

<sup>11</sup>Comitê de Defesa da Revolução. Organização de massas surgida em setembro de 1960 como forma de organização coletiva para vigiar e defender os bairros frente as tentativas de desestabilizar o sistema político cubano organizadas desde o exterior. Tem uma demarcação territorial e conta com uma estrutura de direção a nível nacional bem como congressos nacionais.

que se participa) não são adequadamente escolhidos nem tratados com profundidade.

Para o autor, essa dinâmica tem exercido uma influência negativa sobre a formação política das novas gerações, que muitas vezes são consideradas objeto dos processos políticos e não sujeitos protagonistas. Assim, os jovens terminam vivenciando o espaço de participação política como rotineiro e perdem a motivação. Domínguez e Castilla (2011) asseveram que, na década atual, os grupos juvenis consideram ter oportunidades para a participação sociopolítica, mas elas ocupam um lugar atrasado na estrutura de oportunidades que a sociedade cubana proporciona. Gómez (2011) destaca uma certa diminuição da sintonia entre os discursos institucionais oficiais e a forma como os jovens percebem e enfrentam sua vida cotidiana, o que conduz à alienação de determinados segmentos da juventude. Isso porque a narrativa das lideranças políticas nos espaços de participação muitas vezes não leva em conta ou não se ocupa de projetar uma solução em torno das questões que para os jovens são importantes, ao menos não da perspectiva dos jovens, como questões que dizem respeito às condições materiais de vida, rendimentos e o alcance da autonomia econômica. Também tem a ver com a direção altamente centralizada das organizações.

Estudos recentes mostram como os interesses pelas questões políticas e pela participação nesse âmbito têm diminuído significativamente sua relevância dentro da escala de motivações dos jovens cubanos nas últimas décadas. Os jovens começam a dar mais importância a outros assuntos relacionados com a ascensão profissional e aqueles que se dirigem a uma dimensão individual ou familiar, mais do que social ou coletiva (DOMINGUEZ; CASTILLA, 2011).

Embora a maioria da população cubana tenha padecido com os efeitos negativos da crise dos anos 90, que descrevemos no capítulo anterior, entre os jovens o efeito foi mais nocivo. Em meados dos anos noventa, etapa de plena crise socioeconômica, as problemáticas associadas ao mundo jovem se situavam como um dos pontos mais críticos e urgentes dentro da plataforma da ciência social e das análises de políticas em Cuba (DOMÍNGUEZ, 1997). Mais recentemente, Gomez (2011) faz um balanço, onde reconhece que como resultado da crise, de fato, a juventude cubana começou a experimentar mudanças consideráveis, enquanto se acentuavam entre os jovens as diferenças econômicas, sociais e culturais.

Segundo Morales (2011), a juventude da década de 90 foi vista por vários especialistas como uma geração para a qual se reduziram as possibilidades de mobilidade social ascendente, pois os impactos econômicos da época a afetaram especialmente. Os mecanismos para essa mobilidade que foram válidos em períodos anteriores, como o estudo e o trabalho, já não ofereciam as mesmas garantias. De fato, Gómez (2011) informa, por exemplo, que os jovens chegaram a representar 57,7% do total de desempregados da década dos anos 90. Esses grupos de jovens desvinculados das instituições educacionais e laborais foram uma grande preocupação para o Estado. Quando aumentou o número deles sem interesse nos estudos e no trabalho, o fato foi considerado imediatamente como um grave problema social. Assim, a partir de 2000, em que se produz uma gradual recuperação da economia cubana depois da crise dos anos 90, o Estado começou a desenvolver uma nova *Política Social e de Juventude*, com mais de 150 programas atingindo importantes espaços da realidade nacional e esferas decisivas para a existência e o desenvolvimento integral dos jovens (GÓMEZ, 2011).

Gómez (2011) informa que esses programas abrangeram diferentes objetivos, buscando fortalecer os processos de formação e integração social da juventude. Por exemplo: a reformulação do sistema nacional de educação em seus diferentes níveis de ensino, o desenvolvimento da televisão educativa, cultural e recreativa, a criação de centros de computação e promoção de certos graus de informatização da sociedade, a ampliação e consolidação do ensino artístico, o aumento da produção de livros e promoção da leitura através das redes de bibliotecas, o desenvolvimento dos programas de formação e divulgação política, a criação de novas fontes de emprego, o desenvolvimento de programas de formação de Trabalhadores Sociais, a atenção à população em condições de precariedade, a ampliação do trabalho de prevenção social e o resgate e desenvolvimento de alguns serviços de saúde.

A nova política, apesar de dar continuidade à *Política de Juventude* de períodos anteriores, distinguia-se pela tentativa de ajustar-se mais à vida cotidiana e necessidades de grupos de jovens em risco, como aqueles desvinculados das atividades de trabalho e estudo, incapacitados fisicamente ou em conflito com a lei. Assim, por exemplo, está documentado pelo Ministério do Trabalho e Segurança Social de Cuba, que entre os anos 2001 e 2004, com os novos programas da *Política de Juventude*, foram criados 92 mil novos empregos (LUIS, 2011). A partir da categoria de “estudo como opção de emprego”, desenvolveram-se os *Cursos de*

*Superação Integral*. Os jovens desvinculados eram remunerados por assistir a cursos de nivelção e licenciaturas, que lhes permitiriam alcançar o nível adequado para optar por carreiras universitárias. Luis (2011) informa que no final de 2004, aproximadamente, 150 mil jovens tinham assistido a esses cursos e que durante 2004-2005, 116 703 estudantes estavam assistindo, enquanto que, 40 488 já estavam estudando na universidade. Outros jovens, ao concluírem seus estudos, passaram a ocupar empregos dentro do setor estatal.

O princípio da solidariedade, como eixo central, mantinha-se de épocas anteriores, ou seja, a sociedade sentia-se obrigada a “resgatar” esses jovens. Enfatizou-se a necessidade de atender processos que contribuíssem para a reprodução da vulnerabilidade deles, como o atraso escolar, o baixo rendimento acadêmico, a desvinculação laboral, entre outros. Assim, a nova *Política de Juventude* teve dois princípios nodais:

A solução de problemas dos jovens em situação de risco, para situá-los em igualdade de condição com seus coetâneos e a formação das novas gerações em geral como atores estratégicos do desenvolvimento (GÓMEZ, 2011, p. 282).

Não obstante esses grandes esforços, que representaram um significativo investimento do orçamento público, os jovens continuam a ser um grupo vulnerável no panorama econômico e sociopolítico do país. Para Espina (2008b), um dos fatos que se relacionam significativamente com a trajetória da pobreza em nosso contexto é a sua reprodução geracional, a qual evidencia as dificuldades que os jovens têm para superar as condições de desvantagem socioeconômica de suas famílias de origem.

### **1.2.3 Estado da arte dos estudos sobre juventude cubana em desvantagem socioeconômica.**

A nível macrossocial, Espina (2008b) acha que a reprodução geracional é resultado da incapacidade dos novos mecanismos econômicos de gerar fontes de empregos remunerados adequadamente e do enfraquecimento dos mecanismos estruturais de inclusão social baseados no trabalho ou na assistência social. Para Zabala (1999), uma das causas presentes nas dinâmicas de reprodução geracional da pobreza tem a ver com o fato de que nas famílias vulneráveis as precárias

condições socioeconômicas se manifestam conjuntamente com um estilo de vida que reforça essas condições.

Embora Domínguez (2006a) afirme que o campo de estudos sobre juventude tem sido um dos mais atendidos sistematicamente pelas Ciências Sociais no país, como parte, inclusive, de uma política intencionada pelo governo, os estudos que ilustram estatisticamente a situação de vulnerabilidade e pobreza desse segmento da população são escassos. Outros temas já foram privilegiados em relação ao mundo jovem, como participação e integração social, políticas sociais e inclusão, droga-dependências, educação e orientação sexual, estudos sobre HIV, culturas juvenis, valores, estudos de vocação e orientação profissional, entre outros.

Outro dado interessante é que em muitas pesquisas revisadas, pertencentes ao espaço acadêmico, existe praticamente uma identificação entre a categoria de jovens e de estudantes, ou seja, o grupo juvenil inserido nos sistemas educativos, focado como objeto priorizado das pesquisas. Isso tem a ver, também, segundo nosso critério, com a forte influência que os enfoques desenvolvimentistas têm tido dentro da Psicologia cubana nos estudos sobre Infância e Juventude, uma marca também da Psicologia Soviética, cujas pesquisas eram essencialmente circunscritas ao contexto educativo.

Gómez (2011) destaca que existe uma insuficiente conceituação e visibilidade dos grupos juvenis nas informações estatísticas geradas pelos censos e estudos sociodemográficos, o que afeta as pesquisas sobre juventude. Isso é especialmente significativo no campo da pobreza. Atualmente, as poucas referências são os *Questionários Nacionais de Juventude* (ENJ), pesquisas promovidas pela *Organização Ibero-americana de Juventude* (OIJ) desde a década de 90 e desenvolvidas em Cuba pelo *Centro de Estudos sobre Juventude* (CESJ) e a ONEI, em três edições, nos anos 1996, 2003 e 2005. Tais pesquisas indagam sobre áreas temáticas específicas, entre as quais se encontram a marginalização e a situação econômica dos jovens. Dados levantados nesses estudos não são públicos e não estão disponíveis para consultas. O levantamento de dados estatísticos, a realização de pesquisas teóricas e empíricas focalizadas especificamente em ilustrar a situação das juventudes em desvantagem social, constitui um campo ainda incipiente. Não existem em Cuba, hoje, instituições ou grupos de pesquisa que apresentem uma sistematicidade de produção de saberes em linhas de pesquisas direcionadas especialmente nesse sentido.

As instituições mais referenciadas na produção de conhecimento sobre juventude cubana são o CESJ, o CIPS, a *Universidad de Havana* e o Instituto Central de Ciências Pedagógicas, mas eles não contam com linhas de trabalho estável que sustentem um corpo de conhecimentos no tema juventudes e pobreza ou temas afins. Ao mesmo tempo, as instituições mais reconhecidas no estudo da pobreza e o impacto social das reformas estruturais na sociedade cubana não focalizam o estudo da juventude. Em geral, o tema é referido como aspecto secundário nessas pesquisas de corte social, sobre a pobreza e a estrutura da sociedade cubana.

Determinados levantamentos que poderiam ilustrar com dados a problemática do mundo juvenil têm o seu acesso extremamente restringido aos pesquisadores, como os dados do *Questionários Nacional de Lares* da ONEI. Citam-se também os projetos comunitários dirigidos pelo Centro de Intercâmbio e Referencia Iniciativa Comunitária (CIERIC), como a *Oficina de Transformação Integral de La Ceiba*, que constituem experiências de trabalho comunitário com jovens desvinculados. Essas experiências, em nossa opinião, de um grande valor empírico visam a transformação social e focalizam mais a intervenção do que na produção e sistematização de conhecimentos.

Entre os estudos mais importantes que constituem referências sobre as problemáticas dos jovens em desvantagem social, destacam-se os trabalhos de duas autoras: os estudos de Elaine Morales – quem foi Diretora do CESJ – sobre juventude, marginalização e raça, identidade e exclusão na sociedade cubana (MORALES, 2009, 2011a, 2013, 2016); os estudos de María Isabel Domínguez – a qual dirige o Grupo de Juventude do CIPS – sobre juventude, vulnerabilidade social e experiências de transformação social em territórios da periferia (DOMÍNGUEZ; REGO; CASTILLA, 2015) e sobre juventude e estrutura social cubana (DOMÍNGUEZ, 1997).

O que ilustram essas pesquisas? Na sua tese de doutorado sobre juventude e marginalização em Cuba, Morales (2011a, p. 5) assume o objetivo de “caracterizar as percepções sociais de marginalização dos jovens cubanos e os elementos que condicionam sua presença nas últimas décadas”. Morales (2016), entrevistada por nós, destaca que esse estudo, apresentado em 2011, é o primeiro registro desse tipo, sem antecedentes, inscrito no campo de interseção entre as temáticas juventude, pobreza e marginalização. Isso confirma que estamos diante de um

campo que não conta com mais de seis anos de produção de conhecimentos em Cuba. O trabalho da autora é valioso, pois marca o começo dos estudos nessa área.

Para Morales (2011a, p.7), é importante esclarecer “quais aspectos psicológicos mediam a condição de marginalização e quais seus impactos na subjetividade juvenil”. A autora aborda a subjetividade juvenil através das categorias de “identidades individuais e coletivas”, “preconceitos e estereotípias”, “representações e percepções sociais”, especialmente, “percepção social”. Assim, a abordagem de Morales (2011a) está mais próxima a uma noção essencialista do que a uma noção de subjetivação propriamente. De modo geral, Morales (2011a) propõe um valioso estudo que analisa o grupo juvenil, considerando o contexto sociohistórico, normas, valores e estratificações sociais, bem como os diversos grupos que mediam a inserção social dos jovens e influenciam a conformação da sua identidade. Para a autora, o percurso investigativo significou indagar como “se subjetiva a desqualificação no jogo das identidades, percepções e disposições que podem conduzir à automarginalização ou a uma postura de enfrentamento construtivo” (MORALES, 2001a, p. 8).

Sem se distanciar do discurso desenvolvimentista, que norteia as pesquisas sobre jovens em Cuba, Morales (2011a) identifica os jovens marginalizados como aqueles entre 15 e 30 anos, que sentem que suas pertencas grupais e trajetórias, em diferentes espaços de socialização, em um determinado contexto, coloca-os em relação aos outros, em uma posição real ou simbólica de desvantagem social, desqualificação e discriminação, no que diz respeito a suas possibilidades de participação e consumo. Entre esses jovens que se percebem marginalizados dentro da juventude cubana predominam mulheres, pessoas com raça negra ou mestiça e técnicos sem formação universitária, o que, segundo Morales (2011a), coincide com as características das populações marginalizadas na região. Eles expressam insatisfação em relação a suas rendas e difíceis condições materiais de vida. A adoção de estratégias precárias –legais e/ou não– para acrescentar suas rendas, a fim de satisfazer necessidades básicas, formam parte do seu cotidiano. São jovens que integram as organizações políticas e de massas, mas sentem que são pouco incluídos nos processos de tomada de decisões.

Assim, Morales (2011a) propõe um perfil de contrastes entre sujeitos marginalizados e não-marginalizados dentro da juventude cubana. Por um lado, homens adultos, brancos, bem-sucedidos profissionalmente, bem-sucedidos,

moradores de áreas favorecidas e com altas rendas. Por outro, mulheres jovens, negras, com baixas rendas, desqualificadas, inexperientes e/ou desempregadas, moradoras das periferias. A cada polo da assimetria se associam construções simbólicas de superioridade-inferioridade. Em um artigo mais recente, a partir de uma pesquisa sobre identidade e exclusão social, Morales (2016) informa que entre os jovens que moram em bairros da periferia de Havana se expressa um sentimento de identificação. Eles se autocategorizam como um “nós”. Tal identificação, também acontece a partir da diferenciação em relação a um “outro”. O reconhecimento do “outro” que é diferente – aquele que mora nos bairros privilegiados, mais qualificado, com maiores rendas, acesso a serviços de maior qualidade e melhores possibilidades de entretenimento e consumo – passa também pelo fato de lhe ser atribuída uma superioridade em relação ao “nós”.

A vivência de se sentir marginalizado está presente em um setor minoritário, mas não desprezível da população juvenil cubana. A marginalização é vivenciada por esses jovens, em primeiro lugar, como consequência de eles terem uma opinião diferente em relação a temas sobre os quais existem discursos oficiais hegemônicos na cena política cubana. Somente 0.7% dos jovens têm cargos de direção, segundo dados do QUADRO 1. Trata-se de um número extremamente pequeno da população juvenil em comparação com o número de jovens vinculado ao trabalho no setor estatal, como profissionais qualificados, técnicos, obreiros, etc. Isso diz respeito ao caráter formal com que os jovens vivenciam a sua participação nas organizações políticas e de massa (GÓMEZ, 2011), o reconhecimento por parte deles do caráter limitado das reais oportunidades de participação política dentro da estrutura de oportunidades que a sociedade cubana oferece, o declínio da sua motivação pelas questões políticas (DOMÍNGUEZ; CASTILLA, 2011) e também diz respeito a conflitos geracionais por diferença de opiniões ou critérios.

Outros motivos de discriminação estão relacionados com a sua situação econômica, idade, cor da pele, gênero, incapacidades físicas ou doenças e orientação sexual. Em todos os casos, as posições que marginalizam estão associadas fundamentalmente ao poder do adulto, a outros papéis sociais de poder, como o poder político, e à posse de recursos materiais. O ato de marginalizar se concretiza na emissão de mensagens verbais e não verbais, com um conteúdo discriminatório explícito ou não, que afeta os jovens, a partir da pertença e identificação deles com os grupos rejeitados. Os resultados da pesquisa revelam

que a visão desses jovens sobre o futuro está marcada pela desesperança e as expectativas negativas em relação à superação dentro do contexto cubano. A migração é considerada por muitos como a única alternativa provável. No seu imaginário, a ascensão profissional continua a ser um aspecto valorizado e, a partir daí, traçam-se planos de diferentes graus de temporalidade e complexidade, dependendo também das características pessoais de cada um. Em suma, a vivência de marginalização no caso cubano está associada à marcada insatisfação no plano econômico, à insuficiente participação no sistema social e político e ao enfraquecimento dos referenciais éticos que determinam pautas de interação influenciadas por preconceitos. Ainda que o aspecto econômico pareça ser o mais relevante, também têm um papel importante a vivência da falta de oportunidades reais para a participação política (MORALES, 2011a).

Em comparação com a América Latina, a marginalização em Cuba expressa algumas semelhanças quanto aos perfis característicos das populações “marginalizadas”. Entre as semelhanças, Morales (2011a) menciona as insatisfações e carências materiais, bem como o afastamento dos processos de decisões políticas. A autora refere a presença de jovens altamente qualificados profissionalmente –universitários– que se percebem como marginalizados. Em geral, Morales (2009) resume que vários processos em Cuba estreitamente vinculados à situação de crise e à reforma econômica vulnerabilizam os jovens: o aumento do desemprego seletivo e da desvinculação entre o estudo e o trabalho, a imersão dos jovens no setor informal ou emergente, ou seja, sem proteção do Estado; a insatisfação deles com as oportunidades de entretenimento; bem como, o aumento da religiosidade e da emigração como estratégias de solução da crise. Aspectos cujos desdobramentos serão analisados a partir dos resultados da presente pesquisa.

No texto *Reverter a vulnerabilidade. Experiências de transformação social com jovens cubanos*, de Domínguez, Rego e Castilla (2015), resultado do Grupo de Trabalho *Práticas políticas e culturais das juventudes na América Latina e o Caribe*, de CLACSO, é a primeira ocasião em que é usado o termo “vulnerabilidade social” para fazer referência à juventude cubana em desvantagem. No artigo, que informa sobre o resultado da pesquisa, as autoras destacam três traços-chaves que a seu ver caracterizam muitas das abordagens da problemática das juventudes na região. Primeiro, a culpabilização dos jovens por não poder ou não saber aproveitar as

oportunidades de inclusão social dos contextos. Nesse sentido, elas consideram que muitas das políticas públicas são focalizadas e assistencialistas, e não alteram a dinâmica social que gera a exclusão de grande parte dos jovens. O segundo traço se refere ao destaque arbitrário e à atribuição de um sentido político, sobretudo nos contextos acadêmicos, a qualquer expressão das juventudes que visa quebrar as normas. Por último, o terceiro traço diz respeito a existência de generalizações com respeito às juventudes na região, a partir de estudos que são pontuais, locais, sobre segmentos juvenis específicos, de territórios também específicos.

Para as pesquisadoras, no caso cubano, a preocupação é a seguinte:

Revelar os fatores que poderiam estar limitando uma integração social efetiva de determinados segmentos juvenis, numa sociedade cujo modelo de desenvolvimento está baseado na existência de mecanismos estruturais que garantem, de forma universal, a igualdade de oportunidades de inclusão social para todos e todas (DOMÍNGUEZ; REGO; CASTILLA, 2015, p.143).

As autoras fazem referência a categoria de “riscos” em associação à dois polos, de “inclusão e exclusão social”. A vulnerabilidade vem marcar essa área, efetivamente, de risco, através da qual as pessoas podem passar de uma posição de estarem incluídas à estarem excluídas, abordagem que se aproxima à perspectiva de Castel (1995). Finalmente, assumem como a sua referência o modelo teórico de vulnerabilidade social de Kaztman-Filgueiras, inscrito na lógica do esquema ativos/ vulnerabilidade social/estrutura de oportunidades, inspirado nos trabalhos de Caroline Moser do Banco Mundial.

As vantagens de assumir esse modelo, segundo as autoras, são as seguintes: permite levar em conta o risco de acumular desvantagens em diferentes âmbitos concomitantemente, como nos âmbitos acadêmico, social, político e/ou cultural; constitui uma perspectiva dinâmica que considera que nos processos de vulnerabilização interagem de forma simultânea situações de inclusão-exclusão e de transmissão geracional das desvantagens sociais e, por último, considera o significado das particularidades locais, o qual tem um valor importante no marco das características específicas da sociedade cubana. Assim, a pesquisa se inscreve na mesma linha de estudos promovidos pela CEPAL, CELADE e outros organismos regionais sobre vulnerabilidade social, desde meados dos anos 90.

O objetivo geral da pesquisa foi identificar os riscos que afetam os jovens de uma comunidade em desvantagem socioeconômica de Havana, com o fim de

contribuir posteriormente para o desenvolvimento de ações de transformação social. A partir do próprio discurso dos jovens e das entrevistas realizadas a atores locais da comunidade, como professores e dirigentes de instâncias do Estado que atendem o território, destacaram-se as seguintes problemáticas: os jovens percebem de forma negativa suas famílias, pois trata-se de contextos familiares caracterizados por integrantes com baixo nível educativo, relações violentas, métodos educativos negligentes e desinteresse dos adultos pela conduta de seus filhos, assim como por sua trajetória escolar.

Por outro lado, a escola, segundo as autoras, é geradora de vivências contraditórias nos jovens, nas quais as vivências positivas têm a ver com a escola ser considerada um espaço privilegiado de socialização onde encontram amigos e diversão, e as negativas dizem respeito à percepção dos seus pares como “indisciplinados”, “abusadores”, “desrespeitosos”, “ignorantes”, “babacas”, “burros”, “violentos”, “agressivos”, entre outros traços. Essa visão do alunado corresponde com a visão dos professores entrevistados que caracterizam os jovens como “carentes de educação”, “com desinteresse em relação a todas as atividades, e, principalmente, o estudo” e com “altos índices de violência e dissociação”. Levando em conta esses resultados, as autoras se inquietam sobre as possibilidades reais de esses contextos sociais virarem mais harmônicos.

Outra vulnerabilidade identificada tem a ver com a carência de espaços para realizar atividades recreativas ou de entretenimento, uma vez que os jovens ficam brincando ou socializando nas ruas durante grande parte do dia. Isso é considerado por alguns líderes da comunidade como um risco potencial que condiciona a incorporação de práticas não desejadas, como o consumo de bebidas alcoólicas ou a prática de delitos. O sentido de risco nesse caso também é vivenciado pelos próprios jovens.

Assim, além dos dados gerais que descrevem um panorama de inclusão para a juventude no país, existem territórios que, dadas suas características, tendem à presença de “riscos de exclusão acumulados ao longo da sua história e reproduzidos no presente” (DOMÍNGUEZ; REGO; CASTILLA, 2015, p. 173). Nesses territórios os indicadores de desenvolvimento econômico e social são inferiores à média nacional. Em suma, o que caracteriza a vulnerabilidade dos jovens moradores dessas periferias é o seguinte: suas condições de vida estão marcadas pela “acumulação de desvantagens econômicas, sociais e culturais” (Idem) e nos seus

territórios existe uma forte história de violência, delinquência e marginalização. Os riscos mais significativos são: condições desfavoráveis das moradias e da infraestrutura dos bairros em geral, em clara desvantagem social em relação a outros lugares da cidade; presença de formas de relacionamento e comportamentos que tendem à desintegração social – como as brigas –, fortemente ancorados dentro dos imaginários da população desses lugares; violência intrafamiliar; relações intergeracionais pouco harmoniosas que dificultam o diálogo e o consenso; presença por parte dos adultos e das instituições de uma cultura assistencialista, cujas pautas desenham ações e projetos para os jovens, mas não com eles, o que limita o seu protagonismo. As escolas também não contam com todos os recursos nem materiais, nem quanto à preparação dos professores. Além disso, não existe um currículo dirigido a atender as particularidades desses grupos juvenis em condição de desvantagem social (DOMÍNGUEZ; REGO; CASTILLA, 2015).

A partir do levantamento e revisão dos estudos sobre juventude cubana, que em geral podemos catalogar como vivendo em condições de desvantagem social, podemos chegar a algumas conclusões importantes para a presente pesquisa.

A juventude é um setor da população especialmente afetado pela crise econômica e pelas mudanças que acontecem no país. No entanto, devido às características do contexto cubano, nós consideramos que o fenômeno tem que ser relativizado. Não é verídico falar de jovens vivendo na absoluta pobreza, totalmente excluídos ou marginalizados socialmente. Não obstante, as pesquisas mostram que existem setores juvenis presos na reprodução geracional da pobreza com fortes vivências de insatisfação, que não conseguem perceber horizontes esperançosos, enfrentando riscos de causas diversas. Os dados expressam que uma parte importante dos jovens cubanos – não a maioritária, mas também não uma parte desprezível – está desvinculada das atividades produtivas ou do estudo. Destacamos, também, o fato de alguns deles se sentirem impossibilitados de falar seus critérios e pontos de vistas quando estes não correspondem aos discursos adultos hegemônicos, assim como a sua percepção de que há poucas oportunidades para participar da tomada de decisões nos espaços políticos, como elementos que marcam a sua experiência de sentir-se marginados, em desvantagem.

Finalmente, sublinhamos que o panorama social para uma parte da juventude cubana descrita nas pesquisas citadas, acontece em um contexto de

envelhecimento sociodemográfico que situa Cuba entre os países mais envelhecidos da região e sem taxa de substituição que possa reverter essa situação nas próximas décadas. Isso, junto ao aumento dos fluxos migratórios nas idades reprodutivas e socialmente úteis, traz consigo o perigo de uma erosão etária, de gênero, técnica e profissional de grande importância para o futuro e a sustentabilidade da sociedade cubana.

As pesquisas sobre juventude e fenômenos como pobreza, marginalização, exclusão e, muito recentemente, vulnerabilidade social em Cuba, inscritas todas dentro da linha de estudos sobre a reestratificação emergente, têm um grande valor, por estarem iniciando no país um campo de estudos, que têm uma longa data em outros países da região. Além disso, de acordo com Domínguez, Rego e Castilla (2015), verificamos que as pesquisas são escassas e levantam uma série de problemáticas que necessitam serem aprofundadas com outros estudos e sistematizações.

De um ponto de vista investigativo, nós vislumbramos dois desafios. Em primeiro lugar, a necessidade de superar os enfoques mais descritivos, essencialistas e desenvolvimentistas, e complementar o caminho já transitado com aproximações que permitam compreender os modos de subjetivação dos jovens, pelo que isso poderia trazer de esclarecimento sobre os processos de transformação em curso. Em segundo lugar, o desafio de colocar à prova os arsenais de categorias e abordagens teóricas que existem, que antes de serem usados no contexto cubano –como em qualquer um–, devem ser analisados criticamente, relativizados e não apropriados sem distanciamentos. A criação dos discursos científicos não é um processo imparcial, paralelo, que funciona numa outra órbita, alheia ao drama social que vivemos e sem implicações políticas. É exatamente o contrário.

A partir daqui se traça um percurso teórico encaminhado ao encontro de um sistema de categorias que tenha valor heurístico para enunciar a face subjetiva da desvantagem social, distanciando-nos dos discursos essencialistas e psicologizantes sobre os sujeitos jovens e nos apartando das narrativas sobre os indivíduos e grupos em desvantagem que tendem a objetivá-los.

## 2 DUAS PAUTAS TEÓRICAS PARA LER A ATUALIZAÇÃO DO MODELO CUBANO: PROCESSOS DE VULNERABILIZAÇÃO E MODOS DE SUBJETIVAÇÃO.

### 2.1 UMA ABORDAGEM NÃO COLONIAL DA POBREZA E CONDIÇÕES AFINS.

América Latina é a região das veias abertas. Desde a sua descoberta até hoje, tudo se transmutou sempre em capital europeu ou, mais tarde, norte-americano, e assim acumulou-se e acumula-se nos distantes centros de poder (...). Perdemos; outros venceram. Porém acontece que os que venceram, venceram graças a que nós perdemos: a história do subdesenvolvimento de América Latina integra a história do desenvolvimento do capitalismo mundial. A nossa derrota esteve sempre implícita na vitória alheia; nossa riqueza gerou sempre nossa pobreza para alimentar a prosperidade de outros: os impérios e seus capatazes nativos.  
Eduardo Galeano

Gandhi enfatiza que o objetivo do oprimido não deve ser se tornar um cidadão de primeira classe no mundo da opressão, em vez de um de segunda ou terceira classe, mas sim construir um mundo alternativo onde ele possa esperar recuperar sua humanidade. Ele se torna dessa forma não participante para o sistema existente – um que joga outro jogo.  
Ashis Nandy

Em 2014 o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) publicou os seguintes dados no seu *Informe sobre o Desenvolvimento Humano* intitulado *Sustentar o progresso humano: reduzir vulnerabilidades e construir resiliência* (PNUD, 2014): 1, 5 bilhões de pessoas em 91 países subdesenvolvidos são pobres e sofrem uma notável deterioração da sua saúde, educação e padrões de vida em geral, enquanto cerca de 800 milhões estão em risco de cruzar a linha da pobreza. Para a maioria dessas pessoas, conclui o informe, a vulnerabilidade é estrutural e está inscrita no seu ciclo de vida. Segundo Álvarez Leguizamón (2009), em toda a história do capitalismo, a pobreza nunca atingiu uma dimensão tão maciça e assustadora em escala global como nos finais do século XX e começos do presente. Na contemporaneidade assistimos a um grande paradoxo, a civilização que ao longo do século passado aumentou exponencialmente suas capacidades produtivas e seu Produto Interno Bruto entre 20 a 40 vezes (BUSSO, 2001), ao mesmo tempo tem submetida na miséria a maior parte da sua população.

O mais aterrador radica no fato de que hoje é amplamente conhecido que tal situação não existe e se incrementa de forma casual, nem natural. Ela é um “dano colateral”<sup>12</sup> (BAUMAN, 2011) causado pelos modos deliberados de produção e reprodução de riquezas. Ou seja, a miséria de uns é condição da produção e reprodução de um sistema que gera a riqueza de outros. Existe uma relação sórdida entre a desigualdade e os mecanismos de perpetuação da pobreza em escala global.

Referindo-se às sociedades atuais globalizadas, Bauman (2011) descreve um panorama marcado pela acelerada redução de oportunidades disponíveis para um segmento crescente da população e a ausência de perspectivas realistas de evitar ou superar a pobreza, que sejam seguras e estejam legitimadas socialmente. Isso é particularmente evidente na região latino-americana. Apesar de que cifras levantadas por estudos regionais apontem que a pobreza tem diminuído ao longo da última década (PNUD, 2014), os dados seguem sendo aterradores e a problemática segue sem uma clara solução, pelo contrário. No seu informe anual correspondente a 2014 “*Panorama social da América Latina*” (CEPAL, 2014), a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) declarava que a taxa de pobreza da região em 2013 foi de 28,1% da população, 165 milhões de pessoas, enquanto a indigência ou pobreza absoluta atingiu 11,7%, 69 milhões. Álvarez Leguizamón (2009) afirma que além de ser o segundo continente, depois da África, de maior pobreza, a desigualdade na América Latina é a mais extrema do mundo. Interessa-nos sublinhar que, para a autora, a singularidade da região tem a ver com sua histórica condição colonial e seu forte vínculo com as formas republicanas neocoloniais que continuaram nos séculos XIX e XX. Assim, deste lado do sul, pobreza e desigualdade se explicam como resultado de uma longa história de relações sociais de exploração colonial e neocolonial e de uma profunda e persistente desigualdade social e étnica.

---

<sup>12</sup>“Dano colateral” é um conceitotrazido à cena das Ciências Sociais por Zygmunt Bauman no seu livro *Collateral Damage: Social Inequalities in a Global Age*, publicado em 2011, fazendo uma analogia com o significado que o termo tem nos contextos bélicos para referir as consequências não previstas da guerra, ou mesmo previstas, consideradas como um mal necessário. Como afirma Treviño (2011) na resenha que faz do livro, Bauman usa o conceito para analisar as consequências de diversas ordens que sofrem milhões de pessoas nas sociedades atuais, cada vez mais globalizadas, pautadas pelo capitalismo desregulado. Treviño (2011) destaca que para Bauman o uso analítico do termo implica aceitar a distinção entre pessoas incluídas e marginalizadas do paradigma socioeconômico predominante, onde os inicialmente excluídos somente viram visíveis como um dano colateral quando emergem as consequências indesejáveis das decisões econômicas, políticas, sociais ou bélicas que foram tomadas.

Porém, a nossa intenção não é caracterizar esse panorama, descrito e estudado detalhadamente ao longo de décadas, como alvo da atenção de governos e alianças governamentais, organismos internacionais e regionais, centros e grupos de pesquisa nas academias, ONGs, ativistas sociais, etc. Ainda, existem densas bases de dados estatísticos sobre pobreza, facilitadas por organizações das Nações Unidas como CEPAL e PNUD, disponíveis e atualizadas anualmente. Poucas problemáticas já foram objeto do debate social, econômico e político de maneira tão intensa. É um conceito cujos lugares de enunciação têm sido, privilegiadamente, os centros de poder político e econômico – na sua dupla condição, como criadores de políticas econômicas e como centros de pesquisa e produção de saberes que sustentam, ademais, as políticas públicas.

Voghon (2008) chama a atenção sobre a importância dos discursos, categorias e propostas de intervenção –que deles se derivam– gerados pelas principais agências internacionais e organismos financeiros como o Banco Mundial, o FMI e as Nações Unidas. Tais organismos jogam um papel essencial na conformação de “receitas” e “alternativas” de solução para superar a pobreza. Borón (2005) informa que ante a grave crise do público e do estatal na América Latina, efetivamente, o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) ou a própria CEPAL, definem como se pesquisa, quem pesquisa, quando, onde e para quê, e sobretudo, quais serão os resultados aceitáveis da pesquisa em termos de pobreza. Além da eclosão de propostas teóricas, instrumentos e indicadores de avaliação e alternativas de solução, cada ano as estatísticas demonstram o crescimento acelerado do fenômeno, o que evidencia que tais estratégias, no lugar de constituírem ações efetivas para eliminar a pobreza, contribuem para ocultar as dinâmicas estruturais e sistêmicas que as (re) produzem (VOGHON, 2008).

Desde a segunda metade do século passado e no início do presente, o caráter colonizador de algumas narrativas hegemônicas em torno da pobreza na região tem sido contrastado por um pensamento crítico. As noções de ‘colonialidad del poder’ (QUIJANO, 2014), ‘colonialismo interno’ (GONZÁLEZ CASANOVA, 2015) e ‘expropiación de subjetividades’ (RIVERA CUSICANQUI, 2003) são exemplos.

No seu texto *‘Psicología de la Liberación’*, Martín-Baró questiona o papel da Psicologia latino-americana diante dos problemas que afetam a região. Baró (2006, p.6) se pergunta como se veem os processos psicossociais desde a perspectiva do dominado, em lugar de vê-los desde a perspectiva dos centros de poder na

produção de saberes. Para o autor, “não se trata de produzir um conhecimento para eles (os pobres), transmitir nossos esquemas e resolver seus problemas, trata-se de que pensemos e teorizemos com eles, a partir deles”.

Inquirir sobre as problemáticas de pobreza e desigualdade, na medida em que foram e continuam a ser dolorosamente reais, supõe, em nosso entender, um sério trabalho de destituição de saberes produzidos além dos indivíduos vivendo nessas condições (às vezes até contra eles) e ao mesmo tempo, de (re) configuração de novos saberes. Como aponta Nandy (2015, p. 203) citando a Leonard Frank: o termo desenvolvimento em relação ao Terceiro Mundo, é uma palavra desmoralizada, já que ela implica que o que é feito às pessoas pelos mais poderosos, é seu destino, sua falha. Essa é a violência implícita na forma em que nossas realidades são enunciadas pelos centros de poder do Ocidente. É necessária uma narrativa que não *coisifique* o indivíduo e sirva como instrumento para gerar inteligibilidade sobre suas possibilidades de devir sujeito nessas e além dessas condições.

A seguinte reflexão de Castro (2015, p. 3) referida ao mundo das crianças e dos jovens ilustra por analogia nosso argumento:

O que era importante para crianças e jovens já estava pré-definido pelos adultos e institucionalizado nos dispositivos de tutela e subordinação da relação assimétrica entre adultos e crianças, não ensejando construção ou disputa, mas simplesmente aquiescência. Com isto, esses espaços deixaram de potencializar modos de subjetivação articulados às questões emergentes da convivência coletiva entre as crianças e entre elas e os adultos.

Sujeitos vivendo em condições de pobreza são enunciados como “pobres”, “marginalizados”, “excluídos”, “vulneráveis”. Cada um desses conceitos baseia-se em uma explicação da sociedade nunca imparcial, mas controlada desde determinados interesses políticos, econômicos. Tais conceitos se tornam referência a partir dos quais os indivíduos pensam sobre si mesmos, interpretam suas condições de vida e as possibilidades de superar as dificuldades. Processos identitários e o próprio sentido comum dos que vivem em condições de pobreza se subordinam às vezes aos saberes hegemônicos. Existe uma racionalidade normativa sobre a pobreza e o “pobre”. Outros, que não são os pobres e que ocupam outra posição no jogo da dominação, têm o poder de falar sobre a pobreza, dizer como é que os pobres são, o que precisam e o que devem fazer. Esses outros

sabem, tem o poder de enunciar. Aos pobres só resta confiar em que esses outros conheçam a pobreza melhor do que eles, porque têm as informações e os instrumentos de entendimento dos quais eles carecem, para interpretar, explicar; além disso, os pobres devem confiar em que eles estão comprometidos eticamente a ajudá-los a encontrar uma solução. Será?

A pobreza deve ser entendida hoje como um fenômeno derivado da globalização. A globalização a entendemos como mecanismo de dominação capitalista sob a lógica da produção e expansão do capital, uma dominação que se desdobra como processo de dominação econômica e também cultural. Do ponto de vista econômico, o neoliberalismo garante a dominação a partir dos seus mecanismos de desregulação, privatização, flexibilização e precarização do emprego e redução do gasto público, enquanto do ponto de vista cultural, a cultura do consumo – como entendida por Baudrillard (2009) – no cotidiano e os processos de dessubjetivação de classe e captura das subjetividades – como apontado por Alves(2010) –no contexto laboral, se tornam efetivos processos de controle e disciplinamento. Vista assim, a globalização renova as formas de neocolonização que assolaram América Latina no século passado, e contribui para o aprofundamento da pobreza e da desigualdade social. Então, qualquer análise sobre a pobreza e condições afins, de uma abordagem não colonial, tem que se comprometer – de forma implícita ou explícita –, com uma crítica desse mal sistêmico que padecemos hoje chamado globalização neoliberal.

## 2.2 A VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DO PARADIGMA DA VULNERABILIDADE SOCIAL INSPIRADO NOS ESTUDOS DO BANCO MUNDIAL.

A pobreza, ou o que é a mesma coisa, quem é pobre e por que razões (...).  
(BANCO MUNDIAL, 2002)

A reflexão em torno das condições de privação e desigualdade na América Latina tem uma longa data. Na sua análise sobre as diferentes gerações de conceitos usados para dar conta desses processos, Filgueiras (2001) destaca o indiscutível poder heurístico do conceito pobreza, que se tornou um termômetro do estado de saúde das sociedades latino-americanas, tanto para analistas e organismos internacionais, como para governos e a opinião pública.

Para Filgueiras (2001), a conceitualização “pobre-não pobre” constitui um referente significativo na análise da estrutura social e uma “âncora” heurística para os estudos teóricos e/ou empíricos sobre as sociedades latino-americanas. Não obstante, o autor informa que a dicotomia “pobre-não pobre”, criada deliberadamente a partir de um conjunto de premissas contidas na noção de linha de pobreza apresentada pelo Banco Mundial, alinha-se, em primeiro lugar, com uma perspectiva econômica, fundamentada, sobretudo, nos processos de distribuição, rendas e consumo. Tais estudos não se propõem explicar a pobreza como condição social, mas, identificar indivíduos e lares pobres, o que limita marcadamente seu alcance. A carência de referências teórico-metodológicas constitui uma das principais limitações das abordagens do tema (FILGUEIRAS, 2001).

Em uma análise crítica e de sistematização sobre as diferentes noções de pobreza e sua relação com o Estado e as políticas sociais, Espina (2008e, p.44) apresenta o que considera o consenso mais estendido sobre o conceito pobreza, entre as mais distantes posições teórico-metodológicas e políticas:

Trata-se de uma situação de carências espirituais e materiais, de privações e desvantagens socioeconômicas –ausência de rendimentos ou rendimentos muito baixos e obstáculos para ter acesso ao consumo de bens de distinta ordem–, que impede a satisfação de necessidades humanas essenciais e o desenvolvimento de uma vida confortável.

No entanto, Espina (2008e) reconhece que no contexto dessa certeza geral compartilhada, abre-se um leque de perspectivas complementares ou antagônicas, no que diz respeito às causas e formas de afrontar a pobreza. De modo geral, por um lado, estão os enfoques com base em uma aceitação geral do capitalismo e da racionalidade que provém do mercado como guias adequados dos mecanismos de distribuição. Dessa perspectiva,

A pobreza é explicada como efeito de um crescimento insuficiente, de uma distribuição inadequada, de decisões individuais ineficazes diante das oportunidades do mercado, ou da ação combinada desses fatores (ESPINA, 2008e, p. 52).

Por outro lado, Espina (2008e) distingue as perspectivas de orientação marxista –defendidas por pensadores contemporâneos como Poulantzas, Olin Wrigt e González Casanova –, que consideram que pobreza e desigualdade não são um efeito do excesso de população, nem o impacto conjuntural corrigível de situações que impedem a expressão adequada do livre mercado e obstaculizam a racionalidade das eleições individuais. Para esses autores, elas se geram na esfera

produtiva, têm uma natureza estrutural e, mesmo que suas formas mais intensas possam ser atenuadas, através da intervenção das instituições estatais, sua presença é inerente à existência do capital (ESPINA, 2008e).

Tal como Filgueiras (2001) e Busso (2001), Espina (2008e) destaca que uma das críticas mais frequentemente feita aos estudos de pobreza é seu excessivo empirismo e sua fraqueza teórico-conceitual. Assim, conceitos como marginalização, exclusão e mais recentemente, vulnerabilidade social, foram desenvolvidos na tentativa de colocar em perspectiva outras dimensões da dinâmica social envolvidas na (re) produção da pobreza e sua expressão no social, tratando de atingir análises mais complexas e sistêmicas.

A categoria de marginalização social começa a ser usada na região a partir dos anos 70, para nomear a singularidade de um padrão de desenvolvimento caracterizado pelos maciços fluxos migratórios desde o campo às cidades, daquelas pessoas atraídas pelas melhores oportunidades de emprego na indústria e no setor público, assim como, pelas políticas sociais que favoreciam os grupos urbanos. Nesse sentido, Busso (2001) considera que ainda hoje a marginalização social na região faz referência ao sistema capitalista que gera um sobre-excedente de população, da qual não precisa para seguir funcionando. A categoria enfoca assim, o lugar destinado a aqueles que passam a ocupar as periferias, ficando por fora dos canais e espaços “comuns” e “legítimos” de produção e reprodução da vida social nas cidades. Bauman afirma que:

‘Classe marginalizada’ não sugere uma função a desempenhar –como seria o caso da classe ‘trabalhadora’ ou ‘profissional’–, nem uma posição no todo social –como seriam as classes ‘alta’, ‘média’ ou ‘baixa’. O único lugar da ‘classe marginalizada’ –afirma o autor – é ficar por fora de qualquer classificação significativa [...], pessoas despojadas dos direitos que têm os membros reconhecidos da sociedade; em poucas palavras, os ‘marginalizados’ são um corpo estranho que não se conta entre as partes naturais e indispensáveis do organismo social (BAUMAN, 2011, p. 12).

Por outro lado, a exclusão social, foi um conceito usado para nomear

os processos de enfraquecimento e quebra dos vínculos sociais que unem o indivíduo à comunidade e à sociedade referenciadas, dificultando, ou anulando, suas possibilidades de intercâmbio material ou simbólico. Nesse sentido o reverso da exclusão seria a integração social (BUSSO, 2001, p.10).

Como apontado por Pizarro (2001), o conceito de exclusão virou chave na Europa no que diz respeito à explicação dos efeitos sociais das condições do mercado do trabalho no capitalismo neoliberal. Posteriormente veremos a conotação

que adquire na obra de Robert Castel, quem focaliza os processos de desfiliação que conduzem a camadas inteiras da população desde a integração à exclusão social (CASTEL, 1995). Filgueiras (2001) sublinha a diferença entre o significado do conceito de exclusão no contexto latino-americano e o uso dele na Europa, onde a categoria está basicamente ligada ao desemprego e à precariedade emergente no mercado laboral como resultado da globalização, ou nos Estados Unidos, relacionada, por exemplo, à emergência de uma nova classe abaixo da tradicional linha da pobreza.

Por enquanto, na América Latina o conceito expressa uma inacabada realização do Estado-nação, em que falharam historicamente os mecanismos de incorporação de amplos segmentos sociais nos planos do mercado, estado e sociedade. Os ajustes estruturais de corte neoliberal das últimas décadas, conduziram a uma cada vez mais marcada precarização das condições do emprego e acentuaram os processos de exclusão. É claro que pobreza, marginalização e exclusão abrem espaços semânticos cujos limites não são rígidos, chegando às vezes a serem categorias usadas indistintamente ou com significados superpostos em alguns contextos de estudo e análise.

Tentando-se um afastamento da categoria de pobreza, a partir da segunda metade da década dos 90, começa-se a usar na América Latina a categoria de vulnerabilidade social. Segundo Filgueiras (2001) foi um desafio importante para a região a busca de conceitos novos que dessem conta da heterogeneidade, transformação e dinâmicas endógenas da pobreza. Assim, vulnerabilidade – conceito de longa data, inclusive dentro do campo de outras disciplinas que ultrapassam as ciências sociais–, começou a ser ressignificado e usado com força, com o sobrenome de “social”.

A vulnerabilidade social tornou-se uma figura reiterada em muitos dos informes e discursos ocupados das problemáticas das políticas públicas. O conceito foi defendido como ponta de lança de um enfoque novo e promissor quanto à compreensão do que distingue, no plano social, ao novo “padrão de desenvolvimento” do capitalismo desregulado, instaurado nos países da região e que, segundo especificidades regionais e nacionais, generalizou-se em todo o mundo (PIZARRO, 2001; FILGUEIRAS, 2001). Para Busso (2001) e Crossley (2008) a noção de vulnerabilidade social visa oferecer um corpo coerente e sistemático de conceitos e relações.

Esta eclosão de pesquisas sobre vulnerabilidade social na América Latina, teve base nos estudos pioneiros de pesquisadores vinculados a organismos internacionais como Nações Unidas, o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). A proposta teórica de Caroline Moser, o enfoque de “asset/vulnerability framework”, constituiu a principal referência (BUSSO, 2001). O Banco Mundial, criado em 1944 com o fim declarado de reduzir a pobreza, hoje é identificado como um dos organismos financeiros que protagoniza, junto ao FMI, a propagação das políticas de ajuste estrutural de cunho neoliberal (DIERCKXSENS, 2006). Ou seja, ao mesmo tempo que o Banco Mundial promove políticas econômicas que intensificam a pobreza e as desigualdades, investe no desenvolvimento do campo de estudos sobre pobreza e “vulnerabilidade social”. Ao mesmo tempo que impõe o avanço das políticas de ajustes e austeridade nos “países em desenvolvimento”, controla as formas como a pobreza gerada vai ser enunciada e tratada.

Qual é essa perspectiva sobre a pobreza que fundamenta a noção de vulnerabilidade social acolhida na América Latina? Entre os anos 1999 e 2002, quando ganhava força o enfoque de vulnerabilidade social na região, o Banco Mundial publicou uma série de três partes chamada *A voz dos pobres*. A série esteve baseada numa grande pesquisa cujo objetivo foi registrar as opiniões, experiências e aspirações de mais de 60.000 homens e mulheres considerados/as “pobres” de mais de sessenta países. O estudo foi apresentado como uma imersão em grande escala e sem precedentes na área de investigações sobre a pobreza, por quanto procurava apresentar diretamente, através das próprias vozes dos “pobres”, a realidade de suas vidas. Qual a opinião deles sobre a pobreza e o bem-estar? Quais os seus problemas e prioridades? Qual é sua experiência com as instituições do Estado, mercados e sociedade civil? (BANCO MUNDIAL, 2002).

Os pobres- começa assim o informe-, são os verdadeiros expertos em pobreza. Assim, um documento programático do século XXI sobre as estratégias frente à pobreza, deverá estar baseado nas experiências deles. [...] O que pode ser mais importante que escutar aos pobres e trabalhar com nossos sócios em todo o mundo para responder a suas preocupações? **Nossa missão fundamental consiste em ajudar aos pobres a sair bem com seus próprios esforços** (BANCO MUNDIAL, 2002, p, 3, grifo nosso, tradução nossa).

A partir daí o informe vai narrando, através dos depoimentos dos sujeitos entrevistados –quase de forma exótica–, todo um conjunto de situações comuns às

peças vivendo em condições de pobreza. Desemprego e precarização geral do trabalho, aumento dos riscos, deslocamentos, entornos físicos destruídos e infraestruturas ruins, falta de créditos e dependência dos credores, ruas e abastecimentos de água inadequados, problemas graves de saúde, má qualidade dos serviços de atenção médica e educação, crianças abandonadas, aumento do trabalho infantil, prostituição, aumento significativo da dependência e do consumo de drogas, violência doméstica, violência de gênero, aumento da corrupção e crimes, aumento da desproteção cidadã, precarização dos serviços sociais em geral e supressão dos programas sociais. A precarização do trabalho e o enfraquecimento da função benfeitora do Estado, que deixa à população desprovida de qualquer proteção social diante das crises, são os problemas mais reiterados ao longo do texto, a partir das falas dos entrevistados. De modo geral, o estudo informa literalmente sobre “ondas de desastres” arrasando o mundo e a experiência de grande parte da população mundial de ficar presa numa “meada emaranhada” (BANCO MUNDIAL, 2002).

A análise da causa dessas “ondas de desastres” é desenvolvida através da lógica de depoimentos como os seguintes: “Ziem atribui sua ruína, em primeiro lugar, ao roubo do seu gado, porém, agrega que a sorte de cada qual, seja boa ou ruim, **depende de Deus**” (BANCO MUNDIAL, 2002, p. 36, grifo nosso). “Bayor Dakorah, [...] é um agricultor pobre que descreve a pobreza como **a incapacidade de um indivíduo** para conseguir dinheiro da agricultura que lhe permita alimentar-se a si mesmo, sua mulher e filhos” (BANCO MUNDIAL, 2002, p. 41, grifo nosso).

De fato, o informe avalia:

**A pobreza, ou o que é a mesma coisa, quem é pobre e por quais razões,** é complexa [...]. Entender a pobreza plenamente requer da compreensão do contexto histórico, político, social, cultural, ecológico e econômico. O presente estudo não se baseia geralmente nessas disciplinas para oferecer uma análise exaustiva das causas primordiais da pobreza (BANCO MUNDIAL, 2002, p. 8, grifo nosso).

A frase “pobreza, ou o que é a mesma coisa, quem é pobre”, está carregada de uma grande violência simbólica, que reduz as causas da pobreza à pessoa que a padece, eclipsa os fatores estruturais e sistêmicos e culpabiliza assim, o indivíduo vivendo nessas condições. Isso acabou sendo a tentativa de dar voz aos pobres. A problemática é interpretada através de análises locais que invisibilizam, ou não problematizam suas causas de natureza sistêmica. Como causas, se identificam

fatos totalmente desconexos e imprevistos juntamente a fatores de natureza mais global e estrutural, tais como as condições sociodemográficas das famílias pobres, as crises econômicas, a falta de emprego.

O informe salienta que os países subdesenvolvidos da amostra pesquisada, sem exceção, assistiram à aplicação do pacote de medidas de ajuste estrutural, que **devido às más formas de serem implementadas pelos governos, contrariamente ao previsto, não diminuíram a pobreza, mas a incrementaram.** Assim, a pobreza é apresentada como o dano colateral de um modelo socioeconômico que é essencialmente bom.

“Conseguí sair da pobreza [...], desse modo, lutei firmemente e, com a ajuda de um amigo, tudo foi bem. Acho que **com muito trabalho e sorte** se pode sair da pobreza e ser autossuficiente” (BANCO MUNDIAL, 2002, p. 46, grifo nosso). As únicas soluções possíveis parecem ser a assistência focalizada a esses grupos e comunidades em desvantagem e os esforços individuais; se desconhecem as possibilidades políticas de qualquer ação coletiva, ao menos, daquelas que não seguem os canais institucionais formalmente estabelecidos.

Para Borón (2005), a perspectiva do Banco Mundial exclui qualquer reflexão rigorosa e profunda sobre porque o capitalismo latino-americano converteu-se numa fábrica impressionante de produzir pobres e indigentes. No entanto, segundo o autor, essa perspectiva, mediada na região pelo discurso da CEPAL, serve de fundamento “científico” para as políticas sociais que adotam os governos.

O modelo teórico de Caroline Moser teve um forte impacto nos estudos sobre vulnerabilidade na América Latina. Moser (1998), inspirou-se nos textos já clássicos de Amartya Sen que enfocam a pobreza como a ausência de capacidades para controlar o destino (KATZMAN, 1999), e centra sua análise na forma em que os lares “pobres” adquirem, acumulam e administram seus recursos. Para a autora, a carência de ativos, a ineficácia das camadas “pobres” na gestão dos seus recursos, e sua insegurança e sensibilidade frente às mudanças do contexto, são as principais causas de sua vulnerabilidade.

Moser (1998) propõe focalizar a atenção no que os pobres têm e podem fazer com o que têm, mais do que no que eles não têm. Esses trabalhos informam que, a maior debilidade objetiva dos “pobres” para enfrentar a sua sobrevivência cotidiana ou, com maior razão, as crises econômicas, poderia ser eliminada com uma adequada gestão dos seus recursos disponíveis, independentemente de que esses

sejam escassos (MOSER, 1998; ATTANASIO; SZÉKELY, 1999), e nessa direção devem-se encaminhar as políticas públicas.

Os pobres são nomeados por Moser como “administradores” de um pacote de ativos. Já não são mais sujeitos, termo que conduziria ao campo semântico de conceitos tão incendiários como ação, direitos, autonomia, coletivo, emancipação. São administradores na empresa em que se tornou o Estado-nação. Assim, Borón (2005) destaca que termos como “cidadão”, por exemplo, são substituídos por “cliente” ou “consumidor”. Para o autor, o uso dessa nova terminologia, que dá conta do caráter notadamente mercantilista do modelo, constitui um “perverso festival de eufemismos”, nas suas palavras.

A partir dos trabalhos pioneiros de Moser (1998), os desenvolvimentos analíticos mais sistemáticos sobre o enfoque da vulnerabilidade social no caso latino-americano são os seguintes:

- ✓ Os trabalhos realizados e coordenados por Kaztman, Filgueiras e outros autores (1999), sobre Argentina e Uruguai; Kaztman (2000); Filgueiras (2001). Estes estudos focalizam o desajuste entre os ativos e a estrutura de oportunidades, considerando a vulnerabilidade como a escassa capacidade dos atores –lares fundamentalmente – para aproveitar as oportunidades disponíveis nos distintos âmbitos socioeconômicos, melhorar sua situação de bem-estar ou impedir sua deterioração. Para os autores o enfrentamento à vulnerabilidade passa por identificar e promover os ativos, os ajustando à estrutura de oportunidades existente. Muito próximos a essa linha estão os trabalhos compilados por Orazio Attanasio e Miguel Székely (1999) sobre a situação de vulnerabilidade em países latino-americanos.
- ✓ Os estudos de Pizarro (2001) sobre vulnerabilidade e o novo padrão de desenvolvimento. Para o autor a vulnerabilidade está ligada ao amplo sentimento de estar indefeso devido às carências materiais. Entre os fatores que o autor associa à vulnerabilidade se encontram a segmentação e precarização do mercado do trabalho, o acesso limitado da população aos serviços sociais, o declínio das ações coletivas e a existência de uma apatia social generalizada, entre outros.
- ✓ Os trabalhos sobre vulnerabilidade e pobreza da CEPAL (2002), apresentados no informe do Centro Latino-americano e do Caribe de Demografia da CEPAL (CELADE), consideram a vulnerabilidade como o risco

de ficar abaixo da linha da pobreza, devido aos rendimentos baixos e instáveis. Essa perspectiva centra sua atenção nas pessoas e lares fundamentalmente. Sua proposta de políticas públicas consiste em brindar um apoio focalizado a eles para fortalecer os ganhos financeiros, e promover novas fontes de renda e subsídios.

Outra vertente de autores, também referentes da CELADE, têm pesquisado a relação entre a desigualdade social e as condições sociodemográficas das populações na América Latina, trazendo ao debate a categoria de “vulnerabilidade demográfica”. Entre eles destaca-se a obra de Rodríguez (2001), quem realiza pesquisas relativas ao campo da juventude. Autores como Busso (2001) e Arriaga (2001), entre outros, têm feito contribuições sem se distanciar das linhas gerais da CEPAL. A maioria desses trabalhos servem de plataforma para as propostas de políticas públicas da CEPAL para a região. Tais estudos, com nuances, desenvolvem, de modo geral, uma narrativa bastante homogênea e comprometida com a lógica de interpretação da pobreza dessa instância. Assim, as ferramentas teóricas que usam, dizem a respeito da realidade latino-americana dentro dessa ordem de racionalidade.

Então, a vulnerabilidade social é apresentada como o conceito que pode trazer luz sobre os impactos sociais do neoliberalismo. A América Latina foi o cenário onde, pela primeira vez, foram experimentadas as fórmulas neoliberais (KLEIN, 2008). Tais “receitas” da política econômica depois varreriam o mundo: a liberalização do mercado, o aumento das privatizações, a mudança e flexibilização das legislações do mundo do trabalho, a terceirização e a redução do gasto público.

A CEPAL (2002) destaca um panorama complexo na região, marcado por importantes riscos, entre os que se destacam: o efeito devastador de numerosos desastres naturais; graves revoltas sociais que se distinguem das de outras datas por uma crescente falta de direção política organizada; insegurança cotidiana refletida em altos índices – objetivos e subjetivos– de criminalidade e temor; descrença na política, nas formas de ação coletivas e nas instâncias históricas de representação social, como sindicatos e partidos; intensificação de conflitos políticos que limitam as bases de legitimidade das autoridades nacionais e aumentam a desconfiança nos sistemas de governos. Assim, entre as diversas fontes de vulnerabilidade social, a CEPAL (2002) reconhece as mudanças no mercado do trabalho –precarização do emprego–, a volatilidade dos rendimentos financeiros, a

inequidade na distribuição dos ativos e o enfraquecimento das instituições sociais – família, Estado, partidos, sindicatos e grêmios.

Por outra parte, o organismo internacional destaca a falta de direitos como um importante âmbito de desproteção ou risco. “A extensão da noção de vulnerabilidade ao amplo campo dos direitos abre a porta para abordar o tema central da cidadania nas sociedades modernas” (CEPAL, 2002, p. 15). Nesse sentido, Bustamante (2000) apud CEPAL (2002) entende a vulnerabilidade como carência de poder, associada à exclusão e discriminação sofridas pelos indivíduos no marco de sistemas sociais de dominação com uma distribuição assimétrica do poder.

Em 2002, a CEPAL apresenta um exame sociodemográfico do cenário de riscos existentes e prováveis na América Latina, e identifica as comunidades, lares e pessoas mais afetadas por esses riscos, bem como, examina também suas capacidades de resposta e habilidades de adaptação; finalmente, propõe e discute opções de política para enfrentar a vulnerabilidade sociodemográfica” (CEPAL, 2002, p.1). Assim, declara que a vulnerabilidade social vai ser entendida como:

A combinação de: 1) eventos, processos ou traços que constituem adversidades potenciais para o exercício dos distintos tipos de direitos cidadãos ou a realização dos projetos das comunidades, os lares e as pessoas; 2) a incapacidade de resposta perante a materialização desses riscos; e, 3) a inabilidade para se adaptar com caráter ativo às consequências de tal materialização.

Entre as principais vantagens do uso da categoria de vulnerabilidade, a CEPAL (2002, p. 16-17) destaca as seguintes:

- ✓ É útil para caracterizar condições objetivas e subjetivas de incerteza e desproteção.
- ✓ Permite entender as oscilações da mobilidade social de comunidades, lares e pessoas.
- ✓ Oferece uma abordagem alternativa e complementar a outros enfoques ou conceitos que ilustram situações de desvantagem social, como pobreza e exclusão.
- ✓ É objeto de diversas aproximações conceituais e operativas na prática de pesquisa. A diversidade de significados, enfoques analíticos e intentos de operacionalização obedece a que a vulnerabilidade é consubstancial à vida social, que se caracteriza pela mutação dos riscos.

Dentro da linha de estudos da CEPAL, quando Kaztman e Filgueira assumem o modelo de Caroline Moser criticam-no, enquanto o consideram, efetivamente, uma interpretação liberal da desigualdade, já que para os autores, “o portfólio e a mobilização de ativos dos lares vulneráveis [...] só pode examinar-se à luz das

lógicas gerais de produção e reprodução de ativos, que não podem ser reduzidas às lógicas das famílias e suas estratégias” (KAZTMAN et al., 1999, p.33-34). Com a intenção de superar essa limitação e levar em conta os aspectos estruturais, especialmente, o papel desempenhado pelo Estado, o mercado e a comunidade, eles introduzem o conceito de “estruturas de oportunidades”. A vulnerabilidade passa a ser explicada a partir do modelo “ativos/ vulnerabilidade social/ estrutura de oportunidades”.

O destaque da natureza estrutural da vulnerabilidade social, ligada ao caráter liberal das políticas econômicas, responde à tentativa dos autores latino-americanos de se distanciar do enfoque de Moser. No entanto, embora os fatores estruturais sejam mais visíveis na versão latino-americana para além do enfoque de ativos, não são analisados de forma aprofundada em relação ao seu papel na (re) produção da vulnerabilidade social. Assim, Pizarro (2011) coincide com Moser (1998) quando afirma que as mudanças no entorno econômico, social e político, decorrentes de transformações de caráter estrutural, podem chegar a ser tão adversas sobre as famílias e comunidades quanto os desastres naturais. De fato, assinalamos que a vulnerabilidade foi um conceito que ganhou corpo também dentro do campo de estudos sobre as populações em risco ante as catástrofes naturais.

Um dos elementos fortemente ligado à noção de vulnerabilidade social na atualidade é o redimensionamento da noção mesma de risco. O modelo capitalista atual é objeto da reflexão dos autores europeus que, de outras coordenadas sociais, econômicas e geopolíticas, de uma perspectiva condicionada pela realidade das sociedades europeias, desenvolvem corpos teóricos para explicar o impacto social sobre as relações humanas e as subjetividades, da “globalização descoordenada” (BAUMAN, 2011), os traços da “segunda modernidade” (BECK, 2002), ou “modernidade tardia” (GIDDENS, 2002).

O conceito vulnerabilidade, vinculado à noção de risco, coloca-se na arena de um debate intenso sobre os efeitos da “globalização” e a emergência das “sociedades do risco” (BECK, 2002). Nesse sentido, a CEPAL (2002) refere explicitamente a identificação do seu enfoque com a abordagem assumida por Ulrich Beck e Anthony Giddens na sua análise dos dilemas teóricos trazidos à luz do contemporâneo.

Beck (2002) expõe na sua compreensão sobre “a globalização dos riscos civilizatórios” que:

**A miséria é hierárquica, o smog é democrático.** Com a extensão dos riscos da modernização –o perigo da natureza, da saúde, da alimentação, etc. –, se relativizam as diferenças e os limites sociais. [...]. Objetivamente os riscos exercem dentro de seu espaço de ação e entre os afetados por eles um efeito igualador. Aí está precisamente sua nova força política. Nesse sentido, **as sociedades do risco não são sociedades de classes;** suas situações de perigo não podem pensar-se como situações de classes, nem seus conflitos como conflitos de classes” (BECK, 2002, p. 42, grifo nosso).

Beck (2002, p.45), ao analisar a sociedade europeia, especialmente alemã, desenvolve o discurso do risco, o que para o autor significa necessariamente desmontar a noção de classe. “Assim, com a generalização dos riscos da modernização se desenvolve uma dinâmica social que já não pode compreender-se com as categorias de classe”. Ao invés, em sua compreensão dos riscos, Bauman (2011) destaca que, apenas aparentemente, eles são neutros e não dirigidos a um alvo determinado, pelo qual seus efeitos poderiam ser considerados fortuitos; existe uma afinidade seletiva entre a desigualdade social e a probabilidade de se transformar em vítima das catástrofes, sejam naturais ou ocasionadas pelo homem. Ocupar o extremo inferior da escala da inequidade e ser vítima colateral de uma ação humana ou desastre natural, são posições que interagem como polos opostos de um ímã: tendem-se a atrair. O próprio Beck (2002) reconhece que as desigualdades das sociedades de classes e do risco podem solapar-se e condicionar-se, especialmente nos países subdesenvolvidos, mesmo que para o autor a distribuição desigual da riqueza social apenas ofereça obstáculos superáveis e justificativas para a produção de riscos.

Por sua vez, existe um perigo em realizar uma analogia entre desastres naturais e a debacle econômica e social que vivemos: corremos o risco de naturalizar a ordem global causante da vulnerabilidade e vê-la como algo que – como os desastres naturais –, devemos aceitar como eventos fatais e inevitáveis, ante os quais somente podemos reagir para nos adaptar e ser resilientes. Para Beck (2002, p.47), por exemplo, “existe uma classe de destino de perigo na civilização desenvolvida, na qual se nasce e cujo destino não podemos fugir por mais que o tentemos, [...] e todos estamos confrontados a tal destino de uma maneira semelhante”. Embora seja certo que desde o nascimento estamos sujeitos a uma sociedade atravessada por diferentes riscos, isso não é obra do destino, nem todos podemos confrontá-los de forma semelhante. Se formos compreender o que

acontece em termos de destino, anularíamos qualquer possibilidade de crítica do sistema, desacreditaríamos as ações possíveis de transgredir a ordem e invisibilizaríamos a desigualdade social existente, aspecto que poderia detonar a ação e a transformação.

Sem mais saídas, dentro das perspectivas da vulnerabilidade social abordadas aqui, as possibilidades de ação dos sujeitos, ficam restritas, dentro da linha de uma resposta adaptativa ou da lógica da mobilidade social, o que anula as possibilidades de transformação. Consideramos ainda que a mesma noção de habilidades para adaptar-se ou para ter resiliência, que as perspectivas sobre vulnerabilidade social defendem, se bem que apontam para um tipo de resposta que é necessária e pertinente frente os riscos, ao mesmo tempo, supõe uma aceitação implícita da fatalidade dos eventos perigosos. O enfoque da vulnerabilidade não coloca em perspectiva a distribuição desigual dos riscos, que se constitui, além de uma distribuição injusta, como um elemento de conflito a partir do qual se articula a ação social e política. Como apontado por Crossley (2008), para os teóricos da vulnerabilidade social, na análise da distribuição social dos riscos, fica excluído, por definição, o problema da exploração e do controle dos recursos de valor. O risco se apresenta como um fator diferencialmente distribuído e não como um fator que poderia contribuir para articular o movimento social.

A destacado por Crossley (2008) se ilustra quando Pizarro (2001) assevera que, reconhecendo o caráter ambivalente do novo padrão de desenvolvimento, que favorece a uns e prejudica a outros, o enfoque da vulnerabilidade pode impulsionar iniciativas de políticas públicas que apontem na direção de potencializar os recursos e complementar as estratégias das famílias (Pizarro, 2001). Assim, toda possibilidade de crítica, de antagonismo e de transformação social, fica cooptada dentro dos canais formais das políticas públicas como paliativos, e se invisibiliza o antagonismo próprio implícito na desigualdade da distribuição dos ativos.

A categoria de classe perdeu seu valor como ferramenta heurística? Tornar absoluto o valor da classe como única matriz de interpretação da realidade social, desconhecendo outras âncoras importantes de inequidade, como podem ser, o gênero, a cor da pele, a territorialidade, o étnico, é injustificável nas sociedades contemporâneas. Consideramos que a noção de proletariado não pode dar conta da variedade de formas de reivindicação e lutas. A noção da classe proletária

corresponde a um momento histórico concreto que alguns marxismos tenderam e tendem a universalizar.

Antunes (2013) com a categoria de “classe-que-vive-do-trabalho” “lança o desafio de se compreender o mosaico de formas que configuram a classe trabalhadora atual, considerando sua heterogeneidade e seu caráter polissêmico e multifacetado”. Para o autor a categoria

diz respeito à totalidade de homens e mulheres, produtivos e improdutivos, desprovidos de meios de produção e que são estrangidos a vender sua força de trabalho no campo e na cidade em troca de salário; ou seja: o proletariado industrial e rural, os trabalhadores terceirizados, subcontratados, temporários, os assalariados do setor de serviços, os trabalhadores de telemarketing e call centers, além dos desempregados (PREVITALI, 2013, p.3).

Ainda, o caminho traçado por novas formas de engajamento coletivo, muitas vezes comunitários, locais, não corresponde àquele fixado normativamente pela noção da missão histórica de uma classe determinada. Tratam-se de lutas que vão se articulando sobre a base de conflitos e conjunturas concretas, particulares, muitas vezes locais, perante as quais as comunidades vão buscando soluções e construindo uma prática e uma forma de viver o público, longe de qualquer prescrição teórica. Assim, nesses movimentos, a noção de classe é ressignificada através de um “nós” que atravessa práticas e discursos, articulada a partir de interesses comuns, da vivência de injustiças compartilhadas e da necessidade de se organizar e lutar contra um sistema de opressões, para transformar o social.

Consideramos que constitui um desafio poder nos afastar do caráter essencialista da categoria de classe sem deixar de pôr em perspectiva o fato de que existem sujeitos coletivos. Esses sujeitos estão presos em uma dinâmica excludente e alienante, baseada na desigualdade em relação aos processos de propriedade e produção próprios da ordem capitalista. Isso também nos levaria a reconhecer que é possível que esses sujeitos se articulem na busca da emancipação, mesmo que os caminhos tenham que ser inventados e experimentados singularmente, sem rumo fixo, na prática, no cotidiano, no lugar de ser enunciados de forma normativa e teleológica como o cumprimento da função histórica de uma classe.

Crossley (2008) destaca que, se bem que os teóricos da vulnerabilidade na região não negam as formas de desigualdade classistas ou categoriais, suas perspectivas se ajustam com notável comodidade ao paradigma liberal de interpretação da desigualdade, que estrutura suas interpretações em torno do que

John H. Goldthorpe chamou “ a pergunta pela mobilidade social”. A “pergunta pela mobilidade” se apresenta por oposição à “pergunta pela mobilização”. Se bem que os diferentes enfoques da vulnerabilidade social não se referem a esse problema, resulta evidente que o foco de seus intentos explicativos se fundamenta, antes de tudo, sobre a construção de um modelo de análises da “mobilidade social” (CROSSLEY, 2008).

Acreditamos que a pergunta pela mobilidade social, é uma pergunta de marcado caráter individualista, que leva implícita a aceitação e reafirmação do próprio modelo que gera a vulnerabilidade. Seria, de acordo com Nandy (2015) aceitar as regras do jogo dos dominadores. Nandy (2015) destaca que para Gandhi o objetivo do oprimido não deve ser se tornar um cidadão de primeira classe no mundo da opressão, mas sim construir um mundo alternativo onde ele possa recuperar sua humanidade. Dessa forma ele deixa de participar do sistema que o domina.

Por outra parte, a estrutura de oportunidades é aquilo sobre o qual o sujeito não tem poder de escolha nem decisão direta, senão através de canais complexos de representação. Faz referência a recursos que o indivíduo não controla e sobre os quais não incide ou incide de forma marginal –indireta, mediada por estruturas intermediárias. O sujeito fica desprovido das possibilidades de ação perante o sistema. Trata-se de uma interpretação da problemática que o constrange e coopta suas possibilidades de ação e de transformação social. A seguinte colocação de Filgueiras (2001, p.8) é esclarecedora a respeito do constrangimento do sujeito:

O primeiro componente desta perspectiva – os ativos– refere à posse, controle ou mobilização de recursos materiais e simbólicos que permitem ao indivíduo desenvolver-se na sociedade. Capital financeiro, experiência laboral, nível educativo, composição e atributos da família, capital social, participação em redes e capital físico, são atributos que ilustram alguns desses recursos. Compreender e conceituar a formação, uso e reprodução dos ativos sociais, constitui a via natural para o desenvolvimento do novo enfoque.

Simplificando os termos, para Filgueira (2001) é possível afirmar que a diferença entre ativos e estrutura de oportunidades se radica no fato de que os indivíduos não controlam o não podem incidir diretamente nos padrões mais gerais da estrutura de oportunidades, enquanto sim podem administrar seus ativos. Será? Eles não podem mesmo? Embora seja claro que os indivíduos possam agir mais facilmente no cenário de vínculos e recursos que estão dentro do seu espaço de poder na tomada de decisões, apostar somente por esse tipo de ações acaba

inviabilizando outras possibilidades de ação dos indivíduos perante a condição social na que vivem. Filgueiras (2001) afirma que é claro que a ação dos indivíduos pode, por exemplo, incidir em um sistema democrático na eleição das autoridades que adotarão, por sua vez, decisões que o implicam. Porém, nesse caso –relata – trata-se de uma influência mediada por complexos processos de delegação de poder, que envolve a decisão de outros cidadãos.

Para Filgueiras (2001, p.11) a ação dos indivíduos se pode dar na participação com outros de uma estrutura informal de relações, responsabilidades mútuas e normas de reciprocidade:

No caso extremo, uma relação de amizade entre duas pessoas cumpre com ambos os requisitos. Tanto as estruturas de oportunidades, quanto o ativo resultante a nível do indivíduo, dependem de que se mantenha a relação de amizade entre ambos.

O autor agrega que a ação sindical de um indivíduo ou sua participação nas eleições também mudam, eventualmente, a estrutura de oportunidades e podem ser consideradas como um ativo. Outras formas de ações coletivas, além destas, não encontram lugar nesta narrativa. A visão das ações coletivas totalmente despolitizadas e em função de interesses individuais fica expressa nos seguintes termos pelo PNUD (1998, p.142) quando assinala que:

As redes sociais são aquelas estruturas de sociabilidade através das quais circulam bens materiais e simbólicos entre pessoas mais ou menos distantes. É o vínculo que permite à mãe deixar a seu filho pequeno com a vizinha quando deve levar à filha ao hospital, ou que permite a um pai empresário solicitar trabalho para um filho a outro colega do seu grémio. As redes sociais operam como um dos recursos básicos de supervivência de famílias em condições de precariedade. Trata-se de um dos mecanismos importantes de mobilidade social e aproveitamento de oportunidades.

Pizarro (2001) aponta que ao diminuir as redes de proteção social nas comunidades impactadas pelo desemprego e precariedade do trabalho, as famílias afetadas usualmente buscam estratégias baseadas na administração de seus próprios recursos para defender suas condições de vida. Por isso, alguns especialistas do Banco Mundial, –informa o autor– enfatizam que os pobres devem ser vistos como, “...administradores estratégicos de um conjunto complexo de recursos” (MOSER, 1998, p.4 apud PIZARRO, 2001). É violento o caráter normativo da frase que já analisamos. Para Pizarro (2001, p.12):

Constatar e valorar os recursos e capacidades que os pobres têm no lugar de insistir na escassez de rendimentos, como fazem os enfoques de pobreza, pode ser interessante desde o ponto de vista interpretativo e da política pública.

Não obstante, Pizarro (2001) reconhece que distintamente da visão de Moser (1998) devem ser reconhecidas as insuficiências das iniciativas e recursos existentes na sociedade civil para afrontar as condições de insegurança. Para o autor é claro que valorar as possibilidades da população de desenvolver estratégias de enfrentamento não significa, em nenhum caso, que o estado prescindia de sua atividade reguladora, compensadora e de proteção social dos grupos mais fracos.

Pelo contrário, ao Estado lhe corresponde garantir uma segurança mínima a todas as pessoas e facilitar o acesso a similares oportunidades a todos. Assim, se abre um âmbito nas políticas e programas públicos para enfrentar os desafios da vulnerabilidade (PIZARRO, 2001, p. 13).

A estrutura institucional necessária para desenvolver a política social na época atual deve ter uma adequada correspondência com as novas condições e requerimentos que impõe o padrão de desenvolvimento vigente (PIZARRO, 2001). O que seria uma estrutura institucional necessária dentro de sociedades regidas por um modelo capitalista neoliberal? E o que seria que nela correspondesse com o padrão de desenvolvimento vigente? Isso significa aceitar o padrão de desenvolvimento vigente como algo inquestionável? Ajustar-se a ele?

Mas, antes de tudo, de que institucionalidade e Estado estamos falando? Ana María Fernández, a partir do estudo da experiência da tomada das fábricas argentinas pelas comunidades de obreiros, grupos que a autora considerava vulneráveis, destaca que o “Estado, nas sociedades capitalistas atuais, está estourado” (FERNÁNDEZ, 2008, p. 9). De fato, nas condições sóciohistóricas concretas do capitalismo desregulado, é amplamente questionável o papel que o Estado pode desempenhar no enfrentamento das condições de vulnerabilidade, pobreza e desigualdade que assolam às sociedades. Para Fernández (2008, p. 9) esse Estado “estourado” é muito ativo:

O público estatal não desapareceu, mas disfarçou-se. É importante uma caracterização do Estado que possa dar conta de suas capacidades de cooptar e perseguir as incipientes autonomias. Pareceria incrível, mas esse Estado, ainda estourado e disfarçado, é capaz de, novamente, gerar a ilusão de amparo; é capaz de provocar a ideia de que se lhe podem arrancar ajudas sem consequências.

Fernández afirma que:

O Estado, desmascarado uma e outra vez, nas suas práticas de impunidade, – não só políticas, mas também econômicas e institucionais– mantém sua capacidade de tracionar práticas de autogestão até lógicas

estatais e práticas comunitárias até lógicas do mercado (FERNÁNDEZ, 2008, p. 9).

Para Fernández (2008) as inercias burocrático-estatais muitas vezes devastam eficientemente a potência coletiva. Porém, esses coletivos resistem, e junto a esse público estatal disfarçado, coexistem incipientes formações nem privadas nem estatais. A autora está chamando a atenção sobre as possibilidades de outras formas de enfrentamento coletivo se erigem frente à vulnerabilidade social, como a tomada das fábricas quebradas na Argentina:

As experiências de autogestão das assembleias de bairro e fábricas recuperadas na construção de horizontalidades, começaram a produzir espaços nem privados, nem estatais: espaços sociais comunitários. São experiências que não fundam instituição, senão que instalam situações. Rejeitam de um primeiro momento formas de organização que estabelecem hierarquias, que operam por delegação ou representação, etc. São situações que instalam um espaço público que não está dentro do público estatal; nas novas dimensões do público se vão constituindo multiplicidades de ilhas de autogestão conectadas em redes e armando o comum (FERNÁNDEZ, 2008, p. 9).

Assim, Fernández (2008) aponta como as modalidades de construção política do comum que se estabelecem em horizontalidade, democracia direta e autogestão do comum, operam desde lógicas coletivas muito diferentes daquelas que buscam se institucionalizar, criar partido político ou sindicato, organizações hierárquicas, etc. A autora propõe diferenciar as lógicas coletivas da representação das lógicas coletivas da multiplicidade. O comum, reconfigurado em uma dimensão política, e, portanto, essencialmente coletivo, é o grande sujeito ausente nos modelos teóricos aqui apresentados da vulnerabilidade social. No seu lugar aparece o indivíduo fraco e isolado. De que forma são caracterizados os indivíduos vulneráveis?

Para Filgueiras (2001, p.16) a desfiliação é o processo característico associado à vulnerabilidade social, marcado por sentimentos de incerteza e insegurança. Além, no plano subjetivo existem outros sentimentos, como a raiva.

Estas consequências da desfiliação institucional não só constituem uma sorte de ruptura com a estrutura social ou com o estabelecimento de "pontes" de acesso às esferas de onde provém os recursos, senão que dá lugar a comportamentos e reações que eventualmente podem reforçar círculos viciosos de reprodução dos passivos.

Os sentimentos de raiva perante o reconhecimento de uma situação de injustiça que se sofre não podem dar lugar a outro tipo de ações além de reforçar um círculo vicioso que perpetua a desvantagem? Entre as características mais

destacadas estão o retraimento e o isolamento. O padrão de desenvolvimento vigente afetou as formas tradicionais de organização e participação social e de representação política por meio dos sindicatos, partidos políticos ou movimentos sociais tradicionais. Pizarro (2001) destaca que a exacerbação da competência tem reduzido os hábitos solidários e a responsabilidade social dos indivíduos, que se restringem e buscam na família sua única via de proteção e sociabilidade. Não obstante, o autor avalia que também pode-se observar que os pobres e grupos médios estão criando formas novas de organização para enfrentar a vulnerabilidade ante o esgotamento das formas tradicionais de organização social. Surgem assim, iniciativas cidadãs de socialização como as organizações de consumidores, de defesa do meio ambiente, de proteção dos direitos humanos, contra a violência e, inclusive, de defesa diante dos efeitos negativos da globalização, entre outras. Surgem também, mesmo que Pizarro não os mencione, diferentes movimentos sociais de luta e resistência anticapitalistas.

Borón (2005) considera que no caso latino-americano a pobreza não pode ser enfrentada de maneira focalizada, pois em uma região onde a pobreza afeta a maioria da população e constitui um fenômeno generalizado, uma estratégia focalizada de enfrentamento não é viável. Assim, informa o autor, uma análise focalizada omite o papel da ação coletiva e a influência de processos mais complexos e abrangentes, como as dinâmicas da acumulação capitalista ou a evolução histórica de formas extensivas de exclusão social, que produzem discriminações de crucial importância, como as de sexo/gênero, étnicas, de cidadania, etc.

Borón (2005), referindo-se às perspectivas de análise da pobreza que levam a marca dos enfoques do Banco Mundial, assevera que elas consagram o desaparecimento dos atores coletivos. O autor aponta que nessas perspectivas os únicos sujeitos relevantes da vida social são os atores individuais, com respeito aos quais se assegura que: 1) contam com plena e adequada informação sobre o universo no qual se desenvolvem; 2) uma vez informados estão habilitados para tomar decisões fundadas racionalmente na ponderação precisa de custos e benefícios, e, portanto, 3) podem atuar com plena liberdade e adequado conhecimento para satisfazer seus interesses individuais. Em efeito trata-se de administradores de recursos.

Segundo Crossley (2008) os críticos asseveram que a marca ideológica dos enfoques de vulnerabilidade social se expressa na aplicação dos critérios de vulnerabilidade social ou risco, no desenho e gestão de programas sociais e de governo, que têm formas marcadamente assistencialistas de fazer política social, através da fórmula retórica de que os programas sociais estão destinados a ajudar àqueles mais vulneráveis ou que se encontram em risco social. Apresentada assim, –asseverao autor– essa doutrina não resulta questionável, o problema é quando ela vira uma política de administração de recursos ante a qual os grupos afetados não têm poder de escolha nem decisão. Alguns programas acabam sendo extremamente exigentes, até excluir dos programas de benefícios àqueles que mais os estão necessitando. Determinados críticos consideram que a vulnerabilidade social é uma denominação eufemística da pobreza, e ainda, marcada ideologicamente.

Então, neste capítulo abordamos uma leitura contemporânea da pobreza e desigualdade na região, através de uma categoria que é apresentada como o traço social característico das sociedades capitalistas atuais. Em suma, trata-se de um enfoque focalizado no local e no individual. Sua principal limitação é que, apesar de partir de reconhecer a natureza sistêmica e estrutural da vulnerabilidade, tal reconhecimento não se efetiviza em uma proposta de enfrentamento real e de crítica radical das causas da pobreza, pelo contrário, sua narrativa contribui para reforçar as dinâmicas de individualização e instrumentalização que sujeitam os indivíduos e os grupos às dinâmicas geradoras de vulnerabilidade. No seguinte capítulo vamos analisar uma outra leitura contemporânea oposta, no sentido de que faz uma marcada ênfase na natureza estrutural da vulnerabilidade social.

### 2.3 QUESTÕES SISTÊMICAS: O SUJEITO INVALIDADO PELA DESFILIAÇÃO.

[...] podemos perfeitamente interessar-nos, como interessou-se recentemente Alain Touraine, no devir-sujeito do indivíduo. Porém, não é isso o que nos concerne [...], mas as condições prévias para entrar nesse processo de devir-sujeito [...] para entrar na aventura do sujeito, é necessário, em primeiro lugar, ser um indivíduo dotado de suportes de independência.

(CASTEL; HAROCHE, 2003, p. 19).

Uma situação onde as instituições estabelecidas e as evidências se encontram subitamente questionadas, onde surgem dificuldades inesperadas, porém fundamentais, onde finalmente o porvir está aberto.

(OFFE, 1988 apud CASTEL, 2010, p 17)

A abordagem da categoria de “vulnerabilidade social” proposta por Robert Castel está associada a um tópico muito mais abrangente, que vai além do concernente à problemática da vulnerabilidade social em si. O autor usa o conceito para explicar a inquietação que lhe suscita a virada neoliberal do capitalismo durante os últimos trinta anos:

Começou a falar-se de “crise” para fazer referência aos primeiros efeitos desta mudança que repercutiria em todos os setores da vida social. Primeiro foi pensada como provisória e se buscaram suas causas em acontecimentos relativamente conjunturais [...]. Mas, pouco a pouco, ainda que a tomada de consciência foi lenta, resultou que não atravessávamos uma área de turbulências efêmeras e que não bastava apertar o cinto de segurança antes do retorno da “recuperação”. De fato –e hoje em dia estamos em melhores condições de compreendê-lo- o que aconteceu ao longo destes últimos trinta anos foi uma mudança de regime do capitalismo. Saímos do capitalismo industrial e entramos em um novo regime capitalista que com certeza é menos importante nomear do que compreender (CASTEL, 2010, p.16)

A precarização do trabalho, o processo de profunda descoletivização e a fragilização dos suportes sociais e institucionais, típicos do novo regime capitalista, segundo o autor, limitam as possibilidades para a configuração da individualidade do homem moderno. É esta a principal pergunta que atravessa a obra de Robert Castel, uma pergunta pelo sujeito e pelas suas possibilidades reais de se constituir nas condições desta modernidade tardia:

Parto de uma constatação: a popularidade do discurso teórico que exalta ao indivíduo e ao individualismo. Estaríamos cada vez mais em uma sociedade de indivíduos, onde o processo de individualização, que transforma nossa experiência social de forma profunda, está permanentemente solicitando respostas individuais diante os desafios da sociedade [...]. Porém, embora àqueles que estão vivendo em total precariedade não se lhes pode negar a qualidade de indivíduo, devemos reconhecer que é uma forma muito incômoda e problemática de ser indivíduo (CASTEL, 2005, p26).

Quais as possibilidades reais que um indivíduo tem hoje para se constituir como um sujeito num mundo onde as garantias, proteções e laços sociais estão sendo profunda e estruturalmente fragilizados? À luz desta inquietação o conceito de vulnerabilidade social vem a jogar uma função estratégica na obra de Robert Castel. Castel (1995) enfatiza o sentido ambivalente da individualização, ou seja, se bem que para alguns o contexto individualizante se traduz em uma real possibilidade de decidir, autodeterminar-se, escolher o rumo da vida própria, para outros as condições para isso acontecer são limitadas ou nulas.

A tese defendida por Castel (Idem) propõe que o homem, precisa de determinados suportes sociais e institucionais para configurar sua individualidade. Para o autor, esses suportes são a condição de possibilidade de sua existência autônoma, sem eles, suas opções de escolha e decisão ficam anuladas.

É necessário (contar com) uma instância, uma matriz [...] sobre a qual [...] poder apoiar-se, e que outorgue consistência. Isto é, é necessário dispor de uma certa superfície, ocupar um certo espaço na sociedade, para desenvolver a capacidade de ser um indivíduo (CASTEL; HAROCHE, 2003, p. 21).

Para Castel (1995) esta função que garante a inscrição do indivíduo na cena social é desempenhada, por excelência, pelo trabalho. A análise panorâmica que Martuccelli (2013) faz sobre a abordagem dos processos de socialização, subjetivação e individualização através do pensamento sociológico da Modernidade, salienta que a relação capital-trabalho é considerada um fator estrutural, segundo Marx o entendeu, de importância cardinal para explicar os processos de individualização. O trabalho, “mais do que uma relação técnica de produção, é um suporte privilegiado de inscrição na estrutura social”, aponta Castel (1995, p.13). Se para Martuccelli (2013) o valor estruturante do trabalho está dado por seu caráter coercitivo, para Castel o trabalho é a garantia estrutural da liberdade.

Na *Metamorfose da questão social*, em uma análise genealógica que o autor faz sobre a condição dos assalariados na Europa ao longo de cinco séculos até a sociedade moderna, ele confirma a existência de uma forte correlação entre o lugar que se ocupa na divisão social do trabalho e a participação nas redes de sociabilidade e nos sistemas de proteção, que “cobrem” ao indivíduo diante dos riscos da existência. Precisamente, para Castel (1995), as zonas de integração social se caracterizam pela relação trabalho estável/ inserção relacional sólida.

O que mais inquieta a Castel (1995) sobre a virada do regime capitalista são as profundas transformações no mundo do trabalho, dadas pela mudança generalizada das relações laborais, das carreiras profissionais e das proteções associadas ao estatuto de emprego. Dinâmica profunda que é, simultaneamente, de descoletivização, de aumento da individualização e insegurança (CASTEL, 2010). Para Castel (2004, 2010) Ulrich Beck está certo ao considerar que no novo cenário, as trajetórias profissionais viram móveis e tem sentido falar de um “modelo biográfico”. Isto é, cada indivíduo deve afrontar por sua conta as contingências de sua trajetória profissional de vida descontínua, deve fazer eleições, empreender a

tempo as reconversões necessárias e afrontar mudanças incessantes. Mas o que Castel (2010) vai marcar como significativo é que isso se traduz na superexposição e vulnerabilidade do indivíduo, que já não está sustentado por sistemas de regulações coletivas. “Resulta inegável que com esta individualização das trajetórias profissionais assistimos também a uma responsabilização dos agentes” (CASTEL, 2010, p.25). Martuccelli (2013) destaca que essa “responsabilização até a morte” constitui a principal forma de dominação da modernidade tardia e funciona como uma espécie de espelho que deforma a imagem do indivíduo e o autodestrói.

Os desempregados dos anos 30 do século passado contavam com retóricas coletivas contra-hegemônicas perante a retórica do sistema. Isto é, o desemprego era lido como consequência de uma ordem política e socioeconômica e não necessariamente como um fracasso individual. Pelo contrário, os desempregados de hoje em dia têm menos possibilidades de defender sua subjetividade apelando a retóricas coletivas contra-hegemônicas, porque se lhes responsabiliza completamente do fracasso individual, o que destrói a identidade, gera vergonhas pessoais e impossibilita a identificação de uns sujeitos com outros a partir de suas experiências de vida. Devido a isso, os fenômenos de dominação, na medida em que isolam mais do que em qualquer outro período da história moderna, se tornam mais intensos. Em palavras de Beck apud Martuccelli (2013), hoje em dia os indivíduos estão obrigados à busca de soluções individuais às contradições sistêmicas e isto não constitui uma escolha pessoal, é uma imposição do sistema.

Nessas circunstâncias o fenômeno da desigualdade resulta relevante para Castel. O autor se propõe como objetivo essencial “calibrar” a presença cada vez mais marcada de indivíduos na periferia da estrutura social. Faz referência a eles como “silhuetas inseguras, nas margens do trabalho e nos limites das formas de intercambio socialmente consagradas [...]. Quem são, de onde vêm, como têm chegado a este ponto, em que se converteram?” (CASTEL, 1995, p. 12):

Temos que atrever-nos a fazer-nos esta pergunta que evidentemente não conduz a nenhum desprezo para estas pessoas: um desempregado de longa data, um assistido com um ingresso mínimo, um jovem que vai de emprego em emprego precário, são eles reconhecidos e tratados como indivíduos de pleno direito? A resposta é não. São indivíduos na medida em que têm afetos, desejos, medos e ambições, experimentam prazeres e penas como qualquer indivíduo, porém não têm os recursos para desenvolver seus projetos e serem donos das suas escolhas. Usualmente eles moram no dia a dia, dependem da necessidade ou da benevolência dos outros. Inclusive, a assistência pública que lhes concede ajuda, faz-lhes sentir com clareza que não pertencem ao regime comum. Eles pagam com

dureza o fato de serem incapazes de se sustentar por si mesmos. A campanha atual que estigmatiza os assistidos, acusados de viver sem esforço graças a aquela parte da França que acorda cedo para trabalhar, ou inclusive os desempregados, acusados de estar nesse estado por escolha pessoal, lembra-nos que a condena dos 'maus pobres', sempre está viva e censura-se às vítimas com facilidade (CASTEL, 2010, p.27).

Por sua vez, Castel (2004) descreve uma topografia da vulnerabilidade e alerta sobre “uma demonização das periferias, em especial, dos jovens que moram nelas”:

A repressão dos delitos, o castigo dos culpáveis, a ‘tolerância zero’, representam o risco do aumento do número de juizes e polícias e são, concretamente, curtos-circuitos que simplificam a complexidade dos problemas de insegurança. Porém, estas estratégias, bem pensadas e seguidas com determinação, vêm a mostrar que se está fazendo algo sem ter que resolver questões mais difíceis e exigentes como, por exemplo, o problema do desemprego, da desigualdade social, do racismo, que estão na origem do sentimento de insegurança (CASTEL, 2004, p. 73).

O autor destaca a ausência de participação em alguma atividade produtiva e o isolamento como processos relacionados que produzem a “desfiliação”. A “vulnerabilidade social é uma zona intermedia, instável, que conjuga a precariedade do trabalho com a fragilidade dos suportes sociais” (CASTEL, 1995, p. 13). Dessa perspectiva, a dimensão econômica não é, portanto, o traço distintivo essencial para compreender a vulnerabilidade social. A questão focalizada não é exatamente a pobreza, ainda que os riscos de desestabilização pesem mais sobre os que carecem de recursos econômicos.

Enquantoos estudos de pobreza enfatizam a vertente econômica e, em sentido geral, o estado de privação de recursos que sofrem determinados grupos sociais (ESPINA, 2008e), com o uso da categoria de vulnerabilidade, Castel (1995) tenta problematizar uma situação social que é resultado de um processo e está atravessada por múltiplos fatores. A vulnerabilidade social não está restrita a um estado de privação de recursos, mas aponta a lógicas e processos de “desfiliação”.

A partir da categoria de “desfiliação” Castel afasta-seda categoria de exclusão social:

A exclusão é imóvel. Designa um estado ou, melhor dizendo, estados de privação. Porém a simples constatação de carências não permite captar os processos que a geram. Falar de desfiliação não é confirmar uma ruptura, senão reescrever um percurso (CASTEL, 1995, p. 14).

Trata-se de “reinscrever a privação em trajetórias” ligadas à sociedade no seu conjunto, levando em conta dinâmicas mais amplas. A questão social situada explicitamente nas margens da vida social “põe em relevo” o conjunto da sociedade.

Os problemas que afrontam as populações que vivem nas margens da formação social retornam a seu centro (Castel, 1995). A falta de recursos dos grupos sociais vulneráveis não é indicativa de uma incapacidade inerente destes indivíduos, mas expressão do funcionamento do sistema. Estes não são indivíduos ineficientes, mas invalidados, seja porque foram afastados dos suportes coletivos que lhes asseguravam as condições básicas para sua autonomia –o desocupado de longa data–, ou porque não logram integrar-se –o jovem em busca de emprego, que fica associando de maneira mais ou menos acrobática um pouco de ajuda social, um pouco de ajuda familiar, alguns pequenos trabalhos, etc., para sobreviver (CASTEL, 2010).

A incapacidade de “ganhar-se” a vida trabalhando limita a pertença social do indivíduo que extraía do seu salário os meios para sua subsistência e o torna incapaz de governar sua própria existência com os seus próprios recursos. A partir daí, deverá ser assistido para sobreviver. No entanto, para Castel (2010), as políticas públicas assistencialistas, ao mesmo tempo em que protegem, em alguma medida, da precariedade, desvalorizam o status mesmo dos indivíduos:

São desvalorizados não somente porque não estão integrados a um regime de emprego e protegidos pelo sistema de segurança baseado no trabalho, senão também pelos dispositivos montados para paliar a precariedade do emprego (CASTEL, 2010, p. 28).

A pertença a coletivos laborais era a base a partir da qual, com frequência, os trabalhadores mais desamparados puderam-se organizar, resistir e livrar-se, em certa medida, das formas mais diretas de exploração, porque constituíam coletivos solidários. Por conseguinte, a desarticulação desses coletivos vai submergi-los novamente na insegurança social. Castel (2010) salienta que o risco social, como uma situação que compromete a capacidade dos indivíduos para assegurar por si mesmos sua autonomia, está fortemente ligado aos processos de descoletivização. De fato, o autor considera que “para aqueles sem capitais– não somente econômicos, senão também culturais e sociais– as proteções são coletivas ou não são” (CASTEL, 2004, p.62).

Assim, para Castel (2003), afirmar o declínio das classes ou grupos sociais pelo fato de que eles perderam a homogeneidade e o dinamismo como atores sociais é uma conclusão demasiado leve, pois a descoletivização é em si mesma uma situação coletiva (CASTEL, 2004). Hoje existem classes ou grupos cuja trajetória tem algo em comum: não culminam em porvires idílicos, senão que todos

eles suportam, pelo contrário, a maior parte da miséria do mundo. Há grupos com uma mobilidade social descendente cuja condição comum se degrada. Constitui-se um terreno no qual se desenvolve o sentimento de insegurança. É um processo histórico geral: a promoção de uns grupos dominantes se faz em detrimento de outros (Idem).

O desassossego de não ter futuro sem dúvida é sentido individualmente por cada um dos membros destas categorias sociais, mas a sua reação é coletiva. Está assinada pela marca do ressentimento. (...). O ressentimento coletivo se nutre do sentimento compartilhado de injustiça que experimentam grupos sociais cujo status vai se degradando, é uma frustração coletiva que busca responsáveis (CASTEL, 2004, p.64).

Desse modo o autor enuncia a possibilidade dos grupos sociais desprotegidos reivindicarem seus direitos, com base em um sentimento que vai para além da desesperança e da apatia. A questão é saber se a frustração coletiva poderá ser endereçada a processos de coletivização e propostas construtivas, no lugar de esgotar-se na raiva.

Para Jean-Paul Fitoussi apud Castel (2004), dois sofrimentos se superpõem no mal-estar contemporâneo. O mais visível é resultado das comoções econômicas. Porém há também outro sofrimento, mais latente, decorrente da radicalização do individualismo moderno. A crise que atravessamos é indissociavelmente econômica e antropológica; é ao mesmo tempo, crise da civilização e crise do indivíduo. Falham simultaneamente as instituições que sustentam o vínculo social e a solidariedade – crise do bem-estar–, falham também as relações entre a economia e a sociedade – crise do trabalho–e falham os modos de constituição das identidades individuais e coletivas –crise do sujeito.

Nós identificamos com o modo como Castel salienta a importância dos processos estruturais e assim, apresenta a vulnerabilidade social, como um fenômeno que diz respeito ao funcionamento da sociedade de forma sistêmica. Também consideramos que qualquer narrativa sobre a liberdade individual, o empreendedorismo e o mérito pessoal resulta eufemística e abstrata se não levarmos em conta os processos de desfiliação que afetam a determinados grupos os colocando em uma posição de uma concreta desvantagem. Mas, ao mesmo tempo, o sujeito não se esgota nas determinações sistêmicas, e embora necessita determinados suportes para se produzir, a ausência desses suportes não tem que,

necessariamente, invalidá-lo, pelo contrário, o sujeito também pode se produzir na reivindicação, na resistência, na crítica, na subversão. Essa forma de devir sujeito está ausente na perspectiva de Castel. Na sua narrativa, a crítica ao falho das instituições modernas parece estar expressando mais uma nostalgia por essa institucionalidade— que outrora funcionava —mais do que um chamado de atenção sobre a necessidade de transformação radical das instituições e o papel político que o sujeito poderia desenvolver nesse sentido.

#### 2.4 VULNERABILIZAÇÃO: UMA NARRATIVA CONTRÁRIA AO INDIVIDUALISMO E À RADICALIZAÇÃO DAS DETERMINAÇÕES SISTÊMICAS.

Coincidimos com os teóricos da vulnerabilidade quando asseveram que as sociedades latino-americanas estão afetadas por um conjunto de processos de caráter estrutural que deixam em uma situação de notado risco a diferentes grupos humanos. Por sua vez, também consideramos que a questão da pobreza vai além de ser uma questão somente econômica, e diz respeito a dinâmicas muito mais complexas, levando em conta o conjunto de fatores de diversa índole que fazem com que uns indivíduos estejam menos preparados do que outros e contem com menos recursos para enfrentar os riscos crescentes. No entanto, não vamos declarar que a vulnerabilidade tem causas sistêmicas e nos contentar com concluir que deve ser enfrentada de forma individual ou assistida, através de mecanismos de resiliência e adaptação. Perante um padrão injusto e desigual de distribuição dos riscos sociais é improcedente dar corpo a uma narrativa que isola o sujeito vulnerabilizado, o responsabiliza com a busca de uma saída individual e lhe impõe um padrão de comportamento como única alternativa possível. Por outro lado, como Castel, entendemos que a análise das causas sistêmicas do fenômeno da vulnerabilidade exige focalizar nos processos de enfraquecimento de todos aqueles suportes que garantem as condições de possibilidade da autonomia do sujeito. Mas, não vamos concluir que o sujeito está necessariamente superado pelas condições sistêmicas. A análise não pode se esgotar na análise das estruturas.

Assim, com o uso da categoria de vulnerabilização e seu correlato subjetivo em determinados modos de subjetivação, ainda que queiramos destacar os processos de desfiliação descritos por Castel, também queremos trazer luz sobre o modo como os sujeitos lidam com esses processos, não de uma forma normativa e

teleológica – a saber, o que o sujeito vulnerabilizado deveria ser–, mas de forma encarnada, a partir de suas experiências de vida concretas. Também queremos perspectivar no plano teórico a possibilidade de outras rotas de saída ante a crise serem experimentadas, para além daquelas fixadas pela mobilidade social.

A vulnerabilização para nós corresponde a um sistema de dinâmicas sociais e mudanças contextualizadas, derivadas de decisões políticas e econômicas. Estas se justapõem com as condições de desvantagem socioeconômica de determinados grupos e indivíduos e fazem com que eles não consigam aproveitar as oportunidades antigas ou emergentes do contexto. Suas desvantagens intensificam-se. Limitam-se suas possibilidades de integração social, bem como suas possibilidades de alcançar a autonomia econômica e de continuar ou desenvolver seus projetos de vida. Assim, as mudanças nesses casos significam riscos reais e, longe de criar novas oportunidades, as restringem.

Um dos aspectos chave nesse processo de mudanças com um efeito vulnerabilizador, para além das carências econômicas, mas muito ligado a elas, é a precarização dos sistemas educativos e do trabalho. Em contextos onde o sistema de segurança e garantias sociais ligado ao emprego é desarticulado pelas políticas econômicas e no seu lugar se impõe a instabilidade e a informalidade, os sujeitos ficam muito mais vulnerabilizados. O trabalho é o sustento material para a vida, mas também um mecanismo privilegiado de integração social. É por isso que, na pesquisa, o eixo escola-trabalho vai adquirir um peso importante na exploração das trajetórias de vida dos jovens participantes.

Por outro lado, as políticas econômicas na base dos processos de vulnerabilização não se dão por acaso, mas como resultado da ação deliberada de determinados atores e grupos de poder político e econômico. Assim, os processos de vulnerabilização são expressão de relações de poder entre distintos atores sociais cujos interesses podem ser antagônicos, ou, ao menos, tais processos envolvem atores diferenciados e com posições assimétricas em relação aos processos de produção e de tomada de decisões políticas. É por isso que a questão da participação política também deve ganhar destaque quanto às possibilidades objetivas dos sujeitos superarem os processos vulnerabilizadores. E, nesse sentido, a compreensão da distribuição desigual e injusta dos riscos pode ser um disparador do engajamento coletivo em ações de resistência e transformação. Nossa narrativa deve dar conta dessas outras perspectivas.

Por sua vez, a vulnerabilização tem uma dimensão simbólica e ideológica importante. Determinados modos hegemônicos de perceber o mundo e determinados sistemas de valores, fazem com que se normalizem e reproduzam as dinâmicas de vulnerabilização sem crítica e sem resistência.

Todos esses fatores devem ser levados em conta para uma análise do potencial de vulnerabilização de determinados sistemas sociais. O termo potencial significa que as condições sociais, materiais e simbólicas, não determinam fatalmente os sujeitos. Os modos de subjetivação e o processo de devir sujeito sempre deixa uma margem para uma fuga da determinação, não no sentido de não estarem efetivamente condicionados, mas no sentido de poder lidar com esse sistema de condições de forma mais ou menos criativa, autônoma, rebelde, imaginando e construindo outros cenários possíveis. A maior subversão com respeito à ordem hegemônica, nesse sentido, a maior rebeldia possível, estaria no coletivo, na construção conjunta do bem comum, toda vez que é o mais atacado e ameaçado nas circunstâncias atuais. É no coletivo também que as próprias determinações sistêmicas são significadas, onde elas adquirem sentido e valor e de onde elas podem ser contestadas em termos de construção de estratégias.

## 2.5 MODOS DE SUBJETIVAÇÃO: A AVENTURA COLETIVA DE DEVIR SUJEITO.

Partimos de reconhecer a importância da dimensão subjetiva do fenômeno social. Processos econômicos, políticos e sociais estão organicamente relacionados com os processos de subjetivação, a saber, as subjetividades se constroem situadas em contextos histórico-sociais. Ao mesmo tempo, a produção das subjetividades impacta tais contextos, os reproduzindo ou transformando, produzindo, ou não, novas possibilidades para esses contextos se reconstituírem. A natureza do humano, se existir algo assim, se define nessa relação complexa e dialética entre o material e o simbólico, que se resolve em um plano da existência, no qual ambas as dimensões não podem ser desligadas.

Pesquisar a relação que se dá entre a mudança das ordens políticas, econômicas, de relações sociais, de práticas culturais e as modificações dos modos e experiências de subjetivação é, por muito, a tarefa mais importante e urgente para o trabalho intelectual crítico (GILL, 2008). No entanto, como já visto, *nomainstream*

das pesquisas sociais sobre vulnerabilidade, pobreza ou temas afins, a subjetividade é totalmente invisibilizada. Concretamente, o que os teóricos da vulnerabilidade consideram como mediações subjetivas, são um ABC de estratégias para, de forma instrumental, resolver a situação de vulnerabilidade individual, de acordo com as regras do próprio sistema. A saber, “redes de significados construídas na experiência, no nível simbólico e relacional, em função das que se mobilizam certos recursos, se identificam certas estruturas de oportunidades, se determinam objetivos, se estabelecem relações sociais e se elaboram táticas ou estratégias diante os contextos de vulnerabilidade” (PÉREZ; RUIZ; ARTEAGA, 2008).

O psicológico se tenta disciplinar de acordo com os interesses dos centros de poder econômico que desejam individualizar as causas e soluções de fenômenos que, especialmente como pobreza ou vulnerabilidade, derivam-se de políticas econômicas que lhes concedem um carácter estrutural e sistêmico. Trata-se de uma violência simbólica, exercida pelas estruturas de poder com o intuito de reproduzir e normalizar seu modo de compreender o mundo e de agir nele, como único modo possível. Esse modo é incorporado logo em forma de *habitus*, determinando-se um limite dentro do qual é possível perceber, pensar e atuar (BORDIEU, 1998). A evidente hegemonia cultural (GRAMSCI, 2009) é o mecanismo das elites econômicas exercer sua dominação com o consentimento dos dominados (BORDIEU, 1998), porque a arbitrariedade dos modos de pensar e ser impostos é invisibilizada.

A tendência ao individualismo, como matriz para a análise das crises sistêmicas no contexto atual, tem um cunho marcadamente neoliberal. O neoliberalismo, como o conhecemos hoje, ao contrário do liberalismo, não corresponde a um sistema de fundamentos filosóficos, mas trata-se essencialmente de um algoritmo econômico com fins pragmáticos. No entanto, ele aproveita o discurso liberal sem se preocupar dos dilemas filosóficos, sociais, políticos, ideológicos, que o liberalismo trouxe ao curso do pensamento contemporâneo.

Ao retomar o ideal político da liberdade individual e da dignidade, o neoliberalismo “faz uma sensata escolha”, porque trata-se de valores convincentes (HARVEY, 2012). Ninguém pode hoje contestar a importância da liberdade individual e da dignidade humana. No entanto, sendo a desigualdade uma característica estrutural dos sistemas neoliberais, é inevitável que liberdade e dignidade sejam

tratados na narrativa neoliberal como conceitos totalmente abstratos e parciais. A precarização das condições de vida da maioria das camadas populares resultado das medidas neoliberais limita para esses grupos sociais qualquer possibilidade de levar uma vida digna, a saber, sem se submeter. A reivindicação desses grupos do seu direito a uma vida digna, através dos movimentos de resistência e rebeldia, é varrida e fortemente reprimida pelos aparatos repressivos do estado, o que representa um atentado claro contra a liberdade. Assim, a prática do neoliberalismo faz com que liberdade e dignidade sejam eufemismos na narrativa neoliberal e, em todo caso, conceitos parciais, isto é, liberdade e dignidade não como um bem comum, mas privativo e privado das elites econômicas.

No entanto, a carreira midiática para impor e normalizar os valores do modelo neoliberal e mercantilizar a vida é robusta. O êxito é entendido em termos de consumo e é sempre um êxito individual, a saber, resultado do percurso individual.

A cultura do consumo globalizada conduz todos, ainda os jovens, a uma privatização crescente da experiência, em que o importante é a fruição de prazeres ditos “privados”, como as emoções intensas relacionadas a experiências corporais e estéticas orientadas por valores como o bem-estar e a felicidade individuais, a segurança e o conforto (SENNETT, 1992; ARENDT, 1972 apud CASTRO, 2008; CASTRO, 2008).

No campo das ciências, também determinados conceitos reforçam violências simbólicas e contribuem para perpetuar as ordens de dominação. Segundo González (2000a), os conceitos são construções teóricas geradoras de uma opção possível de inteligibilidade sobre a realidade que se estuda, que não garantam essa inteligibilidade a priori, mas no curso das análises no encontro entre a teoria e a empiria. Podemos entender a eficácia de um conceito só como parte de um entorno, na medida em que nos ajuda a conhecer o que nos afeta e o que nos dá poder para atuar (STENGERS, 2008). A quais proposições eficazes na análise do entrelaçamento entre juventude e vulnerabilização em Cuba poderia chegar-se com o uso do conceito subjetivação?

Por modos de subjetivação entendemos a forma como os sujeitos vão se constituindo e expressam sua subjetividade em contextos sociais e históricos concretos. Assim, a subjetivação designa um processo inacabado no lugar de um estado ou princípio do ser, se contrapondo a noções essencialistas, como a noção de identidade. Os modos de subjetivação dizem respeito a formas de ser, sentir, pensar, estar e agir dos sujeitos no mundo, diante das contradições que perpassam o momento histórico que lhes tocou viver.

A subjetivação evoca a tentativa de pensar a construção das subjetividades a partir das condições do contemporâneo (CASTRO; GRISOLIA, 2016). O que é este mundo, esta época, este momento que estamos vivendo? A saber, quem somos nós neste preciso momento, como testemunhas do que está acontecendo? A pergunta pelo sujeito é essencialmente uma pergunta por seu presente e estar no mundo, pelas condições sociais e históricas da sua constituição. E é nesse sentido que a categoria de subjetivação pode trazer luz sobre como os jovens se reconhecem a si mesmos, fazem escolhas, defendem pontos de vista, pensam no futuro, agem, se produzem a si mesmos dentro das contradições e conflitos do contexto que vivem.

Castro (2015) descreve a qualidade especial do processo de se constituir em sujeito nas sociedades modernas:

Tornar-se sujeito, como o contínuo processo de ser, demanda que os sujeitos humanos (re) -inventem permanentemente os sentidos de sua existência. Para os jovens, inseridos nas condições econômicas e culturais de vida das sociedades modernas, trata-se de buscar novas filiações simbólicas que lhes permitam reconfigurar sua posição no mundo como atores e participantes de um espaço mais amplo e complexo que o da família de origem. Assim, embarcar na aventura da existência significa, para o/a jovem, desapegar-se de referências estáveis que até então constituíram para ele/a um mundo sólido de sentidos e valores [...] “Tornar-se jovem”, como processo de ser o que se é, ou se quer ser, é sempre tentativo, imprevisível e aterrorizante para o sujeito, assim como, frequentemente, opositor e transgressor às expectativas normalizadoras da ordem vigente.

A categoria de subjetivação será usada para dar conta dessa “aventura” que significa para os jovens em Cuba “desapegar-se de referências estáveis”. Mapear a subjetividade dos jovens será perceber e narrar, dar conta desse processo no contexto das zonas em desvantagem da sociedade cubana atual.

Uma característica essencial da subjetividade é sua capacidade para transgredir a ordem institucional que caracteriza a organização hegemônica de qualquer sociedade. Ela é uma “produção simbólico-emocional” singular, isto é, diz respeito à capacidade humana de gerar sentidos diante das mais diversas situações vividas. Negar a subjetividade é equivalente a desconsiderar a força da produção humana mais genuína, e nos submeter ao domínio do instrumental (GONZÁLEZ, 2011).

A subjetividade tem potencialmente um carácter muito subversivo. Em primeiro lugar porque a subjetividade não somente diz respeito à razão. Não é da ordem do racional. O que faz sentido para o sujeito não é somente o significado da realidade socialmente pactuado, mas esse significado organicamente misturado com

o desejo e o medo que se derivam de ele estar situado em práticas específicas, relações sociais concretas, em um contexto histórico de condições materiais determinadas. Assim, razão, emoção e ação convergem, fazem a sinergia da qual emerge a subjetividade no curso sempre de relações sociais e experiências situadas, a saber, condicionadas histórica e socialmente.

Convergir não significa que se trate de uma relação tranquila. O sujeito pode começar a experimentar contradições em torno de saberes tidos como óbvios, no curso das suas ações em novos contextos e circunstâncias que desafiam sua capacidade de discernimento, afetando, a saber, provocando-lhe ira, ou medo, ou dor, ou vontade de fazer alguma coisa, etc. A subjetividade diz respeito à forma encarnada como o sujeito vai vivendo, elaborando e resolvendo as contradições da sua existência. Assim, o emocional e o inconsciente, fazem da experiência subjetiva uma experiência totalmente mestiça, singular e, em alguma medida, incontrolável.

Nenhum processo subjetivo, seja individual ou coletivo, é uma cópia mimética do conjunto de condições sociais em que se produz, nem está determinado diretamente por tais condições, embora esteja organicamente ligado a elas. Sua referência às condições objetivas – materiais e simbólicas –, não é da ordem da imitação, clonagem, mas da reconstrução em uma dimensão regida por leis diferentes. Nesse sentido processos de subjetivação abrem um leque de possibilidades de fissuras do instituído, linhas de fuga, através de processos de sensibilização, questionamento, crítica, ressignificação, relações, ações e práticas no curso das que vão se construindo novos sentidos sobre a realidade, como parte das experiências de vida.

Junto ao fato de serem potencialmente subversivos, os processos de subjetivação são também produzidos coletivamente.

A subjetividade [...] está referida a um campo cultural e simbólico, aos outros sujeitos, aos conflitos sociais e às ações coletivas que os sujeitos empreendem frente a esses conflitos. Assim, a subjetividade é sempre plural, é individual e coletiva e, finalmente, é construída em uma relação com a objetividade. Isso não quer dizer que ela seja reflexo, em uma causalidade unívoca, mas, que nela existe a multiplicidade presente na cultura e também na dinâmica da própria subjetividade com as peculiaridades das vivências das histórias que cada sujeito carrega consigo. Os desejos dos sujeitos constroem-se dentro e fora deles e, nessas instâncias, interagem (CASSAB, 2001, p.32).

Nesse sentido, a categoria também viabiliza a possibilidade de se contrapor às explicações individualizantes:

Sentir-se parte de um conjunto e dele tomar parte, agindo seja para reforçar ou contestar suas práticas e seus valores, nos diz sobre o processo de afiliação simbólica dos indivíduos a uma determinada sociedade ou grupo social. Mas, mais do que isso, o processo de subjetivar-se, em termos públicos, requer a *construção* do que é, ou deve ser, *comum e relevante para todos e todas* engendrando ações, discussões, negociações e embates para que este comum se torne *público e visível* (CASTRO, 2016, p. 81).

A partir da conceitualização da categoria de subjetividades públicas Castro (2016, p. 81) sublinha a dimensão coletiva do processo de subjetivação:

[...] a participação no mundo comum põe em movimento o processo de subjetivar-se, no sentido público, que abrange tanto a adesão aquiescente ao que está posto, como também o questionamento da realidade vigente introduzindo ações e disputas para transformá-la. O estudo das subjetividades públicas enfoca a natureza dos deslocamentos subjetivos demandados pelo processo de identificação com o comum. Diferentemente das identificações que promovem os interesses individuais e a própria sobrevivência, outras identificações levam os indivíduos a se importarem com os destinos dos grupos sociais a que pertencem e com os modos de convivência que aí se estabelecem. A noção de subjetividade pública articula-se à emergência de uma configuração subjetiva interpelada pela dilemática e perturbadora convivência coletiva: como as questões do viver junto impactam as subjetividades? Como se dá o processo de aderência subjetiva àquilo que vai além do próprio e do estritamente pessoal?

Para Castro (2016, p.81) o conceito de ‘subjetividades públicas’ “põe em relevo o modo como os indivíduos se posicionam – sentem, agem e relatam- em relação ao seu pertencimento à coletividade mais amplas”. A autora se pergunta de que forma os indivíduos participam e se aderem a um todo mais amplo:

Frente às crises do sujeito na sociedade, a análise das subjetividades públicas de jovens no contemporâneo visa compreender como, e se, os jovens são interpelados por problemas que eles supõem importantes na vida coletiva. De que modo os jovens se sentem convocados a se identificar com a coletividade e com suas questões? Como constroem modos de pertencimento e participação na construção do comum?(CASTRO, 2016, p.83)

Para González (2011) a subjetividade enuncia essa indissociabilidade entre o indivíduo e o social, rompendo com a clássica fronteira que separaria a psicologia, como ciência que se ocupa de um indivíduo universal a-histórico, das ciências sociais, como disciplinas que se ocupam exclusivamente dos processos coletivos – sociais culturais, históricos– e desconsideram a dimensão singular da produção humana. Ao mesmo tempo, González (2011) acha importante questionar qualquer forma de causalidade linear que pudesse explicar a produção subjetiva como apenas um efeito do social e salienta o perigo dos determinismos tanto psicológicos

quanto sociológicos, que obstaculizam atender a relação complexa entre sujeitos e fenômenos sociais, culturais e históricos. “Não se pode avaliar o significado de uma experiência para a subjetividade a partir de critérios descritivos definidos desde fora” (GONZÁLEZ, 2011, p. 112). A subjetividade tem um carácter gerador.

O espaço de sentido que a categoria de modos de subjetivação abre pode se articular interagindo com os sentidos e vivências dos jovens e trazer visibilidade sobre aquilo que não é usualmente dito, não é nomeado, não está instituído, mas está aí, vibrando no mundo sensível deles, apontando para outro universo simbólico. Modos de subjetivação pode ser uma categoria permeável ante o mundo sensível dos jovens.

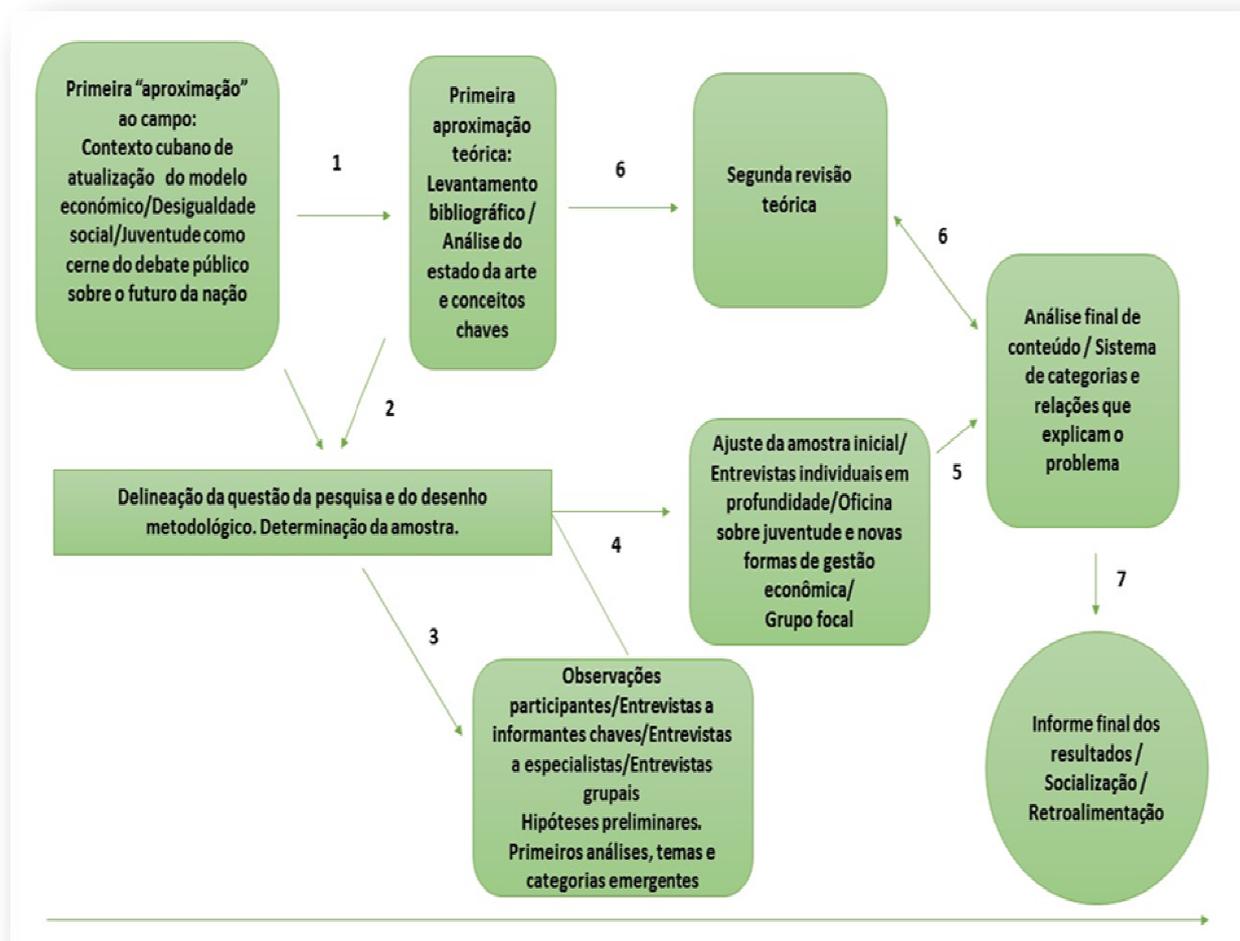
Queremos trazer a problematização sobre o carácter individualizante com que são lidas e enunciadas as formas de viver e superar a desvantagem social. Ainda que se vivamos consequências da desvantagem de forma encarnada em uma trajetória individual ou “biográfica”, existem possibilidades de, a partir disso, vislumbrar o “comum” e imaginar alternativas coletivas de soluções comprometidas com a transformação social? Não sabemos a priori qual será a resposta a tal pergunta no caso específico dos jovens que participarão do nosso estudo, mas queremos dialogar com eles sobre isso. Não desejamos analisar tanto se a resposta vai ser positiva ou negativa, mas analisar como as respostas refletirão as contradições e tensões da vida social, e como os sujeitos se posicionam frente elas, ressignificando seus sentidos e construindo suas estratégias de ação.

### **3. MOMENTO EMPÍRICO: MAPEANDO A CONDIÇÃO JUVENIL EM DESVANTAGEM E SEU CORRELATO SUBJETIVO**

#### **3.1 BREVE INTRODUÇÃO À ANÁLISE DO MOMENTO EMPÍRICO DA PESQUISA: QUESTÕES METODOLÓGICAS.**

O modo como foi tomando forma a questão da presente pesquisa, assim como a estratégia metodológica direcionada para produzir conhecimentos em torno dela, não respondem a uma ordem linear, mas recorrente. Cada momento, como uma volta de espiral, fez-nos retomar as questões, apurar o caminho, e, ao mesmo tempo, isso significou avançar.

FIGURA 1 : Relação entre diferentes momentos teóricos e empíricos do processo de investigação.



A tentativa de apresentar o percurso em etapas sequenciais segundo uma ordem cronológica é, de certo modo, forçada. Assim, a FIGURA 1., acima, complementar da análise do momento empírico que segue nos próximos capítulos, mostra um resumo do processo de investigação, segundo um critério mais lógico do que sequencial. Ilustra a relação entre as diferentes etapas do trabalho, tanto de sistematização e análise teórica, como ações metodológicas desenvolvidas para responder à questão da pesquisa.

Esta pesquisa trata de um **estudo qualitativo**<sup>13</sup>. Foi realizada uma imersão de 6 meses em uma comunidade em desvantagem na cidade de Havana a fim de aproximar-nos – em seu entorno cotidiano – dos jovens que convidamos a participar na pesquisa. Em suma, indagamos sobre a experiência de vida de 55 jovens, entre 17 e 29 anos, e nos aprofundamos na experiência de vida de 15 deles.

Assumimos a categoria de juventude, nessa pesquisa, guiados por critérios ligados às condições concretas, históricas e sociais em que se situa a vida dos sujeitos, deixando de lado o critério idade propriamente. Assim, a transição entre a escola e o mundo do trabalho, no percurso biográfico do jovem, foi o critério de corte mais importante. Em Cuba, entre 17 (também antes do que isso) e 29 anos, dependendo do nível de ensino atingido, os jovens concluem sua formação e fazem suas primeiras incursões no mundo do trabalho. Cumprir com os requerimentos próprios para a conclusão do curso, bem como começar a trabalhar, colocam o jovem em uma nova dinâmica social. Alcançar autonomia econômica, fazer escolhas e tracejar um caminho tornam-se objetivos privilegiados dentro do horizonte de motivações dos jovens. Assim, as experiências de inserção no mundo do trabalho, a procura de sobrevivência econômica, a saída de casa para frequentar o espaço público e as escolhas quanto ao futuro colocam os jovens em uma condição especial de relação com o contexto social, econômico, político, que vai adquirir um sentido singular para eles, a partir do modo como este aspecto se cruza com o universo de suas expectativas, valores, necessidades, interesses, desejos, sonhos.

Ganha relevância a defesa do ponto de vista pessoal sobre diversos temas em um espaço público, que será frequentado de forma mais livre e sistemática. Aparecem as primeiras circunstâncias em que decisões importantes sobre o curso da vida devem ser tomadas por si mesmos, em ocasiões, inclusive, que podem ser conflituosas em relação aos ensinamentos dos pais ou outros adultos significativos. Por isso, achamos importante entrevistar jovens nesse período especial de culminação de estudos e inserção no mercado do trabalho, em especial, no novo contexto de desenvolvimento das novas formas de gestão econômica. Também

---

<sup>13</sup> Assumimos como pesquisa qualitativa aquela que focaliza a forma em que os participantes percebem subjetivamente sua realidade, com base em três princípios fundamentais: a produção do conhecimento é um processo construtivo-interpretativo, tem um caráter interativo e a singularidade do ponto de vista dos participantes sobre o fenômeno estudado é relevante (GONZÁLEZ, 2000, 2006). Processo de indagação caracterizado por uma análise detalhada, compreensiva, sistemática e em profundidade do fenômeno objeto de interesse (SIMONS, 2009).

porque, nos capítulos anteriores, levantamos a importância da inserção laboral e da qualidade do emprego para a compreensão dos processos de vulnerabilização social.

Outra questão importante para definir a seleção da amostra foi identificar um contexto potencialmente vulnerabilizador. Em uma comunidade em desvantagem socioeconômica interagem um conjunto de elementos de caráter material, cultural, simbólico, social, que fazem com que se institua dinâmicas com um grande potencial de vulnerabilização, em especial, para determinados grupos de moradores, como crianças, jovens, idosos, mulheres, doentes ou pessoas portadoras de deficiências. Assim, convocamos jovens moradores de uma comunidade com importantes desvantagens socioeconômicas para participar da nossa pesquisa. Dentro da comunidade, no primeiro momento, para a realização das entrevistas grupais – a primeira aproximação aos jovens – escolhemos jovens de modo aleatório. Assim conformamos uma amostra bastante homogênea, formada principalmente por jovens homens, de pele negra ou mestiça, muitos deles desempregados ou com empregos informais, com uma formação técnica, com rendas muito baixas ou sem rendas<sup>14</sup>. Já, em uma segunda etapa de entrevistas individuais, ampliamos o espectro da desvantagem socioeconômica, de modo a incluir também jovens segundo alguns critérios, tentando heterogeneizar a amostra, a fim de uma maior compreensão da questão pesquisada.

Dentro das variáveis levantadas estão as rendas pessoais de médio a baixo, segundo o critério dos entrevistados, a cor da pele e a ocupação. Assim, em suma, entrevistamos de forma grupal e individual, mulheres e homens, com cor da pele preta, branca e mestiça, de rendas médias, baixas ou sem rendas, moradores na comunidade – 51 deles – e em outros bairros em desvantagem socioeconômica de Havana, através de 48 jornadas de **observações participantes** na comunidade, 6 **entrevistas grupais abertas**, 15 **entrevistas individuais semi-estruturadas**, em **profundidade** e 1 **sessão de trabalho grupal**<sup>15</sup>. Os roteiros das entrevistas foram

---

<sup>14</sup> Não consideramos pertinente classificar o tipo de rendimento de acordo a cálculos matemáticos com base no salário como critério para incluir ou não os jovens na amostra. Dado o problema da pesquisa e sua perspectiva metodológica, decidimos privilegiar a percepção do próprio jovem sobre suas rendas. No entanto, em cada caso, perguntamos pelos rendimentos. No caso das entrevistas individuais em que participaram alguns jovens cujo salário não é considerado baixo, de acordo com a média salarial nacional, percebeu-se que o poder aquisitivo dos mesmos é baixo. Por sua vez, de modo geral, falamos de rendas e não de salário, porque existem diferentes vias, além do salário, através das quais os jovens recebem dinheiro, como é o caso das remessas familiares ou atividades ilícitas.

<sup>15</sup> Os roteiros das observações, entrevistas e sessão grupal aparecem nos Apêndices.

avaliados por 2 especialistas: a primeira, em Metodologia de Pesquisa, a Dra. Annia Almeyda Vázquez, professora de Psicologia da Universidade de Havana, e a segunda, a Dra. Rosa Maria Voghon, professora de Sociologia da Universidade de Havana e pesquisadora do tema pobreza.

As observações feitas na comunidade e em outros locais da cidade foram registradas, junto às fotos tomadas, em um **diário de campo**. As entrevistas –tanto grupais como individuais – e a sessão de grupo foram gravadas em áudio e transcritas, para logo realizarmos a **análise de conteúdo**, através de um processo interpretativo-constutivo de **codificação qualitativa**<sup>16</sup>. Determinamos o limite de sujeitos entrevistados e de entrevistas a serem feitas a partir da identificação da **saturação**<sup>17</sup> em torno das categorias construídas.

Foi importante o apoio de duas pesquisadoras integrantes do Projeto de Transformação Integral da comunidade, que viabilizaram nosso acesso e permanência no espaço comunitário. Elas foram informantes chaves. Seus depoimentos, com base em sua experiência de pesquisa no local, corroboravam parte da análise de nossos dados e contribuíram para validar sua consistência lógica<sup>18</sup>. Também foram de grande ajuda, o acesso aos documentos com dados oficiais fornecidos por elas.

Além disso, entrevistamos as Dras. Rosa Maria Voghon e Elaine Morales, especialistas nos temas pobreza, marginalização e juventude cubana, respectivamente, que também contribuíram para a consistência da análise dos resultados e do desenho das entrevistas individuais. Ademais, analisamos documentos<sup>19</sup> entre discursos e declarações relacionados com o tema da pesquisa,

<sup>16</sup> Identificamos unidades de sentido nas entrevistas de acordo com o problema da pesquisa. Codificamos tais unidades em categorias, logo, comparamos as categorias entre si para serem agrupadas em temas e fim de buscar possíveis relações, criando padrões para interpretar os dados (HERNÁNDEZ; FERNÁNDEZ; BAPTISTA, 2010).

<sup>17</sup> A saturação pode ser definida, na pesquisa qualitativa, quando os dados se tornam redundantes e as novas análises confirmam o já fundamentado (HERNÁNDEZ; FERNÁNDEZ; BAPTISTA, 2010).

<sup>18</sup> Grau em que diferentes pesquisadores geram temas semelhantes em um mesmo contexto e período a partir de dados diferentes (HERNÁNDEZ, FERNÁNDEZ & BAPTISTA, 2010).

<sup>19</sup> Durante o desenvolvimento do trabalho de campo, eventos importantes estavam acontecendo no país de grande influência midiática. Entre os que sobressaíram estão, a visita do Presidente dos Estados Unidos à ilha, em março de 2016, depois de 88 anos sem nenhum presidente norte-americano visitar solo cubano e o VII Congresso do Partido Comunista de Cuba, em abril de 2016. Os acontecimentos foram retratados pela mídia oficial, pela mídia da oposição (de fora) e pela população na rua, centros de trabalho, lares, etc. Consideramos importante analisar o conteúdo de documentos difundidos pela imprensa cubana no contexto de tais acontecimentos, uma vez que nas entrevistas, os jovens traziam muitas das questões que também constituíram o centro da atenção midiática. Trata-se dos seguintes documentos: Discurso do Raúl Castro sobre retomada das relações com Estados Unidos, em 17 de dezembro de 2014, ver em:

publicados pela mídia oficial em Cuba durante a etapa de trabalho empírico. Participamos também de uma oficina sobre juventude cubana e novas formas de gestão econômica oferecido por uma especialista, a Dra. María Josefa Luis, do CESJ, no contexto do *Congreso Internacional de Investigadores sobre Juventude*, celebrado em Havana, em março de 2016.

Contar com diferentes fontes de informação permitiu fazer uma **triangulação dos dados** construídos para uma maior **credibilidade**<sup>20</sup> dos mesmos. Tanto as entrevistas com especialistas quanto a análise documental e a participação na oficina do congresso alicerçam o capítulo de caracterização do contexto cubano contemporâneo no que se refere ao problema da pesquisa e ajudaram a recriar um quadro importante para a análise dos dados.

Os dados analisados no subcapítulo a seguir foram construídos a partir das observações participantes, entrevistas com os atores locais e especialistas, e, sobretudo, entrevistas grupais com jovens moradores. Essa fase do trabalho empírico, em especial as entrevistas grupais, contribuiu para nos aproximar do universo semântico e de sentidos dos jovens, sua linguagem, critérios, vivências, bem como compreender as condições materiais e simbólicas que atravessam a condição juvenil, identificando dinâmicas com um potencial de vulnerabilização importante. Assim, efetuamos um levantamento e análise preliminares das principais questões trazidas pelos participantes em torno da condição juvenil, desvantagens percebidas e contexto cubano de atualização do modelo econômico. A partir dos depoimentos, esboçamos categorias emergentes, relações entre elas e temas mais gerais, para serem aprofundados em uma segunda etapa empírica de entrevistas individuais.

### 3.1.1 A entrada na comunidade

Sem um desenho ainda acabado do que iríamos fazer, fomos ajustando as atividades nas sucessivas entradas no campo, quando cheguei em Havana em

---

<http://www.cuba.cu/gobierno/rauldiscursos/2014/esp/r171214e.html>; Discurso do Presidente Barack Obama sobre a retomada das relações com Cuba, ver em: <http://www.infobae.com/2014/12/17/1615751-el-discurso-completo-obama/>; Discurso do Presidente Obama ao Povo Cubano, em 22 de Março de 2016, ver em: <https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2016/03/22/discurso-del-presidente-obama-al-pueblo-cubano>.

<sup>20</sup> Quando o pesquisador capta o significado completo e profundo das experiências dos participantes, em especial, aquelas que têm a ver com a questão da pesquisa (HERNÁNDEZ; FERNÁNDEZ; BAPTISTA, 2010).

dezembro de 2015, depois de quase dois anos fora do país. Ao chegar, contatei uma colega professora da Faculdade de Psicologia da Universidade de Havana e falei-lhe sobre meu interesse em me aproximar de grupos de jovens em condições de vulnerabilidade social, preferencialmente em alguma comunidade vulnerável de Havana. A colega me falou de um projeto de Transformação Integral que estava se desenvolvendo em uma comunidade da periferia, em que participavam discentes e docentes de Psicologia. Ela deu-me o número de telefone de Martha<sup>21</sup>, uma das professoras participantes do projeto e estabelecemos contato. A escolha da comunidade, inicialmente, respondeu, assim, a um critério de conveniência. Logo, através de Martha, conheci Elena, professora da Faculdade de Comunicação Social que, nesse momento, como parte do projeto, coordenava sessões grupais com jovens da comunidade, o que, segundo o critério de Martha, podia constituir minha porta de entrada na comunidade.

Elena desde o começo explicou-me que o trabalho no local era muito difícil, porque os moradores nem sempre estavam disponíveis ou a fim de se engajar nas atividades propostas pelos pesquisadores, e foi uma pessoa chave. Era esperta na dinâmica do bairro e os vizinhos a reconheciam e tratavam com confiança, devido a um rigoroso trabalho etnográfico de mais de um ano que ela vinha fazendo. Apresentou-me a alguns dos líderes formais e informais nas suas próprias casas – presidentes dos CDR, padrinhos de religião, moradores de longa data – assim como a alguns jovens com os quais trabalhou, ajudou-me a coordenar minhas atividades com o pessoal da Casa de la Cultura<sup>22</sup> o local para a sessão de trabalho grupal e deu-me informações com base na sua experiência de trabalho na comunidade.

Dado que a entrada na comunidade foi através das professoras envolvidas no Projeto de Transformação Integral, vamos fazer uma breve referência ao mesmo com o intuito de contextualizar as circunstâncias em que o trabalho de campo foi desenvolvido.

[...] o MININT<sup>23</sup> (Ministério do Interior) solicitou à universidade uma pesquisa para realizar um trabalho de prevenção comunitária junto à

---

<sup>21</sup> Usamos pseudônimos no lugar dos nomes reais, para nomear tanto às pesquisadoras, como aos jovens.

<sup>22</sup> Centro comunitário cuja missão é desenvolver projetos de formação artística e educacional dirigido a crianças e jovens da comunidade principalmente. Também se realizam atividades culturais e conta com uma biblioteca que oferece seus serviços a toda a população. É concebido como um espaço para a socialização e para potencializar a vida cultural da comunidade.

<sup>23</sup> Ministério que se ocupa da segurança dos cidadãos e o estabelecimento da ordem no interior do país. Máxima direção da Polícia.

Polícia. Escolheram [...] dentro do Centro Habana, uma das comunidades com maior número de pessoas com desvantagens sociais, elevados índices de delinquência, situações do tipo que requeriam especial atenção...[...] foi uma solicitação do governo que foi se construindo aos poucos a fim de apoiar a Polícia nos processos de transformação do bairro.  
(Fragmento de entrevista com Martha).

É, de fato, uma comunidade que representa um contexto de vulnerabilização. Como revelado no trecho da entrevista, a Polícia solicitou à Universidade colaboração para desenvolver uma intervenção social com vias de promover uma transformação integral do bairro. Trata-se de um projeto transdisciplinar que integra professores de várias faculdades da Universidade de Havana – Faculdade de Psicologia, Faculdade de Comunicação Social e Faculdade de Geografia – e da Universidade Tecnológica de Havana – Faculdade de Arquitetura, em parceria com o MININT e outros organismos da administração do Estado. O intuito é melhorar o estado das habitações bem como criar condições para resgatar a história e conservar o patrimônio cultural da comunidade, realizar atividades com caráter preventivo e educativo diante riscos de saúde, contribuir para o desenvolvimento cultural e social da população através de diferentes ações.

Durante minha estadia na comunidade, a única pessoa do projeto com quem tive relação foi Elena. Também não soube de nenhuma atividade do projeto que estivesse acontecendo nesse período no contexto comunitário. A própria Elena falou-me que decidiu não seguir fazendo mais sessões de trabalho grupal com jovens além das já realizadas porque era quase impossível coordenar um encontro com eles. Assim, minha relação fundamental com o projeto foi que ele serviu, através de Martha e Elena, para me inserir no bairro, coisa que teria sido difícil sem a mediação delas, em especial, de Elena, dadas as características da comunidade.

Desde as primeiras visitas comecei as jornadas de observação participante bem como as entrevistas grupais. Elena avisou-me que devia aproveitar cada oportunidade de intercâmbio com os moradores, porque nem sempre era possível contar com sua colaboração.

Enquanto a primeira entrevista grupal aconteceu na sala da casa da Presidenta de um dos CDR da comunidade, as outras entrevistas foram realizadas na rua, nas calçadas, onde jovens estavam reunidos conversando no seu tempo livre. Após a experiência da primeira entrevista, em que adultas presentes na casa intervinham – roubando a palavra das jovens, confrontando-as e deslegitimando seu critério sob o depoimento de serem muito novas e menos experientes – achamos



Jovem negro ou mestiço	5	6	10	3	3	29
Jovem negra ou mestiça	1	-	-	8	-	9
Jovem branco	1	-	-	-	-	1
Jovem branca	-	1	-	-	-	1
Total	9	7	10	11	3	40

É importante destacar que não estabelecemos contato com os jovens através das escolas ou instituições de ensino e isso fez com que a amostra de participantes incluísse jovens totalmente a margem das instituições, o que, ao mesmo tempo, determinou que as falas deles diferissem daqueles depoimentos levantados em pesquisas consultadas por nós, feitas dentro do contexto escolar. Como já dito, calçadas e lares, ao invés de espaços institucionais, foram os lugares que privilegiamos na comunidade para estabelecer o contato com jovens visando um intercâmbio mais espontâneo possível. A forma espontânea como fomos compondo a amostra também fez com que ela fosse muito homogênea quanto a critérios como cor da pele, nível tão baixo das rendas, nível de escolaridade atingido, gênero e ocupações. Esta homogeneidade gerou uma limitação no momento de analisar as complexidades e nuances que determinam a condição juvenil vulnerável em um contexto caracterizado por uma crescente heterogeneidade. É por isso que na etapa das entrevistas individuais decidimos controlar mais alguns critérios de seleção, respeitando o mesmo padrão de vulnerabilidade com base no local de moradia da periferia e os rendimentos de médios a baixos. Mas isso será explicado melhor no próximo capítulo.

### 3.2 DINÂMICAS COM POTENCIAL DE VULNERABILIZAÇÃO PERPASSANDO A TRAJETÓRIA DE VIDA DOS JOVENS

#### 3.2.1 A relação estudo-trabalho e a precarização do emprego no setor não estatal

Enquanto nos subcapítulos anteriores fizemos uma abordagem descritiva dos aspectos metodológicos que caracterizaram o momento empírico da pesquisa, nesse subcapítulo vamos levantar questões, a partir de uma perspectiva analítica sobre as entrevistas grupais realizadas, trazendo à tona os aspectos mais

instigantes para os jovens, relativos a suas trajetórias de vida, sua condição de desvantagem e sua percepção do processo de transformações em curso na sociedade cubana.

A comunidade forma parte do Conselho Popular<sup>24</sup>X<sup>25</sup>do município Centro Habana, oficializado em 1990 a partir de uma nova divisão político-administrativa em Cuba. Elena nos forneceu um relatório elaborado em 2014 a partir de dados da Direção Municipal de Trabalho e Segurança Social, com uma breve caracterização sociodemográfica do Conselho Popular. Assim soubemos que ele tem uma extensão de 0,68 km<sup>2</sup>, com uma população de 33 367 habitantes aproximadamente naquela data, uma vez que não foi possível achar dados mais recentes. O relatório informa também sobre uma série de estratégias de intervenção envolvendo diferentes entidades do Estado, a fim de encaminhar soluções diante os problemas que afetam o Conselho Popular.

Esse primeiro contato com o projeto de Transformação Integral e o relatório com um diagnóstico comunitário permitiu-nos corroborar a presença das instituições do Estado e sua preocupação sobre as condições do local, em especial, no que se refere às condições de vida da população. O relatório informa, ainda, sobre o trabalho conjugado de diferentes instancias como polícia, governo e universidade, com o objetivo de realizar ações de diagnóstico e intervenção. A forma com que os habitantes percebem essa presença e interação com a institucionalidade, em especial, os jovens, é um dos tópicos presentes na análise dos resultados.

De modo geral, entre as problemáticas mais importantes que afetam o Conselho Popular – um dos conselhos com maiores riscos no município, segundo entidades do estado – sobressaem, em primeiro lugar, a superlotação e mau estado construtivo das habitações. Nas observações feitas comprovamos esse aspecto:

As ruas são bem estreitas e em alguns trechos as casas parecem estar aglomeradas. Muitas das casas são “solares”<sup>26</sup>, desde a rua se podem ver

---

<sup>24</sup> O “Conselho Popular” é uma entidade local do Poder Popular em Cuba, de caráter representativo, com total autoridade para o desenvolvimento das suas funções. Tem uma demarcação territorial, apoia à Assembleia Nacional do Poder Popular no exercício das suas funções e facilita o melhor conhecimento e atenção às necessidades e interesses dos povoadores de cada local. Está presente em cidades, povos, bairros, povoados e áreas rurais. Cada Conselho Popular compreende cinco circunscrições no mínimo. Ver: <http://www.parlamentocubano.cu/index.php/consejos-populares/>

<sup>25</sup> O nome do Conselho Popular não é real.

<sup>26</sup> ‘Solar’ é um tipo de habitação típica em alguns locais da Havana, sobretudo em áreas urbanas, como nos municípios Centro Habana e Habana Vieja. Caracteriza-se por conter várias habitações pequenas contínuas onde moram diferentes famílias que compartilham áreas comuns como a porta de entrada da casa, o corredor e até o banheiro, às vezes. Em geral, as condições desse tipo de

corredores e ao longo deles escadas, portas e janelas de habitações contínuas, onde aparentemente moram várias famílias, estando todo o conjunto em mau estado. No entanto, alguns lares contrastam com o contexto geral, porque estão bem conservados, mas são uma minoria. (Observações do Diário de Campo, janeiro de 2016).



Imagem 2. Fotos da entrada aum 'solar' da comunidade. Diário de campo. Janeiro de 2016.

Segundo o documento consultado, o Conselho Popular em 2014 contava com 4 915 habitações – 2074 prédios e 432 “solares” – a maioria delas em regular ou mau estado, com perigo de desabamento. Ainda, 1500 habitações eram ilegais e, portanto, seus moradores – muitos deles migrantes das áreas rurais do país – não tinham acesso à cesta básica de alimentos distribuída pelo estado, nem pagavam pelos serviços de água e luz, fazendo uso ilegal deles. O nível das rendas era de médio a baixo em peso cubano.

No contexto anterior, o relatório destaca outras situações: atenção insuficiente a grupos vulneráveis como idosos e indivíduos incapacitados, condutas antissociais de habitantes que transgridem as normas de convivência – música alta, lixo na rua, brigas –, baixo nível cultural dos moradores, envelhecimento da população, áreas vazias ocupadas para realizar atividades ilegais, jovens que nem trabalham nem estudam, prostituição, poucos espaços para a socialização ou

---

moradia não são boas. Na maioria dos casos trata-se de casas muito antigas modificadas a fim de acolher a várias famílias.

recreio, sobretudo, para crianças e jovens, também poucas ofertas de emprego. Aliás, existe um aumento do número de pessoas vivendo com HIV e tuberculose, bem como, alto consumo de álcool e outros estupefacientes. Durante a estadia na comunidade, de fato, comprovamos infrações normalizadas como parte das rotinas cotidianas de sobrevivência dos moradores:

O Conselho está atravessado perpendicularmente por duas ruas, importantes artérias comerciais do centro da cidade, com lojas, mercados, feiras em que se vendem diversos produtos, cafeterias, pequenos negócios privados, muito concorrida por pessoas de outros lugares que vêm fazer compras. Ao longo das calçadas, observam-se pontos ilegais de venda de roupa, sapatos, produtos de ferragem das próprias lojas, entre outros tipos de mercadoria. Uma rede de serviços e comércio estatais se entrecruza, convive, com uma rede de comércio ilegal de mercadorias, na qual se encontram envolvidos jovens, tanto mulheres como homens, que aparentemente nem estudam nem trabalham a julgar pelo horário. (Fragmento do diário de campo, março de 2016).

Por sua vez, o diagnóstico desenvolvido pelo Projeto de Transformação Integral confirmou os seguintes problemas: ausência de uma estratégia integral de desenvolvimento local, más condições do fundo habitacional, difícil situação de infrações e indisciplina social, venda e compra ilícitas de mercadorias, corrupções e furtos, bem como, elevada presença de famílias em risco.

Em entrevista Martha nos confirma:

Encontramos casos de violência intrafamiliar e negligências que, em ocasiões, levam a ações penais contra os pais ou tutores. (Fragmento da entrevista com Martha)

Para a pesquisadora, os jovens com uma situação mais difícil na comunidade são os filhos dos presos:

Nas famílias em que um dos pais ou ambos os pais estão presos, a criança ou jovem é criado em um contexto desfavorável, às vezes uma avó, um tio, pessoas que talvez nem tenham as condições adequadas estão cuidando desses garotos. (Fragmento da entrevista com Martha).

O legado cultural que essas famílias passam a seus filhos – mesmo em termos de motivações – é muito frouxo. Nem sempre podem estimular interesses vocacionais, apoiar a formação profissional, sustentar economicamente os jovens ao longo do seu percurso estudantil ou criar um clima emocional favorável. Em ocasiões, negligenciam suas funções educativas. Em suma, estamos diante um contexto em que há más condições habitacionais e de rendas. Tal entorno de delitos e de atividades ilegais normalizadas entre alguns grupos, em alguns casos, em conluio com pessoal da rede de comércio estatal, juntam-se aos modos em que a

família não consegue apoiar a trajetória dos jovens, criando-se uma dinâmica social que os tornam vulneráveis.

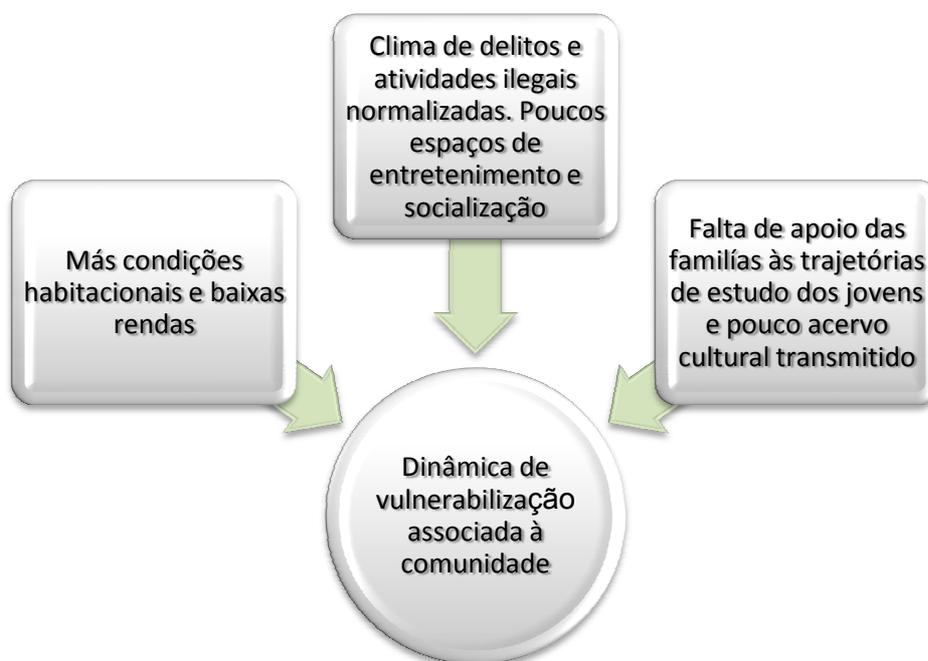


FIGURA 2. Dinâmica com potencial de vulnerabilização associada às características das famílias e da comunidade.

Os jovens trazem nas suas falas as limitações que possibilitam o horizonte de suas escolhas quanto aos percursos educacionais. Assim, alguns deles deixaram os estudos depois do ensino básico obrigatório ou planejam deixá-los porque:

Nem sempre teus pais te podem ajudar, quando na tua casa não tem para comer você tem que sair a trabalhar.  
(Fragmento da fala de um jovem nas entrevistas grupais).

As condições materiais de vida dos jovens determinam que a necessidade ou vontade de começar a ganhar dinheiro cedo passe a ocupar um lugar relevante dentro da hierarquia de motivos, deslocando ou abatendo o aparecimento de motivações profissionais ou interesses ligados a uma orientação vocacional. Outros jovens, por sua vez, informam que para além de sua vontade de estudar é difícil acessar à universidade por conta do exame vestibular e déficits na sua formação:

Quem estudou em um técnico médio e não em um pré-universitário, ou quem tem que trabalhar ao mesmo tempo que estudar, porque a família não pode ajudá-lo, não tem uma boa formação para aprovar o exame vestibular que se torna um obstáculo.  
(Fragmento da fala de um jovem nas entrevistas grupais).

A imersão na comunidade e o intercâmbio com os jovens confirmam o destacado por Voghon (2016), quando, entrevistada por nós, refere-se à situação social dos jovens das famílias pesquisadas como parte do seu trabalho de doutorado dirigido a caracterizar o processo de reprodução geracional da pobreza em famílias cubanas:

Uma das questões importantes que determinam a reprodução geracional da pobreza em Cuba tem a ver com as trajetórias educativas. Quando tive oportunidade de entrar nesses micro espaços familiares vulneráveis, embora as oportunidades de estudar sejam, de fato, oportunidades criadas socialmente para todos, sem diferenças, existe uma segmentação implícita [...] Trata-se de uma criança que nasce em uma família pobre, vive em um bairro marginal, mora em uma habitação em más condições, as relações familiares não são boas, sem afetos, famílias com uma cultura muito limitada, com dificuldades para a comunicação...A criança vai transferir os problemas e carências desse contexto familiar primário para a escola e suas relações no contexto escolar, ficando em uma posição de desvantagem em comparação com outras crianças. [...]. Comprovamos que o principal fator que faz com que esse jovem depois reproduza a história de pobreza não tem a ver somente com uma questão de renda ou recursos econômicos. (Voghon, 2016). (Entrevista com especialista, fevereiro de 2016).

Para Voghon (2016), entidades primárias como família, grupos de pares, grupos informais no bairro, bem como entidades mais institucionalizadas como escolas, ou outras organizações de base – se não conseguem atender e acompanhar adequadamente, de forma individualizada, a situação social de cada criança ou jovem – agem através de dinâmicas totalmente entrelaçadas e complementares, a maior parte do tempo de maneira implícita e não explícita, os tornando vulneráveis. Uma das jovens de 17 anos nos conta a situação de conflito com uma professora como o motivo que a levou a deixar a escola e não voltar. Mas, é claro que da situação de conflito, que aponta um problema correspondente à dinâmica escolar, não se derivou por si só a decisão de abandonar o ensino. O conflito, nesse caso, foi o disparador de uma decisão que tem a ver com uma dinâmica muito mais complexa em que outros fatores como a situação familiar, a própria comunidade, etc. intervêm. Assim, o abandono da escola, se bem que constitui uma decisão dos jovens edenota uma saída singular subjetiva frente ao conflito, está expressando também a conjunção de um sistema de fatores que revelam uma dinâmica de vulnerabilização.

No entanto, apesar de que se tratar de um aspecto comum na história de vida de parte dos jovens entrevistados, o abandono dos estudos não é uma situação generalizada na comunidade. Tem jovens que expressam como seus pais ou outros parentes, apesar das baixas rendas e de morar na comunidade, incentivam e apoiam seus desejos de estudar. Na verdade, além das taxas de abandono escolar percebidas, estudar continua a ser um motivo importante para alguns, o anseio de ser universitário e ter um diploma está presente nesses casos ainda.

O desejo de formar-se na universidade responde, sobretudo, às possibilidades de mobilidade social ascendente e ao reconhecimento social com que a formação profissional segue perspectivando na sociedade cubana. Fragmentos das entrevistas registradas o documentam:

Quero estudar para conseguir um bom trabalho e melhorar as condições de vida da minha família.  
Aqui ser técnico médio não tem valor, para ser alguém na vida tem que ser universitário, ter um diploma.  
(Fragmentos das entrevistas grupais).

Esses jovens asseguram que quem se propõe a estudar, consegue. Um deles explica como, no seu caso, trabalha para o Estado e às vezes pede autorização a seu chefe porque necessita estudar para entrar em uma universidade.

Portanto, os depoimentos relevam as nuances da experiência de ser jovem no contexto atual para aqueles que moram na comunidade, cujos processos que os tornam vulneráveis – pertencer a uma família de baixa renda, morar em uma habitação em mau estado, viver em um ambiente em que infrações e delitos são práticas cotidianas, estudar e trabalhar ao mesmo tempo, entre outros – se entrecruzam com a existência de uma rede de instituições educativas gratuitas de fácil acesso para todos e, além, obrigatória nos níveis básicos. Por sua vez, novos interesses, o anseio de ter um emprego, ganhar dinheiro, apoiar a renda familiar, ser independente, convivem e às vezes colidem até, com valores profundamente arraigados dentro do imaginário social em Cuba –ter uma formação profissional, ser universitário.

No entanto, é importante destacar que os jovens entrevistados que planejam continuar estudando depois de concluir os níveis de ensino básico e médio obrigatórios, recebem o apoio familiar. Trata-se, em todos os casos, de famílias ou adultos significativos que apoiam o jovem e lhe brindam com um sustento importante, tanto econômica como emocionalmente, empolgando e alavancando

suas tentativas de estudar, para além das limitações financeiras. Constatamos que família e/ou adultos significativos resultam em uma variável importante dentro da situação social dos jovens, mas não estamos afirmando que seja o único fator determinante.

Frente às condições materiais de vida e contextos familiares, também se trata de escolhas dos jovens com base em desejos e valores. Alguns expressam:

“Estudo em uma escola técnica, mas assim concluir vou trabalhar em uma padaria”, “não tenho vontade de continuar estudando”, “estudar é perder tempo”.(Fragmentos das falas de três jovens nas entrevistas grupais).

Outro jovem se refere a alguns conhecidos do bairro:

Desde muito novos saem para a rua, não pensam em estudar, só buscar dinheiro fazendo qualquer coisa, padeiro, vendendo refrigerantes (Fragmento das entrevistas grupais).

Assim, buscar dinheiro em alguns casos responde à necessidade de sobrevivência, em outros, à vontade de se tornar independentes, à necessidade de apoiar as rendas familiares, ajudar com as coisas da casa, bem como a uma valorização de um estilo de vida com base no consumo.

Em suma, trajetórias educacionais falhas dizem também respeito a um processo de tomada de decisão dos jovens em que influi num leque de condições tanto materiais como simbólicas: por um lado, precariedade, baixa renda, entorno familiar desfavorável, ambiente de ilícitos da comunidade e convívio com grupos com muito baixo nível cultural; por outro lado, desejos e valores privilegiados, alguns deles alinhados com imaginários consumistas enquanto outros somente respondem à vontade de ser autônomo economicamente, apoiar as rendas familiares, ou, no pior dos casos, sobreviver. Escutando a fala dos jovens faz sentido para nós destacar que eles ponderam entre condições de vida, oportunidades existentes, desejos e valores. No entanto, não é uma tomada de decisões racional, mas um processo situado, encarnado, atravessado por emoções, conflitos e contradições, acidentado, vivido e elaborado aos poucos, em que jovens se debatem entre a alta valorização social do ensino associada à juventude, as expectativas da família e adultos significativos, suas próprias expectativas, o apoio real que recebem dos adultos e outras redes de apoio, suas condições materiais de vida, os desejos de ganhar dinheiro para se tornar autônomos ou para consumir, as novas fontes de emprego que surgem com a impulsão das novas formas de gestão econômica, em

especial, o 'cuentapropismo', entre outros fatores. O sentido de continuar estudando para eles se mantém, desaparece ou muda como expressão de uma trama complexa.

De modo geral, a **formação profissional precária** se dá como resultado do abandono da escola em algum ponto depois dos níveis básicos obrigatórios ou como resultado de negligenciar os estudos. Tal decisão tem base no sentido que adquire estudar, a partir de condições materiais de vida, a dinâmica da família de origem e da comunidade, as carências econômicas que fazem com que os jovens vivam centrados no imediatismo, o auge do setor não estatal cujas exigências de formação, às vezes, são mínimas para a contratação, a influência de imaginários que valorizam o consumo, as necessidades de autonomia e a vontade de apoiar as rendas familiares, entre outros fatores – como o contexto escolar, cuja influência em particular não conseguimos aprofundar, ao se desenvolver a pesquisa no contexto comunitário sem nos adentrar na escola.

Por sua vez, uma formação profissional de menor nível junto à carência de recursos econômicos e redes de apoio, faz com que a **inserção laboral seja também precária**, outra situação que vai revelar uma sequência ou escalada de vulnerabilização.

No fragmento do diário de campo a seguir, dois dos jovens entrevistados nos contam sobre o tipo de atividades ilegais que realizam em conluio com trabalhadores da rede de comércio estatal:

Entrevistadora: Você trabalha em uma loja?

Ernesto: Por fora da loja, na calçada, é por conta própria...

Entrevistadora: Como assim, o que você vende? Me explica?

Ernesto: As mesmas coisas da loja, só que mais barato...[...]

Entrevistadora: O que o pior de "trabalhar" assim?

Ernesto: A Polícia...

Entrevistadora: Porque?

Ernesto: Não é permitido, sabe? Recebes uma multa [...], até que já te marcam como perigoso por não trabalhar...

Entrevistadora: E você já pensou em fazer alguma outra coisa?

Ernesto: Quando a situação se tornar muito ruim vou embora, por enquanto sigo aí..."

(Fragmento de entrevista grupal).

Tem muitas coisas nas lojas que custam caríssimo e a gente as vende mais barato mesmo...[...] Como eu adquiri esse produto? Foi o pessoal da mesma loja quem deu para mim, eu não o roubei de um armazém não, um deles fez negócio comigo ...

(Fragmento de entrevista grupal).

Assim, eles deixaram de estudar para “ir para a rua” ganhar dinheiro, realizando atividades ilegais, além disso já estiveram presos com 15 e 23 anos.

Outros, por enquanto, começaram a trabalhar dentro do setor estatal em empregos pouco remunerados, ou dentro do setor não estatal de forma instável, quando os salários do setor estatal não atraem porque:

“São muito baixos”, “não alcançam”, “você vê o salário uma vez por mês só, 15 “pesitos”<sup>27</sup>, enquanto no privado você vê o salário todos os dias”. (Fragmentos das entrevistas grupais).

Quando debatemos com Voghon (2016) as evidências encontradas nas entrevistas grupais, a especialista nos confirmou o seguinte:

É claro que um jovem sem recursos econômicos que abandonou os estudos cedo vai encontrar dificuldades para se posicionar no mercado do trabalho. Em geral, nesses casos, somente conseguem empregos muito precários [...]. Existem em Cuba camadas de jovens com baixa renda, mas nem todos estão em igualdade de condições, porque aqueles jovens com baixa renda, mas com uma boa trajetória educativa, estão em melhores condições de aproveitar, inclusive, as oportunidades de emprego que se criam com as novas formas de gestão econômica. (Entrevista com especialista, fevereiro de 2016).

Como identificado na fala dos jovens, trabalhar no setor não estatal é uma oportunidade que emerge com as novas formas de gestão econômica promovidas pela atualização do modelo. Em alguns casos, os jovens abandonam os estudos prematuramente para vincular-se a atividades que não requerem alto grau de profissionalização, como vendedores ambulantes, padeiros, pedreiros, motoristas, etc. Em outros casos, alternam estudo e trabalho. O trecho da seguinte entrevista ilustra o caráter informal com que os jovens se vinculam ao setor não estatal:

Jorge: ...fazer móveis, aí não tem horário fixo não, depende da quantidade de trabalho que houver. A gente vai e se houver trabalho para fazer – e quase sempre há trabalho– a gente pode ficar trabalhando até às 2 horas da madrugada...

Entrevistadora: É mesmo?

---

<sup>27</sup>15 cuc. Divisas.

Jorge: É, se o dono tiver um atraso na entrega dos pedidos de móveis é mesmo assim.  
(Fragmento de entrevista grupal).

Nenhum dos jovens entrevistados que trabalham no setor não estatal está oficialmente inscrito na Direção de Trabalho Municipal<sup>28</sup>, segundo estipulado, e por conseguinte, também não está afiliado ao regime de Segurança Social, segundo estabelecido no Decreto-lei 278<sup>29</sup>, o que constitui uma violação da regulamentação vigente para esse tipo de emprego e faz com que se esteja configurando um outro cenário de riscos.

Mesmo que seja uma violação tanto de proprietários como de trabalhadores contratados, os jovens ficam em uma situação muito mais vulnerável do que seus empregadores trabalhando na informalidade. A lei estipula que as condições de trabalho – salários, horários, etc. – devem ser pactuadas entre empregadores e empregados, sem mediação do Estado. Os regulamentos vigentes estabelecem um conjunto de direitos que protegem os trabalhadores e suas famílias em caso de velhice, doença, gravidez e morte, bem como exigem aos empregadores o respeito às normas de segurança e saúde no trabalho estabelecidas na Constituição.

Uma atividade representativa do setor não estatal prevalecente na comunidade em que jovens são empregados sem autorização são os 'bicitaxis'<sup>30</sup>.

---

<sup>28</sup> Trabalhadores por conta própria cujos serviços são contratados por proprietários autorizados, estão obrigados a inscrever-se na Direção de Trabalho Municipal, através de uma solicitação escrita do proprietário que os contrata. Emite-se uma autorização em que aparecem os nomes de proprietário e empregado em cada caso, segundo consta na Resolução 32 de outubro de 2010, do Ministério de Trabalho e Segurança Social, que estabelece o regulamento para o exercício do trabalho por conta própria. Consultar em: <<http://cubasindical.blogspot.mx/2010/11/resolucion-no-322010-ministerio-de.html>>.

<sup>29</sup> Decreto-Lei 278 que estabelece um Regime Especial de Segurança Social para Trabalhadores por Conta Própria aprovado em setembro de 2010 que cria um contexto legal de proteção ao trabalhador no caso de morte, velhice, doença ou gravidez. No momento em que se autoriza o exercício do trabalho por conta própria se realiza também a afiliação do trabalhador ao regime especial de segurança social vigente nesse setor. Isso não acontece se o trabalhador é contratado informalmente. Consultar em: <<http://www.mtss.cu/sites/default/files/decretos/DECRETO-LEY%20No.%20278%20Seguridad%20Social%20Trabajadores%20por%20Cuenta%20Propia.pdf>>.

<sup>30</sup> Taxi que é uma bicicleta.



Imagem3. Fotos de 'bicitaxis' que pertencem a um mesmo 'dono', tomadas na comunidade em fevereiro de 2016.

Vários 'bicitaxis' pertencem a um mesmo 'dono'<sup>31</sup>. Cada 'bicitaxi' custa 600 dólares mais ou menos. Os 'donos' não dirigem, mas contratam pessoal. O jovem com quem falei dirige o dia todo, também de noite, enquanto houver demanda do serviço, me conta. O moço não tem férias, não obstante, se tiver algum problema pode falar com o 'dono' e pedir autorização para não trabalhar nesse dia. O trabalho é cansativo demais, segundo informa. Entrega diariamente ao 'dono' uma quantidade fixa de dinheiro, às vezes consegue ficar com mais dinheiro para ele, às vezes com menos, dependendo da demanda do serviço, mas assim vai "resolvendo"<sup>32</sup>. Ele não é de Havana, é do Oriente do país e veio a Havana para "lutar". Não está contente com as condições de seu emprego, mas foi o que encontrou. Mora com uma mulher e na sua casa nunca falta comida porque ele trabalha. Tem 22 anos.

A maioria dos 'bicitaxeros' que vi eram jovens mestiços, quase sempre reunidos quando não tinham passageiros, esperando por eles chegarem, sentados

<sup>31</sup> Modo como os jovens se referem aos proprietários de carros, bicitaxis, restaurantes, etc. dentro do 'cuentapropismo'. Dado muito interessante, porque enquanto na narrativa oficial se usa o termo 'cuentapropistas' ou trabalhador por conta própria, para referir a todos aqueles envolvidos no setor não estatal de forma homogênea, no imaginário dos jovens se expressa uma clara distinção entre os proprietários e os que são simplesmente empregados. A saber, na narrativa dos jovens se perfilam dois atores sociais com condições de vida e interesses bem diferenciados, em função da propriedade.

<sup>32</sup> Usamos as aspas nesses casos para sublinhar expressões ou palavras próprias dos jovens extraídas literalmente das suas falas.

nos 'bicitaxis', conversando. Eles conversariam sobre suas condições de trabalho, situações que os descontentam e estratégias para negociar com os 'donos' melhores condições? Não. O moço entrevistado me conta que esses temas não são tratados.

A abertura às novas formas de gestão econômica dentro do setor não estatal cria um cenário em que a violação das regulamentações, aponta, pela primeira vez, para aparição de potenciais relações de inequidade e injustiça dentro do contexto laboral em Cuba, sem que sejam usados ou figurados pelos jovens envolvidos, mecanismos efetivos para reclamar ou reivindicar direitos, situação que atinge uma quantidade importante dos entrevistados. O pouco interesse que mostram os jovens entrevistados sobre se incorporar às organizações sindicais existentes, nos leva a pensar na hipótese da inoperância delas dentro do setor não estatal. Sobre esses temas, aprofundaremos as discussões no próximo capítulo, a partir da análise das entrevistas individuais. Será importante indagar, em profundidade, os motivos que fazem com que os jovens decidam não se registrar nem afiliar ao Regime de Segurança Social ou sindicatos nesse setor, bem como as implicações dessa decisão em matéria de direitos laborais, de participação política e de articulação do público para a construção do comum em um contexto tão importante como o contexto laboral.

Em suma, a falta de recursos econômicos e bens materiais dos jovens e suas famílias, limita o aproveitamento que eles podem fazer das oportunidades que surgem com as novas formas de gestão econômica e acabam sendo empregados ou subempregados em negócios dentro do setor não estatal, ainda, decidindo não se afiliar, ficando sem garantia de direitos e sem mecanismos efetivos para a reivindicação dos mesmos.

Assim, identificamos que a inserção laboral precária se dá quando os jovens começam a trabalhar empregados fundamentalmente como técnicos em ramo pouco remunerados do setor estatal, com salários muito baixos, subempregados ou empregados informalmente, sem registro nem filiação ao Regime Especial de Segurança Social no setor não estatal, em atividades que demandam pouca ou nenhuma especialização, ou se vinculam a atividades ilícitas. Em todos os casos, os salários percebidos são baixos. No caso especial do setor não estatal, são limitadas ou nulas as perspectivas de superação já que são contratados para realizar atividades que demandam pouca ou nenhuma qualificação. Também não existe um

contexto legal para a negociação das condições de trabalho. Aqueles que realizam atividades ilegais convivem com o risco de serem penalizados.

As trajetórias de estudo falhas – caracterizadas em alguns casos pelo abandono da escola depois dos níveis básicos obrigatórios – e de maneira mais geral, uma formação mínima que não permite acessar a empregos melhor remunerados estão intrinsecamente unidas às condições que favorecem que muitos dos jovens entrevistados tenham uma inserção laboral precária, enquanto outros estão ligados ao circuito de atividades ilícitas.

Nas entrevistas na comunidade, como já visto, além de jovens estudantes, ou trabalhadores no setor estatal, participaram jovens desempregados, ex-presidiários que continuam vinculados a atividades ilegais como a venda ilícita de mercadorias, que estudam e trabalham ao mesmo tempo ou vinculados ilegalmente ao setor não estatal da economia. Trata-se de uma juventude diversa que rompe com noções tradicionais homogêneas sobre “a” juventude – “juventude estudante” ou “juventude marginal” em contraposição absoluta – inseridas no jogo da assimetria, mostrando uma paisagem complexa e contraditória da realidade cubana atual e revelando como as novas formas de gestão econômica, para além do seu impacto econômico, dizem respeito a novas dinâmicas sociais de vulnerabilização para os jovens entrevistados; hipotetizamos também que tais dinâmicas sustentam novos processos de subjetivação que aprofundaremos nas entrevistas individuais.

### **3.2.2 No lugar da participação política, o ‘reguetón’<sup>33</sup> e os padrinhos de religião.**

As ruas estão superlotadas sempre que venho à comunidade. Muitos estão sentados ou parados na porta das suas casas, em grupos, conversando, bebendo, falando alto, escutando ‘reguetón’ muito alto também, jogando dominó, vendo as pessoas passarem. É usual ver grupos de jovens reunidos nas esquinas das calçadas, conversando, rindo, muitas vezes

---

<sup>33</sup> O ‘reguetón’ é um estilo musical que se deriva do intercâmbio musical entre Panamá e Porto Rico, quando o reggae em espanhol que surgiu em Panamá no contexto da construção do canal de Panamá – que teve seu antecedente no reggae jamaicano dos anos 60 – se mistura com outros ritmos como o hip hop e o rap de Nova York e alcança em Porto Rico uma grande popularidade, espalhando seu consumo por todo o continente, chegando a Cuba. No contexto internacional, em alguns casos, as canções fazem uma crítica da hegemonia branca e defendem a negritude. De modo geral, as letras, quase pornográficas, são criticadas por sua grande dose de violência sexual, especialmente contra as mulheres, além de ter sido associado ao consumo de drogas. Em alguns contextos já foi fortemente criticado e até perseguido socialmente, marginalizado como estilo musical (RIVERA; MARSHALL; PACINI, 2010). Parte do ‘reguetón’ cubano, que ganhou grande popularidade entre os jovens na década de 2000, se caracteriza por ser notadamente mercantilista e sexista.

compartilhando com adultos. Observações do Diário de Campo. Março de 2016.



Imagem4. Fotos de grupos de jovens moradores em março de 2016.

A julgar pela aparência da comunidade, os limites entre público e privado se confundem. Existe um importante convívio dos vizinhos da porta para fora das casas. De fato, nas entrevistas grupais, jovens destacam, como algo positivo, o ambiente colaborativo do bairro ao mesmo tempo em que reconhecem a existência de um ambiente de “rivalidades”:

Os vizinhos se ajudam para resolver coisas cotidianas, por exemplo, quando alguém precisar açúcar sempre tem um vizinho que dá.  
(Fragmento de entrevistagrupal).

Assim, perguntamos aos jovens nas calçadas sobre os temas tratados nos espaços de trocas coletivas na comunidade:

Quando a gente se junta aqui na rua fala de saidinhas [...], qual 'jeva'<sup>34</sup> pode pegar e nada mais [...], vamos sair a pegar 'jevitas' [...], vamos buscar dinheiro para poder sair, a galera só fala sobre o que tem ou não tem.  
(Fragmentos de entrevistas grupais).

A gente fala de pombas, futebol [...], Cristiano, Messi, o vizinho que a Polícia pegou, qualquer coisa a gente fala....  
(Fragmento de entrevista grupal).

<sup>34</sup>Gíria equivalente a noiva. 'Jevitas' é o diminutivo.

Os depoimentos ilustram como os assuntos que os jovens trocam nas rodinhas nas calçadas são da ordem dos namoros, das saídas, fofocas sobre os vizinhos e conhecidos, experiências ou desejos de consumo, etc., que pouco têm a ver com a vida coletiva ou os problemas que afetam a vizinhança. Assim, a colaboração entre vizinhos também se circunscreve à resolução de problemas relacionados ao dia a dia da vida nos lares.

Elena nos informa sobre suas descobertas a respeito da forma em que se vive a questão pública depois de um ano de trabalho etnográfico na comunidade:

Há um recuo para os espaços individuais e familiares. As pessoas estão pensando nelas mesmas, os vizinhos, às vezes, não se dão muito bem. Ajudam-se em determinados momentos, mas cada qual está pensando nos seus próprios problemas, não querem participar nas reuniões convocadas pelas organizações porque sentem que não lhes vão aportar o que eles podem conseguir por si mesmos. Há um individualismo muito grande. Percebo isso quando vejo que jovens não querem participar das oficinas, sempre buscam pretextos para ausentar-se. No entanto, os entendo, ponho-me no lugar deles, e, com problemas concretos por resolver, vou assistir a uma oficina? Já senti muita frustração e desânimo diante a apatia deles, sua passividade tão grande. Sua apatia tem a ver com promessas não cumpridas. Por exemplo, em uma oficina eles me expressaram que se sentiam enganados pelos projetos de pesquisa que os usam como cobaias sem trazer melhoras concretas para a comunidade. Montar as oficinas foi muito difícil, ainda não consegui sistematizá-las. Eles não vêm, vão embora, deixam a oficina no meio das atividades (Fragmento da entrevista com Elena).

No Conselho Popular existem 7 escolas de ensino primário, 3 escolas de ensino secundário, 1 escola técnica, 1 escola de ofícios, 5 creches, 1 escola de música, 28 consultórios médicos para a população, 1 policlínica, 1 lar para idosos, 1 *Casa de la Cultura*, 2 refeitórios comunitários e 293 instituições econômicas, entre mercados e outros. Enquanto organização política e de massas, o Conselho conta com 171 Comitês de Defesa da Revolução (CDR), 149 delegações da Federação de Mulheres de Cuba (FMC), 19 núcleos do Partido Comunista de Cuba (PCC), 18 grupos de prevenção. No entanto, segundo o informado pela pesquisadora, avalizado no documento consultado e comprovado na estadia, de maneira geral, a população se caracteriza por participar pouco nas atividades planejadas pelas organizações. Nas entrevistas, os jovens informam não se sentirem identificados com as instituições ou espaços instituídos formalmente para a participação política. As únicas instituições referidas, em alguns casos, são a FEEM e a FEU. “Lá tem festa, esporte, convívio”, nos conta um jovem quando perguntado sobre sua vontade

de ingressar na FEU, o que evidencia que a natureza do seu interesse por formar parte da organização não diz respeito a inquietações de cunho político.

No entanto, apesar de que o poder de convocatória das instituições como Partido, UJC, FMC, CDR, etc. sobre os mais jovens parece esgotado, eles consideram que a responsabilidade pela busca do bem-estar comum é pertinente e corresponde ao Estado. Não se sentem sujeitos políticos, a saber, com vontade de interpelar, agir e transformar seu contexto. O político apresenta-se no imaginário social do grupo de jovens participantes da pesquisa como uma atividade alheia à vida diária, que corresponde a outros –“os que governam” – segundo informado por eles nas entrevistas grupais.

A maioria dos jovens – como mostrado nos seguintes fragmentos de entrevistas grupais – quando perguntados pela política nos contam:

Não tenho nada a ver com isso.

Não gosto disso.

Sobre isso prefiro nem falar, não tem nada a ver comigo.

(Fragmentos das entrevistas grupais).

Existe uma aparente apatia diante as questões políticas. Não se identificam com os espaços que se apresentam para eles em termos de oportunidades de fala e debate. Trata-se de um tema a ser aprofundado no próximo capítulo. Vislumbramos que, no mínimo duas questões se entrecruzam: por um lado, a forma como é percebido pelos jovens o funcionamento das organizações, sobretudo, no que se refere à própria proposta de participação que estas colocam; e, por outro lado, o sentido dado pelos jovens para participar ou não desses espaços, bem como o tipo de valores que estão na base desse processo de construção de sentidos. A saber, falamos de um conjunto de organizações que existem, estão presentes com agendas e modos de funcionamento e de jovens que decidem participar ou não. É por isso que será importante nos aprofundar no modo como os jovens vivem sua relação com as organizações, bem como compreender porque estas não são atraentes e em que medida a proposta que elas fazem corresponde ou não aos interesses dos jovens.

Na comunidade, outras práticas, além das instituídas formalmente como reuniões ou assembleias das organizações políticas ou de massas, outras

lideranças, além dos vizinhos com cargos nessas organizações, e outros dispositivos culturais, além dos promovidos pela mídia oficial estatal, ocupam espaços e exercem influência sobre os mais novos, seus imaginários sociais e valores. Entre tais práticas se destaca o consumo do 'reguetón' - sobretudo, a identificação com os expoentes desse estilo musical - e práticas religiosas.

Chamaram a nossa atenção os padrões de consumo musical com que alguns jovens se identificam, fundamentalmente associados ao mundo do 'reguetón'. 'Reguetoneros'<sup>35</sup> da cena cubana são ídolos para parte dos jovens entrevistados, cujas motivações dizem respeito ao anseio de ser 'reguetoneros' também. É clara a existência de uma identificação com o universo de códigos próprios desse estilo musical como ilustrado no seguinte trecho de entrevista:

Entrevistadora: Quais as pessoas da vida pública que vocês mais admiram?

Abel: Yomil e o Dany... ('reguetoneros' cubanos)

Entrevistadora: Quem?

Vários deles rindo: 'reguetoneros'...

Abel pega o seu celular e coloca alguns fragmentos de uma canção dos cantores para me mostrar quem são. Todos se animam e cantam.

(Fragmento de uma entrevista grupal).

O objeto da pesquisa não é fazer um estudo de consumo cultural nem de culturas juvenis<sup>36</sup>, no entanto, deparamo-nos com essas preferências musicais, em um contexto nacional de intensa controvérsia, em que diante o apogeu do consumo de 'reguetón' entre jovens, este é fortemente criticado por jornalistas, figuras públicas e representantes de entidades culturais e meios de comunicação do Estado, que consideram que se trata de um gênero musical cujas letras –sobretudo – têm implícitos códigos de marginalização, violência, rivalidade, valorização do dinheiro e do consumo como símbolos de status, extrema vulgaridade – com

<sup>35</sup> Cantores de 'reguetón'.

<sup>36</sup> Por sua repercussão social, o consumo de 'reguetón' entre jovens cubanos nas últimas décadas virou tema de estudos científicos de diferentes aristas, musicais, linguísticas, filosóficas e até sociológicas. Segundo Lavielle-Pullés (2014), a tendência em Cuba nos últimos anos revela um aumento do número de jovens que consomem, gostam ou identificam-se com o 'reguetón', ainda que as pesquisas tragam à luz que nem todos os jovens o consomem da mesma maneira. Lavielle-Pullés (2014) afirma que existe um leque que vai desde aqueles jovens que rejeitam o 'reguetón' (2014) por considerarem que se trata de um estilo musical barulhento e vulgar, até aqueles que se identificam totalmente com os códigos que transmite, enquanto outros informam que não escutam sempre essa música, mas gostam dela para dançar em determinados contextos como festas e comemorações.

estribilhos com alto conteúdo pornográfico – e subestimação da mulher, tratada como objeto sexual.



Imagem 5. Fotos dos músicos referidos pelos jovens popularizadas nas redes sociais. Havana, 2016.

Em 2012, o notabilizado cronista e escritor cubano Leonardo Padura somou-se a esse debate na ilha trazendo luz sobre uma questão que nos interessa especialmente, a saber, a conotação política desse consumo cultural:

Como qualquer manifestação artística de que gostam as grandes multidões, o reguetón cubano é expressão de uma conjuntura social, política e econômica [...] é filho menor da crise econômica e social, que se tornou crise de valores em Cuba em 1990, quando as expectativas de vida do país e da população foram reduzidas a uma dramática e elementar luta pela sobrevivência [...]. Podemos argumentar – e com razão – que nem toda a juventude cubana expressa-se assim e sente dessa maneira. Mas é impossível negar que muitos jovens o fazem e suas atitudes deveriam ser uma preocupação, mais do que social ou artística, definitivamente política. Porque o que está encarnado em expressões como o reguetón e outras próximas a ele, não somente representa um anseio geracional de distinguir-se e encontrar seu lugar no mundo: constitui – pelas suas conotações – um sintoma de degradação [...]. É claro que o olhar deve-se encaminhar as causas, que estão arraigadas em um contexto econômico e social [...]. As chamadas indisciplinas sociais, [...] são surtos de inadaptación social provocada pela ruptura de certos equilíbrios. Recuperar esses equilíbrios não será fácil, [...] necessitam-se ações que aproximem a política à realidade, [...] senão a realidade e a vida seguirão caminhos turbulentos, barulhentos e discordantes, como esse reguetón de madrugada a soar todo o alto que der” (PADURA, 2012).

Em Cuba, o consumo de ‘reguetón’ estendeu-se entre diferentes grupos sociais, sua origem – como em outros locais da América Latina – está fortemente vinculada à noção de rua, de bairro, até mesmo, de gueto, e ainda hoje segue conservando esse cunho entre determinados setores, ao mesmo tempo em que

segue sendo promovido assim por determinados criadores. Além disso, é preciso destacar que, no caso cubano, os mecanismos de criação, comercialização e distribuição do 'reguetón' feito na ilha desenvolveram-se por rumos diferentes daqueles estabelecidos pela indústria fonográfica estatal. Isso faz com que a maior circulação dessa música aconteça de modo underground ou subterrâneo.

Atualmente essa continua a ser sua via principal de circulação além das coberturas mediáticas que conseguem certos criadores e grupos. Desde o seu começo até hoje sua criação acontece em estudos domésticos das chamadas "produtoras particulares", por fora dos circuitos de produção e reprodução musical do Estado (LAVIELLE-PULLÉS, 2014). Aliás, o mercado musical de Miami tem impulsionado a carreira de alguns dos reguetoneros mais importantes dentro da cena cubana atual, pois em Miami eles fazem concertos, vendem discos, se alinham aos padrões estéticos e de produção de um tipo de mercado estrangeiro muito particular, totalmente alheio à política cultural do Estado cubano. Assim, a cultura do 'reguetón' virou um canal alternativo importante para o intercâmbio de valores mercantilistas entre Havana e Miami e os jovens estão sendo um dos grupos mais influenciáveis nesse sentido.

Todo consumo cultural está socialmente condicionado e expressa o uso e apropriação – subjetiva também – de determinado sistema de códigos e valores sociais. Ainda, entendemos que, especialmente no caso dos jovens, tais processos de consumo cultural condicionam processos identitários e de subjetivação. A confluência entre consumo cultural e identidades se expressa hoje como um dos nexos privilegiados nos discursos acadêmicos que indagam problemáticas sociais contemporâneas (LAVIELLE-PULLÉS, 2014).

Acreditamos que nessa interface entre consumo cultural e conformação de identidades expressa-se a capacidade dos jovens de se identificar ou diferenciar entre si e com relação a seu contexto, reproduzir ou questionar imaginários instituídos. Enquanto a maioria das publicações da mídia oficial revisadas sobre a questão em Cuba, debatem se o 'reguetón' cubano é marginal ou não, se deve ser promovido pelos meios oficiais ou não, criticam seus refrões por serem vulgares, denunciam o seu marcado caráter consumista, violento, sexista e machista, nós, sem descuidar de tais questões, apoiados na noção de que todo consumo cultural é de fato expressão de um contexto sócio-histórico, a partir do sistema de circunstâncias achadas na comunidade, nos perguntamos se a identificação com os

valores promovidos pelo consumo do 'reguetón' não estará expressando uma ruptura entre política e realidade no dia-a-dia. Onde o político não consegue encaminhar soluções diante os problemas da vida cotidiana, como mecanismo de ação coletiva, ganham espaços outras práticas e se posicionam outras referências.

A propagação do consumo de 'reguetón' entre os jovens entrevistados não somente diz respeito a um contexto de crise econômica com aprofundamento das diferenças sociais – arraigadas territorialmente – mas também diz respeito a existência de mecanismos efetivos de influência ideológica, bem como da falta de iniciativa das organizações e instituições do Estado para apresentar outro tipo de propostas e criar mecanismos atrativos que possam convocar efetivamente os jovens frente a esse tipo de influência ideológica.

Assim, estamos diante a ausência de espaços de socialização e recreio para jovens, como comprovado por nossa presença na comunidade. Eles não se identificam com os espaços onde se delibera e tratam as questões coletivas, nem se identificam com os discursos de organizações e atores sociais tradicionais, ao mesmo tempo em que acessam produtos audiovisuais com cunho consumista, individualista, que se socializam de forma underground, tanto de cunho nacional como internacional. Assim, eles se apropriam de discursos que, como aqueles do 'reguetón', canalizam anseios através de um padrão de consumo mercantilista, os reafirmam diante sentimentos de inferioridade determinados pelo fato de viver em uma comunidade da periferia, ter baixa renda, etc., os investem da força de pertencer a um grupo com semelhantes condições de vida.

Por sua vez, para alguns jovens, padrinhos de religião constituem adultos que exercem uma grande influência. Elena nos informa:

Para realizar as oficinas com jovens teve que buscar apoio dos líderes informais da comunidade, que não são jovens, mas têm influência sobre eles, os padrinhos de religião.  
(Fragmentos da entrevista com Elena).



Imagem 6. Foto tomada de um local de venda de objetos religiosos na comunidade em março de 2016.

De fato, a prática de religiões de matriz afro é bastante estendida na comunidade como observado em nossa estadia, em que comprovamos como muitas das casas mostram oferendas e levantam altares para santos, enquanto em vários locais se vende mercadoria associada à religião. É também uma prática comum entre alguns dos jovens entrevistados, que nos contaram sobre suas experiências a respeito:

Acredito na 'Santería'<sup>37</sup>.

Quando há alguma atividade religiosa eu vou.

Sempre peço saúde, às vezes, eu peço coisas que anseio e elas se cumprem, ou tenho dúvidas sobre algo e o padrinho me esclarece o que vai acontecer ou o que devo fazer.

Aqui tem muita gente que é religiosa, todos nós somos.

(Fragmentos das entrevistas grupais).

Nos casos em que os jovens dizem ser religiosos, rituais e práticas religiosas são consideradas por eles como uma estratégia para adivinhar e controlar o futuro individual, como uma alavanca para “desobstruir, limpar o caminho”, segundo nos informam:

<sup>37</sup>A grosso modo, a *Santería* é uma religião afrocubanacaracterizada pela veneração das deidades orixás, estados de transe e técnicas elaboradas de adivinhação.

Eu tive que receber a 'Mano de Orula'<sup>38</sup> para me proteger, meu padrinho me falou que era preciso eu fazer isso.

Eu recebi a 'Mano de Orula'. O fiz porque tive um problema e me falaram que fazendo isso se resolvia.

(Fragmentos das entrevistas grupais).

Sem a intenção de generalizar o significado que práticas religiosas podem ter em Cuba hoje – conclusões que poderiam derivar-se de estudos direcionados a esse fim – nos perguntamos sobre o sentido com que os jovens da pesquisa investem em práticas religiosas de cunho supersticioso que atuam como um mecanismo de falsificação da realidade. Superstição no sentido de atribuir uma explicação mágica ao curso dos acontecimentos da vida sem fundamento racional ao pensar que determinados rituais, vão influir de maneira transcendental no rumo desses acontecimentos.

Não estamos afirmando que práticas religiosas sejam necessariamente reacionárias frente às possibilidades de emancipação dos grupos humanos. De fato, historicamente, determinados grupos religiosos têm sido atores importantes que, desde a militância política, contribuem para a luta pela justiça e equidade em determinados contextos. Também não temos o intuito de censurar o sistema de valores implícitos nas distintas correntes religiosas de longa tradição praticadas na ilha. No entanto, nos casos estudados, a aposta por práticas religiosas com um sentido supersticioso coincide com a não identificação com espaços em que possam ser canalizados, coletivamente, de forma efetiva, anseios, conflitos e medos individuais que dizem respeito à forma com que os sujeitos vivenciam os riscos de um contexto em transformação.

Se lermos a força com que certas práticas religiosas e de consumo cultural se instituem informalmente como um sintoma da dinâmica social, a saber, nos perguntaremos se estamos diante um processo em que determinadas tendências colonizam territórios em que o político, como prática coletiva e cotidiana de crítica e transformação social, parece perder espaço por sua tendência à formalização. A mercantilização da vida cotidiana, a sedução pelo consumo, a tentativa de adivinhar

---

<sup>38</sup> Trata-se de uma cerimônia religiosa de iniciação na que é revelado o destino, missão, possibilidades e fraquezas dos iniciados. Também são reveladas todas as mensagens e dicas que devem ser seguidas para que a vida dos iniciados seja boa, assim como os sacrifícios que devem ser feitos para atingir a felicidade. Ver em: <http://www.cubayoruba.net/ifa/la-mano-de-orula>

e controlar o futuro pessoal através de um pensamento mágico denotam certo empobrecimento do sentido político da realidade para esses jovens. Essa despolitização se evidencia na ausência de dispositivos sociais que visem a problematização, a reflexão, a crítica social com os que eles se identifiquem.

### 3.2.3 Aprofundamento e maior visibilidade das assimetrias.

Por sua vez, a comunidade se apresenta como um quadro de intensos contrastes. Segundo foi registrado no nosso diário de campo, somente a dois ou três quarteirões da parte mais empobrecida, encontramos um circuito de restaurantes luxuosos. Chegam em carros modernos, 'bicitaxis' ou a pé, visitantes de outros locais da cidade, muitos deles estrangeiros, mas também consumidores nacionais, que a julgar pela forma em que estão vestidos são de renda média a alta. No meio do local – com grandes problemas habitacionais e população de baixas rendas – alguns espaços de consumo criam uma cena que sublinha as desigualdades concomitantes com as novas formas de gestão econômica impulsionadas pelo processo de atualização do modelo.

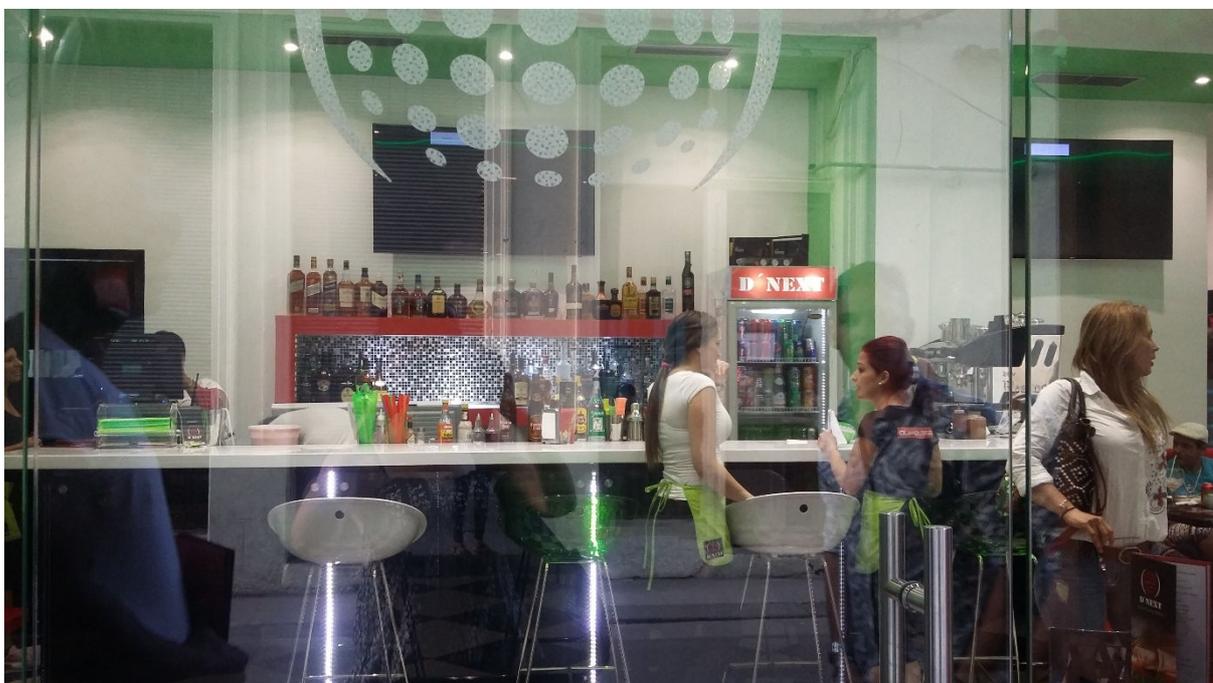


Imagem 7. Foto tomada de uma cafeteriada comunidade (setor não estatal). Março de 2016.

A existência e aumento de novos espaços e oportunidades de consumo dentro dos limites da própria comunidade ou fora dela, em outros locais da cidade,

aos que os jovens não têm acesso, enquanto outros podem acessar e consumir, intensifica a vivência de desigualdade bem como conspira para reforçar um horizonte de desejos arraigado em uma cultura de cunho consumista. “Gostaria de ir a restaurantes”, “ter muitas roupas”, “uma ‘nave’<sup>39</sup>”, etc. nos falam os jovens entrevistados, para os que a falta de recursos econômicos é a principal desvantagem, segundo nos contam.

A maioria dos jovens reconhecem que viver na comunidade é uma desvantagem, devido a problemas habitacionais, o clima de rivalidade e o estigma social:

Tem ‘guapos’<sup>40</sup> aqui que sentem que podem passar por cima de ti.

Quando você fala em outros lugares que mora aqui em seguida pensam que você é um preto delinquente.

(Fragmentos das entrevistas grupais).

No entanto, os homens identificam-se com o bairro como evidenciado nos trechos de entrevistas a seguir:

Aqui moram meus amigos.

Aqui somos parceiros.

Todos nos conhecemos.

(Fragmentos das entrevistas grupais).

Enquanto as jovens prefeririam morar em outros bairros da cidade, como El Vedado ou El Casino, porque sentem que o ambiente da comunidade é hostil e “feio”, muitos dos jovens preferem morar ali, mesmo com as desvantagens que reconhecem, sobressaindo, assim, um sentimento de pertença.

As seguintes falas mostram como para alguns ter pele preta também constitui uma desvantagem devido aos prejuízos que existem em parte da população:

“Na escola me sacaneavam porque sou muito preto, mas isso era antes, agora já há respeito, senão brigo”.

“Tenho uma amiga que sua mãe não a deixa ter noivo preto”.

“Quando morava aqui – na comunidade – era legal, mas agora que moro em um bairro de uma galera com dinheiro, ‘pinchos’<sup>41</sup>, eles me olham de um

<sup>39</sup> Gíria usada para nomear aos carros de luxo.

<sup>40</sup> Gíria usada para nomear às pessoas corajosas em um sentido beligerante.

<sup>41</sup> Gíria usada para nomear a militares ou pessoa com altos cargos políticos.

modo meio ruim, já depois de me conhecer e perceber que sou gente boa relaxam”.

(Fragmentos das entrevistas grupais).

Mas, nenhum dos jovens refere sentimentos de inferioridade pelo fato de ter pele preta, pelo contrário, afirmam que não vivenciam diferenças significativas quanto à cor da pele:

Aqui todos somos iguais nesse sentido.

Todos temos os mesmos direitos.

Cor da pele? Não, isso aqui já não importa mais, agora o que importa é a cor do dinheiro que você tem<sup>42</sup>.

(Fragmentos das entrevistas grupais).

É claro que, como apontado no subcapítulo de caracterização do contexto cubano, pesquisas sociais destacam as pessoas negras e mestiças entre os grupos mais representativos nos territórios mais pobres e marginalizados, com escassa representação deles nas atividades econômicas vantajosas, nos grupos profissionais melhor qualificados, no trabalho intelectual, e no setor privado emergente, assim como nos cargos de gestão administrativa (MORALES DOMÍNGUEZ, 2012; ESPINA, R. e RODRÍGUEZ, 2006; ESPINA, 2008). Tais evidências poderiam estar indicando um padrão racista<sup>43</sup> no aprofundamento das assimetrias sociais que não está sendo levado em conta pelos jovens como parte de suas experiências de vida. Ao não existir discriminação racial como prática dentro da institucionalidade cubana, para os jovens, o racismo não é vivido como desvantagem para além do incomodo de ter que lidar com atitudes racistas de alguns grupos da população nos âmbitos informais. Por enquanto, o padrão de cunho racista no desenvolvimento das assimetrias na sociedade cubana poderia estar respondendo à mistura complexa de fatores de diversa natureza, entre os que sobressai o desenvolvimento histórico de condições sociodemográficas próprias de miséria da população negra da ilha como resultado dos processos de colonização e neocolonização anteriores ao processo revolucionário e que esse não conseguiu

---

<sup>42</sup> Em Cuba, existem duas moedas, o peso cubano, moeda nacional, e o peso convertível cuc, divisa, moeda cubana equivalente ao dólar americano. A referência à diferença no valor de dinheiro faz referência à existência da dupla moeda.

<sup>43</sup> Com o uso do termo padrão racista queremos destacar a tendência à sobre representação de pessoas com cor da pele negra nas posições mais desvantajosas da estrutura social.

subverter totalmente. Tais fatores não atingem a análise dos jovens, muito mais baseada na experiência do cotidiano.

Na verdade, a falta de recursos econômicos é a principal desvantagem que os jovens percebem, enquanto ser jovem – em termos de idade – em todos os casos, se reconhece como a maior oportunidade, como ilustrado nas falas a seguir:

A juventude é o melhor que a gente tem.

A gente tem força, saúde e um futuro pela frente.

Podemos fazer tudo o que em outras idades não se pode.

(Fragmentos das entrevistas grupais).

Em geral, os jovens percebem assimetrias diante o cenário de transformações e enunciam diferentes grupos sociais. A enunciação de um “nós” e um “eles” emerge com diversas nuances nas falas, mas induzimos que em cada caso expressa processos de identificação e diferenciação com outros a partir de duas ordens de poder: o poder econômico e o poder político. Distinguem dois grupos em contraste com a noção de povo com a que se identificam, a saber, os principais líderes políticos do país que reconhecem que possuem o poder político na tomada de decisões e um grupo com “muito dinheiro”, fundamentalmente composto por proprietários de negócios rentáveis do setor não estatal, entre outros atores. Assim, o termo ‘donos’, às vezes é utilizado para referir-se aos líderes políticos máximos do país, mas também, aos proprietários de negócios do setor não estatal com altas rendas. Em suma, como aprofundaremos no próximo subcapítulo, nas entrevistas grupais identificamos um critério quanto ao destaque da diferença entre os grupos: o dinheiro que se tem. Outro critério também sobressai: o poder na tomada de decisões sobre o curso da vida do país. A noção de “nós” é apresentada em contraste com os proprietários de negócios do setor não estatal: eles têm dinheiro e recursos enquanto “nós” não temos, e em contraste com os que governam, eles decidem, enquanto “nós” não decidimos.

Nesse contexto de assimetrias, para os jovens entrevistados, o mundo dos seus desejos gira em torno de necessidades de carácter material, de superação profissional, vínculos familiares e de lazer, circunscritos a uma esfera de interesses individuais mais do que coletivos, referentes ao bem-estar pessoal. Sensibilidade diante de questões políticas, artísticas, esportivas, culturais ou de outro tipo não se

expressam. Existem nuances entre jovens que expressam sua vontade de continuar estudando e investem em planos de formação a médio e longo prazo e uma maioria muito focada no imediato.

Aprofundaremos neste aspecto no próximo capítulo. Pensamos que desejos acerca do futuro expressam uma tendência a ansiar e valorizar a ascensão social com base no mérito pessoal associado ao esforço e talentos individuais. Assim, os ‘donos’ de negócios privados são valorizados por alguns jovens da comunidade que afirmam que:

Souberam aproveitar as oportunidades.

São inteligentes.

Esforçaram-se para chegar onde estão hoje.

(Fragmentos das entrevistas grupais).

Na mesma medida, “os obreiros” são desvalorizados porque:

Não se esforçaram o suficiente.

(Fragmentode uma entrevista grupal).

Por sua vez, quanto ao exterior, o mundo além da ilha, os jovens alegam que:

As coisas não são fáceis, mas quem trabalha vive bem”.

Em qualquer lugar do mundo quem trabalha e se esforça tem casa, carro, viaja – no exterior. Cuba é o único país do mundo onde não se vive de um salário.

(Fragmentos das entrevistas grupais).

Assim, o mundo aparece uniformizado e reduzido nos depoimentos dos jovens a um lugar de oportunidades, enquanto se desconhece a complexa situação econômica, política e social de grande parte dos países na região. Nesse sentido, a referência que eles têm de “lá fora” está conformada, fundamentalmente, a partir de anedotas de familiares e amigos que moram no exterior, bem como a partir de filmes, shows e séries estrangeiras. A maioria dos depoimentos denotam ingenuidade e desconhecimento, bem como uma clara idealização do mundo exterior.

Queremos brincar ‘el charco’<sup>44</sup>, ir ‘pal yuma’<sup>45</sup>, aqui quem não quer se ir?(Fragmentos das entrevistas grupais).

---

<sup>44</sup> Gíria que expressa a vontade de emigrar, atravessar para a outra beira.

Em sentido geral, quando expressam seus desejos de emigrar, os jovens estão olhando para o norte e em alguns casos fazem referência a países europeus como Espanha ou Itália. A emigração emerge como um tema reiterado na fala dos jovens. No entanto, alguns deles dizem que não desejam emigrar de forma permanente, mas viajar, conhecer, trabalhar e voltar, como expressam a seguir:

Gostaria de viajar para fazer dinheiro e voltar, porque aqui em Cuba com dinheiro se vive bem.

Na verdade, com dinheiro Cuba é o melhor país do mundo para viver, porque é tranquila, segura, a gente se dá bem, este é o país da gente.

(Fragmentos das entrevistas grupais).

Não são expressos desejos de emigrar vinculados a perseguições políticas nem confrontos por ideais políticos, mas vinculados à aspiração de melhorar economicamente, que eles denotam como:

Viver melhor.

Viver como uma pessoa.

Poder alcançar o que se deseja trabalhando.

(Fragmentos das entrevistas grupais).

A análise feita nos permitiu fazer um levantamento de um conjunto de questões relevantes determinando dinâmicas que vulnerabilizam os jovens entrevistados no contexto de atualização do modelo econômico. Tais questões serão exploradas em profundidade no próximo subcapítulo a partir das entrevistas individuais.

Em suma, as questões fundamentais têm a ver, em primeiro lugar, com suas trajetórias de vida, em especial, trajetórias de estudo e inserção laboral, escola e trabalho. No caso dos jovens entrevistados, alguns conseguem se manter dentro da escola e fazer uma aposta na sua formação, enquanto para outros, essa aposta é muito mais difícil. A perspectiva do presente e do futuro se conjuga para os jovens tomarem decisões a respeito de permanecer na escola ou abandonar ela. Por outro lado, a trajetória educacional do jovem influencia o processo de inserção laboral dentro do contexto cubano atual, enquanto as novas formas de gestão econômica e as oportunidades de emprego que surgem para os jovens estão perfilando novos

---

<sup>45</sup> Idem.

cenários de riscos. Trazer tais questões é importante na medida em que poderiam indicar dinâmicas de vulnerabilização significativas no contexto atual.

Assim, ampliar o escopo de entrevistados para incluir dentro da amostra jovens em condição vulnerável que conseguiram se formar na universidade, junto a jovens desempregados ou vinculados ao setor informal pode visualizar as nuances da condição juvenil em desvantagem no cenário atual a respeito das oportunidades de formação e inserção laboral. De qualquer forma, escola e trabalho, formação profissional e inserção laboral – fazendo parte dos percursos biográficos – são dois tópicos que se sobressaem nos depoimentos dos jovens. Suas inquietações vão dando corpo a uma linha de análise que será aprofundada nas entrevistas individuais.

No segundo lugar, destaca-se a falta de identificação com os espaços existentes para a participação política e o debate público sobre as questões comuns que afetam à população. Evidencia-se a falta de vontade dos jovens entrevistados para agir como interlocutores ou atores políticos responsáveis. Dada o peso tão grande que a escola e o trabalho têm dentro da sociedade cubana como mecanismos de integração e participação, incluir dentro da amostra jovens estudantes universitários e trabalhadores do setor estatal junto com jovens desempregados, do setor não estatal ou do setor informal, também matizará os dados que caracterizam a condição juvenil quanto a participação política. Os conflitos e contradições em torno desse tema serão melhor revelados a partir de uma maior heterogeneidade da amostra.

A visão dos jovens sobre as organizações políticas e de massa existentes, sua forma de vivenciar os espaços habilitados para participar e os aspectos que condicionam essas vivências são temas que marcarão uma rota de indagação nas entrevistas semiestruturadas. Nesse sentido, também constitui uma inquietação conhecer se são diferentes as perspectivas e a participação dos jovens desempregados ou vinculados às novas formas de gestão econômica daquelas que estão mais integradas às organizações e instituições existentes, bem como o tipo de participação de que se trata: a saber, ativa, militante, envolvida ou mais formalizada. Levando em conta os depoimentos em que os jovens informam não estarem participando na tomada de decisões sobre o curso dos acontecimentos no país, nos interessa indagar como é que as oportunidades ou limitações quanto à participação política também dizem respeito aos processos de vulnerabilização.

Em terceiro lugar, destaca-se a prevalência de interesses e metas de cunho mais individual do que coletivo nas perspectivas de futuro. Também, se evidencia a influência de padrões de consumo e estilos de vida mercantilistas junto à aderência a redes de informação e intercâmbio cultural alternativas aos meios de educação e socialização estatais. Emigrar, na maioria dos casos, mas não em todos, se perspectiva como o caminho para encontrar o bem-estar pessoal. Em alguns casos, emigrar é a opção; em outros casos, não, daí a importância de compreender quais os desejos envolvidos com o plano de emigrar, bem como os conflitos e contradições, saberes e emoções que impregnam a escolha de ficar ou emigrar.

Nesse sentido, será necessário explorar a percepção dos jovens sobre o exterior, o mundo fora de Cuba, o capitalismo, assim como os sistemas de valores que estão se entrecruzando com os sonhos e desejos dos jovens a respeito do futuro. Aqui também se desdobra uma linha de análise significativa quanto aos processos de vulnerabilização, uma vez que, a julgar pelos depoimentos dos jovens nas entrevistas grupais, carências econômicas, desconhecimento, mitos e influências midiáticas se combinam para alicerçar uma visão idealizada do mundo.

Em suma, escola e trabalho, participação política, assim como desejos a respeito do futuro e da emigração são importantes temas desvelados nas observações participantes e entrevistas grupais. Os temas anteriores sugerem uma dinâmica complexa que não podemos extrapolar a fim de explicar uma condição juvenil geral para todos os jovens de Cuba. Trata-se de questões trazidas pelos entrevistados, moradores da comunidade escolhida.

Assim, vamos pondo em relevo como um grupo de jovens, a partir das condições de um contexto sócio-histórico comum, se coloca ante problemáticas sociais que são sistêmicas, lhes atribuem significado e constroem sentidos a respeito delas. Em seus depoimentos convergem pontos de vista, valores, significados, desejos, medos, constituindo modos de subjetivação. A intenção é poder identificar e entrelaçar esses tópicos em uma linha de sentidos, mesmo trazendo à tona singularidades, contradições e desencontros também ali presentes. Não se trata de homogeneizar o olhar dos jovens, mas ir em busca das questões que os inquietam e sobre as quais eles têm um critério. Ler as narrativas individuais a partir de categorias mais gerais permite nos aproximar das problemáticas da sociedade cubana hoje, em relação à juventude desde uma perspectiva mais

analítica do que descritiva. Nesse sentido encaminhamos a análise das entrevistas individuais que apresentamos no subcapítulo a seguir.

### 3.3 MODOS DE SUBJETIVAÇÃO: CORRELATO DA VULNERABILIZAÇÃO SOCIAL

#### 3.3.1 Trajetórias de vida

A partir de um primeiro levantamento das categorias apresentadas no capítulo anterior, criamos o roteiro das entrevistas individuais. Buscamos uma inflexão na composição da amostra. Os jovens participantes das entrevistas grupais, selecionados segundo o critério de ser morador da comunidade, compondo um grupo bastante homogêneo, uma só jovem com cor da pele branca, nenhum estudante universitário ou profissional vinculado a empregos dentro do setor estatal.

No entanto, a categoria de vulnerabilidade diz respeito a um gradiente de exclusão mais do que um grupo extremo, pelo que abrange um leque heterogêneo de processos de vulnerabilização. Sentimos a necessidade de compor uma amostra mais heterogênea para atingir uma compreensão mais complexa das condições que vulnerabilizam os jovens diante do atual período de mudanças e seus processos de subjetivação nessas condições. Assim, pensamos que seria enriquecedor acessar os relatos de jovens com renda baixa, média ou sem renda, moradores da comunidade, preferencialmente, ou de comunidades semelhantes, também da periferia, como critérios de desvantagem socioeconômica, mas com diferentes trajetórias de estudo e inserção laboral, já que foi um tema destacado nas entrevistas grupais. Assim, nos propusemos entrevistar também estudantes em tempo integral, que estudam e trabalham ao mesmo tempo, jovens formados trabalhadores do setor estatal, pouco representados na amostra das entrevistas grupais.

Então, os critérios de seleção da amostra foram: ser jovem entre 17 e 29 anos, mulher ou homem, com pele branca, preta e mestiça, renda baixa, média ou sem renda, moradores da comunidade ou comunidades desfavorecidas, vinculado às seguintes ocupações: estudante universitário ou pré-universitário, empregado formalmente no setor estatal como profissional, desempregado, empregado no setor não estatal, emprego informal, estudo e emprego ao mesmo tempo.

Assim, entrevistamos jovens de todas as variantes ocupacionais, de ambos os sexos, de pele branca, preta e mestiça. Privilegiamos a seleção de jovens da própria comunidade, alguns deles já tinham participado das entrevistas grupais e por essa via foram contatados. Somente quando não foram encontrados jovens da comunidade que correspondessem aos critérios selecionados, convidamos outros jovens a participar, recomendados pelos próprios participantes da comunidade, em todos os casos, conhecidos que moravam em outros bairros periféricos, com semelhantes condições. Assim, a partir dos jovens da comunidade, o resto da amostra foi composta em cadeia. Foram entrevistados 15 jovens no total.

Além disso, os dados construídos nas entrevistas individuais nos instigaram a realizar uma sessão de trabalho grupal com jovens participantes das entrevistas e outros da comunidade que se juntaram, com o intuito de discutir seus critérios em um debate coletivo. Na sessão grupal, realizada na Casa da Cultura da comunidade, participaram 9 jovens.

Fazer referência a cada jovem que participou nas entrevistas individuais foi uma decisão ambivalente. Podia tornar-se cansativo demais para o leitor a referência – ainda que sucinta – a trajetória de vida de 15 jovens. Mas, quisemos destacar a importância de trazer à tona a noção de diversidade e mostrar, como parte de uma mesma pesquisa, a trama de sentidos e contradições trazida pelos jovens desde lugares e situações sociais singulares, dentro de um perfil de desvantagem, mas do que apresentar um perfil de jovem vulnerável e investir em padronizações.

Assim, começamos a análise compartilhando um resumo dos depoimentos de cada um dos jovens entrevistados individualmente. A limitação evidente desta tentativa é a dificuldade de resumir entrevistas de mais de uma hora e meia de duração na maioria dos casos. Esperamos que o exercício contribua para apresentar as singularidades dos jovens que compuseram a amostra e, sobretudo, contextualizar os seus critérios, que serão analisados logo. Através de uma breve referência às questões sobressalientes das trajetórias individuais, pretendemos contextualizar análises mais transversais que serão feitas a partir dos depoimentos deles no seguinte subcapítulo:

TABELA 2

Jovens participantes das entrevistas semi-estruturadas

	Idade	Ocupação	Local de moradia	Cor da pele	Percepção sobre as rendas <sup>46</sup>	Militância
<b>Alina</b>	27	Professora universitária-setor estatal	Bairro periférico <sup>47</sup>	Branca	Renda média-insuficiente para sua autonomia, e ainda mora com seus pais. Renda com base só no salário.	UJC e PCC
<b>Isabel</b>	23	Pesquisadora recém-formada. Setor estatal.	Idem.	Branca	Baixa, com base só no salário, ainda mora com seus pais.	UJC
<b>Rosa</b>	22	Pesquisadora recém-formada. Setor estatal.	Sem casa em Havana. Fica em casa de uns amigos de forma temporária.	Mestiça	Alta – com base só no salário – em relação com a média salarial nacional, mas não é suficiente para se sustentar segundo suas expectativas. Ainda depende economicamente da ajuda de seus pais.	Abandonou a militância da UJC
<b>Frank</b>	26	Engenheiro informático. Sem ocupação. No aguardo por	Bairro periférico	Negra	Sem renda. Dependendo da renda da sua mulher que é	UJC

<sup>46</sup> Vamos colocar a percepção do jovem sobre sua renda. Esclarecemos também se além do salário conta com outro tipo de rendimento.

<sup>47</sup> Bairro com baixos índices de desenvolvimento: ruas em mal estado, longe do centro da cidade, dificuldades de transporte, baixo nível cultural dos moradores, atividades delitivas, superlotação, pouca presença das instituições, segundo constatado na visita a casa dos jovens entrevistados e segundo eles contam.

		uma nova contratação			baixa.	
<b>Umberto</b>	28	Nível concluído: Secundária. Custodio setor estatal	Comunidade	Branca	De média a baixa	-
<b>Yamila</b>	26	Técnico Médio, 'cuentapropista'. Empreendedora	Comunidade	Branca	Alta, mas muito instável.	-
<b>Sofia</b>	21	Estudante universitária	Comunidade	Mestiça	Sem renda. Recebe uma ajuda que o Estado dá aos estudantes universitários. Depende da sua família que tem renda muito baixa.	FEU. Sem militância política.
<b>Nina</b>	20	Estudante universitária. Garçonete em restaurante de luxo do setor não estatal.	Comunidade	Branca	Médio, permite-lhe sua autonomia e contribuir para as rendas familiares que é muito baixa.	-
<b>Ana</b>	17	Estudante de pré-universitário	Comunidade	Negra	Sem renda. Família de renda muito baixa	FEEM. Sem militância política.
<b>Erick</b>	23	Técnico informático. Empregado de forma ilegal no setor estatal em um hotel de luxo	Comunidade	Mestiça	Alta. Família de renda muito baixa	-
<b>Roberto</b>	29	Técnico em computação.	Comunidade	Negra	Média	-

		Vendedor de mercadoria religiosa. Emprego informal no setor não estatal. Esteve preso.				
<b>David</b>	24	Nível concluído: Secundária. Contratado de forma ilegal no setor estatal	Comunidade	Negra	Baixa	Abandonou a militância da UJC
<b>Javier</b>	20	Nível concluído: Secundária. Sem ocupação.	Comunidade	Branca	Sem rendas Família com renda muito baixa	-
<b>Raydel</b>	17	Nível concluído: Secundária. Empregado como ajudante de cozinha no setor estatal.	Comunidade	Mestiça	Muito baixa	-
<b>Maria</b>	25	Nível concluído: pré- universitário. Sem ocupação.	Comunidade	Negra	Sem renda	-

**Alina** é uma jovem de 27 anos, de pele branca que trabalha no setor estatal. Teve uma ótima trajetória como estudante e desde recém-formada é professora na Universidade de Havana. Alina nos conta:

As metas que me propus em cada etapa da minha vida pessoal as atingi. Com muito esforço, consegui meus objetivos com êxitos acadêmicos em cada período do ensino [...], graças ao apoio da minha família e outras redes de amigos e conhecidos.

Muito centrada na sua carreira profissional, e com fortes motivações nesse sentido, milita na UJC e no Partido ao mesmo tempo, a saber, tem uma militância dupla, situação que apresentam alguns jovens que se destacam por seu

protagonismo como integrantes da UJC e por seus rendimentos nos centros de trabalho ou estudo. Por sua vez, ela coordena processos docentes e é professora principal de uma matéria. Já fez mestrado e está na fase final do seu doutorado. Mora com seus pais aposentados – antigos trabalhadores do setor estatal – em um bairro da periferia da cidade. Considera que sua renda é de média a baixa e essa é sua principal desvantagem, não ter dinheiro, junto ao fato de morar em um bairro da periferia, que limita suas possibilidades de desfrutar dos espaços culturais e de lazer de bairros mais desenvolvidos do centro, conta.

Declara que ainda depende economicamente, em parte, das rendas dos seus pais, que depois da aposentadoria seguem empregados no setor não estatal. O aporte que ela faz aos gastos da casa nem é constante nem é muito. O que mais deseja é crescer como pessoa e sua principal meta no momento é concluir seu doutorado. Isso pode abrir-lhe muitas oportunidades para novos projetos profissionais. Deseja muito viajar, mas não emigrar de forma definitiva, não se imagina vivendo longe dos seus pais, mas é uma possibilidade que está valorando porque teme não poder conseguir todo o bem-estar que anseia investindo na sua carreira profissional em Cuba, devido ao desequilíbrio que percebe entre o esforço dos que trabalham no seu ramo e o poder aquisitivo do salário recebido. Para ela, essa é a principal contradição do país que a afeta. Expressa que o direito mais importante que desfruta como jovem é a possibilidade de estudar e se superar sem pagar um centavo. Seu futuro será bom, depende de seu esforço, nas suas palavras.

Por sua vez, **Isabel** tem 23 anos, de pele branca, também mora com seus pais em um bairro da periferia, com renda baixa. Está recém-formada e, como Alina, teve uma boa trajetória como estudante desde o ensino básico até a Universidade. Ela nos informa:

No meu percurso conta muito a história da minha família, minha mãe e minha irmã são universitárias, sempre tive esse exemplo e recebi tudo o apoio delas para estudar.

Trabalha em um centro de pesquisa do setor estatal, onde também trabalham sua mãe e seu pai, como economista e soldador, respectivamente. Sua principal desvantagem é que sua renda não seja suficiente para ser totalmente autônoma. Como grande parte dos jovens da sua geração que se caracterizaram por uma boa

trajetória estudantil, desde os 15 anos, Isabel milita nas filhas da UJC. Conta-nos que os principais direitos que desfruta são:

O direito a estudar, me superar, saúde de graça e contar com um trabalho seguro, garantido pelo Estado assim me formei.

Seu maior desejo é ganhar uma bolsa para fazer um mestrado no exterior, onde anseia viver para melhorar suas condições materiais de vida. Seu futuro será brilhante, nos conta.

**Rosa**, de 22 anos, também recém-formada e trabalhando em outro centro de pesquisa dentro do setor estatal, é mestiça e provém de uma província rural, especificamente de um povoado das periferias. Repete-se a mesma história de uma trajetória escolar exitosa e uma família que impulsionou esse percurso apoiando Rosa, para que ela se dedicasse somente a estudar e investir em uma carreira profissional, apesar de seus pais contar com poucos recursos. Ela nos diz:

Minha família exigia que eu obtivesse as melhores notas sempre, eles são universitários e para eles era realmente importante que eu estudasse e fosse também universitária.

Fez a formatura morando longe da casa dos seus pais, em uma residência para estudantes totalmente subsidiada pelo Estado para aqueles jovens das províncias que não moram em Havana, mas decidem estudar carreiras que somente se estudam na Universidade de Havana. Uma vez formada, Rosa decidiu ficar morando na cidade e agora fica em casa de uns amigos que estão residindo no exterior. Ainda que considere sua renda alta em comparação com o salário médio do país, sente que não é suficiente para alcançar seus anseios de poder desfrutar de melhores espaços de lazer, viajar ou comprar roupa e isso é o mais difícil para ela como jovem. Ela, inclusive, depende de seus pais economicamente, porque seu salário é suficiente para se sustentar em Havana, nos conta. Foi militante da UJC, mas uma vez que começou a trabalhar desligou-se da militância. Rosa não informou no centro onde trabalha que é militante. Podia ter renunciado e dar margem no coletivo a debater as causas pelas quais escolheu deixar a militância, o que poderia ser, de fato, um debate interessante, mas não quis passar pelo processo de análise que uma demissão leva. Preferiu esconder sua militância e não assistir às reuniões, antes de decidir expor motivos e discuti-los coletivamente. Rosa afirma que para a juventude se motivar para participar tem que ser chamada pelo governo:

Sem esse chamado, a gente se cansa de ir contra o mundo e tem que ir com a maré.

Está tentando ganhar uma bolsa de estudos no exterior para fazer mestrado. Considera que os principais direitos que desfruta como jovem são o direito a estudar, trabalhar, se superar. Ser jovem em Cuba hoje significa para Rosa estar em um contínuo processo de crescimento, crescer dia a dia em todos os sentidos. Seu futuro está fora de Cuba, nas suas palavras.

Dentro do grupo dos quinze jovens entrevistados em profundidade, Alina, Isabel e Rosa têm trajetórias em geral semelhantes. Elas, nascidas nas décadas 80 e 90, são representativas de um segmento da juventude cubana que ilustra um processo de mobilidade social ascendente dentro das famílias cubanas resultado do acesso gratuito e universal à educação. Provêm de famílias de baixa renda, de bairros da periferia ou áreas rurais, mas famílias que alavancaram ou impulsionaram a formação profissional delas. As três jovens se formaram em distintas carreiras na Universidade de Havana. Centradas em seguir se superando, com uma motivação vocacional amadurecida e fortes interesses profissionais, embora já estejam trabalhando, seguem recebendo apoio financeiro de seus pais e essa é considerada a principal desvantagem que vivenciam, o salário que recebem não responde a suas expectativas.

Assim, Alina, Isabel e Rosa trazem contradições sobressalientes. Reconhecem e valorizam a oportunidade de estudar, formar-se, superar-se, contar com um emprego seguro. Para as jovens, trata-se com clareza de um privilégio garantido pelo Estado cubano. Aliás, consideram que para jovens da mesma procedência socioeconômica, em outros contextos, seria muito difícil ou impossível desfrutar desses direitos. Rosa nos afirma:

Por isso sinto amor por minha pátria e me considero ainda revolucionária, porque tenho direitos que outros jovens não têm, direito a estudar, me superar, trabalhar.

No entanto, juntamente com o reconhecimento desses valores, o baixo poder aquisitivo do seu salário, que limita a realização de desejos como se tornar independentes, ter maiores possibilidades de consumo, etc., faz com que desejem emigrar. Alina deseja emigrar somente de forma temporária e vivencia o conflito de querer “sair” para melhorar economicamente, mas ao mesmo tempo tem vínculos afetivos muito importantes e um grande sentido de pertença com o seu país.

Assim, as jovens evidenciam que a decisão de emigrar não está isenta de contradições, mas constitui um processo em que o desejo de procurar melhorias econômicas é concorrente com a vontade de ficar por perto da família, o reconhecimento dos direitos que desfrutam na sociedade cubana, o sentido de pertença e identidade com Cuba. Nesse sentido, paradoxalmente a boa formação profissional garantida pelo sistema educativo cubano é visualizada como via para conseguir emigrar e se sustentar em outro país, através dos sistemas de bolsas. Os rendimentos das suas famílias não são os mais baixos do grupo, nem seus salários.

**Frank** é um jovem de pele preta, de 26 anos e engenheiro informático que mora em uma comunidade rural periférica da cidade. A renda na sua casa sempre foi baixa:

Morava em um povoado rural onde quase todas as famílias tinham fazendas com cultivos e minha família não tinha, fui o menino com menos recursos da escola, os demais meninos levavam para o lanche um sanduíche e eu só levava um pão, isso me afetava, não me traumatizou (sorriso), mas me afetava [...] Meus pais sempre priorizaram que eu pudesse estudar, não é como em outros casos em que a situação econômica da família não é boa e você tem que deixar de estudar para trabalhar, nunca soube dos problemas que haviam nesse sentido, meus pais nunca me falaram disso.

Mora com sua mulher – que está grávida – em um bairro periférico, na casa da mãe dela e vivem do salário da mulher que não é alto. Desde recém-formado trabalhou como especialista em empresas do setor estatal. Agora está desempregado, sem receber renda. Seu salário não era baixo, mas não é suficiente e aguarda ser chamado para trabalhar em uma empresa do setor misto, na qual espera melhorar economicamente. Embora lhe assegurasse que a contratação seria rápida, faz três meses sem receber resposta dos seus futuros empregadores. Confessa-nos que sua situação atual é incomoda porque sua filha está por nascer e sente-se bastante assustado diante a possibilidade de não conseguir o novo emprego. Seu maior desejo é começar a trabalhar e que sua filha nasça saudável.

Desejaria emigrar a Estados Unidos porque, para ele, é o país das oportunidades. Na verdade, não sabe bem como se vive lá, mas já viu muitos filmes e os filmes são inspiradores, nos conta. Reconhece que estudar, viver em um país seguro e trabalhar são os principais direitos que desfrutou como jovem em Cuba. Além de situações de racismo e preconceitos vividas no contexto das relações

interpessoais, nunca sentiu que ter pele negra fosse uma limitação ou desvantagem. Gosta da política e milita na UJC.

Com Frank se produz uma inflexão na amostra, por ser homem, de pele preta, esperar o nascimento de uma filha e estar atualmente desempregado. No seu caso corrobora-se o já levantado nas entrevistas grupais, a cor da pele não é reconhecida por Frank como uma limitação na sua história de vida como estudante ou trabalhador. Circunscrito à área das relações interpessoais, o racismo é descrito mais em termos de um prejuízo vigente entre grupos sociais, influenciando as relações em determinados micro espaços, do que em termos de uma dinâmica instituída de discriminação estrutural ou institucional. Esse dado corrobora os resultados das entrevistas grupais em que os jovens informaram não se sentirem inferiores por conta da cor da pele nem discriminados em espaços formais, mas sim no contexto informal dos vínculos interpessoais.

Em geral, a situação social de Frank tem muitos aspectos em comum com a de Alina, Isabel e Rosa. Trata-se de outro caso de mobilidade social ascendente em que as expectativas de bem-estar estão em contradição com o poder aquisitivo do seu salário e isso faz com que ele deseje emigrar a longo prazo.

Ao mesmo tempo, o depoimento do jovem confirma de forma muito mais clara, o desconhecimento sobre a realidade exterior a Cuba. As fontes de informação a partir das quais ele constrói sua representação de Estados Unidos, são produtos audiovisuais da indústria do entretenimento norte-americana, fundamentalmente, o que traz à tona de novo a questão do papel da mídia e sua influência ideológica. É interessante o exemplo trazido por Frank para argumentar sua vontade de conhecer Estados Unidos. O jovem relata que assistiu um filme, vencedor de um prêmio Oscar em 2015:

O filme conta como uma jovem, mesmo estando presa, tinha cereais para dar a seu filho, enquanto eu, sem estar preso, sei que não vou poder dar esse tipo de alimentação a minha filha.

A história referida por Frank ilustra com clareza o modo como a junção entre carências materiais e uma indústria midiática de cunho mercantilista, faz com que o universo de valores e sentido de alguns jovens fique atrelado a uma noção de bem-estar entendida como a possibilidade de acesso a determinados bens materiais e padrões de consumo.

Como no caso de Alina, Isabel e Rosa, resulta interessante como a decisão sobre emigrar, não é sopesada pelos jovens desde uma perspectiva política, apesar de serem militantes de uma organização política, a única existente em Cuba para jovens, de fato, comprometida no discurso oficial, com o futuro do país. Isso faz com que pensemos no sentido que na vida dos jovens entrevistados tem a militância política, vivida mais em termos de uma participação formal do que um espaço desde possam construir sentidos em torno da vida, interpelar a realidade nacional e internacional, informar-se, agir. Além disso, a escolha sobre emigrar acontece com um notado desequilíbrio com relação à informação que se tem sobre Cuba e o exterior. Nesse sentido, o privilegiado quanto ao que é entendido por “viver melhor”, em alguns casos, diz respeito a um determinado contexto de valores em que o consumo tem adquirido um papel predominante.

Com **Umberto** se produz uma inflexão mais significativa. Ele é um jovem de pele branca, de 28 anos que trabalha como segurança em uma entidade militar. Considera que sua renda é de média a baixa. Está casado e tem uma filha pequena. Mora com sua mulher, sua filha e sua sogra na comunidade. Informa-nos que é quem sustenta economicamente a sua família e por essa razão o dinheiro que ganha não é suficiente. Umberto deixou seus estudos antes de concluir o nível pré-universitário:

O salário de meus pais era baixo, além de que sempre tive problemas de caráter, [...] o divórcio dos meus pais foi um processo difícil para mim...[...] quando adolescente tentei suicidar-me [...] como meus pais eram militares quiseram que eu estudasse em uma escola militar, eu não gostava da disciplina militar mas escolhi esse caminho por influência deles, cheguei a ser muito bom com relação à formação militar, mas era muito ruim nas matemáticas e reprovava, deixei a escola, não queria seguir assistindo, não podia me comprar nada, queria trabalhar, meus pais se incomodaram com minha decisão, foi bem difícil para mim, uma mudança grande, mas eu queria melhorar, ser independente economicamente.

A partir daí Umberto incursionou como subempregado em vários negócios no setor não estatal, formando uma lista de subempregos de caráter informal e muito instáveis, em nenhum caso com inscrição ou afiliação. Em alguns empregos obteve bom salário, mas a instabilidade o levou a procurar um emprego dentro do setor estatal. Agora se sente bem no seu trabalho e nos conta as causas:

Tenho mais estabilidade, menores salários, mas mais tranquilidade. [...] a primeira vantagem es que ninguém duvida como você consegue o dinheiro.

Quando Umberto esteve trabalhando informalmente no setor não estatal, em algum momento, se sentiu questionado socialmente pela origem dos seus rendimentos. Seu maior temor é não conseguir as coisas que necessita para sua família e sua filha e, em segundo lugar, as mudanças no país. Sua única desvantagem atualmente é não ser universitário, porque suas capacidades não são reconhecidas no seu contexto de trabalho pelo fato de não ter um diploma, apesar de ter os conhecimentos, segundo nos informa. Seu principal anseio é poder cuidar de sua filha sempre e melhorar economicamente. Não milita em organizações políticas mas gosta da política que, para ele, significa dizer o que pensa. Se considera revolucionário porque, mesmo reconhecendo muitas limitações, acha que os cubanos têm muitas coisas a agradecer. Sente que o melhor do socialismo é o direito à saúde, escola, solidariedade entre as pessoas, coisas que não existem em outros países onde cada um só pensa em si mesmo, nos diz.

No caso de Umberto a inflexão está dada pelo fato dele não ser universitário e trazer uma história de abandono da escola, aliás, não declara o desejo de emigrar. Em contraste com as entrevistas grupais, nas que uma parte dos jovens, sem exceção uma parte dos mais novos, falam não se importar por cursar estudos superiores e estar mais interessados em ganhar dinheiro, no caso do Umberto e o resto dos jovens entrevistados individualmente, como se verá logo, estudar na universidade, sobretudo, ter um diploma da universidade, é altamente valorizado.

Tanto Frank como Umberto gostam da política e, dos jovens entrevistados, são os que expressam uma noção de política próxima a uma prática de crítica comprometida com a vida cotidiana. Não obstante o declarado não mobiliza o comportamento nesse sentido, já que ambos os jovens relatam como em seus contextos de trabalho, em que diferenças geracionais e de cosmovisões são muito marcadas entre uns grupos e outros, o clima de censura é maior, preferem calar para não se buscar problemas e evitar o confronto.

**Yamila** tem 26 anos, mora na comunidade, tem pele branca e é técnica médio em computação. Suas principais desvantagens são não haver estudado na universidade, sobre isso nos relata:

O tentei duas vezes, mas reprovei o exame vestibular.

Nas suas palavras, outras desvantagens são ter crescido em um bairro marginal e a situação econômica de sua família:

Tive que começar a trabalhar para ajudar a minha família porque só contávamos com o salário da minha mãe, [...] depois que comecei a trabalhar não tive forças para dedicar-me a estudar de novo, não me esforcei suficiente [...] dediquei-me a meus hobbies.

Trabalhou em várias empresas dentro do setor estatal, onde chegou a sentir-se realizada porque desfrutava suas funções como especialista na área comercial e de atenção aos clientes. Seu salário não era baixo com relação à média nacional. Deixou esse setor para investir em uma empresa não estatal com seu parceiro, que é desenhista industrial. Agora dirigem um pequeno grupo de desenho de ambientes interiores. Sente uma grande motivação porque seu novo trabalho é muito criativo, as rendas são melhores – embora que sejam instáveis – e além disso eles têm muita autonomia para se organizar. A principal desvantagem desse novo empreendimento tem a ver com a instabilidade:

Às vezes tem muito trabalho que fazer em um mês e depois tem três meses sem trabalho.

Outra limitação é a dificuldade para o acesso à internet:

Trata-se de um trabalho profissional muito específico, que nos demanda estar o tempo todo nos atualizando, buscando novos programas.

Sente medo sobre o curso incerto do novo contexto de transformações, que as coisas piorem e não poder viver do seu trabalho como agora. Gosta do seu país quanto à forma das pessoas se tratarem. Os principais direitos que tem desfrutado como jovem são o direito à educação, saúde de graça, a segurança que há em Cuba que outros países não têm. Seu principal desejo é continuar trabalhando e seguir investindo na nova empresa porque é uma oportunidade de avançar, criar, aumentar as rendas, mudar-se a outro bairro com melhores condições e ser mãe. Não milita em organizações políticas nem gosta da política.

Uma das questões mais interessantes que traz Yamila, em comparação com os jovens participantes das entrevistas grupais e outros jovens entrevistados individualmente que a seguir veremos, tem a ver com a diferença entre aqueles envolvidos no setor não estatal como empregados e os que são 'donos' dos seus próprios negócios. A experiência narrada por Yamila sobre as possibilidades de inovar, se auto-organizar, administrar recursos, etc. evidencia um cenário de oportunidades que para aqueles empregados nesse mesmo setor se reduz a benefícios econômicos que os levam a preferir esse tipo de atividade. Isso nos faz

pensar na importância de encaminhar as pesquisas sobre juventude e novas formas de gestão econômica em Cuba para além do uso da categoria de 'cuentapropistas' como categoria homogeneizadora que contribui para eclipsar um conjunto de condições diversas, e às vezes, contrapostas, atravessando a condição dos jovens envolvidos no setor.

Essa questão das diferenças entre os distintos atores laborais se torna mais complexa quando não existe nem inscrição nem filiação ao Sistema de Segurança Social e os jovens contratados trabalham sem um contexto de garantia de direitos. É claro que os termos usados pelo discurso oficial respondem a dilemas políticos mais do que científicos, já que o discurso atribui significados à realidade. Assim, nomear, em Cuba, a emergência de atores diferentes respeito à propriedade tem uma conotação política. Se a ciência não pode ignorar tais dilemas, o saber científico deve abrir zonas de sentido para fazer inteligíveis as contradições que emergem no novo contexto.

**Sofia** é uma estudante universitária de 21 anos e pele mestiça. Mora com sua mãe, seu irmão e seu tio, na comunidade. Sua casa é pequena e tem más condições estruturais, na verdade, ela mora em um 'solar'. A renda da sua família é baixa. Está focada em concluir sua formatura e sente que sua maior desvantagem tem a ver com não poder trabalhar até isso acontecer, é uma limitação de tipo econômica, não consegue trabalhar e estudar ao mesmo tempo e prioriza os estudos:

Como não trabalho e o dinheiro que me dão na universidade<sup>48</sup> não é suficiente, não posso acessar as mesmas coisas que aqueles que trabalham, e não estou falando de oportunidades de lazer senão de contribuir para as rendas familiares e, sobretudo, ser autônoma [...]. Gosto muito de ser estudante, [...] é o que sempre fiz desde muito nova, estudar, [...] os estudantes universitários são o melhor da juventude cubana, tem quem diz que a juventude está perdida, mas não acredito nisso, porque nós somos o futuro do país.

Outra desvantagem para ela é morar na sua comunidade:

Na verdade, é uma comunidade do centro, com muitos hospitais por perto e próxima a muitas linhas de transporte, mas é um local atrasado, com más condições habitacionais, não conta com muitas instituições, o jeito das pessoas dificulta o convívio, tem muito pessoal desempregado, as ruas estão em mau estado, o lixo, às vezes, fica na rua [...].

---

<sup>48</sup> O Estado entrega mensalmente a cada estudante da Educação Superior uma quantidade efetiva não reembolsável de dinheiro como apoio financeiro. A quantidade aumenta de um ano letivo a outro.

Sofia espera trabalhar como professora na Universidade na mesma Faculdade em que se formou. Já foi aprovada por sua trajetória como estudante e seu labor em apoio à docência como monitora em várias matérias.

Cada estudante quando formado tem uma vaga garantida pelo Estado e cada ano aproximadamente 6 jovens recém-formados na sua carreira ficam como professores na universidade.

Sente-se feliz por formar parte do “povo cubano”, nas suas palavras, e gosta de viver em Cuba. Não milita em organizações políticas. Não sente riscos nem temores com respeito ao futuro, que espera seja melhor do que seu presente e seu passado, nos informa. Seus maiores anseios são concluir sua formatura, começar a trabalhar e poder conseguir as coisas que deseja com o seu salário, melhorar economicamente para poder ajudar a sua família e construir sua própria família.

Por sua vez, **Nina** é também estudante universitária, tem 20 anos, pele branca, mora na comunidade com sua mãe e o parceiro da sua mãe. Devido à renda na sua casa serem baixas, ela trabalha ao mesmo tempo que estuda e isso é um apoio importante para sua família:

Assim consegui comprar algumas coisas que estávamos precisando na casa, como a máquina de lavar e arrumamos outras, como o teto, que estava muito ruim.

Mas, a maior vantagem de trabalhar para ela é poder ser autônoma e cobrir seus próprios gastos sem depender de sua família. Trabalha no setor não estatal, como garçoneiro em um restaurante privado de luxo. No entanto, não deixa de estar centrada na sua formação:

O centro de toda minha vida sempre foram os estudos, desde o ensino primário até agora na universidade. [...]. Minha mãe sempre se esforçou muito para que nada interferisse com minha formação e minha vida toda girava em torno da escola, meu círculo de amigos, a organização do meu tempo, tudo [...].

Para ela, o trabalho no setor dos serviços é provisório:

Não me identifico com os 'cuentapropistas', meus verdadeiros sentidos pessoais pertencem ao mundo dos intelectuais.

Nos empregos no setor não estatal, nesse ramo em que ela trabalha, percebe-se como algo comum o abuso verbal dos proprietários com os seus empregados. Ela nos conta que eles maltratam o pessoal e só pensam em ganhar dinheiro. A maior desvantagem para Nina é a forma em que está organizada a

estrutura ocupacional em Cuba, que faz, segundo ela, com que profissionais e intelectuais não consigam viver de seu trabalho e tenham que estar explorando outras vias para buscar dinheiro.

Outra desvantagem é o bairro onde mora:

Não tem nada a ver comigo, os vizinhos são fofoqueiros, não interajo com eles, tem delinquência, é muito marginal.

Por último, também sente como uma desvantagem que não exista um contexto legal que ampare os matrimônios gays e a possibilidade de constituir uma família própria com sua parceira. Em termos gerais, ela sente uma grande discriminação contra o mundo lésbico entre a população, inclusive dentro do contexto intelectual.

Seus maiores anseios são concluir sua formatura e emigrar com sua parceira em busca de um lugar mais favorável para construir sua própria família e receber uma remuneração de acordo com sua formação profissional. Depois de trabalhar no setor não estatal, como obreira, diz reconhecer as desvantagens do capitalismo:

É um sistema baseado na exploração do trabalho dos obreiros, mas, em uma sociedade capitalista, eu, com minha formação, não seria obreira, poderia trabalhar como profissional e minhas condições de vida seriam muito melhores.

Segundo nos conta, o principal direito que tem desfrutado como jovem em Cuba é o acesso sem restrições à educação, apesar de ser filha de uma dona de casa e um pai ausente.

Nina expressa estar ciente do lado negativo do capitalismo a partir da sua experiência de trabalho no setor não estatal, como se o que acontece no micro-setor não estatal em Cuba – circunscrito a atividades muito específicas dentro do ramo dos serviços fundamentalmente – no que se refere à relação específica entre proprietários e empregados, em um contexto em que o estado segue sendo o dono único dos meios fundamentais de produção com uma regulação muito forte da atividade econômica, representasse, de fato, a complexidade dos processos econômicos, políticos, sociais, culturais em que se desdobra o capitalismo nas sociedades contemporâneas. Para qualquer um informado o “lado ruim do capitalismo” não se resume só às manifestações –indesejáveis – de relações laborais contrapostas aos valores de respeito e equidade velados através de diversos mecanismos, até culturais e idiossincráticos, nos contextos estatais. Ela,

apesar de conhecer o “lado ruim do capitalismo”, declara sua vontade de morar em uma sociedade capitalista porque graças a sua formação nunca seria obreira e “viveria muito bem”, nas suas palavras, o que evidencia a identificação com um sistema de valores individualistas, em que a mobilidade social ascendente se explica com base no talento e esforço individuais, mais do que em processos coletivos de construção e busca do bem comum, apesar de que um modelo de sociedade baseado no esforço coletivo garantiu sua formação, como reconhece. A narrativa de Nina é a expressão mais clara da existência de um *ethos* de classe média dentro do imaginário de alguns setores altamente escolarizados da juventude cubana.

**Ana** é uma jovem de pele preta que também mora na comunidade onde estivemos imersos. Ela tem 17 anos e estuda no pré-universitário. A renda da sua família é muito baixa e mora com sua mãe – que é presidenta de um dos CDR da Comunidade - e sua avó, em uma casa em mau estado. Mãe e avó têm grandes expectativas com a formação de Ana e esforçam-se para que Ana possa se estudar sem ter que trabalhar. Seu pai está preso e desde então as relações com ele são muito distantes. Sua maior desvantagem é a baixa renda da sua família:

Gostaria de ter coisas que não posso comprar: roupa, sapatos, perfumes. Não tive a festa que queria quando meus quinze anos, com traje, balés, mariachis, como vi que outras meninas do meu grupo na escola sim tiveram.

Ela era líder da FEEM na sua escola, mas quando as atividades da organização começaram a interferir com as atividades docentes abandonou a liderança para não prejudicar seu rendimento. Seu maior anseio é estudar na universidade uma carreira que possa garantir melhorias nas suas condições de vida e sente-se esperançosa com relação a esse projeto pessoal. O mais importante para ela são sua família e os estudos. Considera que poder estudar o que deseja sem ter que pagar é um direito que desfruta pelo fato de viver em Cuba, porque amigos que moram em outros lugares lhe contaram que estudar uma boa carreira é caro.

Ana não deseja emigrar, mas viver no seu país e poder visitar outros países para conhecer, superar-se. Considera que o Estado ajudou a sua família, quando sua antiga casa se desmoronou. Depois de um furacão, o governo deu-lhes o local onde agora moram e um auxílio para repará-lo. Para Ana, a juventude é o melhor, é uma oportunidade para fazer o que ela quer. Nos conta que ser jovem em Cuba hoje constitui um desafio:

Como falado pelo Obama, os jovens têm que lutar pelo futuro que desejam para o país.

A referência de Ana ao discurso pronunciado por Obama constitui a primeira ocasião em que um discurso oficial é citado nos depoimentos dos jovens. A data da entrevista coincidiu com a visita do presidente à ilha. Trata-se do discurso pronunciado por ele, em Havana, em março de 2016. O discurso esteve dirigido ao “povo cubano” e, em especial, aos jovens, “os que construirão algo novo, porque o futuro de Cuba tem que estar nas mãos do povo” (OBAMA, 2016).

Depois de Ana, outros jovens entrevistados também fizeram referência à visita do Obama, em que declarando-se como o modelo de ‘self-made man’ assume o papel de embaixador do ‘sonho americano’, e declara, entre outras coisas, que “a maior evidência do que o povo de Cuba é capaz de fazer é Miami” (OBAMA, 2016), bem como flerta com os cubanos com alusões a importantes símbolos de ‘cubania’ com citações de versos de José Martí<sup>49</sup>, comentários sobre beisebol<sup>50</sup> e música, aparição em um programa humorístico de grande audiência nacional, uso de gírias cubanas, etc. Se bem o discurso foi fortemente criticado pela mídia oficial, organizações políticas e de massas em Cuba, Ana e outros jovens entrevistados o citam positivamente.

No depoimento de Ana, coexistem o reconhecimento dos direitos garantidos pelo Estado cubano e a identificação com o chamado de Obama aos jovens, precursor de uma mudança e porta voz de um sistema de valores antagônicos. No caso específico de Cuba, para aqueles que sustentam a política de serviços e direitos universais inalienáveis, que Ana celebra, a saber, foi um discurso de marcado cunho anexionista e meritocrático.

É claro que o mandatário estadunidense jogou o tempo todo com uma questão chave, a saber, as limitações existentes em matéria de participação dentro do sistema político cubano. O fato de não existir nenhuma reflexão a respeito disso por parte de Ana ilustra as contradições presentes nas argumentações da jovem. Como elaborar o desejo de poder participar mais no curso da vida política do país, e fazer algo a respeito disso, sem assumir como referência um discurso anexionista, que usa o tema da democracia, mas que no fundo, é um discurso autoritário, sem

---

<sup>49</sup> Herói Nacional de Cuba, um dos símbolos de cubania mais aceitados sem importar posições ideológicas ou políticas.

<sup>50</sup> Esporte nacional.

que exista necessariamente uma real intenção de fazer com que a sociedade cubana desfrute de maiores possibilidades de democratização.

Por outro lado, a identificação dos jovens com o discurso do mandatário e a facilidade com que a mensagem dele penetrou o imaginário juvenil mostra a ausência ou o desgaste de outras referências desse tipo. Obama apelou a uma linguagem muito mais próxima do universo de sentido dos jovens e fez uma convocatória atrativa para eles: vocês são os que devem decidir, vocês podem participar. Nesse sentido, o efeito positivo que teve o discurso do mandatário poderia estar indicando as carências que os jovens experimentam em termos de oportunidades efetivas para a participação. Não adianta não levar em conta essa análise e assumir automaticamente que, assim como alguns jovens e membros das organizações políticas juvenis, entrevistados na televisão nacional, rejeitaram o discurso do presidente estadunidense, todos os jovens o rejeitaram também. Existe uma heterogeneidade de critérios e pontos de vista, e é necessário levar em conta essa diversidade, como indicador de dinâmicas muito complexas que devem ser abordadas com franqueza, se quisermos tratar a fundo a questão da participação política.

Sobressaem assim, nos depoimentos de ambas as jovens, Nina e Ana, como no caso dos jovens anteriores, a existência de critérios políticos, emergidos da maneira em que vão tentando elaborar um campo de experiências contraditórias, composto por suas vivências no dia-a-dia e referências midiáticas que promovem determinados valores e estilos de vida. O modo como influências mediáticas e sentidos sustentam processos de tomada de decisões bem como critérios políticos também se evidencia nos depoimentos de Erick, o jovem cuja trajetória apresentaremos a seguir.

**Erick** tem pele mestiça e 23 anos. Mora na comunidade em uma casa com más condições construtivas dentro de um “solar”. Sua mãe é enfermeira e tem uma renda muito baixa. Abandonou os estudos no terceiro ano da carreira de engenharia informática, na modalidade de curso para trabalhadores, em parte porque estava trabalhando em dois empregos ao mesmo tempo, o que se tornava cansativo e, em parte, porque perdeu a motivação para seguir estudando e negligenciou sua formação. Agora Erick está tentando retomar os estudos novamente:

Desejo ter um diploma para ser alguém. Tenho essa dívida com minha mãe.

Depois de vários empregos no setor estatal como professor de computação e técnico em informática, empreendeu um negócio como reparador de óculos em busca de melhoras econômicas, porque o salário não era suficiente e se sentia estagnado:

Nesse trabalho era meu próprio chefe, ninguém determinava meus horários e os ganhos eram somente para mim, mas era muito instável. Às vezes, tinha clientes e às vezes não, [...]. Outra dificuldade era a falta de mercadoria necessária para fazer as reparações.

Cansado da instabilidade neste empreendimento, passou ao emprego atual. Erick está contratado ilegalmente –“à esquerda”- dentro do setor estatal, em particular, em um bar-restaurante de um emblemático hotel de luxo da cidade. Não é a primeira vez que trabalha desta forma, quando estudante universitário também trabalhou como pessoal de suporte de um grupo musical sem contrato legal. No seu emprego atual, recebe uma alta remuneração e se ocupa de trabalhos de manutenção e limpeza que os empregados legalmente contratados – que recebem maiores rendas – não querem fazer. Erick nos confessa:

Sou um fantasma, um cara que faz o trabalho sujo, que nem existe.

Não está satisfeito com suas condições de trabalho:

É um trabalho duro, mas quando olho para minha casa e as más condições da habitação sei que tenho que seguir trabalhando.

A maior desvantagem para ele tem sido a baixa renda da sua família, o que fez com que “queimasse etapas”, segundo conta, e desde muito jovem começasse a trabalhar sem tempo nem recursos para desfrutar de espaços de lazer como muitos de seus coetâneos. Os principais direitos que desfrutou são o direito a estudar e trabalhar. Seu maior temor é perder seu trabalho.

Deseja reparar sua casa e melhorar as condições econômicas da sua família. Também anseia conhecer, dentro de seu ambiente de trabalho, alguma estrangeira para emigrar e assim melhorar suas condições de vida. Para Erick, o exterior é o lugar das oportunidades:

Meu futuro é fora de Cuba, não sei onde nem como, mas será sempre ir para frente.

Gosta muito do Brasil, Brasil o cativa, visitá-lo algum dia é um sonho. A única referência que tem do Brasil como terra de oportunidades são os romances da Globo transmitidos pela televisão cubana:

Brasil é música e samba, paisagens lindas, mulheres gatas dançando na beira da praia quase nuas, futebol.

Por sua vez, **Roberto** é um jovem de pele negra, 29 anos, que mora na comunidade, em uma casa em más condições, com sua mãe, uma tia e um tio alcoólatra. Sua renda é baixa. Gosta da comunidade porque, segundo nos conta, os vizinhos se dão bem, como família. Deixou de estudar depois do ensino médio quando seu pai morreu, a família ficou em uma situação econômica muito difícil, sua tia e mãe não trabalhavam e não recebeu apoio da sua família para seguir estudando:

Tive que sair buscando dinheiro, ir para a rua, eles não me podiam ajudar.

Trabalhou no setor estatal como técnico de computação e como chefe de segurança em uma escola técnica. Esteve preso três anos por uma infração e agora trabalha como vendedor de objetos religiosos em uma loja particular no setor não estatal na própria comunidade, onde sente que tem melhores condições de trabalho e recebe um salário maior do que no setor estatal. Já esteve inscrito e afiliado ao Regime de Segurança Social mas cancelou sua inscrição para evadir o pago de impostos à ONAT<sup>51</sup>. Informa-nos que seu maior temor é cometer um novo erro e voltar à prisão.

Às vezes, vai a discotecas onde fica com estrangeiras por dinheiro ou procurando estabelecer um contato para poder viajar:

Gosto de viver em Cuba mas desejaria sair para comprar mercadoria e voltar para vendê-la, esse é um negócio que está dando dinheiro.

Conta-nos que sua principal desvantagem é não haver continuado seus estudos, já que isso limita suas possibilidades. Quanto aos direitos, diz que não se pode queixar nem material nem espiritualmente, somente considera que não tem suficiente liberdade para se expressar, acha que, sobretudo, pelo fato de não seguir estudando e não participar de assembleias, reuniões, coisas desse tipo que os estudantes fazem, nas suas palavras. Pratica a 'Santería' e tem recebido a 'Mano de Orula':

---

<sup>51</sup>Secretaria Nacional de Administração Fiscal.

Já recebi provas de tudo tipo.

Deseja estudar idiomas. Seu futuro será “grande”, nos conta.

**David** é um jovem de pele negra e 24 anos, mora na comunidade em uma casa em mau estado. Sua renda e a de sua família é baixa. Conta-nos que seu salário não é suficiente. Não continuou estudando depois do ensino secundário. Trabalhou no setor estatal como segurança em escolas técnicas e atualmente segue vinculado ao setor estatal, mas, como Erick, sem contrato, ilegalmente. Está empregado como pessoal de apoio de um grupo musical famoso. É um emprego instável, já que cada vez que o grupo viaja ele fica sem trabalho.

Sua principal desvantagem considera que é a falta de recursos econômicos que faz com que seja difícil resolver coisas básicas como a alimentação diária.

Meu maior desejo é construir minha própria família e emigrar, abrir caminho, para poder melhorar economicamente, mas não tenho como.

Para David, ser jovem é a maior das oportunidades. Seu principal temor é não poder construir sua própria família, bem como ver-se envolvido em alguma infração, seguir maus passos, ir preso. Antes pertencia à UJC, mas se desligou da militância e sente que já não tem nada a ver com isso. Pratica a 'Santería' e há pouco tempo recebeu a 'Mano de Orula'. O principal direito que desfruta é poder trabalhar, já não ter dinheiro é um direito que não desfruta. No que se refere a seu futuro:

Espero ver uma luzinha no meu caminho e poder contribuir para melhorar as condições de minha família.

No caso de Erick, Umberto e David parece existir uma associação entre estar desvinculado de empregos formais e o afastamento das organizações. Fica claro como a ocupação é um critério chave determinando as oportunidades e os desejos dos jovens se integrar e participar das organizações existentes. Existem organizações de base na comunidade, mas os jovens declaram abertamente que não desejam participar. A apatia deles pelas questões políticas é marcada, não desejam falar de questões políticas, nem se envolver nos espaços de participação existentes. Para eles, as decisões sobre o curso da vida do país são tomadas de acima para baixo e não faz sentido participar. Nota-se nos depoimentos dos jovens um incomodo pela centralização da direção política do país.

**Javier** tem 20 anos, pele branca e mora na comunidade. Não estuda nem trabalha e a renda da sua família é baixa, ainda que sua casa não tenha um mau

estado construtivo. Sua mãe não trabalha, seu pai é o único a sustentar a família. Deixou a escola no terceiro ano do pré-universitário por falta de motivação, somente sentia interesse pelas festas, saidinhas com os amigos e começou a reprovar. Conta-nos que nunca foi disciplinado nem esforçado nos estudos e hoje se arrepende disso. Agora está fazendo os trâmites para começar a estudar de novo:

Sem um diploma de nível médio, no mínimo, é difícil conseguir um melhor emprego e não ser explorado no setor não estatal.

Há pouco tempo estive trabalhando sem afiliação como garçom em um hotel de luxo no setor não estatal:

Não gostei de como era tratado pelo dono do negócio, sentia-me pressionado. Pedi demissão. No setor não estatal os donos tendem a abusar.

Às vezes um amigo que trabalha em uma empresa do setor estatal o chama como pessoal de apoio, também sem contrato legal, mas é algo muito intermitente. Seu pai trabalha como mecânico e precisa de ajuda, poderia ser um emprego, mas conta-nos que ele não gosta de ficar sujo.

O principal direito que tem é o direito a estudar, viver em um país seguro e se divertir, porque aqui em Cuba os jovens se divertem, nos conta. Seus principais desejos são estudar de novo, conseguir um bom trabalho e emigrar em um futuro aos Estados Unidos. Não quer falar nada de política, porque para ele a política é “hipócrita” e “suja”, nas suas palavras. Nos conta que teme não conseguir seus sonhos.

**Raydel** é um jovem de 17 anos, de pele mestiça, mora com sua mãe na comunidade, em uma casa em mau estado construtivo e a renda da sua família é muito baixa. Deixou de estudar depois do ensino secundário e agora trabalha como ajudante de cozinha em um centro estatal. Seu salário é muito baixo e não gosta do que está fazendo. Raydel apenas fala, sua mãe que quis estar presente na entrevista intervém o tempo tudo respondendo por ele.

**Maria** é uma jovem de 25 anos, de pele negra, mora na comunidade com sua filha pequena, recém-nascida e sua mãe, não tem emprego. O salário da mãe, que é professora do ensino básico, é o único sustento da família. Ela concluiu o ensino médio e trabalhou como professora 8 anos no ensino básico, mas o deixou porque o salário era baixo e não era suficiente, sentia que as exigências eram muitas. Depois, conseguiu um emprego no aeroporto, o salário era muito melhor, mas trabalhava de

noite e era muito cansativo, ela não gostava do horário. Antes do nascimento da sua filha trabalhava sem contrato em um negócio não estatal de artesanatos:

Ali o emprego é instável, às vezes, tem trabalho, às vezes não, porque o não estatal é assim, muito instável. No entanto, no futuro penso voltar porque o salário do Estado não é suficiente.

Para Maria tudo é uma desvantagem, mas o mais difícil é não ter dinheiro, porque ela acha que tudo está muito caro, e apesar de ser jovem não sai a nenhum lugar, sente que não tem oportunidades, nos conta. O que mais deseja é ter saúde e sua própria casa, mas não vê possibilidade desse último acontecer, somente se acontecesse um milagre, nas suas palavras. Segundo nos informa quando perguntada sobre questões políticas, não milita em organizações políticas nem participa em organizações de massa:

Eu nem assisto o noticiário.

No caso de Javier, Raydel e Maria, repete-se a mesma condição de estar totalmente desligados de qualquer espaço de participação e debate, bem como o mesmo desinteresse pelas questões referidas à política. Ao contrário dos jovens anteriores, em que opiniões são trazidas em um sentido mais positivo ou mais crítico, os jovens parecem estar totalmente por fora não somente de um espaço de debate formal, mas de qualquer tipo de preocupação a respeito. Maria, mãe de uma criança pequena e sem emprego, apresenta um quadro em que se acentuam indicadores de efeitos da vulnerabilização mais marcados que para o resto dos jovens entrevistados. No entanto, o sustento da sua mãe mostra, uma vez mais, o papel tão significativo que a família tem como protetora dos jovens, na maioria dos casos entrevistados.

O primeiro aspecto que queremos destacar na análise é que as trajetórias descritas pelos jovens mostram um evidente padrão de heterogeneidade que coexiste com aspectos comuns, ainda que essa pesquisa intencionalmente esteja deixando de fora da análise jovens de alta renda, morando em locais privilegiados da cidade. Essas juventudes diversas surgem à tona com um cenário social reestratificado, que traz luz sobre outras formas de ser jovem, para além de ser estudante ou trabalhador do setor estatal – totalmente integrado – ou marginal – totalmente excluído.

Se formos comparar as trajetórias de Alina, Isabel, Rosa, Ana, Frank, Yamila, Nina, Sofia, com as de Maria, Raydel, David, Roberto, Javier, poderíamos identificar dois polos ou tendências diferentes quanto a questões como formação profissional, ocupação, renda – mesmo que todos sintam e declarem como principal desvantagem que o dinheiro com que contam não é suficiente para alcançar suas metas pessoais. Contar com uma boa formação destaca-se como um fator chave para determinar as possibilidades dos jovens diante o cenário de transformações e relativiza muito suas condições. Por exemplo, Frank está desempregado, mas é engenheiro informático e suas possibilidades de conseguir uma contratação melhor ainda que a que já tinha, são muito maiores que as possibilidades de melhorar de Roberto, quem já tem emprego, mas é um emprego informal, sem possibilidades de superação e cujas perspectivas de melhoras são se dedicar ao negócio de venda de mercadoria, que é, de fato, ilegal. Ou, por exemplo, as jovens formadas, com empregos no setor estatal dizem ter salários menores que aqueles trabalhando na informalidade, mas seus rendimentos são estáveis, desfrutam dos sistemas de garantias do setor estatal, as famílias as apoiam e, ainda, suas perspectivas de emigrar estão respaldadas por uma boa formação profissional.

Talvez Alina e Maria representem as posições mais extremas. Mas, de modo geral, as trajetórias desveladas dizem respeito a processos de integração e exclusão que se misturam e coexistem de forma complexa. Nem sempre os jovens identificam a si mesmos em polos extremos. A maioria deles, com exceção de Maria, mesmo sentindo que em alguns sentidos estão integrados dentro de uma estrutura de oportunidades sociais, simultaneamente sentem que carecem de outras oportunidades e vice-versa.

Aparecem problemáticas vinculadas à juventude com base nas experiências de vida, situadas nos novos contextos dentro da sociedade cubana. A nosso entender, cada vez torna-se mais importante colocar em perspectiva essa diversidade nas pesquisas sobre juventude cubana. No caso particular dos jovens entrevistados, aqueles que estudam ou trabalham no setor estatal estão muito mais integrados nas organizações existentes e nos espaços de debate público enquanto aqueles que somente trabalham no setor não estatal como empregados, participam e reconhecem menos tais espaços para, finalmente, a situação se tornar mais crítica no caso dos jovens totalmente desvinculados, empregados informalmente ou vinculados a atividades ilícitas.

Levando em conta essa diversidade que se torna visível nas trajetórias de vida, vamos analisar em profundidade as quatro categorias que emergem como questões essenciais trazidas pelos jovens, a respeito dos modos de subjetivação: formação profissional ou escola, inserção laboral ou trabalho, participação política e desejos respeito ao futuro.

Antes de passar à análise mais transversal por categorias, queremos nos referir a algumas questões mais gerais quanto à perspectiva da análise. Jovens como sujeitos do ensino, dentro das instituições educativas, como membros das organizações políticas e de massas, como trabalhadores em prestação de serviço social dentro dos centros de trabalho, como sujeitos no discurso político e das políticas sociais, como membros das famílias, são tratados como indivíduos a serem protegidos e, ao mesmo tempo, guiados, orientados, na maioria dos casos. Se bem o sentido paternalista e protecionista que prevalece nas instituições cubanas, entre elas, a família, respeito aos mais novos, constitui um apoio importante no percurso deles, e condiciona o desfrute de importantes direitos, por outro lado, limita as possibilidades de enfocá-los como sujeitos capazes de decidir, opinar e agir autonomamente para além do que as gerações mais velhas consideram que é melhor.

Depoimentos, tanto grupais como individuais, ilustram a tendência dos jovens quando perguntados a trazer para a entrevista – como espaço de diálogo – seus pontos de vista de forma crítica, aberta, em torno da sociedade cubana atual. Com exceção de Raydel, que apenas falou por si mesmo, o resto dos jovens deram sua opinião sobre as questões perguntadas, mesmo quando se tratou de temas que lhes provocavam insatisfação, apatia, rejeição, essas emoções também foram frontalmente expressadas.

A questão dos valores como um dos aspectos que incidem nos processos de tomada de decisão dos jovens também sobressai nas entrevistas. Valores entendidos não como conteúdo de caráter essencialista, transcendente ou imutável, senão como sentidos subjetivos que vão se construindo e desconstruindo à tona, de forma orgânica, com as condições concretas de vida, situação social, experiência cotidiana dos jovens entrevistados, a saber, o que eles valorizam, o que faz sentido para eles.

Ficou claro para nós que tais pontos de vista e valores estão na base dos reais processos de tomada de decisões ao longo de seus percursos biográficos,

evidenciados o tempo todo na fala dos jovens: continuar estudando ou abandonar a escola, somente estudar ou estudar e trabalhar ao mesmo tempo, trabalhar no setor estatal ou se aventurar no setor não estatal, se inscrever e se afiliar ao Regime de Segurança Social no setor não estatal ou trabalhar de forma informal, se vincular a atividades ilegais ou não, participar nas organizações políticas ou não, participar de forma acrítica ou colocar abertamente o critério próprio, permanecer em Cuba ou emigrar, quais meios de comunicação consultar para se informar, em quais acreditar, qual o sentido que o bem-estar tem, qual bem-estar.

Não se trata evidentemente, segundo a fala deles, de um contexto em que seus critérios estejam padronizados e alinhados com o discurso oficial. A participação nas organizações existentes não é obrigatória, a mídia à que tem acesso não é só a mídia oficial, o setor em que podem se empregar não é só o setor estatal, o contexto em que podem tracejar o futuro imediato não é só Cuba, a saber. Os jovens estão perante um contexto de escolhas, que se desvela na fala deles com uma qualidade especial; é um contexto também altamente contraditório. Não encontramos um grupo vulnerável no sentido de não perceber opções e, talvez por isso, o sentido da condição juvenil para eles, longe de representar uma vulnerabilidade é, de fato, “a maior vantagem”, nas palavras deles.

A própria frase repetida pelos jovens, com exceção de Raydel e Maria, quando perguntados sobre a juventude, a saber, “é a melhor etapa”, “é o melhor que a gente tem”, bem como as perspectivas sobre o futuro, que “será bom”, “será excelente”, “será tudo o que eu me propor”, evidenciam o quanto a maioria dos jovens estão ligados com decidir o que fazer perante o contexto e o clima emocional em que se dá essa ligação. Aliás, não nos deparamos com um processo de tomada de decisões que possamos descrever como racional, já que depoimentos mostram processos totalmente situados, encarnados, em curso ou em pausa, interrompidos, retomados, relacionais, controversos, influenciáveis, sempre atravessados por emoções, riscos, cheios de incertezas. Não se trata de escolhas racionalizadas, senão que vão se experimentando e construindo aos poucos.

Castro (2010, p. 19) aponta que,

Jovens são sujeitos que se constroem nas condições objetivantes da história e da cultura [...], objetivantes porque cada indivíduo está situado no âmbito de discursos sociais e condições materiais frente aos quais algumas opções são possíveis. Considerando um escopo determinado de condições simbólicas e materiais de existência, as escolhas vão tornar efetivas determinadas circunstâncias na vida dos indivíduos. Assim, percursos de

vida diferentes vão sendo traçados e construindo as experiências de cada um.

Para compreender como os jovens participantes dessa pesquisa estão vivenciando o contexto cubano, nos vimos forçados a nos distanciar de uma noção de jovens como grupo a ser assistido ou guiado. Ficou evidenciado que se trata de sujeitos com critérios próprios, decidindo, agindo quanto ao seu dia-a-dia, assim como investindo no seu futuro. Qual o sentido que tais escolhas, agencia, investimentos têm, é a questão fundamental que estamos analisando.

No entanto, também queremos nos distanciar das abordagens em torno da vulnerabilidade que superresponsabilizam os sujeitos pela sua condição vulnerável e individualizam as causas de uma condição que é sintomática de um sistema, que não tem como ser individualizada para além de colocar em perspectiva questões realmente singulares que podem, com certeza, fazer com que a condição de vulnerabilidade seja mais leve ou mais grave em uns casos do que em outros. Nos depoimentos dos jovens entrevistados existe uma trama subjetiva que não é determinada diretamente pelas condições objetivas, mas ao mesmo tempo, há uma relação orgânica com tais condições. Vamos focar nessa relação complexa entre modos de subjetivação e as condições simbólicas e materiais em que essa subjetivação se produz.

### **3.3.2 Estudar: entre a expectativa de reconhecimento e mobilidade social e o desejo de começar a trabalhar.**

Os primeiros modos de subjetivação que desejamos sublinhar dizem respeito à formação profissional, os que “tem um diploma” e os que não. Como revelado nas entrevistas grupais, trajetórias de estudo falhas constituem uma desvantagem com relação ao padrão de diferenças da sociedade cubana atual:

Aqui quem não tem um diploma não é nada.  
(Fragmentos da entrevista com Erick).

Ao mesmo tempo em que se revelam contradições:

Tem quem estuda e tem menos do que quem não estudou e faz outras coisas. (Fragmentos da entrevista com Nina).

Carências econômicas e a existência do fenômeno social da pirâmide invertida<sup>52</sup>, fazem com que Cuba seja “o país mais contraditório do mundo”, contam alguns dos entrevistados. A permanência no imaginário social da população sobre a alta expectativa de mobilidade social ascendente com base na formação universitária e uma forte valorização da formação, sobretudo, por parte das famílias que pressionam aos jovens, junto à emergência de novas formas de emprego no setor não estatal, se misturam para criar um contexto realmente contraditório perante o qual jovens entrevistados decidem como aprofundaremos a seguir. Nas entrevistas individuais, em que intencionalmente participaram tanto jovens com trajetórias de sucesso acadêmico quanto de abandono da escola, é ainda mais marcada a relevância que jovens conferem ao fato de fazer uma carreira.

Em Cuba, existe um sistema único de educação pública desde o ensino básico até a universidade, com homologação dos programas de estudo nas diferentes instituições educativas de cada nível, nos níveis primário, secundário e pré-universitário respectivamente. A educação superior e, ainda, a pós-graduação se consideram direitos universais, ao mesmo tempo em que são altamente valorizadas por famílias e jovens, que consideram se formar uma virtude e um fator chave de mobilidade social, à tona com o modo como o Estado cubano tem privilegiado o ensino de crianças e jovens como um dos principais nortes das políticas públicas.

---

<sup>52</sup> Foi um termo trazido por alguns jovens entrevistados, já que, apesar de ser uma expressão que nasce no contexto científico, se popularizou entre determinados setores da população. Ela é referida a uma situação singular: quem está formado e faz mais aportes ao Estado com seu trabalho, ganha menos do que aquele que não tem formação nem uma boa ocupação, mas conta com outras rendas, às vezes, ainda, de origem ilícita. A noção de pirâmide social invertida é uma das interpretações do esquema de estratificação que emergiu em Cuba na década dos noventa (GUZMÁN, 1995 apud ESPINA 2007). Ela considera a existência de uma estrutura social piramidal na Cuba de antes dos 90. Nessa pirâmide, o acesso às posições mais vantajosas respondia à alta qualificação, ao trabalho intelectual altamente qualificado e à eficácia produtiva. Assim, a inversão da pirâmide social aponta que, a partir da crise dos 90, as posições vantajosas quanto às rendas e condições materiais de vida não dependem mais da qualificação e dos aportes sociais derivados do trabalho, já que a renda dos que passam a ocupar as posições mais vantajosas nem sempre provém do trabalho, enquanto os que ocupavam posições superiores são deslocados até estratos mais baixos, sem mudar sua situação ocupacional, mas como resultado da desvalorização do poder aquisitivo do salário real, assim como às limitações derivadas no que se refere à satisfação de necessidades e possibilidades de consumo (ESPINA, 2017). Nós nos identificamos mais com a noção de reestratificação, proposta por Espina (2005), do que com a noção de pirâmide social invertida, como explicado no capítulo de caracterização do contexto cubano. No entanto, reconhecemos que, se bem que a noção de pirâmide invertida não abrange a complexidade do processo de estratificação da sociedade cubana, ao se basear somente no critério das rendas, se refere a um fenômeno realmente presente, a saber, a qualificação e o trabalho não se correspondem diretamente com melhores condições de vida em um cenário em que o poder aquisitivo do salário está desvalorizado.

Espina (2017) descreve como nas primeiras décadas do processo revolucionário teve lugar um aumento considerável da mobilidade social ascendente máxima e entre gerações. Entre as causas, a autora destaca a ampliação do setor estatal, o incremento dos níveis de emprego, a diversificação de alternativas do universo profissional, a massificação da educação geral e técnica. As rotas típicas da mobilidade foram os deslocamentos desde estratos assalariados privados ao setor estatal, desde o trabalho manual ao intelectual, desde o trabalho não qualificado ao qualificado. Tudo foi configurando como um padrão subjetivo de alta expectativa de mobilidade ascendente que teve como escopo o trabalho intelectual de alta qualificação. Tal padrão subjetivo está presente em uma parte importante dos jovens entrevistados.

A maior parte dos jovens, sem importar gênero, cor da pele, origem socioeconômica das famílias, etc., acredita que investir em um diploma e em uma formação profissional, trabalhar em alguma atividade socialmente relevante, ter um foco profissional, se realizar nesse sentido, não somente constitui um valor em si mesmo e um motivo importante de reconhecimento social, mas faz com que seja possível uma vida melhor, e, nesse sentido, estão presentes em muitas das falas importantes investimentos pessoais e diversas e fortes motivações de se superar.

Formar-se na universidade, “ter um diploma”, “ser universitário”, segue sendo uma meta relevante que atribui sentido aos percursos biográficos da maioria dos entrevistados, que aliás, o reconhecem sem distinção como o principal direito que desfrutam. No caso específico das entrevistas individuais, na maioria dos casos de abandono escolar, os jovens confessam sua frustração, ou porque estudar na universidade era um sonho pessoal, ou porque era o sonho dos seus pais que eles não cumpriram ou por ambas as razões.

No entanto, o atual contexto em que melhores posições econômicas não se correspondem com maior qualificação ou maiores aportes produtivos, mas simplesmente com a renda recebida, independentemente das vias de ingresso – às vezes, até ilícitas – cria uma vivência de conflito. O mais preparado, quem mais estudou e se esforçou, às vezes, não é quem melhor vive, eles nos contam. Esse fenômeno é destacado por todos. Profissionais, estudantes e recém-formados trazem o tema como queixa, enquanto os que decidiram abandonar a escola, como justificativa da decisão de não seguir estudando:

De qualquer modo há quem tenha um diploma e viva pior do quem não estudou mas tem seu negócio, recebe dinheiro de fora ou inventa. (Fragmento da entrevista com Roberto).

Estudar para quê? Para pendurar o diploma na parede? (Fragmento da entrevista com David).

Nesse contexto, em menor medida, alguns jovens expressam um claro desinteresse por continuar estudando bem como a vontade de começar a trabalhar cedo, como comprovado também nas entrevistas grupais na comunidade. Enquanto o desejo de começar a trabalhar cedo, em alguns casos responde à vontade de ser autônomo, apoiar à família, ou simplesmente às necessidades de supervivência, em outros casos diz respeito à existência de um quadro de valores centrados no consumo. Tem jovens que falam da vontade de “ter uma ‘nave’<sup>53</sup>” ou “muitas roupas”, etc. Não é a mesma coisa quando os jovens falam que trabalhar mudou sua vida porque viraram mais autônomos e é essa uma das causas fundamentais dos que seguem trabalhando ao mesmo tempo em que estudam, apesar do grande esforço que isso significa, do que quando outros alegam que alguém para ser pessoa tem que “ter uma casa com tudo”, nas suas palavras.

Em alguns casos, trata-se da forma com que elaboram dois desejos de natureza diferente, a saber, por um lado, a vontade de se formar, que para eles continua tendo um valor especial, e, por outro lado, a vontade de ser autônomos e ajudar a sua família. Alguns deles privilegiam estudar porque já tentaram e sabem que não podem dar conta de estudar e trabalhar ao mesmo tempo. No caso de outros, por sua vez, trata-se da existência de um padrão de valores dentro do qual ser está sujeitado a ter. Ainda, muitas vezes, trata-se da convivência de ambos os tipos de motivos, que não são excludentes.

Então, em termos de imaginários sociais quanto à formação profissional estamos falando da existência, por um lado, de uma alta valorização da formação para um grupo importante dos jovens entrevistados, e, ao mesmo tempo, por outro lado, de uma desvalorização emergente entre alguns setores como resultado das carências econômicas e do baixo valor aquisitivo dos salários dentro do setor estatal, que faz com que estudar não seja identificado como via direta para obter melhoria econômica. Para alguns, estudar não faz nenhum sentido porque sua maior preocupação é “resolver”, nas suas palavras.

---

<sup>53</sup> Gíria que significa carro moderno e caro.

Nesse contexto, a atualização do modelo econômico e o concomitante impulso das novas formas de gestão econômica, especialmente, a emergência de fontes de emprego dentro setor não estatal é outro fator que tem um peso considerável. Apesar de seguir valorizando “chegar à universidade”, os jovens começam a visualizar de forma cada vez mais clara a oportunidade de trabalhar e ganhar dinheiro em atividades que não exigem uma grande especialização, abandonando os estudos para entrar no mundo do trabalho ou alternando ambas as coisas ao mesmo tempo.

Também o ambiente do contexto comunitário é importante. Confirmamos que a dinâmica de comunidades caracterizadas pela relação entre baixa renda e más condições habitacionais exerce influência junto a um ambiente de infrações e pouco acervo cultural. Outro fator chave é a pedagogização dos jovens fora dos tradicionais espaços institucionais e midiáticos do Estado. Algumas práticas de consumo cultural reforçam sistemas de valores consumistas. Tais práticas constituem um fator que influencia o abandono dos estudos, quando se ambiciona ganhar dinheiro rápido, o que atenua outros motivos no horizonte dos jovens.

Assim, quatro tendências de subjetivação parecem estar se expressando nos depoimentos dos jovens sobre os processos de tomada de decisão respeito a sua formação profissional: em primeiro lugar, a tendência a uma alta valorização da formação com base no reconhecimento social e expectativas de mobilidade social que tem como escopo o trabalho intelectual altamente qualificado; em segundo lugar, a tendência a priorizar o trabalho para resolver necessidades imediatas derivadas das carências econômicas; em terceiro lugar, a tendência a desvalorizar a formação devido a junção entre carências econômicas e o fenômeno da pirâmide social invertida; em último lugar, a emergência de padrões consumistas que equiparam o bem-estar pessoal com ter coisas e consumir mais.

Começamos falando dos imaginários controversos para trazer luz sobre um padrão heterogêneo de percursos que tem também outros atravessamentos. Como revelado nas entrevistas grupais e corroborado agora, a herança cultural transmitida pelas famílias aos jovens, desde idades precoces, assim como a forma em que estimulam seu interesse e alavancam a formação acadêmica é um fator chave. No caso em que o apoio familiar faltou e em seu lugar as famílias não valorizaram nem sustentaram suficientemente a formação dos seus filhos, eles são propensos a negligenciar os estudos e começar a trabalhar em empregos informais ou fazer

atividades ilícitas. A herança cultural mais do que material das famílias, se confirma como uma variável determinante. Aqueles jovens com histórias de sucesso acadêmico, sem exceção, provêm de famílias que contribuíram para estimular a atividade de estudo e afiançar motivações profissionais.

Não é nossa intenção sobrerresponsabilizar à família ou algum agente em especial pelas trajetórias de estudo falhas ou deixar de levar em conta a influência de outros aspectos. Deslocar-nos intencionalmente das escolas e demais espaços institucionalizados muito formalizados – contextos tradicionalmente privilegiados nas pesquisas com jovens em Cuba – para interagir em um ambiente mais desregulamentado, cujos jovens pudessem se expressar com maior liberdade, fez com que hoje não possamos calibrar objetivamente o papel desempenhado pela escola, professores e outras instituições à respeito das trajetórias de estudo e as referências de onde os jovens fazem suas escolhas.

Então, somente estamos ilustrando com dados construídos nessa pesquisa e asseverando que, na verdade, família, comunidade e espaços midiáticos *undergrounds* junto à emergência das novas formas de gestão econômicas têm um papel muito importante, que deve ser levado em conta quando formos fazer uma análise sobre as dinâmicas com que jovens entrevistados se deparam nos processos de tomada de decisão sobre sua formação profissional.

As trajetórias de estudos são um dos fatores identificados que fazem com que os jovens sejam mais ou menos vulneráveis ante o contexto de mudanças, sobretudo, pela relação que elas têm com o futuro aproveitamento das oportunidades de emprego, mas existe também outra causa. As instituições educativas são, desde o nível primário até a universidade, o espaço em que se configuram e agem as organizações políticas e de massa em que podem se integrar crianças e jovens desde muito novos. Assim, a saída do sistema educativo de forma precoce significa ficar em desvantagem do ponto de vista formativo com relação ao tipo de emprego que se pode conseguir depois e, ao mesmo tempo, ficar por fora dos sistemas de participação coletiva. Ambas as questões as analisaremos nos subcapítulos a seguir.

### 3.3.3 Crise do sentido do trabalho: mercantilização e expectativa frustrada de mobilidade social.

A ocupação dos jovens, por sua vez, também se revela como um marcador de desvantagem. Trata-se do elemento chave que determina sua renda, bem como sua posição no gradiente de integração exclusão. Nos depoimentos, os jovens informam que nem em todos os empregos recebem as mesmas rendas nem se tem a mesma possibilidade de participar e se integrar a espaços de debate e deliberação pública.

Para os que trabalham no setor estatal a grande desvantagem trazida é o salário<sup>54</sup>:

O salário não é suficiente.  
(Fragmento da entrevista com Isabel).

Ninguém consegue viver com o que se ganha em um emprego estatal. Eu sigo dependendo dos meus pais, na minha casa eu só ajudo com algumas coisas.  
(Fragmento da entrevista com Ana).

Não é um salário baixo, mas mesmo assim se gasta somente em comida.  
(Fragmento da entrevista com Rosa).

Jovens formadas trabalhando em centros de pesquisa ou na universidade informam que o seu salário, comparado com a média nacional, não é baixo, o problema é que seu poder aquisitivo está desvalorizado pela conjuntura econômica em que vive o país. A insatisfação com relação ao salário real no setor estatal e seu baixo poder aquisitivo é um problema já identificado e destacado em muitas pesquisas sobre sociedade cubana. Aliás, o tema está também compreendido como uma preocupação dentro dos princípios que direcionam o modelo econômico cubano, em que o salário é reconhecido como “fonte principal de um maior bem-

<sup>54</sup> Segundo dados da ONEI (Secretaria Nacional de Estatísticas e Informação), em 2015, o salário médio em Cuba ascendeu a 687 pesos mensais, que segundo a taxa de câmbio vigente no país equivale a 27, 48 CUC, o que resulta um salário real com um poder aquisitivo muito baixo. No entanto, o Estado garante à população um conjunto de mecanismos que fazem com que a renda seja suficiente para a alimentação básica, subsidia totalmente serviços como educação e saúde, bem como outros serviços importantes como transporte público, eletricidade, água, ao mesmo tempo em que através de políticas diferenciadas para grupos vulneráveis brinda apoios financeiros e subsídios para a construção de moradias, por exemplo, um dos problemas mais prementes no país (ANDRES, 2016). No entanto, o baixo poder aquisitivo do salário real em moeda nacional determina a vivência de insatisfação, já que planos pessoais importantes como a busca da autonomia ou a melhoria das condições materiais de vida, etc. vêm-se limitados. Os motivos pelos quais a problemática do salário é tão difícil de resolver têm a ver com uma complexa relação de fatores econômicos, macroeconômicos, que por questões de foco não podemos tratar aqui, mas existem trabalhos ao respeito que podem ser consultados. Consultar *O dilema do salário em Cubade* Guillermo L. Andrés Alpizar, em: <https://jovencuba.com/2016/09/06/el-dilema-del-salario-en-cuba/>

estar e para a realização dos projetos de vida pessoais, familiares e coletivos” (PCC, 2016).

No entanto, entrevistas evidenciam como, apesar das transformações em curso e aumentos salariais das últimas décadas, o poder aquisitivo do salário real segue sendo insuficiente para satisfazer necessidades básicas, bem como para realizar outras expectativas de consumo que para alguns dos entrevistados não se resumem “ao básico para viver”, como necessidades de lazer ou de aquisição de bens materiais. Assim, o problema do salário continua a ser uma das situações-chaves pendentes de solução. Sua importância é tal, que o maior inconformismo expressado pelos jovens gira em torno disso, como se uma mudança nesse sentido pudesse, por si só, fazer desaparecer a maioria das insatisfações.

Como reconhecido pelos jovens, o Ministério de Trabalho e Segurança Social e o Ministério da Educação Superior em Cuba, através de um planejamento conjunto, garantem uma vaga para cada jovem formado nas universidades, pois quando se forma, ninguém fica sem emprego, nos contam. Quando perguntados, os jovens salientam que desfrutam do direito a trabalhar. Para Andrés (2016), trabalhadores e trabalhadoras em Cuba dispõem hoje de um salário igual por igual trabalho realizado, o poder aquisitivo é baixo, mas ninguém morre de fome. Serviços sociais são um direito universal inalienável, mas, para o autor, já não se trata só disso e no contexto atual torna-se relevante que o salário possa dar conta da satisfação das necessidades da população e “esse é o necessário, impostergável e iniludível desafio econômico que deve enfrentar a nação cubana”.

Mesmo que jovens reconheçam entre seus direitos, o direito à educação, saúde, segurança nas ruas, trabalho, gera uma insatisfação não poder adquirir tudo o que se deseja. A baixa remuneração pelo trabalho faz com que não seja possível sustentar autonomamente o projeto de vida que conduzirá a separação econômica dos seus pais, ter ou custear uma casa, desfrutar de determinados espaços de lazer, adquirir determinados bens materiais, etc. Encontrar dificuldades para resolver questões cotidianas de sobrevivência, faz com que desfrutar dos direitos anteriores seja colocado em segundo plano.

Os jovens entrevistados do setor estatal, com exceção de Umberto e Raydel, têm uma alta qualificação e, com base nisso, suas expectativas de remuneração econômica são também altas. Por sua vez, o já referido fenômeno da pirâmide social invertida para eles constitui uma contradição com que convivem no dia-a-dia

quando se comparam com outros grupos sociais que, com menos formação, vivem melhor. Eles também têm altas expectativas de realização e superação profissional através do trabalho que realizam. Em casos específicos, existe também uma forte identificação com o grêmio ao que pertencem e uma satisfação por participar dos coletivos instituídos no contexto laboral. Em sentido geral, todos salientam como principal vantagem do setor Estatal a estabilidade quanto ao salário, fundamentalmente. Em alguns casos, depois dos jovens passar por vários empregos no setor não estatal, retornam ao setor Estatal porque o salário é menor, mas é fixo cada mês e isso dá muita segurança.

A imagem de jovens altamente escolarizados, frustrados quanto às suas expectativas de consumo e bem-estar corresponde com a categoria de “precariado” trazida por Alves (2013) para caracterizar a um setor da juventude brasileira. No caso dos jovens cubanos altamente escolarizados – como veremos – a precariedade não vai estar dada pelo tipo de emprego – e isso pode ser uma diferença com a realidade descrita por Alves (2013). Não se trata de jovens com contratos precários, pelo contrário, eles têm empregos altamente valorizados, como professores universitários ou pesquisadores de dedicação exclusiva, com desfrute de direitos e amplas garantias de segurança social. E isso vai marcar uma diferença importante quanto às possibilidades de integração social destes jovens – que são elevadas – e, inclusive, quanto a seus modos de subjetivação. Trata-se de uma “precariedade salarial”, mas, nesse sentido, também existe uma singularidade. Os salários dos jovens não são baixos de acordo com a média salarial nacional, mas sim o contrário. O que ocorre é que seu poder aquisitivo real está desvalorizado devido à situação de crise econômica e a desvalorização do peso cubano. A precariedade salarial no caso cubano – determinada pela pauperização econômica e, especialmente, do setor produtivo – tem causas diferentes à precariedade salarial no contexto brasileiro – resultado dos ajustes neoliberais intencionados pelo próprio governo. Assim, tendências sociais e comportamentos que são semelhantes respondem a condições histórico-sociais diferentes, o que também vai marcar uma diferença importante em relação à qualidade de uns fenômenos e outros.

Também encontramos no caso dos jovens cubanos a existência de um “*ethos*” de classe média (ALVES, 2013) – o desejo de ascensão social que garante, sobretudo, um nível de consumo mais alto – o que resulta muito interessante, já que

se trata da presença<sup>55</sup> no socialismo cubano de um sistema de valores que reforça a existência das classes sociais, da estratificação, da diferenciação social.

Por outro lado, quanto ao trabalho no setor não estatal, um dos aspectos mais trazidos pelos jovens no que se refere ao impacto da atualização do modelo tem a ver com as novas formas de gestão econômicas e as condições de trabalho. Aqui o salário, em geral, é mais alto e os jovens informam que percebem maior renda, alegam uma maior independência econômica e sentem uma maior satisfação nesse sentido, mas informam que não é suficiente para tudo o que desejam.

Para além do salário, outras questões sobressaem quanto as condições de emprego no setor não estatal. Como já identificado nas entrevistas grupais, destaca-se que os jovens entrevistados empregados no setor não estatal não realizam esta atividade de forma legal nem estão filiados ao regime de Segurança Social que rege esse setor desde setembro de 2011, com exceção de Yamila que empreende uma iniciativa com o seu casal.

Os jovens entrevistados que combinam estudo e trabalho, não somente estão trabalhando sem filiação, mas também sem autorização das instituições educativas. Em junho de 2009, o Decreto-lei 268 Modificativo do Regime Laboral estabelecia o direito a vincular-se à atividade laboral para estudantes maiores de 17 anos de cursos regulares de nível médio ou superior, “sempre que o emprego não afete ou limite o desempenho escolar” (DECRETO-LEI 268, 2009).

Em dezembro de 2011 autoridades da universidade informaram que as solicitações dos estudantes para trabalhar estavam sendo aprovadas de forma casuística nas faculdades, onde se exige que os horários de trabalho se adequassem à docência e não o contrário, porque “o estudo é o primeiro”, nas palavras da pró-reitora (MUÑOZ, 2011). Assim, entendemos que, mesmo sem ser uma exigência da nova lei, a universidade exige que os estudantes informem no caso de estar estudando e trabalhando ao mesmo tempo. Mas, no caso de Nina, por exemplo, quem é estudante universitária, ao mesmo tempo em que trabalha em um restaurante, ela não informou sua situação na universidade. Os ‘donos’ não consideram seus horários de estudo, pelo contrário, as jornadas são muito

---

<sup>55</sup> Falamos da presença sem especificar se se trata da emergência e ou da permanência do *ethos* de classe média, porque não contamos com pesquisas antecedentes sobre o tema que nos permitam comparar, mas não obviamos a possibilidade de que se trate da permanência de um sistema de valores que nunca desapareceu totalmente – que agora ganha força – e não da sua emergência.

cansativas e levar duas coisas significa uma sobrecarga que somente se compensa “pelo dinheiro que recebe”, segundo nos conta.

Quanto a trabalhar de forma ilegal sem se filiar os jovens nos contam:

É conveniente para ambas as partes, o dono não paga por te empregar e você também não paga à Secretaria Nacional de Administração Tributária (ONAT) por estar empregado [...] como não era um trabalho estável não fazia muito sentido filiar-me sem saber quanto ia permanecer ali [...] trabalhar sem licença foi estressante pelo medo a ser sancionada pela polícia, mas não fazia sentido para mim assinar um contrato para realizar uma atividade temporária.

(Fragmento da entrevista com Sofia).

Já trabalhei por contrato e não faz muita diferença, os contratos nem sempre se respeitam, na verdade é algo formal porque os donos fazem o que eles desejam [...] em todos os lugares as regras do jogo não são sempre as mesmas. Há lugares onde se assinam contratos, mas não se cumprem e ao final o trabalho não se organiza de acordo com o escrito no papel, enquanto tem lugares que nem existe o contrato.

(Fragmento da entrevista com Nina).

Prefiro não assinar contrato para não ter que pagar o imposto à ONAT.  
(Fragmento da entrevista com Roberto).

Em geral, existe entre eles um grande desconhecimento sobre o regime de Segurança Social e as leis vigentes para o trabalho no setor não estatal em que estão envolvidos. Solicitar às entidades competentes do Estado licença para trabalhar no setor não estatal é um processo diferente a assinar um contrato entre empregador e empregado – processo em que o Estado não media – mesmo assim, quando perguntados, os jovens não parecem estar muito claros a respeito e se referem indistintamente a uma coisa e outra como se fosse o mesmo.

A filiação ao regime de Segurança Social, que se materializa na solicitação da licença para trabalhar às autoridades competentes, é obrigatória, bem como indispensável para ser protegido no caso de “velhice, incapacidade total temporal ou permanente, morte de familiar ou gravidez”, segundo estabelecido no Decreto-lei 278 de 2011 (DECRETO-LEI 278, 2011). Em geral, a Lei estipula que os trabalhadores devem pagar impostos sobre rendimentos pessoais bem como pela utilização de força de trabalho, no caso dos empregadores, a saber, pelo número de pessoas contratadas. O cenário de ilegalidade descoberto nas entrevistas coaduna com dados oficiais. Rodríguez (2017) informa que uma das manifestações mais comuns de evasão fiscal no setor não estatal se trata de pessoas não inscritas como contribuintes que são contratadas de forma ilegal por proprietários com licença.

Nesses casos, ambos, empregador e empregado, são sancionáveis segundo a lei, afirma.

Na verdade, nos depoimentos dos jovens entrevistados sobressai o desconhecimento sobre as leis que regem o trabalho no setor não estatal, bem como sobre os direitos garantidos para os trabalhadores desse setor pelo regime de Segurança Social. O desconhecimento mostra sua falta de interesse como resultado de avaliar benefícios e custos da filiação. Poderíamos considerar que jovens empregados e empregadores evitam se filiar porque, entre outros motivos, é conveniente para ambas as partes devido à evasão fiscal. Os jovens ficam em condições vulneráveis, sem uma mediação legal para negociar suas condições de trabalho. Na verdade, trabalham sem um contexto normativo que garante direitos. Não têm direito a licenças por doenças, gravidez, etc., direitos garantidos na lei de Segurança Social para os trabalhadores afiliados:

Nada disso existe – se referindo a férias, licenças, etc.  
(Fragmento da Entrevista com Roberto).

Tudo isso é combinado com o dono.  
(Fragmento da Entrevista com Maria).

O dono te explica as regras e se você não gostar vai embora.  
(Fragmento da Entrevista com Javier).

Nesse contexto, os jovens empregados em negócios mais rentáveis narram ofensas verbais e abusos por parte do pessoal que administra o negócio ou dos donos – em sua maioria homens brancos, entre 40 e 50 anos, de alta renda:

Eles – os donos – têm um estilo de vida caro, casas grandes, roupa cara, bons carros e viagens [...]. Em todos os lugares onde já trabalhei sempre foi assim – se referindo ao maltrato verbal – quando não é no começo é no final, sempre te tratam mal, te gritam, te ofendem. É bastante comum nesse tipo de negócios, é como para deixar claro que se você não faz as coisas do jeito que os donos querem, você vai embora. Os donos se sentem com a autoridade de dizer qualquer coisa, de ofender porque estão incomodados por alguma razão ou não gostaram do jeito que você fez as coisas.  
(Fragmento da entrevista com Nina).

Eles maltratam e exigem, é certo que pagam mais, mas talvez nem pagam o que deveriam, só pensam em ter ganhos e lucrar.  
(Fragmento da entrevista com Javier).

O principal critério em que se baseia esse trato desrespeitoso tem a ver, segundo os jovens, com a diferença de status econômico. Para eles é a forma do dono dizer: “esse aqui é meu negócio, eu sou quem tem poder e dinheiro, você não tem nada, é só meu empregado”, nas suas palavras. Também nesse tipo de espaço

são comuns trocas sexuais entre empregadores e empregadas para manter o emprego ou passar a uma vaga mais cômoda ou melhor remunerada, segundo o depoimento dos jovens.

Por sua vez, os jovens relatam que existem critérios orientando os processos de seleção de pessoal em determinados negócios de luxo, como a aparência física, falar inglês, “ter charme”, informam:

Eles te falam disso explicitamente, ou seja, te dizem: estamos buscando meninas com tais características, olham para ti, como você leva o cabelo, teu corpo, tua aparência em geral. Também são muito demandados jovens universitários, porque, em geral, falamos outro idioma, temos certa formação e isso faz com que tenhamos melhor preparação e charme para atender clientes estrangeiros ou de alta renda.  
(Fragmento da Entrevista com Nina).

Em alguns ramos do setor, os critérios estéticos e de outro tipo estão operando como elementos discriminatórios quanto aos padrões de contratação sem apego a referentes de justiça ou equidade social, com base em valores próprios de uma cultura patriarcal, autoritária, elitista ou racista. O ambiente anterior tem um impacto ideológico importante entre as novas gerações:

Aceitar esse trato se opõe a meus valores, é muito ruim.  
(Fragmento da entrevista com Nina).

Sentia muita pressão, não gostava do jeito em que ele me tratava.  
(Fragmento da entrevista com Javier).

No dia 2 de julho de 2017, o jornal *Trabajadores* da imprensa estatal cubana denunciava um caso de discriminação racial. Uma jovem de pele negra foi agredida verbalmente e expulsa de um táxi particular pelo taxista, dono do táxi, que alegou que não gostava “dos negros e no seu táxi ele não transportava negros” (PÉREZ, 2017). Relacionado com as experiências dos jovens, o acontecimento revela o desafio que representa a abertura do setor não estatal em matéria dos valores que regulam as relações humanas dentro de um processo que se propõe construir o socialismo.

Por sua vez, os depoimentos dos jovens mostram, como evidenciado nos estudos sobre o tema em Cuba, um cenário de reconstituição do modelo de relações laborais e de aparição de novos atores (IZQUIERDO, 2015). Assim, é claro que mudanças das formas de gestão econômica e a consolidação do setor não estatal têm correlato em uma mudança das relações de trabalho e no surgimento de

uma matriz diferente de valores atravessando essas relações, a saber, tem um correlato na emergência de novos modos de subjetivação.

Por sua vez, alguns jovens trabalham sem contrato formal no próprio setor estatal. Os chefes são também homens brancos entre 40 e 50 anos, com alta renda que não querem fazer esse tipo de trabalho – limpeza de salões, movimentação de equipamentos pesados, etc. – e pagam por isso. É claro que esses jovens também não contam com nenhum amparo legal para o exercício do seu trabalho e as condições de trabalho são estabelecidas pelo empregador arbitrariamente, mas, enquanto no setor não estatal existem as possibilidades de filiação mesmo que não estejam sendo utilizadas, nesta forma de emprego as possibilidades de filiação são nulas.

Em suma, como revelado nas entrevistas grupais, existe dentro do setor não estatal, e no setor estatal – como confirmado agora nas entrevistas individuais, neste caso na área de turismo e na empresa musical – um contexto cujos jovens estão envolvidos em empregos informais, sem filiação nem amparo legal. Isso faz com que não contem com mecanismos efetivos para negociar condições de trabalho adequadas nem para exigir a seus empregadores o respeito dessas condições.

No entanto, ainda que os jovens se queixam das extensas jornadas de trabalho, maltrato verbal, clima autoritário dos administradores e reconhecem não ter direito a demandar nada a mais do que o salário, eles se contentam em receber uma remuneração maior do que no setor estatal:

É certo que você tem que trabalhar muito, mas o dinheiro faz a diferença [...]. Tem vezes que eu nem quero acordar, mas preciso do dinheiro, olho para o teto da casa em mal estado e digo-me tenho que seguir. Sinto-me jovem, forte e com vontade de ganhar dinheiro.  
(Fragmento da entrevista com Erick).

Gosto de quebrar o tabu social existente em Cuba de que pais têm que proteger e sustentar os filhos até eles se formar e ainda depois disso.  
(Fragmento da entrevista com Nina).

O sentido de autonomia em um plano econômico, respeito aos pais e inclusive a possibilidade de contribuir para a renda da família são motivos fundamentais. Quando perguntados se eles falavam entre si sobre suas condições de trabalho ou se alguma vez imaginaram como reclamar, no mínimo, melhores horários ou salários a seus empregadores, a resposta foi sempre negativa:

Para quê? Você tem que fazer o que o dono mandar senão você vai embora [...]. É duro o trabalho, mas te pagam mais do que no setor estatal e diariamente.

(Fragmento da entrevista com Umberto).

Não existe nenhuma instância, eles não se subordinam a nenhuma lei sobre como administrar seu negócio.

(Fragmento da entrevista com Nina).

Reclamar o que, se você nem tem contrato.

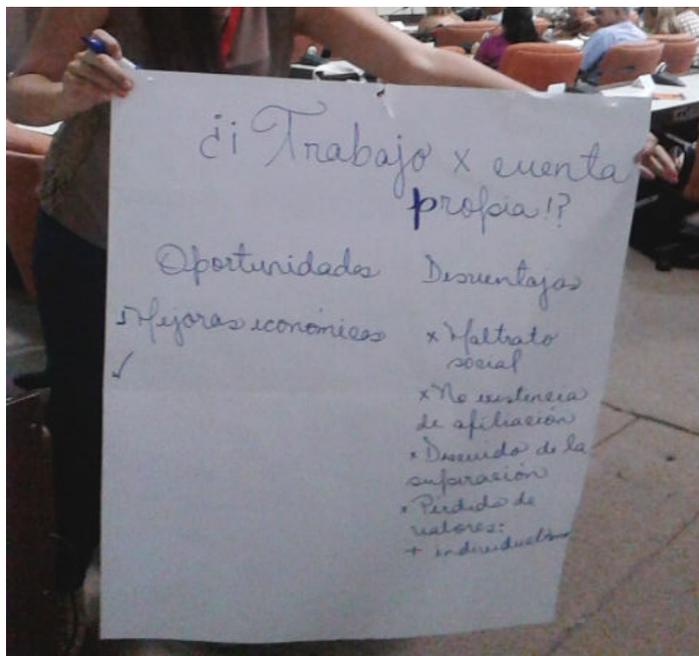
(Fragmento da entrevista com Roberto).

Assim, a decisão de não se afiliar convive com uma postura acrítica dos jovens sobre suas condições de trabalho. A ausência de vontade dos jovens de apostar em mecanismos coletivos que sejam efetivos para a reivindicação de direitos ou para criar um contexto adequado para a negociação justa das condições de trabalho combina com a falta de imaginação para fazer com que isso aconteça. Por sua vez, existem instâncias, mas nos seus balanços, os jovens não optam por se inscrever nelas e formalizar sua situação laboral.

A fala dos jovens nos lembra a referência que Luis (2017) faz a um escrito de dirigentes sindicais sobre o capitalismo cubano no século passado, “quando cada trabalhador reclamava individualmente ao patrão e ele podia não se preocupar pela queixa, ameaçá-lo com a expulsão, ou deixá-lo realmente sem emprego, pois sempre poderia encontrar um novo trabalhador”. Para Luis (2017) essa contradição entre os distintos atores laborais está reemergindo com nuances particulares no contexto laboral atual. Assim, o autor destaca que existe um “atraso” da transformação das organizações de massa com relação às dinâmicas em que vivem hoje a economia e sociedade cubanas.

Em *Congreso Internacional de Investigadores sobre Juventud* em que participamos no contexto do trabalho de campo, celebrado em Havana em março de 2016, os jovens pesquisadores sobre juventude discutiram sobre vantagens e desvantagens das novas formas de gestão econômica, registrando em um cartaz suas ponderações. Os jovens que desenharam o cartaz, cuja visão é marcadamente crítica das iniciativas privadas, não fazem parte da amostra, são jovens pesquisadores, vinculados a universidades ou entidades estatais, militantes da UJC fundamentalmente – representantes talvez de outro segmento das juventudes cubanas, já que não se tratou de uma amostra controlada – nos resultou interessante corroborar que seus critérios correspondem com as questões aqui discutidas, trazidas pelos jovens dessa pesquisa, desde sua própria experiência de

vida e em um sentido menos crítico. O seguinte cartaz sintetiza e ilustra o que estamos analisando:



### Trabalho por “conta própria”

#### Oportunidades:

Melhoras econômicas

#### Desvantagens:

Maltrato social.

Não existência de afiliação.

Descuido da superação.

Perda de valores.

Individualização.

Imagem8. Foto tomada de um cartaz na Oficina do *Congreso Internacional de Investigadores sobre Juventud* em Cuba, março do 2016.

Nesse contexto, a filiação sindical, embora esteja legalmente concebida para esse setor não interessa aos jovens entrevistados. O modelo atual sindical é inoperante diante as novas dinâmicas sócio-produtivas não estatais de gestão do trabalho e não projeta estratégias efetivas frente ao desenvolvimento de estratégias individuais para a resolução dos conflitos que podem estar emergindo de forma sistêmica nesse contexto. A filiação segue uma lógica mecânica de inserção que não favorece a participação sindical nesses espaços (IZQUIERDO, 2015).

Filiar-se não é um mecanismo aproveitado pelos jovens entrevistados mesmo quando se trata de um contexto em que a filiação sindical talvez poderia dar conta de um debate público sobre os alcances e limitações das novas formas de gestão econômica, bem como solevar possíveis conflitos entre os atores laborais emergentes, criar um contexto legal para relações laborais justas, assim como ações para reivindicar direitos laborais. No entanto, a fala dos jovens corrobora o expressado pela Secretaria Geral do Comitê Provincial da Central de Trabalhadores de Cuba quando destaca a falta de compreensão por parte dos trabalhadores não

estatais da importância de pertencer a essa organização (FROTEZA, 2016). É claro que não basta com enunciar essa falta de compreensão dos trabalhadores, mas é preciso analisá-la como uma questão chave. A descoletivização, o enfraquecimento dos coletivos sindicais e sua cooptação, é uma das ameaças mais importantes que enfrentam os trabalhadores nas sociedades capitalistas contemporâneas e um dos fatores chaves para compreender os processos de vulnerabilização nesses contextos. Encontrar indicadores de dinâmicas semelhantes no caso cubano deve ser uma alerta e leva a uma análise profunda sobre o papel dos sindicatos na sociedade cubana e o modo como eles devem se atualizar e se reinventar nas novas conjunturas.

No *Congreso Internacional de Investigadores sobre Juventud*, os jovens pesquisadores evidenciavam que o modelo de organização sindical tradicional presente no setor estatal, onde são outras as relações de trabalho e outros os atores envolvidos e onde às vezes existe até um solapamento entre “sindicato e instituição”, talvez não se adeque às características do novo contexto. Assim, eles defendem o critério de que diante das novas formas de gestão econômica, a discussão sobre a função dos sindicatos tem que ser retomada, em especial, discutir sobre seu papel na defesa dos direitos desse novo grupo de trabalhadores, sua importância nesse sentido.

Por sua vez, não existe um sindicato que agrupe de maneira particular os trabalhadores ‘cuentapropistas’, categoria que, além, na narrativa oficial nomeia tanto a proprietários como a empregados, entre os que existem grandes diferenças e se podem dar conflitos de interesses (LUIS, 2017). A vivência da jovem empreendedora entrevistada como dona da sua “própria empresa” junto a seu casal, é a de uma jovem que constrói um espaço para “inovar, criar”, nas suas palavras. A jovem descreve seu novo contexto laboral como um espaço de total autonomia e autodeterminação. Os jovens empregados, ao invés, relatam a vivência daquele que fala desde uma posição subalterna.

Os jovens utilizam o termo ‘cuentapropista’ para nomear em sentido geral à nova forma de gestão econômica, mas ao falarem de situações concretas ligadas ao trabalho, ou se referir a seus empregadores em particular, usam o termo ‘dono’. As descobertas dessa pesquisa chamam a atenção sobre como o uso da categoria de ‘cuentapropista’ de modo homogeneizador, a nosso entender, contribui para ofuscar, dentro do imaginário social, as diferenças entre atores laborais distintos e as

contradições e complexidades das relações entre os novos atores, sem que conflitos de interesses existentes possam ser nomeados e disparar a articulação de ações coletivas com base na defesa de direitos. Esse poderia ser um mecanismo, de baixo para cima, que dinamize as organizações políticas e de massa cubanas em seu intuito de defender os direitos dos trabalhadores, sem importar o setor que seja.

É claro que o papel dos sindicatos nas sociedades contemporâneas dá margem para uma análise muito polêmica, sobretudo na cena atual, em que políticas neoliberais têm precarizado ao máximo o mundo do trabalho e concomitantemente atacado as entidades sindicais e qualquer forma de organização coletiva. Como parte desses mecanismos de varrer o poder de resistência e luta dos sindicatos, líderes sindicais também são comprados por grupos de poder e respondem a seus interesses distorcendo a função sindical. Muitos sindicatos servem aos fins das corporações, fazem parte de suas estruturas de controle. Os sindicatos são suscetíveis de serem cooptados pelos interesses privados, isso é um fato. Assim, qualquer análise sobre a necessidade de reinventar o papel das organizações sindicais em Cuba tem que ser uma análise contextualizada, que leve em conta as problemáticas e perigos acima referidos.

O desafio está em abrir as organizações existentes a novas discussões, muito mais amplas, à tona com as problemáticas e contradições que emergem no novo setor, cujos atores laborais emergentes encontrem um fórum efetivo de debate, sem que isso signifique torcer espaços de discussão e agendas no rumo de interesses de atores corporativos, sem dar margem ao posicionamento de grupos alinhados com novos ou antigos poderes econômicos, focados em interesses individuais e de lucro de determinados setores, em menosprezo com os interesses coletivos da maioria.

Tem que existir uma captação das contradições emergentes a partir das novas formas de gestão econômica para espaços de debates coletivos e tem que ser criadas as condições para que as organizações possam se revitalizar, reinventar-se como mecanismos de democratização trazendo à tona as novas condições sócio históricas. É aí uma grande questão.

Os problemas dos novos atores – emergidos no contexto de novas relações laborais –, têm que ser socializados. Temos que trazer as questões que estão emergindo nos novos contextos para o debate público no lugar de assistir ao desenvolvimento de uma fratura social. Sobretudo, porque se bem, poderíamos

pensar que a abertura do setor privado é conjuntural e temporária, como contexto para a produção de novos padrões de subjetivação pública as novas formas de gestão econômica podem ter consequências que perdurem para além de sua existência, impondo e legitimando as referências de onde novas gerações tracejem suas expectativas de futuro. Nesse sentido, poderíamos estar assistindo ao condicionamento – na dimensão subjetiva – de um avanço mais radical e irreversível endereçado à privatização da sociedade cubana. A saber, a preocupação pelo lucro, pelo ganho individual em desprezo do coletivo, estilos autoritários nas relações laborais, entre outros aspectos, por não serem discutidos, por não acharem uma resistência coletiva, poderiam ser grandes ameaças para qualquer projeto social de coletivização.

Não queremos demonizar o 'cuentapropismo' cubano, pelo contrário, poderia estar gerando um dinamismo social interessante, potencialmente favorável. No entanto, queremos trazer à tona as contradições que atravessam sua existência frente aos valores e interesses coletivos. Se como medida econômica pode ser bom, gerar certo dinamismo econômico, beneficiar a determinados grupos da população cubana, gerar novas fontes de emprego para alguns setores, de um ponto de vista ideológico, político, público, pode ser potencialmente ruim. Potencialmente não é necessariamente. A diferença entre um e outro está na medida em que sejamos capazes de captar, recriar, reinventar as lógicas próprias de produção de subjetividades de um espaço privado para os fins de um processo que assume como escopo o bem-estar coletivo, ao menos, dominar o demônio que tais lógicas de produção contém. As entrevistas com jovens nos levam a pensar, que o primeiro passo poderia ser ventilar publicamente discussões sobre esses temas com os atores envolvidos e população em geral. É necessário um poder de imaginação e inventiva tal que somente poderá ganhar força e ser limitado também em um processo de construção coletiva.

Além de corroborar as pesquisas atuais sobre o tema, diante da falta de eficácia das organizações instituídas, os depoimentos dos jovens nos revelam outra ordem de questões, a falta de uma perspectiva crítica para analisar a sua condição laboral, para devir atores políticos, para se importar pelas formas de articulação coletiva e mecanismos de reivindicação de direitos existentes. Junto ao atraso das organizações para responder frente aos novos desafios, existe um atraso na reação dos jovens diante da reconfiguração das relações laborais em matéria de resposta

política. O correlato subjetivo da emergência dos novos atores “proprietários” e “contratados”, no que refere aos jovens em uma posição subalterna, esgota-se na recompensa econômica que percebem e na queixa individual. Os jovens não se importam com as condições de trabalho nem com os conflitos explícitos ou latentes entre eles e seus empregadores, tudo parece resumir-se a “ganhar mais”. E isso está apontando a uma crise importante do sentido do trabalho dentro da sociedade cubana para um setor da juventude: uma mercantilização do trabalho.

Assim, enquanto os jovens entrevistados do setor estatal, representam o trabalho como espaço para a superação e realização de aportes sociais, no imaginário da maioria dos jovens empregados no setor não estatal, o objetivo do trabalho se reduz à busca de uma maior remuneração econômica. Alguns nos informam que tratam de ser os melhores trabalhando para assim manter o emprego e ganhar mais, embora considerem que o horário é cansativo, a saber, sem estar satisfeito com suas condições de trabalho, o dinheiro recebido justifica tudo.

Esse enfoque de cunho liberal identificado nos depoimentos dos jovens entrevistados, coincide com a caracterização que Torres e Ortega (2014) fazem da cultura política de um grupo de ‘cuentapropistas’ cubanos. As autoras afirmam que, no caso dos sujeitos da sua amostra, tudo se resume a “trabalhar mais para ganhar mais”, sem uma análise política sobre as condições de trabalho no novo contexto. Para as autoras, o anterior diz respeito às carências econômicas que desde a década dos noventa afetam a grande parte da população dentro de um contexto de desigualdades, bem como a ênfase do discurso oficial nos aspectos econômicos da atualização do modelo, que conduz à fragmentação das noções de economia e política no imaginário social.

Mas, acreditamos que, sobretudo, assemelha-se a um processo de dessubjetivação de classe (ALVES, 2010) caracterizado pela perda dos valores do solidarismo que eram próprios dos coletivos laborais e a prevalência de valores individualistas.

Os processos de dessubjetivação de classe implicam dinâmicas sociais, políticas, ideológicas e culturais que levam a dissolução de “coletivos do trabalho” impregnados da memória pública da luta de classe [...]. Ao mesmo tempo, a ofensiva do capital significou a vigência da ideologia do individualismo na vida social. Desvalorizam-se práticas coletivistas e os ideais de solidarismo coletivo na qual se baseavam os sindicatos e os partidos do trabalho e disseminam-se na cultura cotidiana influenciada pela mídia, publicidade e consumo, os ideais de bem-estar individual, interesse pelo corpo e os valores individualistas do sucesso pessoal e do dinheiro. É nesse mesmo contexto histórico-cultural que ocorre a degradação da

política, no sentido clássico, e a corrosão dos espaços públicos enquanto campo de formação da consciência de classe contingente e necessária, e, portanto, do em-si e para si da classe social como sujeito histórico (ALVES, 2010).

Então, devemos pensar que, apesar do socialismo, a sociedade cubana também é susceptível de ser influenciada pela globalização como processo de dominação cultural que coaduna com o desenvolvimento do novo setor não estatal.

Por outro lado, a pouca referência às cooperativas não agropecuárias por parte dos jovens nos leva a pensar que essa forma de gestão econômica, que tem a ver mais com um projeto de participação coletiva, é pouco visualizada por eles dentro de seus horizontes. Não obstante, é um modelo de gestão desejado por alguns deles.

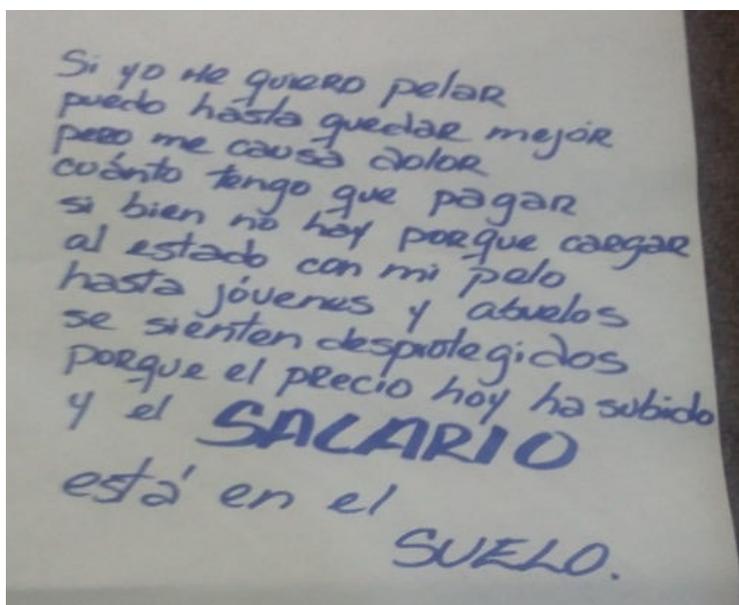
Nas entrevistas grupais, as jovens que fazem um curso como cabelereiras se questionam com incômodo porque antigos locais estatais de cabelereiros e barbeiros do bairro passaram a serem arrendados por particulares que, segundo elas, “privatizaram o serviço”:

A melhor opção era entregar esse local a um grupo de nós da comunidade e nos ajudar com alguns recursos para juntas empreender o negócio e brindar o serviço a todos.  
(Fragmento das entrevistas grupais).

Para as jovens, o arrendamento faz com que “o que antes era do povo, de todos, passa a ser de um dono, que tem dinheiro para investir e brindar um serviço de maior qualidade do que o Estado, não favorece ao “povo” porque os preços são muito caros e só pensa em seus ganhos”, segundo elas contam.

No *Congreso Internacional de Investigadores sobre Juventud* os jovens ilustravam algumas das vivências da população sobre os arrendamentos, nova forma de gestão econômica em que locais estatais passaram a ser administrados por arrendatários particulares, como cabelereiros. O seguinte cartaz, desenhado pelos jovens no congresso, confirma, desde um outro lugar de análise, os depoimentos das jovens participantes em nessa pesquisa.

O poema – em espanhol –, escrito pelos jovens, denuncia que nos locais arrendados o valor do serviço é alto e, para quem tem um salário do Estado, é impagável, o que cria um contexto de insegurança:



“Si me quiero pelar, puedo hasta quedar mejor, pero me causa dolor cuánto tengo que pagar. Si bien no hay por qué cargar al Estado con mi pelo, hasta jóvenes y abuelos, se sienten desprotegidos, porque el precio ha subido y el salario está en el suelo”.

Imagem9. Foto tomada no *Congreso Internacional de Investigadores sobre Juventud*, março de 2016

Consideramos que o incomodo com o modelo de privatização e a reclamação da possibilidade de empreender iniciativas de cunho mais coletivo é um aspecto positivo que poderia instigar às autoridades competentes a compreender a importância de privilegiar, estimular e alavancar dentro das novas formas de gestão econômica, a cooperativa como modelo de produção coletiva mais de acordo com um projeto de sociedade mais colaborativo e solidário.

No entanto, autorizações para o desenvolvimento do cooperativismo no país tem acontecido em um ritmo lento. Uharte (2016) informa que “em parte, existe um temor compreensível a respeito dos riscos do cooperativismo já que foi a forma encoberta que assumiram negócios privados na transição ao capitalismo na antiga URSS, segundo advertem analistas cubanos”. Se bem o cooperativismo poderia dar lugar ao estabelecimento de alianças estratégicas de determinados atores em Cuba com poderes econômicos e interesses capitalistas, isso dependeria, em todo caso, da forma em que esse tipo de empreendimento coletivo seja implementado em parceria com o Estado cubano. Trata-se de uma forma de produção com um grande potencial para favorecer relações de colaboração e coletivismo encaminhadas ao bem-estar comunitário, como demonstrado pelas experiências de cooperativas em Cuba e em outros contextos, em que o cooperativismo nas comunidades constitui-

se um fator chave no desenvolvimento de formas de vida e produção anticapitalistas.

A demanda que os jovens fazem de formas de gestão econômicas mais coletivas indica uma valorização do carácter coletivo da atividade produtiva defendido no país desde janeiro de 1959. Isso é algo positivo e avisa sobre a importância de balancear o correlato político das medidas econômicas, não somente se trata de produzir, senão, quem e como se produz. No entanto, Torres e Arteaga (2014) informam como as políticas tem favorecido formas de gestão econômicas que, como o 'cuentapropismo' e os arrendamentos, privilegiam relações não colaborativas, mas mercantis. Hoje já estão autorizadas as cooperativas não agropecuárias, única forma permitida de cooperativismo que existia no país até dezembro de 2012.

O conflito que com clareza trazem as jovens entrevistadas, a saber, “o que antes era do povo agora passou a ser de um dono”, ao mesmo tempo as leva a pensar que se seguirmos assim, corremos o risco de ir caminho ao capitalismo, o que nunca quisemos, nas suas palavras. Tal situação traz à tona as contradições entre as novas formas de gestão econômicas e o carácter socialista do sistema cubano, no mínimo, traz luz sobre o fato de que a tomada de decisões cujo escopo é a rentabilidade econômica tem um impacto na esfera política. Nos depoimentos das jovens, a partir do seu conhecimento empírico, se reconectam política e economia em um sentido crítico. Enquanto no discurso oficial afirma-se que além das transformações econômicas, o carácter socialista do sistema político cubano vai seguir sendo exatamente o mesmo, as jovens nos lembram que para isso acontecer deve seguir-se uma estratégia que atenuie o impacto de medidas que favorecem um sistema de relações capitalista.

No I Congresso do Partido em 1975 se declarava que “a construção do socialismo significa superar tudo tipo de propriedade privada sobre os meios de produção e compor um sistema único de economia em que somente existam formas coletivas de propriedade [...] para alcançar a superação definitiva das antigas classes exploradoras” (PCC, 1976). É claro que o contexto mudou e que novas formas de gestão econômica são um imperativo nas atuais conjunturas em que vive a ilha. Na verdade, o documento Conceitualização do Modelo Econômico e Social Cubano, expressa a compreensão sobre os desafios que em matéria sócio-política representam as transformações em curso. Não obstante, no concomitante Plano

Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social até 2030, se bem que os princípios expostos estão claramente alinhados com uma lógica de trânsito ao socialismo, as estratégias de como atingir tais objetivos na nova cena não ficam tão claras.

Voghon (2016) assevera que uma das principais limitações que ela encontra no atual processo de mudanças é que “não existe uma estratégia clara que vise sustentar a coerência das mudanças econômicas que se produzem com o intuito declarado formalmente de aprofundar o socialismo e sua sustentabilidade”. A fala das jovens nos leva a pensar que qualquer estratégia encaminhada nesse sentido deve alicerçar-se a espaços realmente participativos.

Em suma, quanto ao trabalho se revelam duas tendências de subjetivação, dependendo do setor onde o jovem se desenvolve, a saber, estatal ou não estatal. No setor estatal, os jovens formados valorizam a segurança quanto ao salário, condições e relações de trabalho, também expressam motivações referentes à superação e realização profissional. No entanto, ao mesmo tempo expressam sua insatisfação quanto ao poder aquisitivo do salário que não responde às suas expectativas de mobilidade social e de melhoria de suas condições materiais de vida. Em alguns casos de jovens profissionais, o trabalho é perspectivado com caráter temporário, sem se comprometer na atividade que realizam, enquanto concursam por bolsas de estudo no exterior ou esperam emigrar de algum modo.

Por enquanto, no caso dos empregados no setor não estatal, os principais interesses e motivações se esgotam na remuneração econômica – que consideram maior do que no setor estatal – sendo evidente uma tendência à mercantilização do sentido do trabalho. Ao mesmo tempo, vivenciam insatisfações e incômodos a respeito das condições de trabalho e das relações com os empregadores, mas não existe uma postura política que contribua para fazer uso dos dispositivos coletivos como a sindicalização ou articular demandas, reivindicações coletivas de direitos perante seus empregadores, isso nem é imaginado. Assim, tanto a frustração das expectativas de mobilidade social com base no trabalho estatal, como a mercantilização e despolitização do seu sentido no setor não estatal, indicam a existência de uma crise dos sentidos que conectam os jovens com essa dimensão da experiência.

### 3.3.4 Crise de identificação com as organizações existentes: entre a apatia, a queixa e a participação formal.

Assim, como já revelado nas entrevistas grupais, nas entrevistas individuais reforça-se a percepção sobre a diferenciação social existente com base no “poder econômico” – como referem os jovens – mas também outro marcador de diferença sobressai: o “poder político”, entendido nos depoimentos como a **possibilidade real de participar nos processos de tomada de decisões políticas** referentes ao curso da vida do país.

Por um lado, enquanto os jovens que trabalham no setor estatal ou estudam na universidade, informam pertencer a organizações políticas e de massa e serem convocados ordinariamente a espaços de discussão e debate público, aqueles jovens totalmente desempregados ou vinculados somente ao setor não estatal informam que não integram nenhuma organização, não fazem parte de coletivos nem participam em espaços de debate público. É claro que, no que se refere à participação não somente se trata da existência de oportunidades concretas para participar senão também do interesse para fazê-lo, são as duas arestas da problemática da participação política que nos ocupa nesse caso.

De outro lado, o uso do termo “eles” para referir-se aos dirigentes do país é reiterativo e tem a ver precisamente com a demarcação dos que têm o poder de decidir. “Eles” são para os jovens “os que governam”, “militares de alta patente”, “ministros”, ‘pinchos’<sup>56</sup>, nas palavras deles. Para os jovens não existe uma superposição entre os que ostentam poderes políticos e aqueles que ostentam poderes econômicos, a saber, os líderes do país não são “os ricos”, nos informam. O que define a “eles” é o poder na tomada de decisões. Assim, “eles” administram os recursos do Estado e devido a isso os jovens alegam que “vivem bem”, “não têm limitações”, “podem fazer o que desejam”. No caso de alguns jovens, existe certo receio a respeito “deles”, “que decidem tudo”, nos contam, enquanto outros expressam confiança:

Enquanto Raúl esteja dirigindo não temos perigo, “eles” [Raúl, Fidel] foram os que fizeram importante esse país.  
(Fragmento das entrevistas grupais).

---

<sup>56</sup> Gíria que significa militares ou ministros de alta patente.

Assim, não podemos falar de opiniões homogêneas a respeito, para além do reconhecimento por parte de todos os jovens de que o poder na tomada de decisões é exclusivo da liderança política do país.

Para além daqueles que militam na UJC ou FEU, os jovens não se identificam com nenhuma organização, grupo ou coletivo de cunho político. Aliás, a política é identificada como uma atividade formal, que corresponde a um grupo de governantes, fundamentalmente militares, os que tomam decisões de cima para baixo:

A política é a função de um grupo de pessoas encarregadas de decidir e organizar como são as coisas no país.  
(Fragmento da entrevista com Nina).

Assim, a política é esvaziada do político e entendida como uma atividade exclusiva de um grupo de dirigentes, desvinculada da vida cotidiana o que corrobora o resultado da pesquisa de Torres e Arteaga (2014) sobre cultura política. Um exemplo claro e que nos ocupa nesta pesquisa é referente à participação no processo de deliberação popular sobre a atualização do modelo econômico. Documentos oficiais que pautam a reforma foram discutidos no contexto das organizações políticas e de massas. Em 14 de junho de 2016, o jornal *Granma*, Órgão Oficial do Partido, publicava:

Desde hoje e até 20 de setembro se desenvolverá em todo o país um debate democrático, em que participarão diretamente milhões de cubanos. Trata-se do processo de consulta da militância do Partido e da UJC, representantes de organizações de massas e amplos setores da sociedade, sobre os documentos de transcendental importância discutidos e analisados pelo VII Congresso do Partido: Conceitualização do Modelo Econômico e Social Cubano de Desenvolvimento Socialista e Plano Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social até 2030: proposta de visão e nação, eixos e setores estratégicos (GRANMA, 2016, tradução nossa).

Mais adiante, a declaração de *Granma* esclarecia que 680.000 cópias dos documentos seriam disponibilizadas para consulta de toda a população através das organizações políticas e de massa, além de serem publicados na internet. Na verdade, estudantes universitários e profissionais trabalhadores dentro do setor estatal entrevistados expressaram que, em faculdades e centros de trabalho, se discutiram os documentos que regulamentam a atualização do modelo. Eles foram convocados e participaram destes espaços de deliberação pública:

Há múltiplos espaços na Faculdade, onde se discutem essas questões – sobre o curso da vida política do país, em especial, a atualização do modelo

– o tempo todo, em uma reunião da UJC, do PCC ou do Sindicato. Mas a gente também discute sobre isso fora das organizações, em espaços informais em que começamos a falar de um tema e de outro, tipo, na minha casa com meus familiares e amigos. De fato, esses temas acho que são os mais discutidos hoje em Cuba pela população em geral, é claro que de diferentes perspectivas e com diferentes níveis de análises segundo a formação e orientação ideológica de cada qual.  
(Fragmento da entrevista com Alina).

Pertencer à FEU faz com que você participe diretamente nos espaços de debate sobre as transformações.  
(Fragmento da entrevista com Sofia).

Contam-nos os jovens trabalhadores do setor estatal sobre sua experiência, bastante similar a aquela das estudantes universitárias. Eles nos informam como, de fato, organizações políticas e de massas instituídas habilitam, nas bases, espaços para a deliberação pública sobre os aspectos essenciais do processo de atualização do modelo. O processo de consulta popular nestes contextos institucionais de baixo é descrito com nuances diferentes pelos jovens com base na sua própria experiência. Enquanto uns informam que se trata de processos em que se discute abertamente, outros, quando perguntados informam-nos que nem sempre se sentem à vontade de falar honestamente, devido ao fato de trabalhar no setor militar temem sobressair e ser considerados contrarrevolucionários, sem resolver nada. O debate político em alguns espaços acontece de forma aberta enquanto em outros prevalece um clima de certo constrangimento:

Nos espaços formais, sobretudo, nos centros de trabalho, discute-se, tem bastante debate político, por exemplo [...] é claro que a gente falava sem a liberdade com que se fala na universidade. [...] Lembro de uma matéria que era de debate político e todos falavam e desabafavam [...], a gente nomeava essa matéria a matéria do desabafo, [...] mas depois comecei a trabalhar e quando você percebe como o pessoal mais idoso está falando, o jeito deles, você sabe que o que você tem para dizer não vai mudar a forma de pensar deles, nem vai ser escutado acima, nem vai conseguir nenhum benefício pessoal com isso, pelo contrário, então, eu preferia discutir o que pensava com os jovens mais próximos a mim, mas nesses espaços mais públicos com os mais idosos, falava o que sabia que eles queriam escutar.  
(Fragmento da entrevista com Frank).

A vivência de não ser escutados também foi trazida com força pelos jovens da comunidade entrevistados na sessão de trabalho grupal. Os depoimentos nos informam que institucionalmente estão criados espaços para o debate sobre o processo atual de mudanças e os documentos que pautam as transformações são discutidos, mas a forma em que essa discussão acontece depende das dinâmicas próprias de cada espaço. No caso específico dos jovens entrevistados, aqueles

inseridos em contextos como a universidade percebem que as discussões são mais abertas, sentem-se comprometidos com o espaço de discussão coletiva sobre o comum, sentem mais liberdade para compartilhar seus critérios e se responsabilizam com defender o que pensam.

No entanto, em outros espaços institucionais, os jovens percebem um maior controle sobre o que deve ser dito. Neste sentido, os depoimentos dizem respeito ao fator geracional como elemento chave, o ponto de vista dos mais idosos e sua cosmovisão impõe-se como critério hegemônico:

São pessoas que levam muito tempo trabalhando no centro, sentem um grande sentido de pertença e amor que a gente não sente, são conservadores e sentem muita identificação com a Revolução, vêm as coisas de um jeito diferente.  
(Fragmento da entrevista com Rosa).

Ao mesmo tempo, os jovens reconhecem que, nesses casos, preferem respeitar o legitimado e evitar uma confrontação de opiniões no lugar de se responsabilizar com a defesa do seu ponto de vista, porque é o mais conveniente, nas suas palavras.

Os espaços informais para encontrar-se e discutir sobre questões comuns que os preocupam ou incomodam no cotidiano, não deixam de ser aproveitados:

Na verdade, só é suficiente que dois recém-formados se juntem para que haja uma conversa sobre estes temas.  
(Fragmento da entrevista com Rosa).

As entrevistas evidenciam a maneira como os jovens inseridos em espaços institucionalizados habitualmente discutem entre si sobre o seu contexto, compartilham inquietações, identificam-se entre si, ao mesmo tempo em que se diferenciam dos valores de outras gerações, vão construindo consensos e uma noção coletiva de sociedade com um conteúdo político. Não se trata de uma juventude indiferente diante a cena social.

No entanto, estamos ante um processo de subjetivação muito complexo e não homogeneizável. Se parte desses jovens que integram os espaços formais trazem entre eles livremente seu ponto de vista, participando de um debate público mais abrangente e horizontal, outros escolhem expressar-se no espaço privado ou pequenos grupos informais para evitar confrontos. Assim, uma parte importante dessa corrente de pensamento e opinião dos jovens sobre o contexto cubano

contemporâneo está decorrendo no subterrâneo, conformando uma trama que não chega às instituições, quando sua força, evidente em catarses e desabafos, poderia dinamizar e impulsionar um processo de transformações muito mais inclusivo e participativo.

Isso diz respeito ao clima de censura que está presente em determinados espaços, bem como à falta de vontade e responsabilidade dos jovens para defender seu ponto de vista diante das oposições: digo o que realmente penso ou faço o mais conveniente, isto é, digo o que os outros querem escutar. Assim, o mais conveniente para todos, não receber críticas de um lado, e não exercer e reivindicar o direito à crítica, de outro, se complementam enfraquecendo o potencial crítico e transformador tanto das juventudes como das organizações.

Além disso, os jovens entrevistados que não estão inseridos no setor estatal, afirmam que não participam dos espaços de discussão política e expressam menor interesse em falar dessas questões:

Eu não perco meu tempo nisso. [...]. Tenho que aproveitar meu tempo em coisas importantes como buscar sustento, por exemplo.  
(Fragmento da entrevista com Roberto).

De fato, como exposto anteriormente, Helena nos relevou que os jovens da comunidade são resistentes a participar em atividades coletivas convocadas pelas instituições e ainda mais em espaços de cunho político. É evidente que, enquanto em alguns contextos mais institucionalizados as organizações políticas e de massa estão mais presentes, em outros, sua presença é mais fraca e seu poder de convocatória sobre as novas gerações é limitado, recriando-se uma dinâmica de apatia e falta de sentido de pertença. Por sua vez, são esses espaços precisamente os mais carentes, cuja juventude está exposta a maiores riscos.

A constituição cubana reconhece os “direitos de reunião, manifestação e associação” dentro dos espaços instituídos pelo Estado e declara que nas “organizações sociais e de massas” existentes, os cidadãos dispõem de uma “ampla liberdade de palavra e opinião com base no direito irrestrito à iniciativa e à crítica” (CONSTITUCIÓN DE LA REPÚBLICA DE CUBA, 1992). Assim, as possibilidades de se reunir, organizar ou manifestar ficam restringidas ao contexto das organizações já existentes. Como já mencionado, existem duas organizações políticas em Cuba, a União de Jovens Comunistas e o Partido Comunista de Cuba,

a primeira considerada prelúdio da segunda. Por sua vez, existem diversas organizações de massas e sociais, como CDR, FMC, FEEM, FEU, Sindicatos e é comum que cubanos integrem ao mesmo tempo várias dessas organizações, a saber, integrem um sindicato no contexto laboral, um CDR no local de moradia, FEU ou FEEM, se fossem estudantes, a FMC, se fossem mulheres, PCC ou UJC, se tiverem uma militância política, etc.

Para alguns jovens, por exemplo, a dupla militância nas organizações políticas UJC e PCC, bem como ser membro do Sindicato do seu centro de trabalho, faz com que sintam que participam ativamente na dinâmica das transformações sociais em que se vivem no país, em especial, sentem que estão “integrados”, que não estão “isolados”. Por sua vez, também referem que pertencer à FEU, organização estudantil, permite-lhes estar participando em eventos importantes da cena nacional nos que jovens universitários são convocados pela direção do país, o que reforça a vivência de estar integrados e isso faz com que experimentem sentidos de pertença ao grupo de estudantes. Mesmo assim, os jovens reconhecem não estar seguros de até que ponto os depoimentos feitos por eles nas bases das organizações são escutados e levados em conta pela direção do país, na tomada de decisões políticas:

Supostamente somos escutados, mas isso nunca se sabe com certeza, [...] o discutido nas bases deveria ter um impacto maior e mais direto sobre as decisões tomadas acima, já que é diferente participar em uma consulta que participar na tomada de decisões, embora que participar na consulta, de fato, é muito bom, a participação deveria ser maior.  
(Fragmento da entrevista com Alina).

As experiências dos jovens correspondem com o destacado por Valdés (2009), analista do sistema político cubano. Para o autor a participação dentro de um sistema político conta com diversas dimensões: poder se expressar livremente, ser consultado, poder colocar demandas, poder fazer propostas, participar na tomada de decisões, participar na execução dos acordos combinados, exercer o controle democrático e avaliar o labor da direção. Para o autor, a participação na tomada de decisões é chave, assim como o controle democrático, que diz respeito à transparência da gestão de direção, a rendição de contas e o exercício da opinião pública.

No caso cubano, Valdés (2009) destaca que, enquanto a população no contexto das organizações existentes tem voz e é consultada, e inclusive pode

colocar demandas e participar na realização das tarefas de cunho social pactuadas, tem uma participação quase nula na tomada de decisões, na colocação de propostas, no exercício do controle democrático e na avaliação da gestão da direção, já que existe uma marcada centralização hierarquizada dos processos de tomada de decisões nos níveis médios e superiores do sistema político.

A participação popular, em todos seus momentos e de maneira acrescentada na tomada de decisões, se vê dificultada pela tendência burocrática das instituições, se entendermos a burocracia não somente como o excesso de funcionários e procedimentos, mas, sobretudo, como a falta de controle democrático sobre os processos de tomada de decisões, pois, a sociedade não tem controle sobre o rumo das políticas em curso (VALDÉS, 2009, p. 44).

Os jovens entrevistados, apesar das diferentes ocupações, expressam descrença sobre a eficácia das organizações, que foram criadas há muito tempo e cujos objetivos, segundo eles, seguem sendo os mesmos, respondem a um dever ser que não se corresponde com a realidade que vivem:

Nunca li os estatutos da FEEM, nós jovens não prestamos muita atenção a isso.  
(Fragmento da entrevista com Ana).

No imaginário dos jovens as organizações são “formalidades”, nas suas palavras:

Nem sempre funcionam [...].  
(Fragmento da entrevista com Nina).

São as que nos representam, mas às vezes as coisas que se expressam não refletem a realidade.  
(Fragmento da entrevista com Umberto).

Enquanto outros jovens, em especial jovens da comunidade, nos informam que não têm nada a dizer:

Não tenho nada a ver com isso.  
(Fragmento da entrevista com Erick).

Não quero nem falar disso, é problema deles (os que governam).  
(Fragmento da entrevista com David).

Existem muitos jovens que estão totalmente afastados das organizações, não pertencem e isso determina que seus critérios não sejam escutados em nenhum lugar.  
(Fragmento da entrevista com Alina).

A apatia com relação às organizações se expressa sem distinção quanto a organizações políticas e de massa, como se os aspectos que distinguem um tipo de organização de outra não fizessem diferença no imaginário dos jovens. Seus depoimentos nos fazem pensar que a forte formalização dos espaços de participação política é um dos aspectos que conspira para descontar o potencial crítico das organizações, desestimula os jovens e mingua a cultura de participação.

Comecei a militar na UJC com ilusão, mas deixei de militar porque percebi que questões trazidas pelos militantes nas reuniões nas bases não eram escutadas, os canais de comunicação entre instâncias superiores da organização e as bases não funcionam bem.  
(Fragmento da entrevista com Rosa).

Para mim perdeu sentido participar nas reuniões já que os problemas colocados não encontram solução.  
(Fragmento da entrevista com David).

A UJC não é percebida como uma organização para agir, debater, assumir a responsabilidade de defender um ponto de vista pessoal ou coletivo, mas um espaço em que outros devem dar respostas e resolver problemas, um espaço para queixas e demandas a serem resolvidas por outros, em especial, o governo. A postura de demanda a respeito das organizações políticas e de massa, é recorrente na fala de todos os jovens, um dos aspectos em que a saturação foi identificada logo desde a metade das entrevistas. Quando os jovens foram perguntados sobre como os aspectos da realidade que eles mencionam que funcionam mal poderiam melhorar – por exemplo, o mal estado das habitações, o lixo nas ruas, etc. – sem exceção todos alegam que é ao governo a quem corresponde fazer com que as coisas melhorem:

As transformações dependem dos que governam.  
(Fragmento da entrevista com Maria).

Isso não depende de nós.  
(Fragmento da entrevista com David).

Se é claro que os depoimentos expressam uma crítica, a saber, as decisões no país são tomadas de acima para abaixo, também implicam implicitamente uma cumplicidade com isso. Assim, queixas trazidas carecem de uma intenção política de transformação:

Eu vou com a maré. Sou dos países que se abstêm de votar.  
(Fragmento da entrevista com Erick).

Não se assume a responsabilidade por colocar e defender a opinião própria, para além das possíveis consequências de uma confrontação com grupos cujas opiniões sejam diferentes. As falas expressam como os jovens não se percebem a si mesmos como sujeitos políticos autônomos, com possibilidades de sustentar uma crítica articulada com ações para transformar a realidade dentro dos contextos organizacionais existentes.

Os jovens não estamos muito acostumados a mudar as coisas, senão a que as coisas são de uma maneira já estabelecida [...] e nem sempre tem a ver com o jeito do Estado dirigir o país, às vezes existe certo fatalismo de não querer mudar nada, não investir nisso, mas seguir pelo caminho já tracejado. (Fragmento da entrevista com Sofia).

Para Voghon (2016) a forte “superproteção” do Estado durante décadas garantindo direitos básicos pelos quais, no caso cubano, os jovens nunca se viram obrigados a se organizar, se mobilizar, demandar, lutar, fomenta atitudes de passividade e demanda, no lugar da ação. Na verdade, os jovens amplamente reconhecem direitos que desfrutaram desde sempre como o direito a estudar, receber atenção médica, ter um emprego, viver em uma cidade tranquila. Ao falarem de tais direitos, muitas vezes, parecem naturais, mas não resultado de lutas e decisões de cunho político, um ganho com importantes custos assumidos por gerações inteiras. Tais direitos aparecem nos depoimentos dos jovens como algo dado, que não tem que ser defendido, que não está ameaçado, já conseguido de uma vez e por todas, às vezes, nem tão importantes, quando contrastados com o cúmulo de insatisfações que obviamente se derivam das carências econômicas. A existência de tais direitos não parece merecer um parêntesis de análise por parte dos jovens, uma postura política a favor ou contra, para além de expressar que é algo muito bom. Assim, com o caminho de reformas, tudo o que se espera é melhoras econômicas, mas como conseguir isso sem colocar em perigo os direitos já garantidos, não parece ser uma questão. Quais implicações das mudanças no contexto atual para a sustentabilidade de princípios como a garantia dos direitos básicos inalienáveis que existem, e qual posição assumir perante isso, é uma questão que não parece preocupar muito aos jovens ao falarem sobre o contexto de mudanças.

Por sua vez, insatisfações referidas quanto às organizações são também da ordem do material, como a incapacidade para dar solução à problemáticas de infraestrutura que, apesar das queixas, nunca são atendidas por falta de recursos.

Assim, o conteúdo das demandas colocadas nas organizações, na maioria dos casos, diz respeito às dificuldades enfrentadas na vida cotidiana. Nesse sentido, os jovens expressam que o discurso dos dirigentes e líderes políticos está desligado dos problemas do dia-a-dia que a população enfrenta e isso faz com que, às vezes, nas organizações nem se discuta nem se resolvam os problemas do cotidiano.

Aspectos referidos ao exercício dos direitos de cidadania, visão e missão das organizações, aspectos conceituais e estratégicos do processo atual de transformações, entre outros, não são mencionados e parecem não preocupar os jovens. Portanto, coincidimos com Torres e Arteaga (2014), quando descrevendo a cultura política de um grupo de sujeitos 'cuentapropistas' concluem que as organizações nas bases não funcionam como lugares para "redefinir, imaginar e (re) construir relações de poder". As organizações não são vistas como espaços para agir, instrumentos para transformar a realidade ou mesmo, para serem transformadas. Como descrito pelo Valdés (2009), o potencial participativo acumulado no sistema político está sendo subutilizado.

A expressão: participar "não vai me resolver nada", diz respeito a uma evidente contradição entre o individual e o coletivo. Quando participar, expressar o que se pensa, transcender a queixa entre amigos e colocar no espaço público uma crítica de conteúdo político, não é conveniente ou não contribui para um ganho individual é melhor se abster. Os jovens estão focados em alcançar metas pessoais, os principais apoios que reconhecem nesse sentido provêm das famílias, em primeiro lugar, fundamentalmente pais e redes de amigos, sem referência a organizações, instituições ou outros grupos.

Não observamos que as vivências de desvantagens de uns grupos em relação a outros, não observamos que impulsionem processos de articulação coletiva. Os processos de estratificação não têm um correlato na emergência de organizações com identidades e agendas diferenciadas. É uma dinâmica muito complexa. Poderíamos explicar que se deva à proibição da conformação de grupos políticos para além das organizações já existentes, mas a juventude entrevistada não mostra interesse na formação de outros grupos políticos, não expressa se sentir constringida por essa proibição, nem faz referência a ela. Não tem lugar a imaginação de outras possíveis formas de engajamento coletivo além dos espaços institucionais – mesmo que considerem que estes estejam esgotados – nem é clara a visualização de projetos comuns perante as problemáticas que estão enfrentando.

Existe certo esvaziamento do interesse pelo político, no sentido de discutir que é comum e pode ser relevante para todos, e em alguns casos expressam uma visão negativa respeito à política caracterizada como “corrupta”, “pura fofoca”, “suja”, nas palavras de alguns deles. Nos dois casos em que a visão sobre política é positiva – alegam que “gostam da política ” – esta é entendida como “dizer o que se pensa” em determinados contextos e situações, mas de forma muito limitada.

Se bem que, segundo Valdés (2009), existe por parte do governo uma tendência à alta centralização das decisões políticas sem facilitar a participação na tomada de decisões e um adequado controle democrático, o que expressa uma insuficiência democrática do sistema nesse sentido, a decisão dos jovens de evitar confrontações no contexto institucional – uma vez que em outros contextos informam expressar-se de modo aberto, como são exemplo as próprias entrevistas e sessão grupal nas quais sem me conhecer direito me falaram abertamente sobre o que pensam e sentem, de modo crítico a maioria das vezes – e assumir um papel mais passivo faz com que se reforce o esquema de pouca participação e diminua o potencial crítico e de transformação das organizações.

Talvez seja um imperativo pensar qual seria o curso dos acontecimentos em Cuba se existisse uma forte cultura participativa e os jovens resolvessem reivindicar o direito a participar nos processos de tomada de decisões, exercer o controle democrático sobre a vida política do país, assim como colocar propostas e avaliar a gestão da direção política, sobretudo, quais os mecanismos para isso acontecer sem resultar em posturas anexionistas que ameacem o grau de soberania nacional conquistado – o projeto de nação – nem os princípios do sistema – o projeto de sociedade – que contribuem para o alcance de importantes logros em matéria de desenvolvimento social e humano.

Na verdade, o contexto de cerco econômico, político, social em que se tem desenvolvido o sistema político em Cuba desde janeiro de 1959, contexto de forte guerra ideológica, com financiamento por parte do governo de Estados Unidos, apoiado pela direita internacional, dirigido a criar condições para uma mudança do sistema a fim de seus interesses econômicos, faz com que o perigo de posturas críticas serem cooptadas para dar corpo desde dentro a ações intervencionistas é uma ameaça real. Não é um eufemismo falar do risco objetivo da sociedade cubana ficar atolada em um percurso de transformações que, sob a promessa de eufemismos como maior “democracia”, “direitos humanos”, “modernização” e

“progresso econômico”, a façam retroceder ao estado de colônia a favor das instâncias financeiras internacionais, do lucro das corporações e contra inevitavelmente da população cubana.

Com certeza, a postura de centralização assumida pela direção política em Cuba tem sido uns dos fatores contribuintes para sustentar a soberania nacional, em contraste com o curso que outros movimentos – os chamados governos pós-neoliberais – tiveram na região. No entanto, contornar o perigo real de um retrocesso colonialista, sem sacrificar as possibilidades de uma participação mais plena da população no curso da vida política do país constitui um grande desafio e é uma questão chave. Para Valdés (2009) uma maior participação é condição necessária para enfrentar os principais desafios da sociedade cubana atual e considera que deve ser intenção do país criar condições favoráveis para fazer com que isso aconteça. O autor defende a pertinência de uma estratégia que expresse a determinação política de que exista uma real participação diante da resistência dos jovens a se engajar nos espaços disponibilizados para participar. A partir dos dados construídos, coincidimos com o autor quando assevera que a cultura participativa no contexto atual é algo por se construir e novas formas de participar para além da colocação de queixas e demandas, ou a participação nas manifestações multitudinárias convocados pelo governo, devem ser aprendidas.

No caso especial da juventude, trajetórias de vida de jovens entrevistados por nós confirmam que existem camadas de jovens que decidem ficar totalmente por fora dos espaços instituídos para participar, enquanto outros que participam não expressam abertamente seus pontos de vista ou critérios, no mínimo. Morales (2016), quando entrevistada por nós, confirma-nos que o principal desafio do processo cubano tem a ver, sem discussão, com a necessidade de integrar os jovens e revolucionar os mecanismos de participação. É claro que existem também importantes camadas das juventudes integradas, no mínimo nos processos de formação, de emprego, de segurança social, de atenção à saúde, mas também é necessária sua integração em espaços de deliberação, participação política, tomada de decisões, debate público. A especialista, então, ao se referir às necessidades de uma maior integração, sem dúvida está pensando, sobretudo, nas juventudes representadas por alguns dos jovens da amostra, a saber, jovens de comunidades desfavorecidas, desvinculados das redes de instituições educativas, trabalhando

informalmente, socializando-se em espaços onde se normalizam padrões consumistas, etc. Morales (2016) afirma que:

No que se refere ao tema juventude, marginalização e sociedade cubana, o processo não pode seguir sendo construído por pessoas não jovens maioritariamente. É preciso uma participação mais plena, com base no diálogo e respeito das diferenças para que os jovens possam se integrar, retribuir e se sentir satisfeitos com a nação em que vivem.  
Entrevista com Elaine Morales.

Logo, a pesquisadora reforça que decisões não devem tomar-se sem consultar os jovens:

É necessário tomar decisões com os jovens e não para os jovens.  
Entrevista com Elaine Morales.

Em suma, a pesquisa revela tendências de subjetivação muito associadas à posição do jovem na estrutura ocupacional. Em primeiro lugar, interpretamos uma tendência própria daqueles jovens formados, integrados a empregos no setor estatal, caracterizada pelo reconhecimento das organizações políticas e/ou de massa existentes e sua identificação com elas, ainda, em alguns casos é notado o interesse por participar e se sentir parte de um coletivo. No entanto, a pertença às organizações, nesses casos, concretamente, tem um cunho mais formal do que político e não se constitui como uma militância completamente ativa, aliás, em alguns casos, também estão presentes dúvidas sobre o sentido mesmo que a militância política tem na vida do jovem, que concretamente, é muito limitado.

Em segundo lugar, uma outra tendência, mais presente em jovens desvinculados do setor estatal, mas não restringida só a eles, diz respeito à não identificação com as organizações existentes, sejam políticas ou de massa, um maior desinteresse por participar dos espaços coletivos, uma opinião negativa sobre a política e os políticos, e ainda, certo incomodo pelo fato de sentir que a tomada de decisões sobre o curso da vida política do país está altamente centralizada. Não se trata, na verdade, de dois polos extremos, uma parte importante dos jovens expressam vivências que se debatem entre ambas as tendências. Estamos relevando indicadores de uma crise do sentido da participação política e de identificação com as organizações existentes.

Assim, parece geral a tendência a ter e expressar com maior honestidade opiniões sobre a vida política, socioeconômica do país, em âmbitos mais privados do que públicos, bem como assumir uma postura de queixa e demanda, mais do que de agencia. Também prevalece certo desconhecimento sobre a cena política

internacional, mesmo a regional, como se a realidade cubana e os desafios que se afrontam não tivessem que ser colocados em perspectiva à luz do que acontece internacionalmente.

A apatia dos jovens cubanos entrevistados em relação ao político coincide com uma tendência mais global no contemporâneo, em que jovens assumem posições mais críticas em relação às formas tradicionais de fazer política e mostram desinteresse por se engajar numa participação formal e institucionalizada. No lugar de participar de ações partidárias ou através do voto, jovens preferem reinventar os espaços e modos de participação. Nesse sentido é necessário que as organizações em Cuba se abram a esse tipo de análise, reinventem seus modos de funcionamento para poder assimilar um debate profundo sobre as inquietações dos jovens respeito à política. As organizações cubanas têm que refletir sobre a crise da institucionalidade no contemporâneo, que já não dá conta das suas funções de representação e desenvolver uma narrativa e uma prática muito mais descentralizadas e participativas. As organizações não podem reproduzir estilos verticalistas, nem podem negar a existência de setores da juventude desligados do pacto coletivo que elas representam. Sem pôr em perigo os princípios de um projeto de nação soberana e de sociedade justa e inclusiva, tem que haver uma abertura para discutir a diferença, que não pode ser evadida, já que em muitos casos expressa as dificuldades dos jovens para lidar com um contexto altamente contraditório, sob a influência de um discurso ideológico hegemônico em escala global, marcadamente liberal, que chega à ilha através da televisão, da mídia, da internet, dos amigos e familiares que moram no exterior. As organizações têm que viabilizar a criação por parte dos jovens de uma narrativa oposta ante esse tipo de influência. Mas, para isso, tem que se parecer um pouco mais aos jovens, tem que se deixar tomar pelos jovens, tem que se tornar espaços para se conectar com as inquietações deles, para discutir sobre seus conflitos, para motivar o estudo e a leitura sobre o mundo atual objetando o grande desconhecimento que eles mostram, para incentivar a imaginação e a criatividade, para discutir sobre a pertinência de defender o pacto coletivo que sustenta o projeto de nação.

### 3.3.5 A atualização do pacto coletivo se debate entre o êxodo migratório e a individualização dos sonhos.

A carência de recursos econômicos constitui, com certeza, a principal desvantagem expressada pelos jovens sem exceção, o que eles relacionam à posição socioeconômica de suas famílias de origem e, no momento atual, à ocupação que eles têm. A percepção de falta de recursos econômicos desvela-se como uma questão chave que, em sentido geral, diferencia uns grupos de outros dentro da sociedade cubana, e na sua experiência de vida em particular, dinamiza motivações e mobiliza escolhas. O sentido com que é vivenciada essa falta difere entre os jovens.

A falta de recursos econômicos adquire uma dimensão especial no contexto da atualização do modelo. Como ilustrado nos trechos de entrevistas a seguir, segundo a percepção dos jovens, o atual processo de transformações econômicas está beneficiando somente a algumas camadas da população com maior renda, e mesmo no caso dos que esperam que as mudanças a longo prazo beneficiem a todos, sobretudo, aquelas transformações de carácter mais macro como o maior comércio com países estrangeiros, em sentido geral, os jovens não percebem benefícios concretos. Assim, a maioria dos entrevistados reconhece que o país atravessa um processo de transformações econômicas, mas a totalidade deles não percebe o impacto dessas transformações na sua vida cotidiana para além da consolidação das desigualdades que já existiam, como mostram os seguintes fragmentos de entrevista:

Entrevistadora: Em Cuba está se implementando um processo de atualização do modelo econômico? Quais as transformações mais importantes que esse processo de atualização estão trazendo segundo tua experiência pessoal?

Erick: No pessoal eu não percebo mudança alguma.

Alina: De fato, desde que o Raúl tomou posse, anunciou um conjunto de transformações da política econômica e social que, na verdade, estão acontecendo, mas por enquanto, o resultado dessas mudanças favorece só a algumas camadas da população, [...] resultados palpáveis, concretos, para todo o mundo não tem, [...], na verdade, a gente não percebe mudanças na sua vida cotidiana, [...] problemas como o acesso aos alimentos seguem afetando a gente e são questões que discutimos muito porque é o nosso dia-a-dia....[...] Supostamente mudanças de carácter mais macro a longo prazo vão ter algum impacto na melhoria das condições de vida da gente, mas, por enquanto, no meu caso pessoal, nenhuma das mudanças implementadas me beneficia diretamente...

(Fragmentos das entrevistas individuais com Erick e Alina).

A questão do tempo em que se esperam ver os impactos positivos das mudanças em curso é um fator discutido amplamente nos espaços públicos. A direção do país informou em várias ocasiões que as medidas devem ser tomadas aos poucos, balanceando, em cada caso, o seu impacto social. Não se trata de uma questão simples, toda vez que não podem ser implementadas transformações sem serem levadas em conta suas implicações políticas e sociais, a população espera uma correspondência direta entre as medidas tomadas e a melhora das suas condições materiais de vida. Nesse sentido, uma parte dos jovens consultados expressam se sentir esperançosos com relação às mudanças em curso, enquanto outros se mostram mais receosos, mas, de modo geral, prevalece a incerteza com relação ao futuro do país.

Mudanças identificadas são, em primeiro lugar, o auge do setor 'cuentapropista', em segundo lugar, uma maior abertura ao comércio internacional, em especial, a retomada das relações diplomáticas com os Estados Unidos e em terceiro lugar, os jovens referem-se à liberalização de determinadas atividades de compra, venda e consumo que estavam restringidas, como comprar ou vender casas, autos, visitar hotéis ou a eliminação do polêmico requerimento de permissão para viajar. Tais mudanças correspondem diretamente com os temas mais publicitados e de maior impacto na mídia nacional. Outras mudanças acontecidas em matéria legislativa, política de gratuidade, segurança social, emprego, comércio exterior, etc. não foram mencionadas.

A liberalização da compra e venda de determinados bens materiais pessoais ou oportunidades de visitar hotéis, viajar como turistas, etc., a terceira das mudanças mais mencionada, se é considerada uma medida positiva, na experiência deles, tem um caráter ambivalente, já que concretamente, eles informam não ter recursos para aproveitá-la.

Proprietários de negócios particulares ou quem recebe remessas do exterior, podem ir nas férias a Varadero, sair para desfrutar com a família. Por enquanto, quem vive com um salário do Estado não tem acesso a essas coisas e isso faz com que a desigualdade seja hoje muito mais evidente do que era antes.

(Fragmento da entrevista com Alina).

Gostaria de ir a Varadero<sup>57</sup>, mas só posso visitar esses lugares quando alguém me convida.

(Fragmento da entrevista com Rosa).

Tem lugares muito bons, mas são também muito caros.

(Fragmento da entrevista com Maria)

O auge do setor 'cuentapropista' – para os jovens entrevistados, sem exceção a mudança fundamental – é avaliado de maneira positiva, uma vez que segundo eles, cria um contexto de oportunidades para aqueles que com dinheiro podem investir, tornar-se 'donos' dos seus próprios negócios e aumentar suas rendas, enquanto aumentam e se diversificam também as possibilidades de consumo ao surgir uma nova rede de restaurantes, clubes, cafeterias, etc. brindando um serviço de maior qualidade que o brindado nas entidades estatais equivalentes.

Como nas entrevistas grupais, nas entrevistas individuais participantes se referem aos 'donos' para nomear os proprietários de negócios, bem como estabelecem uma diferença entre negócios pequenos – que, muitas vezes, não são rentáveis e fracassam – e grandes negócios, empreendidos por aqueles que contam com suficiente capital:

Quando digo que os 'cuentapropistas' são um grupo com dinheiro, é claro que não me refiro a todos os 'cuentapropistas'. Há quem está trabalhando nesse setor e tem poucos recursos. Estou falando dos que são 'donos' de negócios grandes, 'paladares'<sup>58</sup>, táxis e têm muito dinheiro.

(Fragmento da entrevista com Alina).

Na mesma comunidade onde nos inserimos, bem como no resto da cidade, são notadas as diferenças entre uns negócios e outros.



<sup>58</sup> Nome que recebem em Cuba os restaurantes particulares.

Imagem 10. Fotos tomadas de uma cafeteria (esquerda) e de um local de reparação de sapatos (direita) na comunidade em abril de 2016.

O processo de atualização, em especial, as novas formas de gestão econômica, cria oportunidades de empreendimentos, mas estas parecem solapar-se com antigas diferenças e contribuir para a consolidação da estratificação social já existente. De fato, Voghon (2016) informa que, segundo seu critério, mudanças promovidas como parte da atualização do modelo econômico intensificam a polarização social, sobretudo, o empenho e a consolidação de grupos bem-sucedidos que foram emergindo e estabelecendo-se desde a década dos 90 com determinados recursos.

Além dos 'donos', os jovens identificam que também têm recursos econômicos os "militares", "gerentes", "corpo diplomático", "quem trabalha com turistas ou com divisa", "quem trabalha em empresas mistas, consulados estrangeiros em Cuba" e, em menor medida, "quem trabalha em qualquer local onde se possa inventar algo, resolver<sup>59</sup>" ou "quem tem família no exterior e recebe remessas". Também estão "os filhotes de pai", nas suas palavras:

Eles têm tudo garantido, podem fazer o que quiser e não têm que se esforçar. (Fragmento da entrevista com Nina).

O poder econômico, se apresenta, sem distinção, como um critério importante de diferenciação social para a juventude entrevistada. Os jovens não mostram uma atitude de rejeição ou ódio pelos grupos bem-sucedidos economicamente, nem os culpam por sua situação de desvantagem. De fato, quando perguntados pelo estilo de vida dessas camadas com maior renda, alguns mostram certo incômodo e dizem não se preocupar por isso, não se importar pelo que outros podem ter e eles não. Carecer de recursos econômicos, viver em um local da periferia, contar com uma formação precária, não possuir uma rede de conhecidos bem colocados na estrutura social, se interessar pouco ou nada por participar nas organizações políticas ou de massas existentes, determina a situação social de alguns dos jovens entrevistados – Maria é caso mais extremo – que os

---

<sup>59</sup>Nesse sentido inventar ou resolver se refere à busca de dinheiro, inclusive, de forma ilegal, através do desvio ou roubo de recursos do Estado para sua venda no mercado paralelo, por exemplo.

situa em um polo de maior vulnerabilização e faz com que seja difícil para eles aproveitar as oportunidades criadas no novo contexto.

A falta de recursos econômicos vivenciada dentro de um contexto que se percebe como desigual constitui um motor importante que dinamiza motivações. Os jovens desejam acrescentar suas rendas e esse aparece como um motivo muito importante em todos os casos. Viver bem ou viver melhor, nos depoimentos, se relaciona sem exceção com o desejo de melhorar economicamente o bem-estar material. Outros desejos importantes são os referentes à família de origem ou a própria família constituída e, no caso da maioria dos jovens, a formação e desempenho profissional. Em suma, dinheiro, família e estudo ou trabalho são as esferas nas quais se centram o universo de interesses e paixões dos jovens entrevistados com fortes ligações entre tais esferas. A melhora econômica se deseja, em primeiro lugar, para resolver com mais tranquilidade e sem tanto esforço questões básicas da vida cotidiana, sobretudo, a alimentação, roupa, etc.:

Em Cuba ninguém morre de fome, mas a comida está cara, às vezes nem com dinheiro você encontra o que está procurando, o dia-a-dia está difícil.  
(Fragmento da entrevista com David).

Em segundo lugar, porque desejam autonomia, ter sua própria casa, não depender mais dos seus pais, ou melhorar as condições da casa em que vivem. Em terceiro lugar, mas não menos importante, um tema recorrente nos depoimentos, querem ter outras possibilidades de consumo:

Aqui se você não tem dinheiro não pode visitar um hotel nas férias com a família, viajar, ir a um restaurante, um bar, uma disco para relaxar.  
(Fragmento da entrevista com Rosa).

Comprar a roupa que quiser, sapatos, perfumes, não é luxo, é o básico, o que qualquer pessoa que trabalha pode fazer em qualquer parte do mundo.  
(Fragmento da entrevista com Yamila).

Desvelam-se expectativas de um novo horizonte de consumo que não se reduz a satisfazer necessidades básicas: viagens, aparelhos eletrônicos, visitas a hotéis e centros noturnos, roupa nova, carros, etc. entre outros, estão presentes na aspiração de uma parte dos jovens. Assim, existem nuances nas falas deles, enquanto alguns expressam que desejam uma maior autonomia ou viver do seu trabalho, outros expressam interesses de cunho mais mercantilista. No caso de alguns jovens, como marca dos seus processos de subjetivação se misturam as expectativas de bem-estar material com base na ocupação e a formação que se tem

– que se frustram pelo baixo poder aquisitivo do salário – com expectativas de consumo próprias de um padrão consumista.

Devido ao fenômeno já explicado da pirâmide social invertida se produz uma desvalorização dos processos de formação profissional por parte de alguns jovens que não acreditam que estudar seja garantia de viver melhor e por outro lado, jovens que valorizam a formação profissional têm expectativas de bem-estar material acima do poder aquisitivo real do seu salário. Quando perguntados, alguns desses jovens expressam que não desejam mover-se de sua posição ocupacional, pelo contrário, desejam receber rendas que correspondam com sua formação, capacitação, ocupação, desempenho, e se isso não for possível em Cuba, estão decididos a tentar em outros contextos. Essa é uma das motivações associadas ao desejo de emigrar.

De fato, prevalece uma visão do exterior de Cuba como o lugar das oportunidades, as pessoas trabalhando podem viver bem, ainda mais, jovens altamente qualificados. Viver bem aqui se equipara ao bem-estar material. No caso dos jovens formados na universidade, sua formação se tornará a credencial para competir por um bom emprego em um sistema em que as regras do jogo são outras e se privilegia a busca do sucesso individual no lugar das garantias sistêmicas.

Mesmo existindo nuances a respeito, distinguimos alguns aspectos que caracterizam a visão do exterior da maioria dos jovens entrevistados. Em primeiro lugar, jovens estão falando fundamentalmente do modelo do “sonho americano”. Na maioria dos casos, quando se fala do desejo de emigrar nem se especifica o país, “lá fora” parece se ajustar a qualquer outro país:

Quem começa do zero, mas se esforça, trabalha – porque tem que trabalhar, é duro – mas, quem trabalha vive bem.  
(Fragmento da entrevista com Erick).

Assim, tal noção corresponde à situação privilegiada dos cubanos ao chegar aos Estados Unidos pela antiga lei de *Ajuste Cubano*<sup>60</sup>, também corresponde com a situação de vantagem com que cubanos com altos níveis de formação e especialização emigram e se inserem em outros contextos. Como desvelado nas

---

<sup>60</sup>Lei aprovada em 1966 pelo congresso dos Estados Unidos para estimular a emigração ilegal regularizando automaticamente e de forma excepcional o status migratório de todo cubano que pisasse solo americano de forma ilegal ao mesmo tempo em que o governo americano não cumpria o plano de concessão de vistos para cubanos que desejavam viajar legalmente a esse país. A lei, fortemente criticada pelo governo de Cuba como política genocida, foi abolida pelo presidente Barack Obama, em janeiro de 2017 antes de abandonar a *White House*, como parte do último pacote de medidas do seu mandato.

entrevistas grupais, a visita de Obama à ilha foi referida pelos jovens que se identificaram com o discurso do presidente dirigido ao povo de Cuba, especialmente a jovens e empreendedores. Como destacado por Hernández (2016) a mensagem do mandatário foi claramente dirigida a vender um modelo de sociedade diferente:

Graças às virtudes de um sistema democrático e respeitoso da liberdade dos indivíduos, Estados Unidos é o país das oportunidades, cujo filho de um imigrante africano e uma mãe branca solteira chegou a ser presidente (OBAMA, 2016).

O mito norte-americano do *self-made man* ou *woman*<sup>61</sup>, totalmente compatível com o mito dos Estados Unidos como “terra de oportunidades” e a noção mesma do “sonho americano” influenciam a visão que uma parte importante dos jovens entrevistados tem sobre o exterior e é assumida acriticamente nesses casos. Os canais desta influência, que a nosso entender tem um cunho ideológico, são, em primeiro lugar, os próprios vínculos familiares e de amizade com pessoal que mora nos Estados Unidos ou fora de Cuba:

Tenho um primo que mora lá e ele me conta.  
(Fragmento da entrevista com Javier).

Meu pai nem estudou e já tem sua casa, seu carro, tem dois trabalhos e até doente trabalha, tem o que eu sendo licenciada aqui nunca vou ter.  
(Fragmento da entrevista com Nina).

Tem caras do bairro que moram lá e quando eles vêm contam para a gente como se vive.  
(Fragmento das entrevistas grupais).

Neste caso, como vaticinado por Obama (2015), os próprios membros da comunidade cubana-americana tornam-se embaixadores por excelência do estilo de vida norte-americano, ‘the american way of life’, com cada envio de ajuda ou visita à ilha. Em segundo lugar, uma importante propaganda midiática através da mídia oficial e *underground*, a saber, filmes, shows televisivos, internet, grupos musicais, etc., mas, a identificação com ‘the american way of life’ no caso de Cuba tem uma origem muito antiga, data de mais de dois séculos de história.

Em 2016, o Editorial Ciências Sociais de Cuba, publicou por segunda ocasião, o livro *Ser cubano. Identidad, Nacionalidad y Cultura* do autor

---

<sup>61</sup>Trata-se da pessoa que nasceu pobre ou com desvantagens e atinge sucesso econômico e reconhecimento social com base no seu trabalho e grande esforço pessoal mais do que heranças, posição da família, privilégios ou condições sistêmicas. A imagem, que devém um mito da cultura dos Estados Unidos, encarna a noção do herói arquetípico do sonho americano e reivindica a ideia desse país como terra das oportunidades.

estadunidense Louis A. Pérez Jr., quem interpreta as relações culturais entre Cuba e Estados Unidos por quase um século, entre 1850 e 1959, e sua influência no processo de construção da identidade nacional cubana. Para o autor, quem rastreia uma significativa história de vínculos comerciais, políticos, culturais entre ambos os países, dita influencia não é pouca coisa:

Os cubanos dominaram muito cedo a habilidade de negociar com o Norte, o que significa que eles desenvolveram uma extraordinária capacidade para se apropriar das formas da cultura norte-americana. [...] Participavam com entusiasmo na cultura de consumo norte-americana e eram fieis aos produtos de marcas estadunidenses. Admiravam Hollywood, seus filmes e estrelas de cinema [...]. Todo esse processo não se sentia como uma opressão, senão como bens materiais que se desejavam para melhorar a qualidade da vida cotidiana. [...] A hegemonia norte-americana se experimentava, fundamentalmente como algo cultural [...]. A força das formas norte-americanas se derivava de sua capacidade para moldar consciências e que as pessoas redefinissem os pressupostos comuns da sua vida cotidiana [...]. Devido tanto a circunstâncias históricas como geográficas os cubanos foram dos primeiros povos, para além dos Estados Unidos, em serem influenciados pela cultura material norte-americana [...]. Essa cultura se disseminou rápido na ilha como uma das formas mais acessíveis de aspirar ao bem-estar (PÉREZ, 2016, p. 7).

Se bem que seja certo que atingir 'the american way of life' durante o período neocolonial foi somente possível para os estratos endinheirados da ilha, segundo o livro, a identificação com o mito se propagou também entre as camadas mais humildes. É claro que se, segundo Pérez (2016), a presença da cultura norte-americana não se sentiu como uma opressão, mas foi acolhida com entusiasmo, como símbolo de progresso, não aconteceu assim com o domínio político e militar que a nação do Norte exercia sobre a ilha. Como documenta a história, o controle militar despertou importantes movimentos de rebeldia e resistência que renegaram a presença norte-americana em Cuba ao longo da primeira metade do século XX e até 1959, honrando a longa tradição de lutas independentistas contra a Espanha que começaram desde a segunda metade do século XIX.

Essa contradição entre o fascínio com a cultura norte-americana e a defesa do princípio de soberania nacional, talvez seja um dos nós mais significativos que marcam a origem e o desenvolvimento da identidade nacional cubana ao longo de séculos. Nesse processo complexo, acidentado e contraditório de construção de si mesmos, como nação, os cubanos têm lidado com essa contradição de formas diversas. Se na etapa colonial, a sociedade norte-americana parecia uma alternativa atraente perante a imagem de uma Espanha opressora, atrasada, distante na geografia, a sedução entrou em contradição rápido quando na neocolônia, os

Estados Unidos, além da promessa do progresso, representaram também a perpetuação de um estado de dependência econômica e política, sob a ameaça da intervenção militar.

As lutas contra a dominação neocolonial retomaram o forte sentimento independentista e nacionalista que foi, necessariamente, antiamericano. Mas, nem todos acompanharam a luta popular, camadas de ricos abandonaram o país e emigraram ao Norte em janeiro de 1959. A vitória de 1959 não somente retomou o espírito soberano das lutas passadas, mas criou as condições para construir um modelo de sociedade e de estilo de vida alternativo aos valores da cultura norte-americana, com base no esforço coletivo, na construção conjunta do bem comum, a garantia de direitos universais para todos e todas, a relevância da educação e da cultura para além do consumo. Aqueles que emigraram ao Norte foram rejeitados em muitos casos. O marxismo, como fundamento ideológico, deu curso ao processo, um rumo ainda mais oposto ao modelo norte-americano. Em 1990, como resultado de pesquisas sobre a identidade nacional, a psicóloga Carolina de la Torre, afirmava que o povo cubano parecia não padecer do fenômeno IDUSA (Ideologia dependente de USA), termo acunhado pelo psicólogo venezuelano José Miguel Salazar, para descrever a tendência de alguns povos latino-americanos a subvalorizar sua cultura em relação à cultura de outros países mais desenvolvidos, em especial, Estados Unidos (DE LA TORRE, 1997).

A balança parecia se inclinar completamente de um lado, mas a sedução pela cultura norte-americana e sua promessa de prosperidade econômica reemergiu quando, depois da crise dos noventa, as carências econômicas, a incerteza sobre o futuro, a despenalização do dólar, a impulsão do turismo, e outro conjunto de traços de uma conjuntura muito complexa, fizeram com que muitos voltassem seu olhar ao Norte, desde onde chegavam as remessas familiares, as fotos bonitas dos cubanos que não tiveram a mesma sorte que o resto dos latinos, e que ao chegar ao Estados Unidos ilegalmente, eram recebidos com todas as garantias e bondades do sistema para poder se estabelecer e triunfar – os governos norte-americanos compreenderam que deviam deixar aos cubanos provar uma dose do sonho americano para que pudessem espalhar esse letargo entre os familiares, vizinhos e conhecidos da ilha. O letargo pegou força, atizado hoje por outros fatores.

Basta olhar as postagens do Facebook de camadas de jovens nascidos nos anos 80 e 90, emigrados depois de formados e hoje residentes em Miami,

fundamentalmente, mas também em outras cidades dos Estados Unidos: frases em inglês –“*I am so proud of him! Mi esposo ya es gringo!*”, coloca uma jovem cubana junto a uma foto do seu casal com bandeira norte-americana no momento de se naturalizar como cidadão estadunidense; roupas de marca, casas com piscinas, carros, shows, Disney World, comentários sobre as eleições presidenciais e a situação política do país, mostram um panorama de uma aquiescência aos padrões da nova cultura. Não é trivial a presença da identificação com marcas de cunho ideológico liberal nos depoimentos dos jovens participantes da presente pesquisa, cujo exterior é reduzido ao “lugar das oportunidades”, “quem trabalha e se esforça tem o que deseja”: visão dicotômica e reduzida do mundo fora da ilha, com base no desconhecimento das profundas crises que vivem as democracias da região e em outras regiões do mundo, bem como da situação de camadas inteiras da população punidas pela virada neoliberal que, desde a ditadura do Chile estamos assistindo e que hoje retoma força na América Latina. Resolver essa contradição, a saber, entre fascínio e resistência diante a cultura do capitalismo, levando em conta as formas em que se expressam hoje e as circunstâncias nas que se dão, talvez seja um dos maiores desafios para a população cubana.

De fato, estamos trazendo luz sobre um problema que começa a preocupar os cientistas sociais e instituições em Cuba. Em abril de 2017, concomitante com a escrita dessa tese, o site oficial *Cubadebate* publicava um trabalho sobre a “guerra de símbolos”, com base em um documentário que aborda um importante debate público tido na ilha a partir da explosão do uso da bandeira estadunidense na cena social cubana – na roupa, carros, ‘bicitaxis’, locais de venda, etc. O debate levantado no documentário trouxe com força, através dos depoimentos dos entrevistados, fundamentalmente pesquisadores e artistas cubanos, a questão da grande influência midiática, ideológica com que a globalização busca impor estilos de vida e consumo em detrimento de valores nacionais, pátrios, de cada país. No caso especial de Cuba, entrevistados destacaram a influência de valores promovidos por Estados Unidos que entram na ilha através de filmes, shows e séries televisivas, mas também junto à fetichização da bandeira americana e outros símbolos em suéteres, vestidos, bonés, etc.

Os entrevistados no documentário expressaram a nostalgia por épocas em que as gerações jovens estavam mais apegadas aos símbolos nacionais e salientaram a falta de uma estratégia mais coerente de educação cultural e política

do Estado que contenha as influências vindas de fora, reproduzidas dentro por determinados grupos. Eles destacaram que tais influências ideológicas constituíam uma ameaça grave, a saber, padrões consumistas, contrários aos valores da nação estavam ganhando espaço entre os mais jovens. Avalizaram a importância de que as instituições em Cuba articularem uma resposta melhor pensada nesse sentido, baseada em formas mais atraentes de educação política e cultural, conectadas com os novos tempos e imaginários dos mais jovens.

A influência ideológica do modelo consumista faz com que sujeitos perspectivem o futuro e o mundo desde o prisma de interesses individuais somente e coexiste com o desconhecimento e/ou falta de interesse dos jovens entrevistados por conhecer a realidade dos países do Sul, com os que Cuba poderia ter, a partir da sua história de ex-colônia e evidentes condições culturais e geopolíticas, muitos mais aspectos em comum que os que tem com Estados Unidos. Quando perguntados pelas características das sociedades em outros países, os jovens, sem exceção, nos contam que não a conhecem porque nunca estiveram. As críticas também expressam um olhar reduzido: “lá fora não tem solidariedade entre as pessoas”, “todo mundo pensa somente em si”, “ninguém ajuda a ninguém, nem as famílias”, nos contam. Mesmo sendo possível que fora da ilha à tendência ao individualismo esteja mais presente do que dentro – o que não constitui uma verdade absoluta – isso responde a dinâmicas sociais complexas e diz respeito a questões que os jovens nem se deparam em analisar.

Para Voghon (2016) a superação do colonialismo cultural se apresenta hoje como um desafio importante para a sociedade cubana, como também para a sociedade latino-americana, de modo geral, para os países do sul. Mas, em qualquer caso tais desafios não podem ser afrontados com sucesso por programas e estratégias tracejadas por dirigentes de organizações políticas de cima para baixo. O questionamento de valores consumistas, um maior conhecimento sobre a realidade política internacional, o exercício da crítica, são processos que deverão se construir junto com os jovens. Na pesquisa fica claro que eles são já sujeitos de decisão, não porque o seu direito de decidir seja reconhecido por leis e estatutos, senão porque no curso da sua vida cotidiana decidem qual rumo tomar. Maiores possibilidades de acesso à internet e a informatização, concomitantemente com o acesso à mídia oficial e à mídia *underground*, faz com que cada vez mais seja uma questão para os jovens decidir quais fontes de informações consultar, em quais

discursos acreditar, qual posição assumir ante os valores implícitos na informação que se difunde. Nesse sentido, ante a disjuntiva das carências econômicas e a vontade de atingir o bem-estar material, se os jovens desejam que as mudanças em curso façam com que a situação econômica em Cuba seja melhor para todos, enquanto isso, eles vão se ocupando de melhorar suas vidas e suas buscas se inscrevem dentro de uma lógica individual na maioria dos casos, como percursos a serem andados de modo especialmente biográfico.

As tendências de subjetivação aqui são mais homogêneas, mesmo que também apresentem nuances. As motivações mais importantes têm a ver com a superação profissional – mas nem em todos os casos – a família e necessidades mais imediatas relacionadas com questões da ordem do material e do lazer, muito relacionadas com a vontade de ser economicamente independentes. Esse conjunto de motivos, muito imbricados uns com outros, norteia as principais aspirações dos jovens a respeito de seu futuro. Em todos os casos, a construção de um futuro se perspectiva desde uma lógica individual, o bem-estar pessoal e dos seus é o que perseguem os jovens. Para muitos jovens emigrar é um propósito. Para aqueles jovens formados, a formação é um aval importante e uma via para realizar seus planos migratórios, eles são os que se mostram mais esperançosos e seguros ao respeito. Os que não contam com uma boa formação estão na procura de outras vias, como receber ajuda dos seus familiares que vivem no exterior ou se casar com um estrangeiro. Para outros emigrar não é um objetivo tão claro, porque, entre outras causas, não contam com os recursos para fazê-lo, gostam do país ou não querem se afastar da sua família. Motivos políticos não são enunciados nem para emigrar nem para ficar.

Para os jovens entrevistados, os termos vulnerabilidade ou desvantagem não dizem muito sobre sua realidade. Pensamos que era devido aos termos serem muito técnicos. Tentávamos cada vez traduzir tais palavras perguntando pelas limitações que enfrentavam, dificuldades, condições ou situações contrárias, adversidades, etc. Se reconhecem uma situação de desigualdade e identificam-se com o grupo de menor renda e oportunidades de consumo principalmente, isso não corresponde a uma vivência de vulnerabilidade equivalente a invalidez, desamparo ou falta de oportunidades. Expressam sonhos e motivações, rompendo com a ideia de jovens totalmente apáticos, sem horizontes, sem vontade de se engajar. Em suma, para muitos dos jovens entrevistados a noção mesma de vulnerabilidade fica distante da

forma como percebem a si mesmos, porque o fato de ser jovem, em todos os casos é reconhecido como uma oportunidade, uma fortaleza e não um aspecto que vulnerabiliza ou constringe.

#### **4 CONSIDERAÇÕES FINAIS: O PORVIR ESTÁ ABERTO.**

A sociedade cubana hoje, segue contanto com um Estado que garante de forma universal um conjunto de direitos garantidos para a juventude, como o direito à educação, saúde, alimentação básica, segurança social. Segue subvencionando serviços importantes para a reprodução da vida e desenvolve políticas de mudanças econômicas com a intenção declarada de manter o caráter socialista do processo. Cada proposta de transformação é discutida com a população nas organizações de base, ao mesmo tempo em que seus impactos sociais são balanceados, a saber, as mudanças não falam da liberalização da econômica, o Estado segue supervisando, controlando, centralizando o ritmo e o rumo das transformações.

Ao mesmo tempo, estamos assistindo ao aprofundamento das assimetrias sociais e, nesse contexto, determinados grupos, e em especial –considerando o problema abordado por nós – determinados grupos de jovens, vivem em uma condição de desvantagem socioeconômica. Dinâmicas derivadas do processo de atualização do modelo fazem com que as diferenças sejam cada vez mais perceptíveis para aqueles que estão em uma posição de desvantagem, bem como as oportunidades, antigas e emergentes, não sejam igualmente aproveitáveis para

eles. Assim, algumas das mudanças – de fato, as que os jovens reconhecem como mais significativas – como a impulsão do setor não estatal, a permissão de novas possibilidades de compra e venda, viagens ou consumo, longe de representar oportunidades para todos os grupos sociais, na percepção dos jovens entrevistados, reforçam o padrão de assimetrias em curso. Daí que, a falta de recursos econômicos, em um contexto em que se identificam grupos com alta renda e melhores possibilidades de consumo, é a principal desvantagem que enunciam, sem importar sua formação, emprego ou renda. A impossibilidade de contar com recursos econômicos para se tornar autônomos constitui uma limitação importante para a realização de metas e planos pessoais de grande significação para os jovens.

Não obstante, outras desvantagens que perpassam a condição juvenil vão se identificando como relevantes. Não é igual contar com uma formação universitária do que ter uma formação profissional precária, trabalhar no setor estatal com direitos garantidos e possibilidades de superação, do que trabalhar no setor não estatal, trabalhar no setor não estatal como titular do empreendimento do que como empregado, estando filiado ao Regime de Segurança Social ou na informalidade sem registro algum, ter empregos informais, ou realizar atividades ilícitas com o concomitante risco de ser preso; estar integrado à rede de organizações políticas e de massas existentes e participar nos espaços nos quais se discutem questões relativas ao rumo do país do que estar totalmente afastado das organizações; contar com um diploma e uma boa formação na hora de emigrar do que não contar com isso quando emigrar continua a ser um plano de vida.

Assim, embora a carência de recursos econômicos seja uma desvantagem reconhecida por todos os jovens entrevistados por igual, foi possível identificar dentre deles um padrão de desvantagens que atinge seu ponto extremo, naquelas condições caracterizadas por uma formação precária, empregos informais, e a não participação nas organizações e espaços de deliberação pública existentes. Tais jovens, além de encontrar dificuldades quanto às condições materiais em que se desenvolvem suas vidas, ficam nas periferias dos sistemas de proteção social com base no trabalho e das redes de participação com base nas organizações e instituições existentes.

O padrão de desvantagem revelado, está estreitamente relacionado com dinâmicas com um potencial de vulnerabilização. Trata-se de um processo através

do qual os efeitos concretos de algumas medidas que correspondem à atualização do modelo em curso se superpõem com as carências socioeconômicas de partida e formações profissionais precárias, trazendo como resultado, por um lado, a impossibilidade desses jovens aproveitarem as oportunidades de consumo e empreendimento que se criam – que, concretamente, só são aproveitáveis para setores da população com maiores rendas.

Por outro lado, a contratação dos jovens dentro do setor não estatal está acontecendo com grande informalidade e através de arranjos individuais, com a concomitante ausência de direitos e garantias laborais, em um setor em que vão se diferenciando com clareza atores laborais com interesses contrapostos. A posição subalterna dos jovens nesse sentido é evidente. Os que estudam e trabalham ao mesmo tempo não conseguem negociar um horário mais flexível para alternar as duas atividades. A inoperância dos sindicatos no setor não estatal e a ausência de um processo de sindicalização efetiva faz com que esses jovens nem visualizem mecanismos coletivos que amparem a negociação de condições laborais mais justas e a reivindicação de direitos e garantias. Porém, eles não se inquietam por isso. Por sua vez, trata-se de contextos em que as normas que pautam as relações laborais nem sempre seguem um padrão de justiça e equidade – na verdade, não fica muito claro como isso poderia ser regulado. Se dão diversas manifestações de discriminação por racismo, gênero, nível socioeconômico no trato dos titulares ou administradores de negócio, segundo a experiência dos jovens entrevistados.

Quando a precarização do trabalho se apresenta na região, como uma das problemáticas que mais afetam os jovens, resultado das políticas de liberalização econômica que varrem com direitos laborais historicamente conquistados pelos trabalhadores, o que está acontecendo em Cuba em matéria de trabalho, com a emergência de um novo panorama de atores e relações laborais não estatal, deve ser analisado e levado em conta como tema crucial. Para além dos dados oficiais e das intenções da direção política do país, estamos assistindo, a partir das narrativas dos jovens, no que se refere ao setor não estatal, a condições de precarização laboral, que se caracterizam pela instabilidade e a ausência de garantias em muitos casos, bem como o desconhecimento de direitos.

Assistimos também ao enfraquecimento dos processos de sindicalização de forma concomitante com a tendência à individualização dos mecanismos segundo os quais se pactuam os contratos, as condições de trabalho e se resolvem os

conflitos, no contexto de relações entre atores com interesses diferentes, nas que os jovens têm uma clara posição subalterna. Notamos, além, a emergência de um nicho social em que vão ancorando imaginários simbólicos de cunho mercantilistas e individualistas. É uma questão relevante como é que essas problemáticas vão ser trazidas ao debate público em Cuba hoje quanto à atualização do modelo. Isto é, um debate que atinja a todos os atores envolvidos. Ainda, trata-se de um tema concernente a toda sociedade, porque tem a ver com o modelo mesmo de sociedade que está em jogo. Outra questão relevante é qual processo de sindicalização pode dar conta das problemáticas que estão emergindo no setor não estatal em Cuba hoje. Problemáticas cujo potencial de vulnerabilização não somente afeta os jovens envolvidos senão à continuidade mesma de um processo mais coletivo, mais inclusivo e mais justo.

Outro aspecto que diz respeito à vulnerabilização tem a ver com os mecanismos e possibilidades efetivas para a participação política. Se os jovens estudantes e aqueles trabalhadores do setor estatal falam da experiência de sentir-se integrados, fazendo parte das organizações existentes, para aqueles que nem estudam nem trabalham, ou trabalham informalmente, as possibilidades de participação ficam limitadas às organizações de base nas comunidades. Segundo a percepção dos jovens, o funcionamento dessas organizações é formal, distante das problemáticas que eles enfrentam no cotidiano e de suas principais necessidades – que tem a ver com dificuldades materiais, de infraestrutura, habitacionais, etc. – pois quando esses temas são tratados, se comprova a incapacidade dos representantes das organizações nas bases para dar respostas e viabilizar soluções. Vistas assim, as organizações não estão atuando como mecanismos de mobilização social para os jovens entrevistados, que resultem em uma participação efetiva na deliberação e solução dos problemas que lhes afetam.

Existe no discurso oficial das distintas organizações um chamado ao protagonismo dos jovens. Como é que, na verdade, uma parte maioritária dos jovens entrevistados, não se sentem convocados por esse chamado? A convocatória aos jovens tem base em um modelo de participação em que ela “se restringe ao papel social convencional de sujeito que deve aprender [...] os valores tidos como importantes” (CASTRO, 2010, p. 40) no legado histórico de gerações anteriores. A questão de dar continuidade ao legado das gerações anteriores é o núcleo do discurso dirigido aos jovens sobre o seu protagonismo. Nesse modelo, a

participação e o protagonismo que são permitidos estão, de antemão, delimitados pelo poder do adulto que fixa e estipula os objetivos (CASTRO, 2010).

De fato, novas gerações de militantes e membros passam a formar parte das organizações, em muitas ocasiões de forma automática, sem uma análise e revisão dos seus princípios orientadores e qual o sentido de se comprometer e responsabilizar com tais princípios, que são assumidos como algo dado, segundo contam os jovens entrevistados. A questão não é a legitimidade dos valores legados, senão como vai se construir sua continuidade com uma participação efetiva dos jovens. Pensando que os valores em que se fundam um projeto coletivo de sociedade não são privados a um grupo ou geração, não se trata de passá-los como legados de uma geração a outra, senão de construí-los coletivamente, conferir-lhes um sentido coletivo.

Não se pode assumir que os jovens são recipientes passivos, e não se pode dar por dado que eles vão assumir com aquiescência um conjunto de determinados valores. Lançar um lema não significa que ele vai ser acolhido por todos. Não pôr em perspectiva a diversidade de leituras e posições em torno da narrativa hegemônica é voltar as costas à realidade. Para que os jovens se apropriem dos valores de uma sociedade mais justa, equitativa, inclusiva, deve existir um processo de escuta recíproca, diálogo, discussão até, construção conjunta, em um patamar em que uma geração e outra, para além das diferenças, e, ainda, com elas, compartilhem uma luta comum e politizem na medida em que devam ser politizados, seus conflitos e contradições.

Como compreender a “posição falante” do jovem de modo que ele possa ser reconhecido como contribuindo, não apenas nos espaços privatizados da família, mas em outros espaços, como o do mundo social mais amplo, em todos os assuntos que os afetam? Isso significa que, estando estruturalmente posicionados como recipientes da herança cultural, os jovens também são construtores ativos e intérpretes permanentes de tal legado, iniciando sempre novas compreensões sobre que mundo é esse, e como ele deveria ser. Consequentemente, as posições intrínsecas e cristalizadas de jovens como aprendizes têm que ser revistas, para que eles possam experimentar a participação de outro modo que não sob a égide daquele que corresponde às expectativas do adulto, que sabe mais, quem tem a voz e a competência para ensiná-lo (CASTRO, 2010, p. 41).

Para Castro (2010), incluir a perspectiva dos jovens demandará uma re colocação de objetivos, formatos, práticas institucionais, de modo a acomodar os interesses” deles. Uma transformação da pauta de funcionamento das organizações e instituições, que, no caso cubano, a nosso ver, não significa necessariamente uma

recolocação dos princípios ideológicos declarados, mas a reinvenção de práticas mais coerentes com os mesmos. Reconhecemos a importância de “expandir arenas privadas atuais em arenas de interesse público” (CASTRO, 2010, p. 41). Inquietações sobre o que os jovens falam entre amigos, familiares ou conhecidos, porque sentem confiança para fazê-lo nesses contextos mais informais, que têm a ver com as questões que lhes interessam e lhes afetam e que dizem respeito ao funcionamento das organizações e instituições, o rumo do país, etc. questões todas de uma conotação pública, têm que ser trazidas aos espaços de discussão pública.

Mas isso demanda, necessariamente, uma revisão das pautas de funcionamento desses espaços, e sobretudo, da noção de participação de onde os jovens são chamados, já não a participar, mas a serem protagonistas. Isso acontecerá se se conseguir politizar as relações entre adultos e jovens e tornar explícitos determinados conflitos latentes e antagônicos (CASTRO, 2010). Mas, sobretudo, tem que existir intenção e vontade política de incluir efetivamente a perspectiva dos jovens, não somente daqueles que já fazem parte das organizações, mas daqueles que estão totalmente desintegrados. Não somente as perspectivas aquiescentes, mas as críticas. Os jovens também têm que ser provocados, movidos de sua área de passividade e conforto, sua apatia tem que ser interpelada, o custo e o valor dos direitos que desfrutaram têm que ser discutidos, o alcance de suas escolhas tem que ser perspectivado politicamente, mas isso não pode acontecer de cima para abaixo, de forma imposta ou formal, com narrativas desconectadas de suas realidades e universo de sentidos.

O chamado do governo a desenvolver o pensamento crítico e exercer a crítica em cada espaço tem que corresponder com práticas de funcionamento organizacional que acolham essas críticas como pautas para a renovação e transformação efetiva. É necessário discutir no seio das organizações as pautas de funcionamento que poderiam dar conta da problemática da desintegração que atinge a parte dos jovens entrevistados e que aponta à ameaça de uma fratura social dentro da sociedade cubana. Também é necessário discutir sobre a problemática da participação formal e não militante dos jovens que fazem parte das organizações existentes. Se é certo que os princípios de equidade e justiça e a postura ideológica que sustenta às organizações cubanas não têm como serem questionados em um mundo de sociedades cada vez mais desiguais e injustas, a colocação em prática desses princípios têm que ser um processo efetivo, inclusivo,

participativo, crítico, renovado, toda vez que sempre será um processo perpassado por múltiplas contradições.

Refletindo sobre a realidade brasileira, Castro (2010, p. 202) coloca perguntas que, em nosso ver, dizem respeito a um caminho de buscas pertinentes para pensarmos também, qual é esse lugar de participação e protagonismo que está sendo destinado aos jovens nosso país: “a preparação de crianças e jovens para a política se faz longe dela? Qual a participação social e política que jovens deveriam ter na sociedade? ”. Perante a forma como jovens entrevistados descrevem a política como atividade alheia a suas vidas, arena dos que governam, tem que ser trazido ao debate público em Cuba a urgência de reinventar o carácter massivo, popular, de mobilização social, de implicância com o coletivo, de transformação, de vida, de criação, de construção do novo, que a política já teve nesse contexto. Isso não será reproduzindo o legado histórico, mas o perspectivando à luz de novos desafios, novas determinações, novos atravessamentos simbólicos, e sobretudo, novos atores. Pelo contrário, a desintegração, criará dinâmicas de vulnerabilização de um custo social muito grande.

Até agora, nestas considerações finais, que não o são tanto, na medida que levantam mais uma série de inquietações do que de respostas acabadas, estivemos referindo às dinâmicas de vulnerabilização que perpassam o presente dos jovens, entre as quais destacamos a problemática do aprofundamento das assimetrias sociais, a precarização do emprego no setor não estatal e as limitações quanto à participação política. Dinâmicas todas que apontam a processos de fraturas dentro da sociedade cubana.

Quanto aos modos de subjetivação, um aspecto importante é que os jovens não representem a si mesmos como vulneráveis, no sentido de desvalidos e sem oportunidades perante a cena de transformações em que vivem, ainda quando considerem que têm desvantagens em comparação com outros grupos da sociedade com maiores rendimentos. A falta de recursos econômicos, que faz com que seja difícil garantir as condições materiais da vida, principal desvantagem referida, e o desvinculo em relação com determinados espaços e organizações com as quais não se identificam, não correspondem necessariamente a uma situação subjetiva de total desfiliação ou nulidade. Os jovens cubanos entrevistados não mostram indicadores da “precariedade existencial” descrita por Alves (2013).

Isso, em nosso ver, diz respeito a várias características da sociedade cubana. O carácter gratuito e universal de determinados direitos como educação e saúde – que os jovens reconhecem como parte de sua experiência de vida – tem um peso significativo. O acesso livre e irrestrito ao mesmo sistema de saúde e educação que assistem todas as crianças e jovens da sociedade, sem importar sua origem socioeconômica, local de moradia ou o nível dos rendimentos das famílias joga um papel chave na percepção que os jovens têm deles próprios e em relação à posição que ocupam no seu contexto. As condições de igualdade vividas em entornos tão primários como as escolas – em que vão se configurando formas de relação, normas, valores, imaginários simbólicos quanto ao ser e estar em sociedade – constituem uma âncora para o desenvolvimento de sentimentos de valorização e dignidade pessoal, no lugar de sentimentos de inferioridade ou de uma desfiliação.

A desvantagem socioeconômica referida pelos jovens não tem um correlato subjetivo em um sentimento de nulidade. Na verdade, a juventude é considerada como uma etapa privilegiada, no sentido de contar com saúde e força para investir na realização dos seus projetos e motivações pessoais. Isso não é um dado irrelevante. No entanto, devemos destacar que, no caso daqueles jovens situados no polo mais extremo do padrão de desvantagens socioeconômicas, sem chegar a expressar um sentimento de nulidade, o futuro é perspectivado de forma menos otimista, o que nos faz pensar na importância de analisar até que ponto as dinâmicas de vulnerabilização em curso podem estar ameaçando, no caso de alguns setores da juventude cubana, os logros em matéria de desenvolvimento humano desfrutados por amplos setores de jovens em Cuba. Outros aspectos também se somam, os jovens relatam que, para além de determinados episódios de confrontos entre sujeitos violentos da comunidade, brigas e rivalidades, sentem que, em geral, a cidade é tranquila e segura.

Na verdade, não existem redes de narcotráfico ou crime organizado, em contraste com o que pode constituir uma significativa fonte de violência e insegurança para a juventude em desvantagem socioeconômica nas urbes latino-americanas. Por sua vez, existe, como constatado, um clima de solidariedade entre vizinhos na comunidade. Entre umas famílias e outras vão se constituído redes de apoio para resolver problemas da ordem do cotidiano. A família, na maioria dos casos, inclusive naqueles com uma situação mais crítica, continua a ser um espaço de contenção. Todos estes fatores fazem com que, para os jovens entrevistados, a

condição de desvantagem não esteja necessariamente perpassada por uma vivência de isolamento, perigo para a vida, desfiliação ou nulidade.

Quando lemos a forma dos jovens entrevistados sentir, pensar, agir, quanto a espaços da sua vida percebidos como significativos, a saber, formação profissional, trabalho e futuro, uma tendência sobressai para além da formação, ocupação ou rendas, os jovens querem viver melhor, no referente às condições materiais que garantem sua vida. É essa uma motivação, sem exceção, de grande peso que atribui sentido a busca dos jovens e perpassa sua forma de sentir, perceber, pensar e agir no contexto cubano atual. Eles são os sujeitos dessa busca, a busca por melhores condições materiais de vida para si e para sua família – na maioria dos casos – e eles vão se produzindo nessa busca. É claro que existem nuances entre uns sujeitos e outros, que queremos destacar. Para alguns trata-se de um caminho cheio de conflitos e importantes tensões, porque outros interesses também competem no campo da realização profissional, pessoal e emocional.

O plano de emigrar entra em contradição com o desejo de ficar perto de familiares e redes de amigos ou com o sentido de pertença, compromisso e responsabilidade com espaços institucionais e coletivos, que se não garantem uma boa remuneração econômica tem um valor especial na vida dos jovens. A vontade de seguir investindo na carreira profissional – quando ela não é bem remunerada – contrapõe-se ao plano de optar por empregos menos qualificados, porém melhor remunerados, ou, emigrar a contextos onde se visualizam melhores oportunidades do ponto de vista econômico, mas carreiras que já começaram a despontar podem ficar em pausa ou truncadas. Assim, para alguns dos jovens entrevistados, principalmente, para aqueles formados, já com empregos seguros dentro do setor estatal – devido à política de emprego do país – e ainda, empregos bem reconhecidos socialmente, a busca por melhores condições materiais de vida, devir, finalmente, autônomos em um plano econômico, bem como realizar expectativas de consumo, significa a vivência de importantes contradições.

Para alguns jovens recém-formados, a maior contradição tem a ver com que a busca os afaste de família e amigos, pois, no seu caso, a formação e o diploma funcionam como uma via de acesso a bolsas de estudos no exterior que, além de significar maior renda, também constituem atrativos investimentos em suas carreiras profissionais. Para as jovens entrevistadas, nestes casos, o emprego atual tem um caráter temporário – sem que nelas existam um sentido de compromisso ou

pertença com o labor ou a instituição em que trabalham – enquanto concursam por bolsas e financiamentos no exterior. Para aqueles jovens cuja formação profissional é mais precária, buscar um emprego dentro do setor não estatal, melhor remunerado ou emigrar parecem ser caminhos menos conflitados quanto ao balanço de ganhos ou perdas em matéria de formação, reconhecimento social, ou emprego, não assim quanto ao custo emocional que teria, por exemplo, se afastar da família, do bairro, dos amigos.

Queremos partir da compreensão dessa busca dos jovens para destacar as que consideramos as principais características dos modos de subjetivação –que nessa busca têm um alicerce importante. A primeira marca simbólica tem a ver com certa tendência à individualização, que se evidencia no sentido mesmo com que se concretiza a busca pelo bem-estar, nos desejos dos jovens, suas práticas nos diferentes espaços em que se desenvolve sua vida, seus investimentos pessoais, seus planos, o que lhes interessa ou não. As estratégias para alcançar o que se deseja corresponde ao âmbito do individual, do biográfico. Aqueles jovens desvinculados dos espaços institucionais falam não se identificar com grupo ou coletivo algum. Abertamente asseveram que são eles por si só e o tom com que falam disso parece levar a marca de certa complacência ou orgulho com tal circunstância, eles preferem não andar com ninguém, é melhor estar só que mal acompanhado.

Embora para alguns dos jovens dentro do setor estatal que foram entrevistados – nem em todos os casos – integrados a instituições, coletivos e organizações, a procura do bem-estar pessoal desejado e as decisões a respeito, se dão sempre na trama da pertença e do convívio com outros, trata-se de desejos privados. É claro que para alguns destes jovens mais integrados, fazendo parte de atividades de relevância social, o investimento em seu trabalho também diz respeito a sentidos de implicância com o coletivo, o que resulta importante para outros, além de para si mesmo, e tem um impacto positivo para diversos grupos e coletivos humanos dentro da sociedade. Mas, as principais motivações que estão na base da procura do bem-estar dos jovens entrevistados, sem importar formação, ocupação ou rendas, são da ordem do privado fundamentalmente, no sentido de que dizem respeito ao que eles desejam para si e para os seus.

De fato, no caso daqueles jovens mais integrados em atividades socialmente valorizadas, a carreira se apresenta como uma garantia para atingir, em algum

momento do percurso, a desejada mobilidade social ascendente para desfrutar de melhores condições materiais de vida, bem como o reconhecimento pelo esforço e o talento pessoal demonstrado. As carreiras profissionais são lidas como o resultado de um grande esforço pessoal e das famílias, e a retribuição pelo investimento pessoal feito, também se interpreta nesse sentido, a saber, trata-se de uma colheita “para mim” e “para minha família”. Se levarmos em conta que se trata de carreiras totalmente pagas pelo Estado – dos níveis básicos até a formação pós-graduada – sem distinção de origem socioeconômica, gênero, orientação ideológica – concretamente – cor da pele, etc., essa privatização na interpretação dos fatores que fizeram com que o sucesso pessoal-profissional fosse possível, resulta um dado bem interessante dentro dos processos de subjetivação revelados pelos jovens da pesquisa. Castro (2010, p. 280) traz uma reflexão que, embora esteja referida ao contexto brasileiro – se entrecruza com a análise que estamos fazendo:

O pacto civilizatório deve ser renovado para que jovens possam apostar que é a vida coletiva que assegura oportunidades que seriam inexistentes se cada um pudesse viver apenas para si mesmo.

Então, é uma questão importante poder debater como é que se consegue colocar esse tipo de análise – nessa linha de raciocínio – na ordem das questões que estão se discutindo hoje na cena cubana em torno da juventude, de modo que os jovens apostem que é necessário acometer essa discussão e participar dela. Como fazer com que os jovens apostem na vida coletiva, aqui e agora? Essa pergunta é uma das questões mais importantes em relação com os desafios que enfrenta o processo de reformas em Cuba, mesmo que não seja uma pergunta da ordem do econômico estritamente.

Vivemos um momento histórico em que se parece acreditar no contrário, ou seja, acreditar que a justiça, a lei, a proteção contra os perigos comuns, enfim, tudo já está suficientemente assegurado para que cada um possa viver em paz, no seu canto, desfrutando sua própria vida (CASTRO, 2010, p. 248)

Mesmo no caso cubano, pensar que todas as garantias para todos e para sempre já estão asseguradas é uma ficção perigosa. O grande desafio para a institucionalidade cubana, juntamente com o desafio de sair da crise econômica, é fazer com que jovens se importem da necessária renovação do pacto coletivo de construir um país mais justo e mais equitativo empreendido pela maioria da sociedade cubana há décadas. Como fazer com que os jovens se importem com os

perigos comuns, é aí uma questão. É essa uma grande questão para as organizações políticas em Cuba, porque renovar não quer dizer reproduzir, perpetuar, compreende também, na conjuntura atual, um certo grau de ruptura, ao mesmo tempo em que, em Cuba – dada sua condição de ilha pequena sem grandes recursos e com um importante atraso econômico – um pacto coletivo pela justiça e equidade das maiorias não pode seguir o rumo da privatização radical do Estado, nem da vida, nem dos sonhos. Em suma, a marca simbólica da individualização nos indica que, para os jovens entrevistados, a busca do bem-estar é uma busca individualizada, privatizadora da experiência. Então, a discussão se é possível visualizar a busca do bem-estar comum como contexto e fundamento da busca do bem-estar individual tem que ser trazida à arena do debate público em Cuba.

Por sua vez, outra marca simbólica dos modos de subjetivação afiliados a essa busca, tem muito a ver com as questões acima discutidas, é também uma certa tendência à mercantilização dos desejos. Trata-se da relevância que vai ganhando o consumo no universo de expectativas e valores dos jovens entrevistados. Viver melhor, ter melhores condições de vida começa a se equiparar automaticamente com consumir, comprar coisas, ter coisas, estar na moda, uma corrente de desejos que, em alguns casos, não acaba até chegar à exibição do que se tem. O acesso aos bens materiais torna-se um fim em si mesmo. O desejo de viver melhor se esgota na possibilidade de consumir e, aliás, exibir o consumo. Os incômodos com as condições de trabalho no setor não estatal se compensam com o salário mais alto do que no outro setor. O que mais importa do trabalho é o dinheiro que se recebe. A percepção dos estudos e carreiras profissionais, do trabalho, das viagens, das relações humanas começa se a valorizar na medida em que são rentáveis ou não, resolvem problemas ou não, reportam ganhos materiais e econômicos ou não.

Algum tempo depois de concluir o trabalho de campo, casualmente me encontrei com duas das jovens que foram entrevistadas. No momento em que nos encontramos elas já tinham viajado e me contaram um pouco sobre suas experiências de viagens, uma delas – que esteve em um dos países da região com maiores índices de violência, pobreza, insegurança, violação de direitos humanos – me conta que o país lhe pareceu maravilhoso, os *shoppings* são imensos e têm de tudo, nas suas palavras. A outra jovem, que viajou por motivos profissionais, me conta que a experiência foi muito boa, conseguiu comprar e trazer muitas coisas.

Sem a intenção de mostrar uma imagem caricaturesca da postura dos jovens, é preciso colocar no debate sobre a sociedade cubana atual, a questão da mercantilização dos sentidos da vida entre alguns setores da juventude – mesmo que não se trata de um problema que atinge só aos jovens - sem demonizar os jovens nem os considerando demasiado ingênuos. Como trazer a questão não como um problema que diz respeito a eles, mas ao funcionamento da sociedade de forma sistêmica, em que intervêm fatores como o impacto da crise, as carências econômicas e as dificuldades nas subjetividades das diferentes gerações de cubanos, o papel da educação na crítica de determinados valores e na propagação de outros, os mecanismos de influência ideológica, o que está passando com a família cubana, seus mecanismos de subsistência, entre muitos outros fatores.

A tendência à mercantilização está muito vinculada à forma como os jovens entrevistados tendem a se representar e desejar o mundo fora de Cuba, na maioria dos casos, como um cenário de oportunidades em contraste com a sociedade cubana, cujas oportunidades de ter melhores condições materiais de vida são muito limitadas. Os jovens – nem todos os entrevistados, mas a maioria deles – sem considerar formação, ocupação ou rendas, são também os sujeitos da viagem, da saída, da aventura, da emigração. Nem sempre eles estão pensando em uma emigração definitiva, mas desejam viajar, poupar um pouco de dinheiro, comprar coisas, ter possibilidades de consumo que em Cuba são inexistentes ou exclusivas de determinados setores. Para alguns jovens, as viagens são viagens de trabalho que, ao mesmo tempo, servem aos fins das compras e do consumo. De fato, em alguns contextos institucionais viajar *per se* – independentemente do motivo, lugar, evento – se associa ao sucesso e devém símbolo de certo status. Para outros jovens emigrar sim é desejado como um projeto mais definitivo que compreende se estabelecer e viver em outro país. Os jovens entrevistados, que nunca viajaram, têm uma imagem estereotipada do mundo fora de Cuba, o mundo onde se podem ter os bens materiais que em Cuba não se podem ter.

Quando perguntados pela forma em que participam nos espaços sociais e políticos, outras das marcas simbólicas, que estão caracterizando os modos de subjetivação de uma parte dos jovens entrevistados, tem a ver com a não identificação com as organizações políticas e de massas existentes. As organizações políticas e de massa em Cuba são os atores que trazem a cena pública o apelo a participar nas questões coletivas. Tem sido assim historicamente.

A desfiliação dos jovens entrevistados das organizações ou a participação mais formal do que efetiva nesses espaços, fala de uma postura de desengajamento a respeito da questão pública, no sentido do que é comum e importa a todos. Em alguns casos, a desconexão tem a ver com o fato dos jovens sentir que nos espaços criados pelas organizações de base não se resolvem as questões que lhes interessam e afetam às comunidades ou coletivos, a saber, questões relativas às condições materiais em que se desenvolvem suas vidas, nem os representantes das organizações têm suficiente poder de gestão e de resposta.

Também se trata deles sentir que sua participação nesses espaços não fará a diferença sobre o curso do que acontece porque as decisões são tomadas nos níveis superiores pela direção política do país. Ainda, tem a ver com a experiência de sentir que certos valores e ideais proclamados pelas gerações mais velhas – que dirigem os processos no nível nacional, mas também em muitos outros espaços institucionais dos que os jovens participam e fazem parte – estão desconectados do que tem sentido para eles, como defasados quanto ao dinamismo da época em que vivem. É necessário um debate sobre quais os valores das gerações mais velhas com os quais os jovens não se identificam mais e por que, quais os seus próprios valores e quais as implicações tem essa defasagem entre uns e outros, para a construção de um projeto coletivo. Essa discussão tem que ser colocada na agenda pública partindo do princípio de que todos não estão pensando igual.

É necessário colocar em perspectiva o sentido político de certas escolhas individuais – que vistas de um prisma coletivo não são tão individuais, pois apontam tendências, processos mais massivos como a emigração, o desinteresse pela participação ou a participação formal, mais do que efetiva, em determinados âmbitos, o recuo para os espaços mais privados, etc. O sentido político da individualização e privatização dos sonhos, da mercantilização da vida dentro de alguns setores da juventude cubana deve ser abertamente discutido.

É necessário o questionamento radical dos processos de subjetivação que têm até então servido como base às noções de participação (CASTRO, 2010). No caso dos jovens entrevistados isso se faz evidente. Da aquiescência à evasão, ou ainda, à rejeição, a posição dos jovens participantes da pesquisa a respeito das organizações evidencia o desinteresse a se engajar em uma militância política verdadeiramente ativa. A evasão da política – sua percepção como atividade alheia à vida cotidiana, exclusiva de determinados grupos com poder político, ainda, o tabu

de que se trata de algo sujo, pouco transparente – talvez seja uma das marcas da subjetivação que exige uma análise mais aprofundada e urgente.

Os resultados desta pesquisa mostram os grandes desafios com que se depara o socialismo cubano. Cuba faz parte do sistema-mundo capitalista e não se encontra em uma bolha, mas tem que lidar sim com os efeitos da globalização como mecanismo de dominação capitalista. Do ponto de vista econômico, a defesa de sua soberania – baseada em uma postura política de resistência diante o avanço do capital – tem custado ter que suportar um bloqueio por mais de seis décadas, o que constitui um obstáculo real para o desenvolvimento econômico da nação. Esse é o custo de não seguir o plano que os centros do poder econômico desenharam para o Sul. O bloqueio econômico, junto à carência de recursos e determinados erros internos em matéria de planejamento, controle, administração, etc., faz com que a pauperização da econômica, em especial, da produção, crie um quadro de intensa crise que se desdobra em processos que, como a precarização do salário, têm um impacto subjetivo importante. Por outro lado, a cultura de consumo, exerce sua influência sobre os mais jovens, através de um discurso ideológico que equipara o bem-estar com a aquisição de bens materiais e exalta valores individualistas.

Nesse contexto, temos que estar preparados para acolher um debate franco e amplo com os jovens sobre o país que desejamos construir. Os que emigraram para Estados Unidos ou América Latina, e inclusive, Europa, já sabem que não existe esse país maravilhoso que saíram a buscar, esse país onde todos têm ótimas condições de vida equitativamente, as instituições funcionam e respondem aos interesses da maioria, todos podem comprar o que quiser sem endividar-se ou deixar a saúde em vários trabalhos, todos são ouvidos e levados em conta pelas governanças políticas, as elites não desfrutam de privilégios, não roubam o dinheiro da gente, as mulheres, os negros, os latinos, vivem sem sofrer discriminações. Temos que ser honestos e reconhecer que não existe esse país sem pobres, sem partidos políticos corruptos, sem narcotráfico, sem adições, sem armas, sem estupro, sem violência, sem racismo, sem fundamentalismos. Não podemos desejar um país somente para nós e os nossos sob a lógica de salve-se quem puder. O outro importa, o outro não é um vago, um ladrão, um adito, um negro, um latino, um bagunceiro, um desconhecido, um estranho, um insignificante; o outro importa.

Não podemos abandonar a construção de um projeto coletivo. Não podemos deixar de acreditar que a busca do bem comum é a plataforma para a realização

dos sonhos individuais. Foi graças a um empreendimento coletivo de anos que nós, nos tornamos universitários, mestres, doutores e os que ainda não o são, sem importar a cor da sua pele, sua origem socioeconômica se sentem com o direito a sê-lo e, de fato, é o seu direito. Temos que estar, tomar a voz, dizer o que quisermos, confrontar os adultos, os políticos de ofício, para nos engajar no projeto coletivo. Não seguindo a um líder ou a outro, mas apostando por atualizar o “pacto” coletivo, “com todos e para o bem de todos”, baseado na lógica do que significa construir e defender um projeto de nação soberana e de sociedade equitativa e justa. Essa é a nossa responsabilidade e compromisso com esta época. Esse é o nosso papel neste momento, aqui e agora.

## REFERÊNCIAS

ALFONSO, M.; RODRÍGUEZ, G.; GONZÁLEZ, D. Una mirada sociodemográfica actual a la juventud cubana. Em: Coletivo de autores. **Lecturas de la realidad juvenil cubana a principios del siglo XXI**. Havana: Molinos Trade, 2011, p. 45-72. (Coleção)

ALMEYDA, A.; BUENO, G. **Elecciones profesionales de los jóvenes cubanos en un contexto de cambio social**. Revista Estudio, La Habana, 2015, p. 16-27.

ALPIZAR, G. **El dilema del salario en Cuba**. La Habana: La Joven Cuba, 2016. Disponível em: <<https://jovencuba.com/2016/09/06/el-dilema-del-salario-en-cuba/>>. Acesso em: 6 set. 2016.

ÁLVAREZ LEGUIZAMÓN, S. **Una presentación desde América Latina**. Em P. Spicker, S. Álvarez Leguizamón, & D. Gordon, Pobreza. Un Glosario Internacional. Buenos Aires: CLACSO, 2009, p. 25-41.

ÁLVAREZ, E. et. al. **Política Social y reformas estructurales: Cuba a principios del siglo XXI**. México: Naciones Unidas, Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL), 2014)

ALVES, G. **Toyotismo e subjetividade**: as formas de desefetivação do trabalho vivo no capitalismo global. ORG & DEMO, v.7, n.1/2, jan.-jun./jul.-dez., 2006.p. 89-108. Disponível em: <<http://www.bjis.unesp.br/revistas/index.php/orgdemo/article/viewFile/394/294>>. Acesso em: 21 out. 2017.

ALVES, G. **Trabalho, subjetividade e capitalismo manipulatório - O novo metabolismo social do trabalho e a precarização do homem que trabalha**. Disponível em: <[http://www.giovannialves.org/artigo\\_giovanni%20alves\\_2010.pdf](http://www.giovannialves.org/artigo_giovanni%20alves_2010.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2017.

ALVES, G. **O que é o precariado**. Blog da Bom Tempo. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>>. Acesso em: 20 set. 2017.

ALVES, G. **Terceirização e capitalismo no brasil: um par perfeito**. Rev. TST, Brasília, vol. 80, no 3, jul/set 2014. Disponível em: <[https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/71031/005\\_alves.pdf?sequenc e=1](https://juslaboris.tst.jus.br/bitstream/handle/1939/71031/005_alves.pdf?sequenc e=1)>. Acesso em: 20 out. 2017.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. Coimbra: CES/Almedina, 2013

AÑE, L. **Contribución a los estudios de pobreza en Cuba. Una caracterización de la capital**. Conferência baseada na pesquisa Reforma económica y población en riesgo de pobreza en Ciudad de la Habana en el periodo 2001-2003. Havana: INIE y CEPDE, 2005,p. 1-25.

AQUINO, A. **La subjetividad a debate**. Sociológica, 2013, p. 259-278.

ARRIAGA, I. **Familias latinoamericanas. Diagnóstico y políticas públicas en los inicios del nuevo siglo**. Santiago de Chile: CEPAL. División de Desarrollo Social, 2001.

ARTEAGA, N. **Vulnerabilidad y desafiliación social en la obra de Robert Castel**. Sociológicas, 2008. p, 151-175.

ATTANASIO, O.; SZÉKELY, M.(comp). **Pobreza y activos en la América Latina**. El trimestre económico, vol.LXVI (3), núm. 263, Jul-set, 1999.

BANCO MUNDIAL. **Informe del Banco Mundial La voz de los pobres desde muchas tierras**. Washington: Banco Mundial, 2002.

BARACK, O. **El discurso completo de Obama**. Infoba. Disponível em: <<http://www.infobae.com/2014/12/17/1615751-el-discurso-completo-obama/>>, 17 dez. 2014. Acesso em: 22 mar. 2016.

BARACK, O. **Discurso del Presidente Obama al Pueblo Cubano**. The White House Presidente Barack Obama. Disponível em: <<https://obamawhitehouse.archives.gov/the-press-office/2016/03/22/discurso-del-presidente-obama-al-pueblo-cubano>>, 22 mar. 2016. Acesso em: 23 abr. 2016.

BARÓ, M. **Hacia una psicología de la liberación**. Psicología sin fronteras. Revista Electrónica de Intervención Psicosocial y Psicología Comunitaria. Volumen 1. No. 2., 2006, p. 7-14.

BAUDRILLARD, J. **La sociedad de consumo: sus mitos, sus estructuras**. Siglo XXI: Madrid, 2009. p. 255.

BAUMAN, Z. **Daños colaterales. Desigualdades sociales en la era global**. México, D.F.: Fondo de Cultura Económica, 2011.

BECK, U. **La sociedad del riesgo global**. Madrid: Siglo XXI de España Editores, S. A., 2002.

BECK, U. **La sociedad del riesgo. Hacia una nueva modernidad**. Buenos Aires: Paidós, 2002a.

BLACKMAN, L. et al. (2008). **Creating Subjectivities**. Subjectivity, 1-27.  
BLACKMAN, L.; WALKERDINE, V. **Subjectivity**. Subjectivity Journal Home. Disponível em: <<http://www.palgrave-journals.com/sub/index.html>>, 13 jan. 2015. Acesso em: 10 jul. 2015.

BORDIEU, P. **La dominación masculina**. Barcelona: ANAGRAMA, 1998. 90 p.

BORÓN, A. **Las ciencias sociales en la era neoliberal: entre la academia y el pensamiento crítico**. Conferencia magistral XXV Congreso ALAS. Porto Alegre, Brasil: CLACSO, 2005, p. 1-28.

BUSSO, G. **Vulnerabilidad social: nociones e implicancias de políticas para Latinoamérica a inicios del siglo XXI**. Seminario Internacional Las diferentes expresiones de la vulnerabilidad social en América Latina y el Caribe. Santiago de Chile: CEPAL-CELADE, 2001, p.1-38.

CARRANZA, J. **Las finanzas externas y los límites del crecimiento**. La Habana: Taller CIPS, 2006.

CASSAB, M.A. **Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza.** Niterói: Intertexto, 2001. p.208.

CASTEL, R. **La metamorfosis de la cuestión social.** España: Paidós, 1995. 493 p.

CASTEL, R. **La inseguridad social. ¿Qué es estar desprotegido?**Buenos Aires: Ediciones Manatíal SRL, 2004. 446 p.

CASTEL, R. **Las manifestaciones actuales de la cuestión social.** Em cd de autores. Buenos Aires: Instituto Di Tella, 2005, p. 27-37.

CASTEL, R. **El ascenso de las incertidumbres. Trabajo, protecciones, estatuto del individuo.**Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2010. 344 p.

CASTEL, R.; HAROCHE, C. **Propiedad privada, propiedad estatal, propiedad de sí mismo.** Madrid: Homo Sapiens, 2003. 120 p.

CASTRO, L.R. **Infancia y adolescencia en la cultura del consumo.**Buenos Aires - México: Lumen, 2002. 224 p.

CASTRO, L.R. **Participação política e juventude: do mal-estar à responsabilização frente ao destino comum.**Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v.16, n.30, jun. 2008. p. 253-268. Disponível em:<<http://www.redalyc.org/html/238/23811709015/>>. Acesso em: 21 out. 2017.

CASTRO, L.R. **Juventude e Socialização Política: Atualizando o Debate.** Psicologia: Teoria e Pesquisa, Vol. 25 n. 4, Out-Dez, 2009. pp. 479-487. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n4/a03v25n4>>. Acesso em: 21 out. 2017.

CASTRO, L.R. et al. **Falatório: participação e democracia na escola.** Coordenação: Castro, L.R. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2010. 348 p.

CASTRO, L. R. **Editorial.** DESidades. Revista Eletrônica de Divulgação Científica sobre Infância e Juventude, 2015, p.1-4.

CASTRO, L. R. **Subjetividades públicas juvenis: a construção do comum e os impasses de sua realização.**Estudos de Psicologia, 2016, p. 80-91.

CASTRO, L.R.; GRISOLIA, F. **Subjetivação pública ou socialização política?** Sobre as articulações entre o “político” e a infância.Educação & Sociedade, 2016, p. 971-988.

CASTRO, R. **Alocución del Presidente Cubano**. Disponible em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/rauldiscursos/2014/esp/r171214e.html>>, 17 dez. de 2014. Acesso em: 22 mar. 2016.

CASTRO, R. **Declaración del General de Ejército en relación con el primer aniversario de los anuncios del 17 de diciembre de 2014 sobre la decisión de restablecer las relaciones diplomáticas entre Cuba y EE.UU.** Cubaminrex. Disponible em: <<http://www.cubaminrex.cu/es/declaracion-del-general-de-ejercito-en-relacion-con-el-primero-aniversario-de-los-anuncios-del-17-de-diciembre>>, 18 dez. 2015. Acesso em: 5 jan. 2016.

CEPAL. **Vulnerabilidad sociodemográfica: viejos y nuevos riesgos para comunidades, hogares y personas**. Brasilia: CEPAL, Naciones Unidas, 2002.  
CEPAL. **Panorama Social da América Latina**. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Santiago de Chile: Naciones Unidas, 2014.

COLECTIVO DE AUTORES. **Lecturas sobre vulnerabilidad y desigualdad social**. Córdoba: CLACSO, 2009.

COLECTIVO DE AUTORES. **Qualitative Research in Psychology**. Washington: American Psychological Association, 2003.

CUBA. Constituição (1992). **Constituição da República de Cuba**: promulgada em 1992, La Habana, 1992. Disponible em: <<http://www.cuba.cu/gobierno/cuba.htm>>. Acesso em: 16 mar. 2017.

CROSSLEY, L. **El concepto de vulnerabilidad social en el debate en torno a la desigualdad: problemas, alcances y perspectivas**. Florida: Center for Latin American Studies University of Miami, 2008.

CUBA. Decreto-Lei 278. Del Régimen Especial de Seguridad Social para los Trabajadores por Cuenta Propia. **Gaceta Oficial de la República**. Consejo de Estado, La Habana, 2010. Disponible em: <<https://docs.google.com/viewer?a=v&pid=sites&srcid=ZGVmYXVsdGRvbWFpbnx0Y3BkbG9hZHxneDoyNzlkMDJIMDE5M2QwYWVka>>, 6 set. 2011. Acesso em: 7 jan. 2016.

CUBA. Decreto-Lei 268. Modificativo del Régimen Laboral. Pluriempleo. **Diario Oficial No. 43.905**. Contraloría General de la República, La Habana, fev. 2000. Disponible em: <[http://www.oas.org/juridico/spanish/mesicic2\\_col\\_dec\\_268\\_sp.pdf](http://www.oas.org/juridico/spanish/mesicic2_col_dec_268_sp.pdf)>, 22 fev. 2000. Acesso em: 9 jan. 2016.

CUBADEBATE. **Lineamientos de la Política Económica y Social del VI Congreso del PCC**. Cubadebate Contra el Terrorismo Mediático. Disponible em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2011/05/09/descargue-en-cubadebate-los->>

lineamientos-de-la-politica-economica-y-social-pdf/#.Wc0yUFvWzIU>, 11 maio 2011. Acesso em: 5 jul. 2015.

CUBADEBATE. **El 24% de los jóvenes en Cuba trabajan en el sector no estatal.** Cubadebate contra el terrorismo mediático. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2015/09/07/el-31-de-los-jovenes-en-cuba-trabaja-en-el-sector-no-estatal/#.Wckul7LyjlU>>, 7 set. 2015. Acesso em: 8 jan. 2016.

CUBADEBATE. **Conceptualización del Modelo cubano y la actualización de los Lineamientos.** Cubadebate contra el Terrorismo Mediático. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/especiales/2017/07/13/lea-los-textos-definitivos-de-la-conceptualizacion-del-modelo-cubano-y-la-actualizacion-de-los-lineamientos/#.Wc0ywFvWzIU>>, 13 jul. 2017. Acesso em: 6 ago. 2017.

DAYRELL, J. **O jovem como sujeito social.** Revista Brasileira de Educação. No. 24, 2003. Meio eletrônico: Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a04.pdf>>. Acesso em: 24 set. 2017.

DIERCKXSENS, W. **Utopía y sujeto en una economía alternativa.** Biblioteca Virtual de CLACSO. Disponível em: <[http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Costa\\_Rica/dei/20120712025720/utopia.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/Costa_Rica/dei/20120712025720/utopia.pdf) URL>. Acesso em: 7 fev. de 2015

DOMINGUEZ, M.I. **Los movimientos sociales y la acción juvenil: apuntes para un debate.** Sociedade e Estado. vo.21, No. 1, 2006, p. 67-83.

DOMÍNGUEZ, M. I. **La juventud en el contexto de la estructura social cubana. Datos y reflexiones.** Papers 52, 1997, p. 67-81.

DOMÍNGUEZ, M. I. **Juventud e Investigaciones sociales en Cuba.** Revista Temas Sociológicos, 2006a, p. 241-262.

DOMÍNGUEZ, M. I.; CASTILLA, C. **Prácticas participativas en grupos juveniles de Ciudad de la Habana.** Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud, 2011, p. 141-160.

DOMÍNGUEZ, M.I.; REGO, I.; CASTILLA, C. **Revertir la vulnerabilidad. Experiencias de transformación social con jóvenes cubanos.** Em CUBIDES, H.; BORELLI, S.; VÁZQUEZ, M. Juventudes Latinoamericanas. Prácticas socioculturales, políticas y políticas públicas. Buenos Aires: CLACSO, 2015, p. 141-182.

ECHEVERRI, M.M. **“Somos muitos, somos diversos e aqui estamos cruzando fronteiras”.** Reflexões sobre a compreensão dos processos migratórios juvenis. Revista Desidades. Vol. 3. No. 16, jul-set 2017. Disponível em: <[http://desidades.ufrj.br/featured\\_topic/somos-muitos-somos-diversos-e-aqui](http://desidades.ufrj.br/featured_topic/somos-muitos-somos-diversos-e-aqui)>

estamos-cruzando-fronteras-reflexoes-sobre-a-compreensao-dos-processos-migratorios-juvenis/3/>. Acesso em: 20 out 2017.

ECURED. **Trabajo por cuenta propia**. EcuRed Conocimientos con todos y para todos. Disponível em: <[https://www.ecured.cu/Trabajador\\_por\\_cuenta\\_propia](https://www.ecured.cu/Trabajador_por_cuenta_propia)>. Acesso em: 28 set. 2017.

ESPINA, M. **El modelo cubano de política social y de enfrentamiento de la pobreza**. Em DOMÍNGUEZ, J.; EVERLENY, O. E BARBERIA, L. The Cuban economy at the start of the 21st. Century. Inglaterra: Harvard University, 2004.

ESPINA, M. **Cambios estructurales desde los noventa y nuevos temas de la sociedad cubana**. Em C. d. autores. Cambios en la sociedad cubana desde los noventa. Whashington: Woodrow Wilson International Center for Scholars. Latin American Program, 2005, p. 109-137.

ESPINA, M. **Conclusiones. Para una plataforma de debate sobre el Estado y sus roles en la eliminación de la pobreza**. Em \_\_\_\_\_ ESPINA, M. Políticas de atención a la pobreza y la desigualdad. Examinando el rol del Estado en la experiencia cubana. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008, p. 217-266.

ESPINA, M. **El caso cubano en diálogo de contraste**. Em \_\_\_\_\_ ESPINA, M. Políticas de atención a la pobreza y la desigualdad: examinando el rol del estado cubano en la experiencia cubana (pp. 95-216). Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008a, p. 95-216.

ESPINA, M. **Viejas y nuevas desigualdades en Cuba. Ambivalencias y perspectivas de la re-estratificación social**. Nueva Sociedad. No. 216, julio-agosto, ISSN: 0251-3552, 2008b.

ESPINA, M. **Mirar Cuba hoy: cuatro supuestos para la observación y seis problemas-nudos**. Temas, 2008c, p. 132-141.

ESPINA, M. (2008d.). **The Future of Social Justice in Cuba**. Panel Social Justice in Cuba: Assessment of Current Situation., (pp. 1-17). Bellagio Conference Center.

ESPINA, M. **El intrinado mundo de los conceptos. Debates sobre el Estado, la pobreza y las políticas sociales**. Em \_\_\_\_\_ ESPINA, M. Políticas de atención a la pobreza y la desigualdad. Examinando el rol del Estado en la experiencia cubana. Buenos Aires: CLACSO. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008a, p. 21-93.

ESPINA, M. **La política social en Cuba: resultados y retos**. Seminario La cuestión social en Cuba contemporánea. Center for Latin American Studies. American University, 2011.

ESPINA, M. **La política social en Cuba: nueva reforma económica**. Revista de Ciencias Sociales. vol. I-II, No. 135-136. Universidad de Costa Rica. San José, 2012, p. 227-236.

ESPINA, M. **Problemas de la transición socialista en Cuba**. Panel organizado por la revista Temas, en la 22ª Feria Internacional del Libro de la Habana, Sala José Lezama Lima. 17 de fev. del 2013. La Habana: Revista Temas, 2013, p. 1-4.

ESPINA, M. **Reajuste y movilidad social en Cuba**. Biblioteca CLACSO. Disponible en:  
<<http://biblioteca.clacso.edu.ar/ar/libros/cuba/cips/caudales05/Caudales/ARTICULOS/ArticulosPDF/1117E018.pdf>>. Acceso en: 29 set. 2017.

ESPINA, M. **Pobreza, desigualdad y desarrollo: el rol del Estado cubano en la experiencia de Cuba**. Em Cimadore, A.; Siqueira, J. e Hartley, D. La pobreza del Estado. Reconsiderando el papel del Estado en la lucha contra la pobreza global. Buenos Aires: CLACSO Libros, 2009, p. 177-192.

ESPINA, Rodrigo; RODRÍGUEZ, Pablo. **Raza y desigualdad en la Cuba actual**. TEMAS no. 45, 2006, p. 44-54.

ESTEVEZ, K. **Repercusión de las modificaciones educacionales en los adolescentes y jóvenes cubanos (2010-2014)**. Revista Estudio, 2015, p. 4-15.

PREVITALI, F. **Ricardo Antunes. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho**. Coimbra: CES/Almedina, 2013, Configurações [Online], 12 | 2013, posto online no dia 08 Out. 2014. Disponible en:  
<<http://configuracoes.revues.org/2192>>. Acceso en: 21 out. 2017.

FERNÁNDEZ, A. M. **Política y Subjetividad. Asambleas barriales y fábricas recuperadas**. Buenos Aires: Biblios, 2005.

FERRIOL, A. **Reforma económica cubana e impactos sociales**. In: CONGRESO DE LATINOAMERICANOS Y CARIBÓLOGOS, 2001. Moscú, 2001. CD-Room.

FERRIOL, A. **Aproximaciones a las investigaciones de pobreza y política social en Cuba**. In: CONGRESO LASA, 2003. CD-Room.

FERRIOL, A. **Política social: el mundo contemporáneo y las experiencias de Cuba**. Montevideo: Editorial Tradinico, 2005.

FILGUEIRAS, C. **Estructura de oportunidades y vulnerabilidad social. Aproximaciones conceptuales recientes.** Seminario Internacional Las diferentes expresiones de la vulnerabilidad social en América Latina y el Caribe. Santiago de Chile: CEPAL-CELADE, 2001, p. 1-36.

FORTEZA, F. **Cuentapropistas dialogan con sindicatos.** Agencia Italiana de Noticias. Disponible em: <[http://www.ansalatina.com/americalatina/noticia/cuba/2016/10/18/cuentapropistas-dialogan-con-sindicatos\\_93b0494c-6781-44db-89e6-bd8bcf15d943.html](http://www.ansalatina.com/americalatina/noticia/cuba/2016/10/18/cuentapropistas-dialogan-con-sindicatos_93b0494c-6781-44db-89e6-bd8bcf15d943.html)>. Acesso em: 18 out. 2016.

GRANMA. Órgano del Comité Central del Partido Comunista de Cuba. Um debate por el futuro de cuba. Disponible em: <<http://www.granma.cu/cuba/2016-06-14/un-debate-por-el-futuro-de-cuba-14-06-2016-22-06-43>>, 14 jun. 2016. Acesso em: 24 out. 2016.

GIDDENS, A. **Modernidade e Identidade.** Rio de Janeiro: ZAHAR, 2002.  
Gill, R. **Culture and Subjectivity.** Subjectivity, 2008, p. 432-445.

GÓMEZ, L. **La participación sociopolítica.** Em COLETIVO DE AUTORES, Lecturas de la realidad juvenil cubana a principios del siglo XXI. La Habana: Molinos Trade, 2011, p. 157-183.

GONZÁLEZ CASANOVA, P. **De la sociología del poder a la sociología de la explotación: pensar América Latina en el siglo XXI.** Buenos Aires: CLACSO, 2015.

GONZÁLEZ, F. **El lugar de las emociones en a constitución social de lo Psíquico: el aporte de Vygotski.** Educação e Sociedade, 2002, p. 132-148.

GONZÁLEZ, F. **Investigación Cualitativa en Psicología. Rumbos y desafíos.** Buenos Aires: International Thomson Editores, 2000a.

GONZÁLEZ, F. **Sujeto y subjetividad: una aproximación histórico-cultural.** Madrid: Ediciones Paraninfo S.A., 2003

GONZÁLEZ, F. **Investigación Cualitativa y Subjetividad.** Guatemala: ODHAG, 2006.

GONZÁLEZ, F. **Social and individual subjectivity from an historical cultural standpoint.** Critical Social Studies, 2007, p. 3-15.

GONZÁLEZ, F. **El sujeto y la subjetividad en la Psicología Social desde un enfoque histórico-cultural.** Buenos Aires: Noveduc, 2011.

GONZÁLEZ, F. **Subjetividad, cultura e investigación cualitativa en psicología: la ciencia como producción culturalmente situada.** Liminales. Escritos sobre Psicología y Sociedad., 2013, p. 13-39.

GRAMSCI, A. **La política y el Estado Moderno.** Barcelona: Diario Público, 2009.

GUANCHE, J. **A propósito de la relación entre política y economía.** Em COLETIVO DE AUTORES. Miradas sobre Cuba. Observatorio Social de América Latina OSAL. Buenos Aires: CLACSO. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2014, p. 13-17.

GUEVARA, E. **El socialismo y el hombre en Cuba (1965).** Biblioteca virtual UJCE Disponible em: <<http://archivo.juventudes.org/textos/Ernesto/20Che/20Guevara/El-Socialismo-y-el-hombre-en-Cuba.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2015

HARVEY, D. **Breve Historia del Neoliberalismo.** Wordpress. Disponible em: <<https://teoriaeconomicatercersemestreri.files.wordpress.com/2012/09/breve-historia-del-neoliberalismo-de-david-harvey1.pdf>>. Acesso em: 6 set. 2015.

HELMER, F.; GENTILLI, R. **Jovens Pobres: desafios e superações.** In: II CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS III SEMINÁRIO NACIONAL DE TERROTÓRIO E GESTÃO DE POLITICAS SOCIAIS II CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL. Londrina, PR, 2017. <<https://www.congressoservicosocialuel.com.br/anais/2017/assets/131687.pdf>>. Acesso em: 29 set. 2017.

HERNÁNDEZ, R. **Sobre las lecciones de Obama ante la sociedad civil cubana.** Disponible em: Cubadebate: <[http://www.cubadebate.cu/opinion/2016/03/25/sobre-las-lecciones-de-obama-ante-la-sociedad-civil-cubana/#.WRn2X1U1\\_IU](http://www.cubadebate.cu/opinion/2016/03/25/sobre-las-lecciones-de-obama-ante-la-sociedad-civil-cubana/#.WRn2X1U1_IU)>. Acesso em: 25 mar. 2016.

HERNÁNDEZ, R., FERNÁNDEZ, C.; BAPTISTA, P. **Metodología de la Investigación.** México: McGraw-Hill/Interamericana Editores, 2010.

IZQUIERDO, O. **Reconfiguración de las relaciones laborales cubanas y reajuste del modelo socioeconómico. Retos para el modelo sindical cubano.** Buenos Aires: CLACSO, 2015.

KAZTMAN, R. **Notas sobre la medición de la vulnerabilidad social.** BID-Banco Mundial-CEPAL-IDEA, 5to Taller Regional La medición de la pobreza: métodos y aplicaciones. Santiago de Chile: CEPAL, 2000.

KAZTMAN, R. et al. **Activos y estructura de oportunidades. Estudios sobre las raíces de la vulnerabilidad social en el Uruguay.** Montevideo: Oficina del Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo (PNUD) y Oficina de la CEPAL, 1999.

KAZTMAN, R. et al. **Vulnerabilidad, activos y exclusión social en Argentina y Uruguay**. Serie exclusión social -MERCOSUR. Santiago de Chile: Organización Internacional del Trabajo (OIT), 1999.

KLEIN, N. **La doctrina del shock. El auge del capitalismo del desastre**. Argentina: Paidós, 2008.

KRUEGER, R.; CASEY, M. **Focus groups: A practical guide for applied research**. Thousand Oaks: Sage, 2000.

LUIS, F. **¿Cuba cambia, y los sindicatos?** Rebelión. Disponible em: <<http://www.rebelion.org/noticia.php?id=222755>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

LUIS, M. **Reflexiones acerca de la socialización laboral**. Em COLETIVO DE AUTORES. Lecturas de la realidad juvenil cubana a principios del siglo XXI. Havana: Molinos Trade, 2011, p. 135-155.

MANDELLI, M.T; SOARES, D.H.; LISBOA, M. **Juventude e projeto de vida: novas perspectivas em orientação profissional**. Arquivos Brasileiros de Psicologia; Rio de Janeiro, 2011.p. 1-104. Disponible em: <<http://seer.psicologia.ufrj.br/index.php/abp/article/viewFile/723/562>>. Acesso em: 20 out. 2017.

MARTÍN-BARÓ, I. **Hacia una Psicología de la Liberación**. Psicología sin fronteras, 2006, p. 7-14.

MARTUCCELLI, D. **Sociologias do indivíduo: contribuição de Danilo Martuccelli**. Disponible em: <<https://www.youtube.com/watch?v=z4OznZqFB44>>. Acesso em: 26 out. 2015.

MILES, M.; HUBERMAN, M. **Qualitative Data Analysis**. London: SAGE Publications, 1994.

MORALES, Esteban. **Cuba: raza después de 1959**. Esteban Morales Blog. Disponible em: <<http://estebanmoralesdominguez.blogspot.com/2012/10/cuba-raza-despues-de-1959.html>>, out. 2012. Acesso em: 8 jul. 2014.

MORALES, Elaine. **Marginación cultural. Un estudio de grupos informales juveniles urbanos en Ciudad de la Habana**. In: XXVII CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA. Buenos Aires, 2009. CD-Room.

MORALES, Elaine. **Marginación juvenil. Una propuesta teórico metodológica para su estudio**. Revista Estudio. No. 10, jan-jun, 2011, p. 72-81.

MORALES, Elaine **La percepción social del proceso de marginación. Un estudio psicosocial en la juventud cubana.** La Habana: Tesis de Doctorado, 2011a.

MORALES, Elaine. **Jóvenes y relaciones raciales. Una aproximación a la problemática en Cuba.** XXIX Congreso ALAS. Chile, 2013, p. 1-14.

MORALES, Elaine. **Identidad y exclusión social. Un estudio de caso en jóvenes residentes en barrios habaneros.** Inédito, 2016, p. 1-15.

MORGAN, D. **Focus Groups.** Annual Review of Sociology, 22., 1996, p. 129-156.

MORGAN, D. **Focus groups as qualitative research.** London: Sage, 1997.

MOSER, C. **The Assest Vulnerability Framework: Reassessing Urban Poverty Reduction Strategies.** World Development. vol 26 No. 1. Gran Bretaña: Elsevier Science, 1998.

MUÑOZ, C. **Qué ocurre con el empleo de los estudiantes.** Cubahora. Disponible em: <<http://www.cubahora.cu/sociedad/el-empleo-de-los-estudiantes>>, 15 dez. 2011. Acceso em: 24 out. 2015.

NANDY, A. **A imaginação emancipatória: desafios do século 21.** Belo Horizonte-MG: Editora UFMG, 2015.

NUÑEZ, L. **Nuevas formas de gestión económica en Cuba y su contribución a las políticas a escala local y a la equidad.** Disponible em: <[http://www.social-globalization.uni-kassel.de/wp-content/uploads/2013/06/Nunez\\_Moreno.doc](http://www.social-globalization.uni-kassel.de/wp-content/uploads/2013/06/Nunez_Moreno.doc)>. Acceso em: 26 set. 2017.

OBAMA, B. **Texto completo del discurso de Barack Obama.** La Jornada. Disponible em: <<http://www.jornada.unam.mx/ultimas/2014/12/17/texto-completo-del-discurso-de-barack-obama-8681.html>>, 17 dez. 2014. Acceso em: 11 jan. 2015.

OECD/CEPAL/CAF. **Perspectivas económicas de América Latina 2017: juventud, competencias y emprendimiento.** París: OECD Publishing, 2016.

OIT. **Trabajo decente y juventud en América Latina. Políticas para la acción.** Lima: OIT / Oficina Regional para América Latina y el Caribe, 2013.

PCC. **Plataforma programática del PCC. Tesis y Resolución.** La Habana: Departamento de Orientación Revolucionaria del CC del PCC, 1976.

PCC. **VI Congreso del Partido Comunista de Cuba. Lineamientos de la Política Económica y Social del Partido y la Revolución.** La Habana: Comité Central del PCC, 2011.

PCC. **Conceptualización del modelo económico y social cubano de desarrollo socialista.** Universidad de la Habana. Disponível em: <<http://www.uh.cu/node/4751>>, 15 dez. 2015. Acesso em: 15 jan. 2017.

PÉREZ, A. **Discriminada por el color de su piel.** Trabajadores Órgano de la Central de Trabajadores de Cuba. Disponível em: <<http://www.trabajadores.cu/20170702/discriminada-color-piel/>>, 2 jul. 2017. Acesso em: 23 jul. 2017.

PIZARRO, R. **Estudios Estadísticos y prospectivos. La vulnerabilidad social y sus desafíos: una mirada desde América Latina.** Santiago de Chile: CEPAL, 2011.

PNUD. **Informe sobre desarrollo humano 2014. Soster el progreso humano: reducir vulnerabilidades y contruir resiliencia.** NY: Programa de las Naciones Unidas para el Desarrollo, 2014.

PRIETO, D.; DÍAZ, T. **Las reformas cubanas: imaginarios, contestaciones y miradas críticas.** Em COLETIVOS DE AUTORES, Miradas a Cuba. Observatorio Social de América Latina. OSAL. Buenos Aires: CLACSO. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2014, p. 17-47.

QUIJANO, A. **Aníbal Quijano. Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder.** Buenos Aires: CLACSO, 2014.

RIVERA CUSICANQUI, S. **Las fronteras de la coca. Epistemologías coloniales y circuitos alternativos de la hoja de coca. el caso de la frontera boliviano-argentina.** La Paz: UDIS/UNSAM/Aruwiyir, 2003.

RODRÍGUEZ, E. **Jóvenes y violencias en América Latina:** Priorizar la prevención con enfoques integrados. Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud. Vol. 5 no., jan-jun, 2007. Disponível em: <<http://biblioteca.clacso.edu.ar/Colombia/alianza-cinde-umz/20131030104830/art.ErnestoR.pdf>>. Acesso em: 20 out 2017.

RODRÍGUEZ, F. **ONAT: más de 200 acusaciones por evasión fiscal.** Cubadebate. Disponível em: <<http://www.cubadebate.cu/noticias/2017/02/20/onat-mas-de-200-acusaciones-por-evasion-fiscal/#.WOaF8WnhDIU>>, 20 fev. 2017. Acesso em: 25 fev. 2017.

RODRÍGUEZ, J. **Vulnerabilidad y grupos vulnerables: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes.** Proyecto Regional de Población CELADE-FNUAP. Santiago de Chile: Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE)-División de Población, 2001.

SENNET, R. **The Fall of the Public Man.** New York: Norton, 1992.

SIMONS, H. **El estudio de caso: teoría y práctica.** Madrid: Ediciones MORATA, 2009.

SPOSITO, M.P. **Jovens no Brasil: desigualdade multiplicadas e novas demandas políticas.** São Paulo: Ação Educativa, 2003. p. 38. Disponível em: <[http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/2345/1/Jovens\\_Brasil.pdf](http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/2345/1/Jovens_Brasil.pdf)>. Acesso em: 20 out. 2017.

STENGERS, I. **Experimenting with Refrains: Subjectivity and the Challenge of Scaping Modern Dualism.** Subjectivity, 2008, p. 38-59.

TORRES, A.; ORTEGA, D. (2014). **Actores económicos y, sujetos de la política? La reforma cubana y los trabajadores autónomos.** Em COLETIVO DE AUTORES, Miradas sobre Cuba. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales (CLACSO), 2014, p. 61-81.

TREVIÑO, E. **Reseña del libro Daños colaterales. Desigualdades sociales en la era global.** Clivajes, 2014.

UHARTE, L. **Cuba, la conceptualización del modelo y el futuro del socialismo.** Alai: América Latina en Movimiento. Disponível em: <<http://www.alainet.org/es/articulo/181921>>, 24 nov. 2016. Acesso em: 30 nov. 2016.

VIGNOLI, J. **Vulnerabilidad y grupos vulnerables: un marco de referencia conceptual mirando a los jóvenes.** Proyecto Regional de Población CELADE-FNUAP Centro Latinoamericano y Caribeño de Demografía (CELADE) - División de Población. Santiago de Chile, 2001. Disponível em: <<http://archivo.cepal.org/pdfs/2001/S018659.pdf>>. Acesso em: 25 jul. 2014.

VOGHON, R. **La transmisión intergeneracional de la pobreza. Entre el cambio y la reproducción. El caso del barrio de Atarés.** Em COLETIVO DE AUTORES, La construcción social de la pobreza en América Latina y el Caribe. Buenos Aires: CLACSO Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2013, p. 351-389.

VOMMARO, P. **Juventudes y políticas en América Latina actual: configuraciones generacionales y producción de lo público.** Cuadernos del Pensamiento Crítico Latinoamericano. No. 5. Set. Segunda Época. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales: 2013. Disponível

em:<<http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/se/20131016111734/Cuaderno-No5-SegEpoca.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2017.

WALLERSTEIN, I. **La reestructuración capitalista y el sistema-mundo**. Conferencia Magistral. In: XX° CONGRESO DE LA ASOCIACIÓN LATINOAMERICANA DE SOCIOLOGÍA. México: 2-6 out, 1995. Disponível em:<<https://aquevedo.wordpress.com/2010/10/26/i-wallerstein-la-reestructuracin-capitalista-y-el-sistema-mundo/>>. Acesso em: 21 out. 2017.

YIN, R. **Case Study Research. Design and Methods**. Thousand Oaks: Sage Editors, 2010.

ZABALA, M. **Familia y Pobreza en Cuba**. La Habana: Tese de Mestrado. Facultad Social de Ciencias Sociales (FLACSO). Universidad de la Habana, La Habana, 1996.

ZABALA, M. **Aproximación al estudio de la relación entre familia y pobreza en Cuba**. La Habana: Tese de Doutorado. Universidad de la Habana, 1999.

ZABALA, M. **Análisis de la dimensión racial en los procesos de reproducción de la pobreza. El rol de las políticas sociales para favorecer la equidad social en Cuba**. Biblioteca Virtual CLACSO. Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/clacso/crop/zabala/20zaba.pdf>>. Acesso em: 22 out. 2015

## APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA INDIVIDUAL SEMI-ESTRUTURADA<sup>62</sup>

1. **Datos generales:** edad, nível de escolaridade, ocupación actual, ingresos económicos, lugar de residencia, personas con quienes vive, militancia política.

### **Dimensión 2: Sentido subjetivo de la trayectoria de vida estudiantil y laboral, con énfasis en el paso de la escuela al trabajo.**

1. Refiérete a los eventos más importantes de tu vida – tanto estudiantil como laboral –, que consideres que están relacionados con tu condición actual.
2. ¿Qué piensas acerca de estudiar en Cuba hoy?
3. En caso de haber abandonado los estudios, ¿cuáles fueron las causas y las consecuencias?
4. En caso de que estés trabajando, ¿cuál es tu experiencia en tu empleo actual?
5. ¿Qué diferencias encuentras entre trabajar por las vías informales, en el sector cuentapropista y trabajar para el Estado?
6. ¿Qué piensas sobre tus condiciones de trabajo?:

<sup>62</sup>Trazemos a versão original dos roteiros em espanhol.

- ✓ garantías que te concede tu empleo,
- ✓ derechos que disfrutas como trabajador,
- ✓ conflictos,
- ✓ vías de reclamo o de solución de conflictos,
- ✓ trato de tu empleador,
- ✓ Relaciones laborales de modo general,
- ✓ estabilidad del empleo,
- ✓ horarios,
- ✓ salario,
- ✓ vacaciones,
- ✓ condiciones físicas del local de trabajo,
- ✓ riesgos que corres con la actividad que realizas,
- ✓ medios de transporte,
- ✓ otros.

### **Dimensión 3: Sentido subjetivo del contexto de actualización del modelo económico en Cuba.**

1. A partir de tu experiencia, ¿cuáles son los cambios que se están produciendo en el país hoy y que piensas sobre ellos?
2. ¿Cuáles han sido las consecuencias concretas de esos cambios en tu vida?
3. ¿Cuáles son las oportunidades y los riesgos que esos cambios significan para ti?
4. ¿Cómo imaginas el futuro del país a partir de estos cambios?
5. ¿Cómo tú desearías que fuera?

### **Dimensión 4: Sentido subjetivo del proceso de estratificación social.**

1. ¿Consideras que en el país existen grupos con condiciones diferentes para enfrentar los cambios? Háblame lo que piensas al respecto.
2. De ser positiva la respuesta: ¿Cómo llamarías a estos grupos y qué caracteriza a cada uno de ellos según tu criterio?
3. Si tuvieras que ubicarlos es una escalera, de abajo a arriba, de los que menos ventajas y oportunidades tienen a los que más, ¿cómo los ubicarías?
4. ¿A cuál de estos grupos tú consideras que perteneces? ¿Cómo te sientes al respecto?
5. Te gustaría pasar a formar parte de otro grupo, ¿por qué y cómo crees que podrías lograrlo?

### **Dimensión 5: Sentido subjetivo de la desventaja social y la vulnerabilidad.**

1. ¿Te sientes en desventaja respecto a otros jóvenes del país ante los cambios que se están dando? ¿Por qué?
2. De ser positiva la respuesta, de los siguientes elementos, explica cuáles sientes que guardan relación con las causas de tus desventajas o limitaciones para salir adelante hoy: ¿edad, color de la piel, sexo, nivel educacional, origen socioeconómico de tu familia de procedencia, ingresos, condición laboral, alguna dolencia o enfermedad, lugar de residencia, algún aspecto del contexto social, otro?
3. En cambio, ¿cuáles son los aspectos que tienes a tu favor?

### **Dimensión 6: Sentido subjetivo de la potencialidad de los espacios colectivos para la acción y la transformación social.**

1. ¿Consideras que existen espacios colectivos en los que puedas discutir y actuar sobre el actual proceso de cambios que vive el país y los problemas asociados a tu situación de desventaja en busca de soluciones? Explica.
2. ¿Sientes que de alguna forma has participado en los espacios de tomas de decisiones relacionados con los cambios actuales que están teniendo lugar en el país? Explica.
3. ¿Te has sentido excluido /a de algún espacio social o grupo debido a alguna situación o característica personal? Explica y ejemplifica tu respuesta.
4. ¿Qué piensas sobre las organizaciones políticas y de masa que existen en Cuba? ¿Eres miembro de alguna?

**Dimensión 7: Sentido subjetivo de las estrategias de cambios e imaginación del futuro.**

1. ¿Cuáles son tus metas más importantes y las estrategias para alcanzarlas?
2. ¿Cuáles son tus ventajas y desventajas con relación a tus metas?
3. ¿Quiénes sientes que son tus principales grupos de apoyo?
4. ¿Cómo imaginas tu futuro de aquí a cinco años?

**8. Completa las siguientes frases:**

Lo que más deseo  
 El trabajo  
 Mi barrio  
 El Estado  
 Los blancos  
 La política  
 Mi mayor temor  
 Estudiar  
 El pueblo  
 La juventud  
 Los cambios en Cuba  
 Los jóvenes  
 El futuro de mi país  
 Los dueños  
 La pobreza  
 Mi familia  
 Los políticos  
 Mi futuro  
 Los derechos que he tenido  
 El extranjero  
 Mi mayor desventaja es  
 Los grupos  
 Mi principal riesgo es  
 Los negros  
 Mi pareja  
 Cuba  
 Las organizaciones  
 Los derechos que me han faltado

## **APÊNDICE B – ROTEIRO DA ENTREVISTA GRUPAL (ENTREVISTA ABERTA)**

1. Datos generales: edad, nível educativo, ocupación actual.
2. Aspectos positivos y negativos de la comunidad.
3. Criterios sobre el proceso de actualización del modelo económico.
4. Ventajas y desventajas del proceso de actualización para ustedes como jóvenes. ¿Han discutido sobre estas cuestiones en algún espacio colectivo?
5. Valoración sobre la desigualdad social en Cuba a partir de su experiencia personal.
6. Criterios sobre las organizaciones existentes o en las que ustedes participan.
7. Metas o aspiraciones personales. Estrategias para alcanzarlos.

## APÊNDICE C – ROTEIRO DA ENTREVISTA A ESPECIALISTAS.

Dra. Elaine Morales. Psicóloga e Doutora em Psicologia pela Universidade de Havana. Foi Diretora do Centro de Estudos sobre Juventude Cubana (CESJ) Atualmente é pesquisadora do *Centro de Investigacionessobre la Cultura Cubana “Juan Marinello”* e professora da Faculdade de Psicologia da Universidade de Havana. Suas pesquisas pioneiras sobre juventude e marginalização são um dos referenciais mais importantes desse campo de estudos em Cuba.

Dra. Rosa María Voghon. Socióloga e Doutora em Sociologia pela Universidade de Havana. Professora de Sociologia da Universidade de Havana e pesquisadora do tema reprodução da pobreza na sociedade cubana.

1. Cuéntanos brevemente sobre tu trayectoria como investigadora sobre los temas de juventud y marginalidad (o pobreza) en Cuba, hasta el momento actual. ¿Cuáles consideras que son, desde el punto de vista científico y social, a grandes rasgos, los resultados más importantes?
2. ¿Cómo valoras el estado de las investigaciones sobre juventud y pobreza en Cuba? ¿Cuáles consideras que son los principales desafíos?

3. ¿Cuál consideras que es hoy, dentro de la juventud cubana, el sector más vulnerable? ¿Cómo caracterizarías a este grupo?
4. ¿Qué factores consideras que determinan su vulnerabilidad?
5. ¿Cómo valoras el impacto de los cambios actuales que se están produciendo en el modelo económico sobre la juventud en general y sobre los grupos de jóvenes vulnerables en particular?
6. En el discurso contemporáneo sobre vulnerabilidad se habla de categorías como oportunidades y riesgos, ¿cuáles tú creas que sean oportunidades y riesgos de ese grupo vulnerable en el contexto cubano actual?
7. Los teóricos contemporáneos de las sociedades del riesgo se refieren al fenómeno creciente de la individualización, que coloca a las personas, sin alternativa, en la búsqueda de soluciones biográficas a conflictos y problemáticas que son sociales y sistémicas, aunque se experimenten en la singularidad de la vida cotidiana, ¿tú sientes que, en nuestra sociedad, por su carácter socialista, los grupos de jóvenes vulnerables tienen la posibilidad de encontrar alternativas colectivas para la solución a las problemáticas que afrontan? ¿Por qué?
8. ¿Cuál consideras que es el principal reto del socialismo cubano, de cara a la juventud cubana vulnerable, en el escenario actual?

## **APÉNDICE D – ROTEIRO DA ENTREVISTA A INFORMANTES CHAVES**

1. Cuéntanos brevemente sobre tu trayectoria como investigadora y cómo te vinculas a este proyecto en la comunidad, así como tus funciones dentro del proyecto.
2. Cómo valoras el proyecto, sus objetivos, limitaciones y alcances.
3. ¿Qué caracteriza a la comunidad según tu propia experiencia de trabajo en ella?
4. ¿Qué caracteriza a los jóvenes de la comunidad? Cuáles consideras que son las condiciones que los tornan más vulnerables.
5. ¿Cómo valoras el impacto de los cambios actuales que se están produciendo en el modelo económico sobre los jóvenes de la comunidad en particular? ¿Cuáles crees que sean oportunidades y riesgos para ellos en el nuevo contexto?
6. ¿Cómo funcionan las organizaciones? ¿Cómo se da la participación de los jóvenes en las organizaciones?
7. ¿Existen espacios para la discusión de los problemas colectivos?

8. ¿Cuál consideras que es el principal reto del socialismo cubano, de cara a la juventud cubana vulnerable, en el escenario actual?

## **APÊNDICE E – ROTEIRO DA SESSÃO DE TRABALHO GRUPAL**



Imagem 11. Fotos com alguns dos jovens participantes da sessão de trabalho grupal em maio de 2016.

1. Proyección de un fragmento del documental “Canción de barrio”. Disponible en: <https://www.youtube.com/watch?v=gTr2bCtoHf8>
2. ¿El fragmento del documental refleja la realidad cotidiana de ustedes? ¿Por qué?
3. ¿Cómo ustedes creen que se pudiera transformar esa realidad?
4. ¿Qué papel ustedes desearían desempeñar en ese sentido, como grupo, como generación?